

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

ANGELITA CZEZACKI KRAVUTSCHKE

**A representação e a representatividade da Sociedade Civil no Comitê da Bacia
Hidrográfica do Rio Tibagi, a partir da análise do discurso.**

**PONTA GROSSA
2019**

ANGELITA CZEZACKI KRAVUTSCHKE

**A representação e a representatividade da Sociedade Civil no Comitê da
Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, a partir da análise do discurso.**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Curso de
Doutorado em Geografia, como requisito
parcial para obtenção do título de Doutor em
Geografia na Universidade Estadual de Ponta
Grossa.**

**Orientação: Dra. Silvia Méri Carvalho
Co-orientação: Dra. Roselene de Fátima
Coito.**

**PONTA GROSSA
2019**

K91

Kravutskie, Angelita Czezacki

A representação e a representatividade da Sociedade Civil no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, a partir da análise do discurso / Angelita Czezacki Kravutskie. Ponta Grossa, 2019. 243 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Méri Carvalho.

Coorientadora: Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito.

1. Recursos hídricos. 2. Gestão descentralizada. 3. Participação. 4. Formação discursiva. 5. Formação ideológica. I. Carvalho, Sílvia Méri. II. Coito, Roselene de Fátima. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. IV.T.

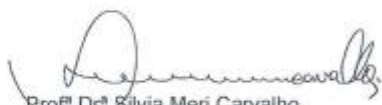
CDD: 910

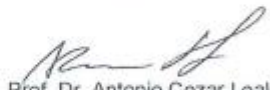
TERMO DE APROVAÇÃO

ANGELITA CZEZACKI KRAVUTSCHKE

**"A REPRESENTAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE DA SOCIEDADE CIVIL
NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIBAGI, A PARTIR DA
ANÁLISE DO DISCURSO"**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no
Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Profª Drª Silvia Meri Carvalho
UEPG


Prof. Dr. Antonio Cezar Leal
UNESP


Profª Drª Maria Lígia Cassol Pinto
UEPG


Profª Drª Renata Chryssina Bianchi de Barros
UNIVAS


Profª Drª Danusa Batufujika Cantóia Luiz
UEPG

Ponta Grossa, 28 de março de 2019

Dedico a Deus que sustenta minha fé e aos anjos protetores que me governam e iluminam. Dedico a minha família, em especial ao meu esposo Júlio César Marcondes Kravutschke, pela sustentação emocional e a minha filha Aline Czezacki Kravutschke, pela parceira amorosa de toda vida.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela confiança e oportunidade.

À orientadora Prof. Dra. Silvia Méri Carvalho, pela sabedoria e paciência na condução desta pesquisa. Também agradeço à co-orientação da Prof. Dra. Roselene de Fátima Coito, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá pela contribuição teórico-metodológica da pesquisa.

Aos professores que compuseram essa banca, pelas valiosíssimas contribuições.

Aos amigos do LAESA - Laboratório de Estudos Sócio Ambientais, Zingara R. Santos Eurich, Dulcina H. A. O. Queiroz e Andreza R. de Freitas, pelo apoio e contribuição na construção da pesquisa.

Aos professores do Curso de Doutorado de Geografia, por todo conhecimento compartilhado.

À secretaria e coordenação do Curso, pela cooperação.

Aos meus colegas de turma, pelas parcerias durante o percurso.

À equipe da Biblioteca, pelos auxílios bibliográficos e metodológicos.

Aos integrantes do Comitê de Bacia do Rio Tibagi que se disponibilizaram a participar das entrevistas.

Ao Sr. Galdino Andrade Filho, presidente do Comitê, gestão 2012-2017, pelo acesso aos documentos de criação do Comitê e Angela Maria Ricci, secretária executiva da Aguasparaná, que oportunizou a coleta de dados nos arquivos.

Enfim, a todos que de algum modo contribuíram para a realização desta pesquisa.

O rio que fazia uma volta atrás da nossa casa era a imagem de um vidro mole.
Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.

Uma didática da invenção, XIX.
Manoel de Barros. O livro das ignoranças.

RESUMO

A Lei Federal nº 9433/1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos—SINGREH. A política para uma Gestão dos Recursos Hídricos se estabelece por objetivos, fundamentos ou princípios, diretrizes, instrumentos de gestão, legislação e instituições. Com a implantação da Lei Estadual nº 12726/1999 no Paraná, foi possível criar e organismos colegiados estaduais. O Comitê de Bacia e a Agência executiva, da Bacia do Rio Tibagi (Paraná), como organismos operacionais, necessitam estar aptos para exercer as atribuições da legislação e garantir que a gestão compartilhada, tripartite, participativa e descentralizada, seja executada. A representação nesses colegiados necessita da efetividade, e esta se dá com a representatividade. O Comitê de Bacia do Rio Tibagi, criado através do Decreto Estadual nº 5790/2002, deve executar a política de forma descentralizada e compartilhada, com a participação tripartite dos segmentos do Poder Público, Usuários e Sociedade Civil, no espaço da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Indaga-se como a representação formalizada dos membros integrantes, pode gerar a efetividade da representatividade dos segmentos tripartites pregados em lei? A hipótese é que no Comitê de Bacia do Rio Tibagi, o processo de representatividade tripartite não acontece porque a forma de construção da representação é baseada nos e pelos discursos e ideologias de Estado centrados no Usuário. Assim se pretendeu compreender como se dão os efeitos de sentido de representação e representatividade nos discursos dos integrantes e particularmente da Sociedade Civil. Para tanto, descreve-se o lugar que os sujeitos ocupam no discurso e as condições de produção do seu dizer, se analisam os efeitos de sentido que a gestão compartilhada tripartite possibilita aos integrantes do Comitê e se interpreta discursivamente os enunciados dos integrantes das instituições sobre a participação, gestão compartilhada e descentralização. A metodologia selecionada para análise de entrevistas, atas e documentos foi a Análise do Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux focalizando, principalmente, os conceitos de Formação Discursiva (FD), Formação Ideológica (FI) e silenciamentos, que sustentam o dizer em determinadas condições de produção. A escolha do *corpus* de arquivo, pela análise dos documentos produzidos no Comitê, e pelo *corpus* experimental, com a realização de entrevistas com os integrantes, permitiu chegar à conclusão de que, no Comitê de Bacia do Rio Tibagi (Paraná), a escolha da representação não resulta na representatividade dos segmentos de forma tripartite. O ‘como’ os integrantes enunciam discursivamente, demonstra que há identificação com a Formação discursiva e ideológica centralizada no poder jurídico-burocrático-hierarquizado-tecnocrático de Estado e não internaliza a participação da Sociedade Civil na gestão dos recursos hídricos de forma sistêmica.

Palavras-chave Recursos Hídricos, Gestão descentralizada; Participação; Formação Discursiva, Formação Ideológica.

ABSTRACT

The Federal Law nº 9433/1997 instituted the National Water Resources Policy and created the National *Water Resources Management System*—SINGREH (abbreviation in Portuguese). The policy for Water Resources Management is established by objectives, fundamentals or principles, guidelines, management instruments, legislation, and institutions. With the implementation of the Federal Law nº 12726/1999 in Paraná, it was possible to create state collegiate bodies. The Watershed Committee and the Tibagi River Watershed Executive Agency (Paraná), as operation bodies, need to be able to exercise the attributions of legislation and ensure that shared, tripartite, participatory and decentralized management is implemented. The representation in these colleges needs effectiveness, and it happens only with representativeness. The Tibagi River Watershed Committee, created through State Decree nº 5790/2002, must implement the policy in a decentralized and shared manner, with the tripartite participation of Public Power segments, Users and Civil Society, in Tibagi River Watershed space. It is questioned 'how' the formal representation of the integral members, can generate the effectiveness of the representativeness of the tripartite segments preached in law? The hypothesis is that in the Tibagi River Watershed Committee, the tripartite representation process does not happen because the representation construction form is based on and by the user-centered discourses state ideologies. Thus, we intend to understand how the effects of a representation sense and representativeness in the discourses of the members and particularly of Civil Society are given. In order to do so, we describe the place that subjects occupy in the discourse and the conditions of production of their say, analyze the meaning effects that shared tripartite management enables the members of the Committee, and interpret discursively the statements of the institution's members about participation, shared management and decentralization. The methodology selected for the analysis of interviews, minutes and documents is the Discourse Analysis developed by Michel Pêcheux, focusing mainly on the concepts of Discursive Formation (DF), Ideological Formation (IF) and silencings that support the saying in certain production conditions. The choice of the archive corpus, through the analysis of the documents produced in the Committee, and the experimental corpus, through interviews with the members, made it possible to conclude that in the Tibagi River Watershed Committee (Paraná), the choice of representation does not result in the representativeness of the segments in a tripartite form. The 'how' members enunciate discursively, demonstrates that there is an identification with the Discursive and ideological Formation centralized in the juridical-bureaucratic-hierarchical-technocratic State power and does not internalize the participation of Civil Society in the management of water resources in a systemic way.

Keywords: Water Resources, Decentralized management; Participation; Discursive Formation, Discursive Formation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico dos modelos de gestão de recursos hídricos no Brasil.....	31
Quadro 2 - Classificação do sistema de gestão adotados no Brasil a partir da participação.....	36
Quadro 3 - Composição da mesa diretora provisória do Comitê de bacia para o rio Tibagi.....	58
Quadro 4 - Proposições de número de componentes para o Comitê da BHRT por segmento.....	60
Quadro 5 - Composição inicial e atual das instituições do Comitê da Bacia do Tibagi.....	63
Quadro 6 - Composição das mesas diretivas do Comitê de Tibagi de 2002 até gestão 2017.....	66
Quadro 7 - Categorias dos representantes na composição dos Comitês de bacia do Paraná.....	72
Quadro 8 - Características da Sociedade Civil após os regimes militares.....	82
Quadro 9 - Descrição dos documentos utilizados do Comitê da BHRT na formação do corpus de arquivo:.....	91
Quadro 10 - Deliberações do Comitê da BHRT desde sua criação até 2017	93
Quadro 11 - Organização do público alvo enunciador das entrevistas por segmento e instituição no Comitê de BHRT.	96
Quadro 12 - Representação dos Usuários, do Poder Público e da Sociedade Civil no Comitê da BHRT.	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estruturação conceitual sobre Estado	27
Figura 2 - Organograma para o termo participação em deslizamento de sentidos.	41
Figura 3 - Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos	47
Figura 4 - Regiões hidrográficas brasileiras	48
Figura 5 - Regiões hidrográficas do Paraná	49
Figura 6 - Localização das Bacias hidrográficas do Paraná	51
Figura 7 - Unidades de gerenciamento de Recursos Hídricos no Paraná	52
Figura 8 - Comitês de bacias instalados no Paraná	53
Figura 9 - Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi/Pr	57
Figura 10 - Composição do Comitê do da Bacia do Rio Tibagi	61
Figura 11 - Unidade de gestão de recursos hídricos – Paranapanema.....	74
Figura 12 - Proposta de enquadramento da Bacia do Rio Tibagi	157
Figura 13 - Proposta final de enquadramento da bacia do rio Tibagi	167

LISTA DE SIGLAS

AAqCG	Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais
ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
AEAPG	Associação e Arquitetos de Ponta Grossa
AGEPAR	Associação Profissional dos Geólogos do Paraná
BHRT	Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi
CBH	Comitê de bacia Hidrográfica
CBHT	Comitê de bacia Hidrográfica do Rio Tibagi
CBH-PCJ	Comitê de bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
COPATI	Consortio para Proteção Ambiental do Rio Tibagi
CRH	Conselho de Recursos Hídricos
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
FAEP	Federação da agricultura do Paraná
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ONG	Organização Não governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de interesse Público.
PLERH-PR	Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná
PP	Poder Público
PPF	Poder Público representante do segmento federal
PPE	Poder Público representante do segmento Estadual
PPM	Poder Público representante do segmento Municipal
SC	Sociedade Civil
SC ONG	Sociedade Civil representantes do segmento Organização Não governamental
SC IES	Sociedade Civil representante do segmento Ensino Superior
SC TP	Sociedade Civil representante do segmento técnico profissional
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEMA	Secretaria estadual de Meio Ambiente
SENGE	Sindicato dos engenheiros no estado do Paraná.
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
US	Usuário
UI	Usuário representante do segmento da indústria
UAq	Usuário representante do segmento da agroindústria e aquicultura
UDR	Usuário representante do segmento de drenagem e resíduos urbanos
UH	Usuário representante do segmento de Hidroeletricidade
UAU	Usuário representante do segmento de Abastecimento urbano.
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA.....	18
1.1 DO DISCURSO PARA ANÁLISE DO DISCURSO	18
1.2 ESTADO E O DISCURSO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO	22
1.3 A POLÍTICA NACIONAL DAS ÁGUAS NO BRASIL.....	28
1.4 O COMITÊ DE BACIA ENQUANTO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	35
1.5 COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI: ORIGEM, ESTRUTURA E SISTEMA DE GESTÃO DA ÁGUA.	46
1.6 REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE NO ÂMBITO DO COMITÊ DE BACIA	75
1.7 SOCIEDADE CIVIL ENQUANTO CATEGORIA REPRESENTATIVA NO COMITÊ DE BACIA	77
1.8 A ANÁLISE DO DISCURSO COMO PROPOSIÇÃO DE COMPREENSÃO DOS SUJEITOS E PROCESSOS ENUNCIATIVOS SOBRE A GESTÃO DO COMITÊ DE BACIA.	83
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO	89
2.1 DA DESCRIÇÃO AO DISCURSO NO PERCURSO ANALÍTICO.....	90
2.2 PÚBLICO ALVO	95
2.3 O INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	97
2.4 DA ANÁLISE	99
CAPÍTULO III - A SIGNIFICAÇÃO DA DISCURSIVIDADE E A SOCIEDADE CIVIL NO COMITÊ DE BACIA DO RIO TIBAGI	101
3.1 OS REPRESENTANTES NO COMITÊ ENQUANTO SUJEITOS ENUNCIADORES	101
3.2 EFEITOS DE SENTIDO SOBRE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DO RIO TIBAGI.	108
3.3 A FORMAÇÃO DISCURSIVA E IDEOLÓGICA (FD E FI) EM TORNO DO SENTIDO DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.....	113
3.4 GESTÃO COMPARTILHADA E O COMPROMISSO DE EFEITIVIDADE DA REPRESENTAÇÃO	119
3.5 O COMITÊ COMO ESPAÇO PARA DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	130

CAPITULO IV - A PARTICIPAÇÃO E A DESCENTRALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMITÊ DE BACIA DO RIO TIBAGI	155
4.1 AS IMPLICAÇÕES DA DISCURSIVIDADE NO COMITÊ DA BACIA COM RELAÇÃO AO ENQUADRAMENTO DO RIO TIBAGI	155
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICE – Entrevistas	189
ANEXO – Documentos preparatórios para instalação do Comitê	218

INTRODUÇÃO

A lei 9433/97, chamada lei das águas, passa a ser uma possibilidade política de gestão diferenciada dos recursos hídricos no Brasil. Esta lei propõe uma gestão descentralizada, voltada ao compartilhamento e participação que se originou como consequência do movimento participacionista inflado pelo advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, a constituição cidadã. Desde então, o tema dos Recursos Hídricos passou a ter uma tratativa diferenciada com proposta mais integrativa, de valores locais e participação social na gestão, com a atenuação da perspectiva ideológica das águas como fomento de geração de bens e riquezas.

O interesse no tema, que data desta época, foi significativamente marcado pela experiência pessoal prática, no Comitê de bacia do Tibagi em sua origem, desde 2002 a 2009, representando o segmento da Sociedade Civil, o que possibilitou a apreciação e participação em reuniões deliberativas sobre a bacia e sobre o Comitê.

A política pública de gestão dos recursos hídricos proposta para o Paraná continha a descentralização da gestão, com a legalização da espacialidade por bacia hidrográfica, a criação do Comitê de gestão tripartite com fins de construção da gestão participativa e compartilhada entre Poder Público, Usuário e Sociedade Civil. Porém na bacia do rio Tibagi havia uma inquietação sobre a representatividade no discurso de representação dos sujeitos enunciadorees da Sociedade Civil em seus devidos segmentos.

O aprofundamento no tema da utilização, pelas associações ambientalistas, de ferramentas jurídicas em defesa da água, aconteceu durante o mestrado, concluído em 2003, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, o que despertou o desejo de desenvolvimento de um estudo para dar prospecção ao objeto bacia hidrográfica e aos processos de gestão. A entrada no curso de Doutorado em Geografia da UEPG foi a oportunidade de se trabalhar particularidades e interdisciplinaridades envolvendo gestão compartilhada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos. Memórias¹, e condições de produção², levaram a identificação de um problema de pesquisa na gestão tripartite

¹ Aquilo que fala antes, em outro lugar (ORLANDI, 2012, p.31)

² Considerada aqui a condição de produção em sentido estrito como as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. O contexto é o que traz para consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da nossa de sociedade. (ORLANDI, 2012.p.30).

sobre a interpretação no discurso da e na representação exercida por integrantes do segmento da Sociedade Civil. A relevância do tema se justifica na medida em que se oportuniza à Sociedade Civil, canais de acesso aos espaços participativos de decisão política, possibilitando visibilidade às suas demandas e visões de mundo.

A justificativa pessoal se transformou em pertinência científica, que, após a prospecção temática pelo estudo da arte de gestão de águas em Comitê, se delineou na pergunta de partida que indagou: como se dá a representação e a representatividade da Sociedade Civil dentro do Comitê de bacia do Rio Tibagi/Paraná? A tese de pesquisa perseguida *busca* a evidência de que a representação formalizada do Comitê estudado de forma tripartite, não pode ser interpretada como a construção da representatividade da Sociedade Civil e seus segmentos na gestão descentralizada, compartilhada e participativa proposta pela Lei das Águas de 1997.

O objetivo geral pretendido *é* compreender como se dão os efeitos de sentido de representação e representatividade nos discursos dos integrantes da Sociedade Civil no Comitê de bacia do Rio Tibagi diante da proposição de gestão tripartite, descentralizada, compartilhada e participativa. Especificamente *se propõe*, em um primeiro momento, descrever o lugar que os sujeitos ocupam no discurso e as condições de produção do dizer da Sociedade Civil na gestão tripartite no Comitê pesquisado. Em seguida, analisar quais efeitos de sentido que a normativa das águas e gestão tripartite, descentralizada, compartilhada e participativa, possibilita aos integrantes dos segmentos do Comitê do Rio Tibagi, e por fim, interpretar os enunciados dos integrantes das Instituições da Sociedade Civil sobre representação e representatividade na política das águas, inscritos na formação discursiva e ideológica para a gestão das águas no Comitê da bacia do rio Tibagi.

Do ponto de vista teórico metodológico se fez necessário a fundamentação da Análise do Discurso (AD), na perspectiva francesa de Michel Pêcheux, por permitir revisitar a temática da gestão dos recursos hídricos e representação por uma abordagem inédita e por permitir uma análise de deslocamento do plano linguístico, articulando as noções de ideologia, discurso e história.³

A identificação dos sujeitos enunciadorees que tem algo a falar ou calar sobre a questão da representação e representatividade dos integrantes da Sociedade Civil

³ Os conceitos serão mais explorados e aprofundados no capítulo que aborda a metodologia subsequente com o batimento teoria e prática.

no Comitê de bacia do rio Tibagi, compõe o *corpus* de análise empírico e de arquivo. Foi contemplado o lugar de onde se materializam linguisticamente os discursos dos sujeitos enunciativos, seja através de entrevistas como em textos-documentos impressos. (COURTINE, 2009; ORLANDI, 2012).

Assim a tese se constitui em um *corpora* plural, como documentos atas, ofícios, lei de criação do comitê, deliberações e nove entrevistas com integrantes dos segmentos da Sociedade Civil.⁴

A seleção do *corpus* e a busca das marcas já representam um movimento de AD. O retorno ao *corpus* destaca as marcas de discurso que se alinham com os objetivos e questões perseguidas. Assim algumas linguagens, mais que outras, se permitiram compor com o discurso selecionado levando a identificação da filiação discursiva e ideológica dos enunciadores.

Ao invocar esse interstício histórico desde a criação até os dias atuais, o que se pretende pelo dispositivo discursivo de interpretação da representação e representatividade da Sociedade Civil, no Comitê de bacia do Rio Tibagi, é reconhecer a materialidade dos fatos linguísticos, sua não transparência, permitindo trabalhar a discursividade que se desvelam nos momentos sócio-históricos do Comitê. Diante do estabelecimento do montante de formulações analisáveis, buscou-se uma determinação na dispersão dos enunciados: o encontro de uma similaridade sobre a representação e representatividade que se exerce pela Sociedade Civil no processo de gestão do Comitê.

Nesta análise propõe a compreensão do funcionamento discursivo, os inter-relacionamentos que definem a formação discursiva, apoiado na determinação sócio-histórica e determinado pelas formações ideológicas (PECHEUX; FUCHS, 2010). Dito de outra forma, a língua não traduz, sem mediações, o real. A ideologia, a história e o inconsciente são tangentes que perpassam o terreno da língua. O que se é dito por um dado integrante do Comitê, em determinada circunstância, de uma certa posição de fala e sob influência das condições sócio históricas, permite, através do dispositivo de interpretação, demarcar a materialidade discursiva, analisar os discursos da representação e da representatividade, e assim compreender os efeitos de sentido na e da gestão compartilhada, tripartite,

⁴ A análise do discurso tem uma abordagem própria para pensar o *corpus*. Neste momento usa-se *corpora* plural e, no capítulo da metodologia, será explicado como foi entendido esse *corpora*.

descentralizada e participativa do segmento da Sociedade Civil, no Comitê de bacia do rio Tibagi/Paraná.

A apresentação da pesquisa está estruturada em grandes núcleos. Apresentação teórica; delimitação teórico-metodológica; análise de dados, resultados e conclusões. Para essa exposição foi utilizado quatro capítulos e suas subdivisões. A normalização segue as regras da ABNT segundo orientação do Manual de normalização de trabalhos científicos da UEPG (UNIVERSIDADE, 2017)

A apresentação teórica aborda elementos de análise do discurso (AD), gestão da água e Sociedade Civil. Sobre AD proposta, tem-se que o teórico da linha francesa Michel Pêcheux expõe um olhar leitor à opacidade do discurso e a materialidade ideológica, procurando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres e ao que não é dito. Como um novo suporte teórico para a ideologia de Althusser (1980), se utiliza do método de análise de formas materiais, originado dos deslizamentos dos conceitos da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico.

Ao considerar o 'já dito' como estrutura de toda forma do dizer, propõe um destaque ao interdiscurso que é articulado ao complexo de Formações ideológicas (FI), formadoras das Formações discursivas (FD) permitindo ao sujeito que ele possa e deva dizer em situação dada em uma condição de produção dada, o seu dizer. Assim não há a literalidade das palavras, há o sentido e seu efeito. O sentido é sempre uma relação metafórica do uso de uma palavra para construir uma FD em um lugar historicamente construído.

A interpretação dessas FDs sobre a gestão permite uma análise do lugar do dizer da Sociedade Civil diante da proposição de gestão tripartite compartilhada, participativa e descentralizada.

No capítulo I se encontra uma sustentação teórica e a descrição do Comitê e sua espacialidade, com a finalidade de construir a base conceitual adequada na busca de confirmar ou não a hipótese da pesquisa. Procura abordar conceitos da teoria de Análise de Discurso e sobre a estrutura do Estado a formação da ideologia pelos seus aparelhos.

Descreve-se a política nacional das águas no Brasil, no Paraná e em específico, no Comitê de bacia do rio Tibagi, para apontar as questões sobre a representação e a representatividade tripartite no âmbito da bacia. Analisa-se os

conceitos democráticos de participação, compartilhamento e descentralização e as variações teóricas sobre a representação da categoria Sociedade Civil.

Para concluir essa etapa do referencial teórico-metodológico da análise do discurso, são apresentados os conceitos articulados da representação e representatividade dos segmentos tripartite na gestão da bacia hidrográfica.

O capítulo II é destinado à explanação da metodologia utilizada. Perpassa a descrição dos procedimentos, o percurso analítico, a exposição do *corpora*, com a indicação dos documentos analisados e a descrição do público alvo bem como a abordagem do modelo de análise pretendida.

O terceiro e quarto capítulos se destinam a fase analítica de batimento entre a teoria e o *corpora* pesquisado para se chegar a significação da discursividade e a Sociedade Civil no Comitê da bacia do rio Tibagi. Para tanto, o capítulo III, aborda os representantes enquanto sujeitos enunciadore, o efeito de sentido sobre a participação da Sociedade Civil no processo de composição, a Formação discursiva e ideológica (FD e FI) em torno do sentido de participação, gestão compartilhada e descentralizada. O capítulo IV aborda a participação da Sociedade Civil no Comitê de bacia do rio Tibagi e a relação com a efetividade da descentralização. É apresentado o processo de enquadramento dos corpos d'água no rio Tibagi como acontecimento de gestão bem como as implicações discursivas decorrentes da compreensão desta ferramenta na gestão de águas no Paraná.

Perante a necessidade de fortalecimento do modelo de gestão de águas por bacia hidrográfica no Paraná, esta pesquisa permite uma reflexão sobre os desafios em termos de legitimidade e representatividade, uma vez que a falta de representatividade pode deslegitimar os espaços participativos, como os comitês, e como indica Dowbor, Houtzager e Serafim , "[...] enfraquecer seu papel na definição de políticas públicas frente a outros espaços, ou pode resultar na elaboração de políticas que não contemplem as demandas dos setores que representam" (DOWBOR, HOUTZAGER, SERAFIM, p.23).

Ao se aprofundar nas discussões de participação da Sociedade Civil no Comitê de Bacia do Rio Tibagi (CBRT), se espera, ao fim, ampliar as discussões do segmento sobre os espaços participativos na busca da efetividade da política de águas por Comitê de bacia, no âmbito estadual e nacional.

CAPÍTULO I - QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Com a apresentação do quadro teórico, se pretende abordar as teorias estruturantes na compreensão da discursividade. Os sujeitos linguísticos materiais se inscrevem na história pela ideologia para constituir o efeito de evidência dos sentidos. (ORLANDI, 2012, PECHEUX, 1997b). A Análise do Discurso tem filiações teóricas que permitem produzir novos recortes de disciplinas para constituir o discurso como objeto de estudo. De acordo com a questão formulada se mobiliza diferentes conceitos para fazer o recorte teórico individualizado.

1.1 DO DISCURSO PARA ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso de linha francesa pecheuxtiana⁵, permite o imbricamento do discurso, do sujeito e da história na elaboração dos sentidos no estudo da compreensão do processo de como o conhecimento e a sociedade se constituem por meio da linguagem.

O discurso, neste caso, dispõe de conceitos próprios e singulares que auxiliam na busca pela materialidade linguística, tais como: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), condição de produção, enunciados, memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso, silenciamento, entre outros. Por meio da apropriação conceitual se busca significar a linguagem e compreender “[...] a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2012, p.15)

Pensar a questão discursiva permite um deslocamento na compreensão das Ciências Sociais em uma releitura de ideologia realizada por Althusser, da Linguística, que vê a língua em funcionamento, da História em que a realidade é uma interpretação do real e da Psicanálise, onde o indivíduo se constitui no discurso e pelo discurso, consciente e inconscientemente. Segundo Pêcheux (1997), deve-se levar em conta que as transformações das relações de produção são contraditórias e constituídas “em um momento histórico dado, e para uma formação social dada,

⁵ Há vários vieses para análise do discurso, como estudos de Foucault, Bakhtin e a francesa, a partir dos estudos de Pêcheux (ORLANDI, 2012). A linha pecheutiana é a empregada nesta tese.

pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta” (PECHEUX, 1997b, p.145).

O aparelho repressivo de Estado, em deslocamento da teoria marxista, compreende o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que funcionam pela violência. (ALTHUSSER, 1980).

Os Aparelhos ideológicos de Estado, (AIE) se constituem parte do Estado, se designam por “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”(ALTHUSSER, 1980, p.43).

O AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação, cultural e outros funcionam pela ideologia, são unificados na ideologia dominante como a exteriorização da classe dominante. (ALTHUSSER, 1980).

A materialidade da ideologia é reproduzida por Pecheux a partir de Althusser e se apresenta de forma que “só existe prática através e sob uma ideologia e só existe ideologia através do sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1980, p.91).

Dito de outra maneira, a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos e esses sujeitos interpelados pela ideologia, são sempre já-sujeitos. “O fato de que há um ‘já dito’ que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia,” (ORLANDI, 2012, p.32) permitindo uma filiação do sujeito a determinados dizeres e não outros. (PECHEUX, 1997a).

A relação do ‘já dito’ e o que está se dizendo é a diferença entre interdiscurso e o intradiscurso. Considera-se a constituição do sentido o interdiscurso e, a formulação, o intradiscurso. No interdiscurso teríamos todos os dizeres já ditos, e esquecidos, em uma estratificação de enunciados, representando o dizível. O intradiscurso é o eixo da formulação, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, sob dadas condições. É o interdiscurso que especifica as condições na qual um acontecimento histórico passa a ser suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna de uma memória. (PECHEUX, 1997a). Dito de outra maneira, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. Ao enunciar, há uma filiação a redes de sentidos que se determinam pela ideologia e pelo inconsciente. Pela prática de leitura discursiva é possível constituir escutas de análise do não dito e o que significam em suas palavras. (ORLANDI, 2012)

A memória é afetada pelos esquecimentos ao longo do dizer. Segundo Pêcheux (1997a) pode-se distinguir duas formas de esquecimento no discurso. O esquecimento número um é o ideológico, é da instância do inconsciente e resulta no modo como somos afetados pela ideologia, tendo a ilusão de ser a origem do que dizer. O esquecimento número dois é o da ordem da enunciação, em que falamos de uma determinada maneira e não de outra, formando famílias parafrásticas. Embora os sentidos se realizem em nosso discurso, não somos a origem do nosso dizer. Os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história. Os indivíduos esquecem o que já foi dito, para, ao se identificarem com o que dizem se constituírem em sujeitos. (ORLANDI, 2012).

Ao se enunciar produz-se uma alteração nas redes de filiações para produzir sentido. Falamos da mesma forma ou diferente pela polissemia e pela paráfrase. A paráfrase é a possibilidades de retorno ao mesmo espaço do dizer produzindo diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Na polissemia, o que se tem é o deslocamento, uma ruptura de processos de significação. Há uma simultaneidade de sentidos no mesmo objeto simbólico.⁶ Entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe a compreender como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção de sentidos. (ORLANDI, 2012). Esta produção de sentidos não está desvinculada das condições de produção do dizer.

As condições de produção implicam na produção de imagens dos sujeitos assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura histórica. Não é o dizer em si mesmo que determina o sentido do dizer. É preciso referi-lo às suas memórias e também referi-lo a uma formação discursiva. (ORLANDI, 2012).

Formação discursiva (FD) se define “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p.43).

O sentido depende de relações constituídas nas /pelas formações discursivas, que ao contrário de serem constituídos em blocos homogêneos, se apresentam na contradição e heterogeneidade, reconfigurando-se em suas relações. Por isso, o conceito de metáfora se apresenta não como uma figura de linguagem, mas definida como a tomada de uma palavra por outra, onde palavras iguais podem significar de

⁶ Não foi o foco exatamente esses conceitos na análise, mas são pertinentes teoricamente para pensar a produção de sentidos.

forma diferentemente, por que se inscrevem em formações discursivas diferentes. (ORLANDI, 2012; PECHEUX, 1997a).

Para compreender a opacidade do discurso, deve-se ir para além da evidência, acolhendo a determinação dos sentidos pela história, a constituição dos sujeitos pela ideologia e pelo inconsciente, colocando o dito em relação ao não dito, ou seja, o que o sujeito diz naquilo que ele não diz, mas que constitui o sentido de suas palavras. (PECHEUX, 1997a; ORLANDI, 2012).

Uma das formas do não dito é o silêncio constitutivo de todo dizer, que difere do implícito como um não dito que se define em relação ao dizer, pois que uma das formas de silenciar é escolher, consciente ou inconscientemente, um dizer em detrimento de outro dizer, de uma palavra em detrimento da outra. “O silêncio, ao contrário não é o não dito que sustenta o dizer, mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.” (ORLANDI, 1992, p.106). A imposição do silêncio não significa apenas calar o interlocutor, mas lhe impedir de sustentar outro dizer e impedir que os sentidos circulem. Ao tomar-se como referência o conceito de formações discursivas, tem-se que “o silêncio trabalha os limites das diferentes formações discursivas, isto é, trabalha o jogo da contradição de sentidos e da identificação do sujeito” (ORLANDI, 1992, p.106).

Orlandi (1992) apresenta duas grandes divisões nas formas do silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio. A política do silêncio se apresenta em duas divisões: o constitutivo em que todo dizer cala outro sentido, e silêncio local que se manifesta como censura.

A censura como silêncio local é o dizível produzido pela intervenção de relações de força nas circunstâncias de enunciação que impede de dizer aquilo que se poderia dizer, mas foi proibido. A censura funciona no nível de circulação e de elaboração histórica dos sentidos e também sobre o processo de identificação do sujeito em sua relação com os sentidos. (ORLANDI, 1992). O desafio é compreender os processos de significação do silêncio local na historicidade do dizer e problematizar o efeito de sentido desta historicidade identificando o que se silencia. Com a análise do discurso, busca-se o ponto em que a inscrição ideológica revela os efeitos de sentido, transpondo os limites da literalidade linguística para encontrar as condições sócio-históricas de produção do que se enuncia. (SILVA, 2009).

Neste trânsito movediço da língua se propõe a análise discursiva como dispositivo de interpretação, que destaca os efeitos de sentidos e a constituição dos sujeitos integrantes do segmento da Sociedade Civil no Comitê de bacia do rio Tibagi, dentro da perspectiva da gestão tripartite, compartilhada, descentralizada e participativa.

1.2 ESTADO E O DISCURSO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO

É inerente às sociedades históricas a existência da desigualdade nas relações sociais. Essa característica problematiza o espaço político onde o poder político está presente como uma necessidade da vida social. Mesmo onde intuições políticas estejam ausentes, em casos de tribos ditas como primitivas, aí também, nessas relações sociais, se reconhece a existência do poder. (CLASTRES, 1979).

A importância a ser dada ao tema está na concepção sócio-histórica que dá sentido ao poder em termos de relações de autoridade e de comando-obediência. O poder concebido como coerção é parte de uma concepção sócio-histórica da cultura ocidental de hierarquização, ligado a personificação do Estado. (CLASTRES, 1979, LAGAZZI, 1988). A cultura ocidental se firmou por meio de registros escritos, desde as inscrições rupestres até a escrita entendida como língua, que as relações de autoridade e de comando-obediência são marcadas como modos de hierarquização social. Contudo, não se pode entender a língua apenas como uma estrutura linguística constituída de transparência, pois que no jogo discursivo se dão os efeitos de sentido. De acordo com Orlandi, “compreender o efeito de sentido é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos.” (ORLANDI, 1992, p.21)

O efeito de sentido produzido aos/pelos discursos do Estado, a partir das ideias de Locke (2006), entre as muitas formações discursivas possíveis, desencadeou a prática de uma gestão liberal que regula historicamente o dizer entre locutores. Ao homem seria permitido a acumulação da propriedade pelo trabalho, se apropriando da natureza. Ao sair desse estado de natureza e entrar na Sociedade Civil, os homens cederiam à autoridade civil os poderes para que um governo protegesse os frutos da apropriação de bens individualmente trazidos do estado de natureza. Com a invenção do dinheiro e a atribuição de valor tácito e voluntário a

ele, a acumulação de riquezas e a distribuição desigual em sociedade se estabeleceu. (MACPHERSON, 1978).

Lagazzi afirma que “[...] a concepção de Estado está diretamente vinculada à fundamentação do poder jurídico, [e que] por sua vez, é decorrência da ideia de lucro, que se coloca nos termos do capitalismo [...]”. (LAGAZZI, 1988, p.16). Dito de outra maneira, o Estado capitalista está fundado na divergência de interesses e conflito dos direitos e deveres entre proprietários e não proprietários, amparados pelo jurídico. O Estado, então, se apresenta como Estado-capitalista-jurídico e coercitivo.

Diante da divergência de interesses que se originam da contraposição de direitos/ deveres de uns que não são os interesses e direitos/deveres de outros, o Estado interfere através do sistema jurídico de forma coercitiva. Nessas sociedades de Estado, portanto, “as relações de poder estão diretamente ligadas à coerção, são relações hierarquizadas e autoritárias de comando- obediência”. (LAGAZZI, 1988, p 16).

O Estado nessas condições precisa se mostrar forte, centro de poder, centralizador, autoritário que enquanto poder repressivo mantém uma relação coercitiva em seus hierarquizados, fundamentados pelo jurídico. (ALTHUSSER, 1980; LAGAZZI, 1988).

No Brasil, desde o momento sócio histórico de caracterização do Estado republicano em 1889 por forças militares, o espaço de quase 40 anos de governo civil foi caracterizado por oligarquias quase antirrepublicanas. Após 1930 foram varias décadas de tutelas militares onde a vida política democrática não conseguiu se estabilizar mediante vínculos consistentes com a sociedade, tornando-se porosa, frágil e instável. (NOGUEIRA, 2011).

Com o golpe militar de 1964, e por aproximadamente vinte anos, o Brasil viveria uma ditadura, com relação hierarquizada e discursos de comando e obediência e silenciamentos. Neste espaço sócio histórico, o País foi movimentado e explodiu em termos capitalistas. O movimento frenético alcançou várias frentes: expandiu suas forças produtivas, estatizou-se, internacionalizou sua economia, dinamizou a agricultura e se industrializou. Nessas condições de produção, regada por uma indústria cultural televisiva, alteraram-se os costumes e as ideias,

proliferaram novos interesses na política, transformando os discursos de participação. (NOGUEIRA, 2011).

Os acontecimentos de 1964 foram pontos de inflexão na histórica brasileira. Naquele ano houve uma alteração na forma de Estado e na qualidade do processo político. O Estado se constituiu como agente de desenvolvimento e regulação por sua forma coercitiva e hierarquizada. Combinou-se simultaneamente com grupos dominantes e com o grande capital monopolista, promovendo uma rápida e desigual modernização. Porém houveram questionamentos sobre a eficiência da forma de organização da sociedade e da democracia praticada.(NOGUEIRA, 2011).

Segundo o autor acima, os sucessivos governos militares reproduziram os traços perversos e suas escolhas estimularam a corporativização da sociedade, fracionando em compartimentos estanques, presos a interesses particularistas. O diálogo com o Estado se daria sem a intermediação de instituições representativas sociais. Embora a Sociedade Civil tivesse força, e se apresentasse diversificada, não conseguia dar vazão e operacionalização às reivindicações populares. (NOGUEIRA, 2011).

A chegada ao poder de uma ‘Aliança democrática’, em 1985, se propôs a redefinir as condições concretas do fazer político, “dando uma nova dialética entre Estado e a sociedade” (NOGUEIRA, 2011, p.27). A representação no interior do Estado para além da representação partidária, se apresenta como um discurso presente. Nesta fase, se intensificam as críticas à representação da participação partidária diante de reivindicações participacionistas da sociedade.

A representação partidária como única forma de representação, além de não ser capaz de promover uma representação efetiva, não seria capaz de dar conta de uma multiplicidade de questões concretas existentes no cotidiano dos cidadãos. (GUIMARAES, 2008, p.55).

A democracia a partir da concepção minimalista, centrada no modelo de livre escolha dos representantes, (SHUMPETER, 1961), se depara com a incapacidade de garantir, como método de seleção de líderes da população, “que haja limites para ações dos representantes, qualidade nas políticas executadas e responsividade política por parte dos eleitos”. (GUIMARAES, 2008, p.39). O discurso sobre a representação, nesse modelo de democracia, cria um problema de efetividade das ações dos representantes e a responsabilidade perante os eleitos.

A reforma empreendida na redemocratização do Brasil, a partir da constituição cidadã, em 1988, incorpora a ideia de modernização administrativa que passou a ser entendida como renovação do método de gestão, impondo novos parâmetros para gestão pública. Deu-se a criação de focos de incentivo para o aumento do controle social com a incorporação de mecanismos de participação na gestão das políticas descentralizadas. (NOGUEIRA, 2011).

Assim como Telles, (2000), Nogueira (2011) indica que o processo de democratização no Brasil ressignificou, em deslizamento semântico, a democracia, e incorporou quatro ideias ao discurso democrático: descentralização, participação, cidadania e Sociedade Civil, adaptando esses elementos do léxico democrático, à cultura mercantil e à hegemonia neoliberal. (NOGUEIRA, 2011).

Na compatibilidade do Estado hierarquizado, coercitivo e jurídico com a gestão descentralizada, se propõe um discurso de aproximação com a imagem de associação de sujeitos mais cooperativos do que conflituosos e contraditórios. (LAGAZZI, 1998; NOGUEIRA, 2011). Telles (2000) indica que a questão se apresenta complicada no campo semântico sobre a capacidade da Sociedade Civil diante desse Estado centralizado. Ao se dizer que a Sociedade Civil se mostrou participante, solidária, capaz, empreendedora, portanto com todas as condições de absorver as políticas do Estado, está se construindo um efeito de sentido que sustenta uma formação discursiva própria de ideologia liberal-capitalista-jurídico.

O consenso passa a ser o ideal para solucionar satisfatoriamente possíveis conflitos sociais, instituindo um 'nós' coletivo, a partir da pressuposição de uma região homogênea de afinidades na sociedade balizadora da política pública. (ORLANDI, RODRIGUES-ALCALÁ, 2018). A busca do consenso, como acordo ou concordância geral, não só de pensamento, mas de sentimento para traduzir o senso de afinidade mútuo, produz o sentido e os mecanismos discursivos específicos nos /pelos quais se produz uma segregação.

A lógica consensual funciona assim de modo articulado à lógica segregacionista[...] na medida em que aquela pressupõe uma 'concordância geral de pensamento e sentimentos' os que 'pensam e sentem' diferente ficam situados do lado de fora, excluídos do vínculo social, separados. (ORLANDI; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2018, p.17, grifo no original).

As políticas públicas de participação que pretendem construir a inclusão dos que pensam diferente, partem do pressuposto de identidades separadas, sem considerar que o mecanismo de identificação social são produzidos num mesmo processo integrado, opaco e contraditório da sociedade como um todo. Para se reconstruir uma prática democrática, como apresenta, não basta à mera participação e tolerância em uma cidadania separada das relações sociais desiguais da sociedade, mas a busca da participação do maior número de indivíduos e de grupos, os mais diferentes possíveis com as mesmas formas de reconhecimento do outro. (ORLANDI; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2018).

A participação, por Pateman (1992), é algo que deve ir além do momento deliberativo alcançando um aprendizado social em que se fortalece. Trata-se de algo construído, “visando o desenvolvimento das potencialidades humanas” (GUIMARAES, 2008, p.45).

Os espaços de efetividade da construção da democracia são reduzidos a um problema de gestão administrativa em um campo de negócios. “As leis funcionam como um código de conduta para regular as relações sociais e garantir os direitos individuais dos cidadãos, cuja imagem despolitizada é cada vez mais reduzida à figura do consumidor” (ORLANDI; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2018, p.19).

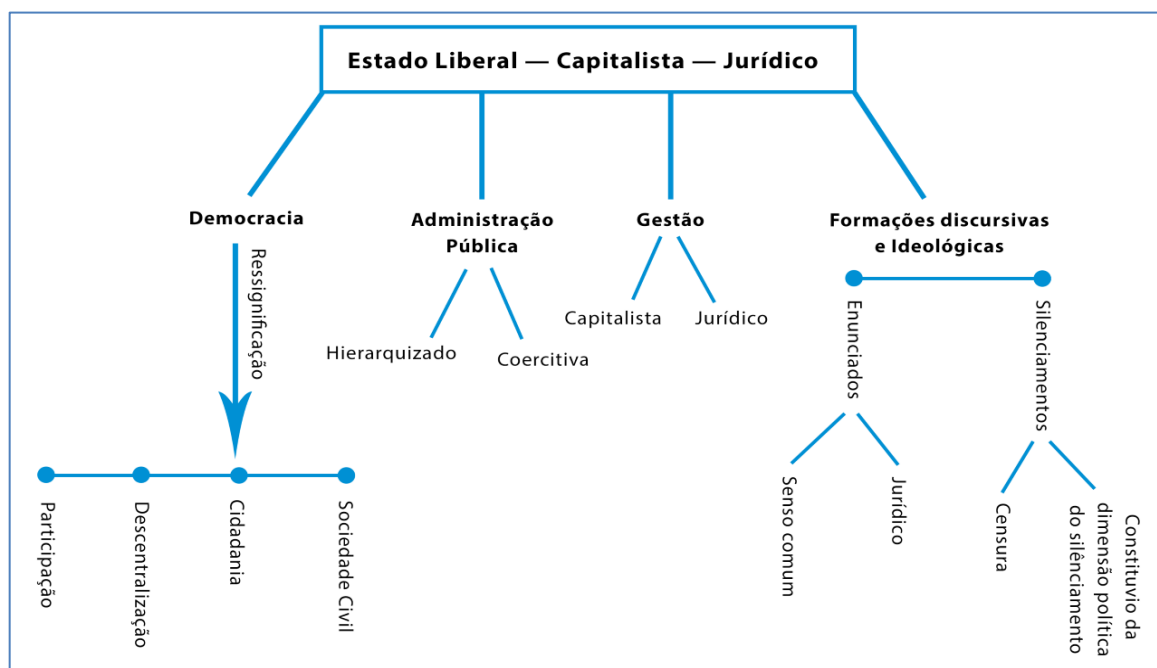
A legislação, compiladas em vários códigos que refletem as subdivisões da instância jurídica, encontram-se a disposição da jurisprudência que representam proibições ou permissões formais. (LAGAZZI, 2011). A regularidade da lei representa uma ordem que acarreta o sentimento de dever, mas não é a única forma e regra que fornece parâmetros ao sujeito para seguir enquanto membro de uma determinada sociedade e para agir sobre determinado tema. (LAGAZZI, 2011).

Portanto, o discurso legal que se inscreve nas formações discursivas se dão não só pelo simbólico do jurídico atribuído à legislação, mas por um efeito de sentido de um juridicismo trazido pelo senso comum dos sujeitos (LAGAZZI, 2011), e por processos de silenciamento. (ORLANDI, 1992).

Na política, sobre a democracia, o silêncio é constitutivo de sentido, quando indica que para dizer é preciso não dizer ou vem como silêncio local na modalidade de censura propriamente dita, em que não é qualquer um que pode dizer tudo e que não se é permitido dizer em uma certa conjuntura. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como aporte da retórica da dominação

(a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 1992, p.31). A figura 1 que segue, esquematiza os conceitos aqui abordados⁷.

Figura 1 - Estruturação conceitual sobre Estado



Fonte: retirado da literatura.

Nota: Organizado pela autora

A Política Nacional das Águas no Brasil, construída em legislação própria, lei 9433/97,(BRASIL,1997), representa a formalização explícita nacional do dizer o Direito em relação ao processo de participação na gestão dos recursos hídricos. O discurso jurídico, sustentado pelo dizer liberal (todos são iguais perante a lei), tem sua importância como determinação sócio-histórica já que produz o apagamento das diferenças dos lugares distintos e “reduz interlocutores ao silêncio”. (ORLANDI, 1992, p.43).

O discurso de participação da Sociedade Civil presente nos membros do Comitê de bacia hidrográfica do rio Tibagi, produz o efeito de representação do qual os integrantes partem. A linguagem, com seus enunciados e silenciamentos, a partir dos sentidos dados à palavra democracia a qual envolve, nesta reflexão a questão

⁷ Para melhor visualização do que se está dizendo, os elementos se encontram separados. Contudo, no movimento analítico estão todos imbricados.

da administração pública e da gestão que se inscrevem em dadas formações discursivas e ideológicas⁸, constituem a “pista” para se chegar ao efeito de sentido daquilo que se entende como representação e representatividade da Sociedade Civil no Comitê de bacia do Rio Tibagi desde a criação até o momento atual. Antes, porém, é necessário discutir como se dá a política das águas no Brasil.

1.3 A POLÍTICA NACIONAL DAS ÁGUAS NO BRASIL

A água é tema de preocupação na política pública já no Brasil monárquico. Desde 1817 com a proibição por D. João VI dos cortes das matas, com desapropriações privadas para enfrentar o dessecamento entre 1855 a 1856 ou com o reflorestamento do maciço da Tijuca em 1862 a 1887, já se construíam regulamentos em torno de um modelo de ação política do Império voltada para a necessidade emergencial da escassez, construindo memórias discursivas ligadas à solução de problemas. (PÁDUA, 2002).

Segundo Silveira *et al.* (1999), já na década de 1920, passando pelos períodos recessivos de guerras, até a projeção das grandes construções das usinas dos anos 70, o Estado, em uma hegemonia administrativa, tem desenvolvido políticas voltadas para intervenção direta no setor da geração de hidroeletricidade. As bacias hidrográficas e suas particularidades hídras e sociais, não se apresentavam como unidade predominante desse planejamento.

Já no século seguinte, o Código de Águas, instituído pelo Decreto Federal 24.643/34 (BRASIL, 2017) tinha uma concepção voltada ao planejamento como:

i) o uso direto para a necessidade essenciais à vida; ii) a necessidade de concessão e ou autorização para derivação de águas públicas; e iii) o conceito poluidor-pagador, prevendo a responsabilidade financeira e penal para atividades que contaminassem os mananciais hídricos. (SOUZA JUNIOR, 2004, p. 33).

Mas mesmo com uma compreensão do planejamento no tocante a esses elementos de planificação, a formação conceitual do Código de Águas de 1934, “estava inteiramente voltada para os setores de navegação e da energia hidráulica, para a política de açudagem e de combate às secas [...]” (MACEDO, 1993, p.191),

⁸ Estes conceitos serão também explorados teoricamente na metodologia do trabalho e nas análises *a posteriori*.

refletindo o ideário emergencial das políticas públicas de desenvolvimento, com preocupação com a otimização ou com o uso da água. (SÁ; CAMPOS, 2001).

Barth (2002) indica que o momento de transição do fim da hegemonia do setor hidroelétrico para uma gestão que tivesse foco nos recursos hídricos, contou com profissionais ligados a associações e entidades de recursos hídricos. A participação tecnocrática representa um efeito ideológico de segregação. As políticas públicas a partir de participação técnica partem do efeito de ideológico da existência de identidades separadas em sociedade, desconsiderando a identificação da sociedade como um todo. (ORLANDI; RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2018).

Souza Junior, (2004) indica que ainda assim a reestruturação político administrativa do Estado, a partir da Constituição de 1988 foi um marco do ponto de vista da política e gestão dos recursos hídricos. A construção dos mecanismos institucionais, legais, organizacionais e financeiros para gestão de recursos hídricos possibilitaram, o que Lanna (2001, p.14) identificou como “uma abordagem mais eficiente do problema”.

Setti, *et al* (2001); Lanna (2001); Souza Junior (2004) e Borsoi e Torres (1997) identificam três processos histórico-discursivos da gestão dos recursos hídricos no Brasil que geraram efeito de sentido diferenciado: o modelo burocrático, o modelo econômico-financeiro e o modelo sistêmico de integração participativa. Nesses modelos se destaca a característica de ação do Estado e a proposta de modelos políticos com a possibilidade de integração social.

O modelo burocrático se apresenta com características de ter as decisões centralizadas e destinadas a cumprir a legislação e serem atos de comando e controle. (SOUZA JUNIOR, 2004). Esse modelo começou a ser implantado no final do século XIX. Tem como características a autoridade e o poder tendente a concentrar-se gradualmente em entidades públicas de natureza burocrática. Estas, por sua vez, trabalham com processos casuísticos e reativos destinados a aprovar ações formais de acordo com as atribuições de diversos escalões hierárquicos (LANNA, 2001). Portanto, um efeito de poder que, ao estabelecer hierarquias, produz o funcionamento da língua como legitimação dos atos burocráticos.

As principais falhas desse modelo podem ser identificadas por não levar em conta que

[...] a excessiva atenção dada aos aspectos formais impede a percepção dos elementos dinâmicos: o meio em que a organização se insere, a personalidade dos atores que nela contracenam, e as relações de poder que permeiam a organização (LANNA, 2001, p.15).

O modelo econômico-financeiro sucedeu o modelo de gestão burocrática. Neste modelo, em que as decisões se dão para cumprir uma legislação instrumentadora de promoção do desenvolvimento nacional, o governo possui prioridades setoriais na bacia hidrográfica. Porto e Porto (2008) afirmam que, nesse momento, surgiu a primeira experiência de Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH) com atribuições consultivas. Tinha uma diretriz difícil de ser aplicada porque pregava um desenvolvimento multissetorial tendo o Estado uma função de empreendedor-capitalista. (LANNA, 2001).

Esse modelo foi marcado por duas orientações: as prioridades setoriais governamentais que priorizavam usuários específicos como hidroeletricidade, irrigação e saneamento, etc., e o desenvolvimento multissetorial, difícil de executar, pois estavam ligados ao ministério ou à secretaria estadual e segmento específico de atuação. De acordo com Borsoi e Torres(2015).

A principal deficiência do modelo econômico-financeiro era sua necessidade de criar um grande sistema para compatibilizar as ações temporais e as espaciais de uso e proteção das águas. Na prática, foram criados sistemas parciais que acabaram privilegiando determinados setores Usuários de água, ocorrendo até uma apropriação perdulária por parte de certos segmentos. Ao final, sem conseguir alcançar a utilização social e economicamente ótima da água, tinha-se a geração de conflitos entre os setores e até intra-setores, na mesma intensidade do modelo burocrático de gestão. (BORSOI; TORRES, 1997, p.10-11)

Essa forma de gestão da água é aglutinadora e não promove a gestão integral, pois não assegura o tratamento global de todos os problemas e oportunidades de desenvolvimento e proteção, já que depende das diretrizes estabelecidas pelo Poder Público. O fato de não se assegurar o tratamento global de todos os problemas e oportunidades de desenvolvimento e proteção, deflagram um efeito de sentido de distanciamento e insensibilidade aos problemas locais e de participação.

Essa posição setorializada tende a criar entidades públicas com grandes poderes que estabelecem conflitos com outras preexistentes, resultando em impasses políticos de difícil solução. (LANNA, 2001).

Souza Junior (2004, p.39) cita que “Atualmente estaríamos caminhando para o modelo sistêmico, posto como moderno em termos de gestão pública”, representando a fase da inclusão dos fundamentos da descentralização, do compartilhamento no planejamento, do uso do instrumento econômico e da gestão participativa.

No modelo Sistêmico a prática de gestão se propõe democrática por incluir descentralização e participação da Sociedade Civil. Na propriedade pública da água, o sistema de gestão se estrutura por três determinações: necessidade de descentralização de forma compartilhada e participativa, a adoção de planejamento estratégico por bacia hidrográfica e instrumentos normativos econômicos para implantação desses planos. (LANNA, 2001). Porém a forma de organização de administração do Estado é significativa. Nessa perspectiva, os sujeitos passam a se organizar assim por força coercitiva e hierarquizada do poder do Estado.

Conforme Setti *et al.*(2001); Borsoi e Torres (1997), Lanna (2001) e Wilson Junior (2004) cada modelo de gestão possui características estruturantes que os demarcam.(Quadro 1).

Quadro 1 - Histórico dos modelos de gestão de recursos hídricos no Brasil

Modelo	Características
Burocrático	Centrado no estado, instrumentos de comando e controle.
Econômico-financeiro	Planejamento estratégico, instrumentos econômicos, tecnocracia.
Sistêmico	Descentralizado, compartilhamento do planejamento, instrumentos econômicos, gestão participativa.

Fonte: (SETTI et al.,2001; BORSOI, TORRES 1997,.LANNA,2001; WILSON JUNIOR, 2004.)

Nota: Organizado pela autora.

Souza Junior (2004) indica a existência destes três movimentos políticos ideológicos de gestão e “que a adoção de uma ideologia determina o formato de gestão dos recursos de modo geral” (SOUZA JUNIOR, 2004, p.39).

Assim, o estado empreendedor dos anos 30, após a crise financeira global consolidada na quebra de Nova Iorque, teria uma vinculação maior com o modelo Burocrático, mais pelas suas características que pela sua nomenclatura propriamente dita. Os ideais de abertura democrática dos anos 80 teriam condicionado a adoção do modelo econômico financeiro e os tempos liberais dos anos 90 o teria colocado frente ao ‘desafio’ do modelo sistêmico(SOUZA JUNIOR, 2004,p.40.)

Os modelos trazem implícito o funcionamento da sociedade e de Estado. Os instrumentos legais implantados sejam de comando e controle, tecnocrata, ou econômico com participação, refletem a força do Estado.

Mesmo em uma proposta de gestão no modelo Sistêmico, que se propõe à participação, apresenta-se para a sociedade brasileira, como um discurso de modelo de Estado coercitivo e hierarquizado, próprio de um sistema administrativo-jurídico-capitalista alicerçando o movimento liberal.

As discussões que constituíram as bases dos preceitos da Constituição Federal de 1988 e da Lei 9433/1997 (BRASIL, 1997) que regulamentaram o segmento das águas denotam um caráter tecnocrático que se internalizou nas atividades de gestão hídrica no país. A partir de encontros no âmbito da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), uma entidade técnica que envolvia profissionais de diversas áreas, principalmente da engenharia hidráulica, foram promovidos eventos e emitidas documentos em assembleias gerais, que serviram de fundamentos, já ditos instrumentadores para a formulação de legislações estaduais e federais sobre recursos hídricos. A Carta de Salvador, (ABRH, 1987); Carta de Foz do Iguaçu, (ABRH, 1989) e Carta de Rio de Janeiro, (ABRH, 1991), Carta de Gramado, (ABRH 1993) Carta do Recife (ABRH 1995) serviram para demarcar os sentidos e estruturar as relações de forças do Estado e sociedade, propagada na política das águas.

Consta na Carta de Gramado que “entende-se por POLÍTICA ao conjunto de dispositivos legais, normas e demais instrumentos que formulem objetivos, definam e orientem a atuação de uma ou mais entidades no sentido da consecução destes objetivos” (ABRH, 1993, grifo no original). Como é possível observar neste trecho da Carta, a palavra política vem definida como um conjunto de dispositivos legais, normas e instrumentos, produzindo efeitos de eficiência e com a eficiência o desempenho e o desenvolvimento científico.

Da década de 1980-1990, em que o Estado brasileiro, que se desenhava mais como um Estado Planejador-Investidor com características de decisões centralizadas e com objetivos dirigidos ao crescimento econômico, paulatinamente passa a incorporar marcas de um Estado regulador, mediador de conflitos (WOLKMER; PIMMEL, 2013). As reformas da legislação nesta década se propuseram a delegar maior poder político aos níveis territoriais locais. Pretendeu-se

a construir uma democracia em que a sociedade pudesse ter maior capacidade de controlar as decisões políticas em nível local, que houvesse um melhor aproveitamento de informações, tendo em vista um Estado com maior capacidade de adaptação às necessidades locais.

Já nesta fase da gestão das águas, se fazia necessário um modelo conceitual que contemplasse a democracia sob outros parâmetros de participação, onde a sociedade e o Poder Público estabelecessem relações de parcerias, adequação dos custos em relação aos benefícios e se desligando da forma hierarquizada e coercitiva.

O Brasil adentra uma fase de gestão para os recursos hídricos que se propõem a divulgar a participação como uma característica da integração e descentralização sistêmica. (WILSON JUNIOR, 2004). Borsoi e Torres (1997) reforçam essa afirmativa indicando que a implantação do modelo sistêmico de integração participativa deveria ter como perspectiva não só o alcance da criação de uma vontade política regional, ou de arrecadação, ou de administração, mas de promoção do uso e proteção das águas.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco em uma nova fase de gestão das águas. No artigo 21, inciso XIX, se encontra a base da Lei 9.433 de 8.1.1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Também o artigo 225 da Constituição do Brasil consagra a água como um patrimônio ambiental e um bem de uso comum de todos, repartindo o domínio entre a União e os Estados, sem deixar espaço para inclusão de águas de domínio dos municípios e de particulares. Como observa Machado (2015), a água passa a ser entendida como bem de domínio público, não sinônimo de bem dominial da União ou do Estado. Contudo, o efeito de sentido de domínio público e bem dominial da água, ainda são expressões linguísticas conflituosas em gestão.

Borsoi e Torres (1997) indicam que com a promulgação da Constituição de 1988, a política administrativa do Estado brasileiro se propôs a ter uma nova forma de gestão das águas, repercutindo sobre a democracia e seu sentido ampliado. A legislação de águas adotou como política do setor, o modelo sistêmico que tem como característica a proposta de integração participativa, e como premissa, analisar além do crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ambiental,

dando uma forma de negociação social no ambiente da unidade de planejamento da bacia hidrográfica. (BORSOI; TORRES, 1997).

A diferença entre um modelo econômico-financeiro e um sistêmico de integração participativa é que o segundo, além de examinar o crescimento econômico, também verifica a equidade social e o equilíbrio ambiental. (BORSOI; TORRES, 1997, p.10).

Dessa forma, a inovação discursiva se dá em propor uma política para água que permita o uso social e econômico e onde o planejamento permita a participação do conjunto da sociedade, suas diferenças e conflitos sem desconsiderar que a política deve ser justa, racional, moldada para determinado contexto geográfico e deve respeitar as particularidades locais (CAMPOS, 2003). Para esse modelo sistêmico, a integração desses objetivos deve dar-se na forma de uma negociação social, ainda no âmbito da unidade de planejamento da bacia hidrográfica. (BORSOI; TORRES, 1997).

A política de Recursos Hídricos se estabelece a partir das seguintes normas: objetivos a serem alcançados; fundamentos ou princípios norteadores; instrumentos ou mecanismos para implementação; lei ou arcabouço legal para lhe dar sustentação; instituições para executá-la e dar acompanhamento (CAMPOS, 2003).

O conjunto de normas que estrutura uma política se coloca como a forma lógica e necessária para organizar as relações entre pessoas, interesses e Estado, não deixando transparecer a negociação social pretendida, já que “essas relações já se encontravam organizadas em outro lugar, ou seja, no modo de produção. (LAGAZZI, 2011).

O arcabouço legal de sustentação da política nacional descreve a possibilidade se articular com a particularidade de cada bacia hidrográfica, bem como prevê a participação da sociedade local. Assim as legislações estaduais, seguem a política nacional e inserem suas peculiaridades. (CAMPOS, 2003). No Paraná, a Lei 12.726 de 1999, instituiu a Política Estadual de recursos Hídricos (PARANÁ, 1999), e se propõe a seguir o mesmos princípios e fundamentos da Lei Nacional sobre a Política de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

Os princípios e fundamentos que norteiam a legislação das águas são: o domínio público das águas; o valor econômico das águas; o uso prioritário em escassez para consumo humano e dessedentação animal; usos múltiplos

maximizados; a bacia hidrográfica como unidade de gestão das águas; a gestão descentralizada que deve contar com o Poder Público, os Usuários e as Comunidades.

Dentre os princípios ou fundamentos que a lei das águas se refere, um deles passa a ter maior relevância, que é a gestão descentralizada e participativa no formato tripartite (SOUZA JUNIOR, 2004). Campos (2003) ao comentar sobre a efetividade da gestão descentralizada indica que “esse princípio de administração vem sendo, se não empregado, pelo menos propagado em quase todos os segmentos da administração pública”.(CAMPOS, 2003,p.32).

A legislação pátria se apresenta como a normativa do ‘dever ser’ frente a proposta de negociação social, em diversos níveis de planejamento de gestão dos recursos Hídricos. O Comitê de Bacia se propõe como um discurso que produz um efeito de sentido que efetivaria a descentralização e promoveria a participação da Sociedade Civil. Ao enunciar, os sujeitos representantes da Sociedade Civil demarcam a efetividade da participação pretendida legalmente.

1.4 O COMITÊ DE BACIA ENQUANTO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.

Com o advento da retomada do regime democrático no Brasil surgiram inovações institucionais em relação às políticas de gestão pública, sobretudo por pressão de movimentos sociais que ansiavam por maior visibilidade neste espaço participativo. “Assim, foram formuladas estruturas de gerenciamento com a participação de entidades da sociedade civil”. (AGÊNCIA, 2011, p.18).

Dessa forma, pode-se reconhecer que muitas figuras de gestão, com participação social, foram criadas de forma verticalizada e por legislação. Conselhos de políticas públicas se apresentaram nas áreas de saúde, social, educação, do meio ambiente, orçamento participativo, e se determinou ser “espaço privilegiado de negociação entre atores interessados em determinada política.” (AGÊNCIA, 2011, p.18).

NOGUEIRA (2011) indica que a conquista dessa participação se apresenta como uma visão de conquista de espaço. Essa participação estruturada e

estratégica tem o alcance limitado na prática democrática ligado a uma gestão voltada a repetição de um modelo ideológico coercitivo, hierarquizado e segregador.

Em relação ao modo de gestão, a participação social permite identificar algumas fases, sendo que Souza Junior (2004) enquadra a participação social nos modos de gestão, com base em Beierle (1998), em gerenciais, regulatórios e populares (Quadro 2).

Quadro 2 - Classificação do sistema de gestão adotado no Brasil a partir da participação.

Modelo	Características
Gerenciais	Participação originada através da política do sufrágio. Toma todas as decisões pelo representado.
Regulatórios	Função de mandatário do grupo que elegeu. Regulação das interfaces políticas de grupos de interesses. Tomada de decisão compartilhada em função do grupo.
Popular	Gestão participativa integral. Poder social na escolha do mandatário e em todo processo de tomada de decisão.

Fonte: (BEIERLE, 1998; SOUZA JUNIOR, 2004)

Nota: Organizado pela autora

Gohn (2011) indica que o tema da participação tem se observado nas práticas da Sociedade Civil, assim como nos discursos e práticas das políticas estatais como sentidos e significados completamente distintos. Indica que “o tema da participação é uma lente que possibilita um olhar ampliado para a História” (GOHN, 2011, p.16). O vocábulo é utilizado no sentido político, científico e popular da modernidade e que dependendo da época e conjuntura histórica, aparece associada a outros termos, como democracia, representação, organização e outros. (GOHN, 2011). A redefinição de ‘democracia’ a partir de modelos de Estado permite deslizamentos do termo ‘participação’ em múltiplas significações.

Pode-se analisar o que é a participação em três níveis: o conceitual, o político e da prática social. O primeiro está ligado ao conceitual teórico a que se filia, o segundo o nível político em curso que resulta em políticas sociais, e o terceiro, das práticas sociais, que se revelam como meio viabilizador fundamental. (GOHN, 2011).

Ao nível conceitual Gohn (2011) elenca que autores clássicos e contemporâneos da ciência política e sociologia atribuíram centralidade à

participação. Cita que “existem diversas formas de se entender a participação: e que algumas já são consideradas clássicas dando origem a interpretações e estratégias distintas, a saber: “a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática” (GOHN, 2011, p.17). Destas se desdobraram historicamente composições como, a corporativa, a comunitária, que se desdobrou da liberal, e a democrática radical como forma desdobrada da democrática. (GOHN, 2011).

Na participação liberal as principais ações devem ser desestimular a intervenção do governo, de forma que a sociedade possa manifestar suas preferências antes que as tomadas de decisões sejam efetivadas. Sendo assim “a participação liberal se baseia, portanto, em um princípio de que todos os membros da sociedade são iguais, e a participação seria o meio, o instrumento para a busca de satisfação dessas necessidades.” (GOHN, 2011, p 18).

A participação corporativa é um derivativo da anterior porque também provem do movimento individual, porém não é movida por um impulso individual, mas de um sentimento de identidade e concordância com a ordem social da criação de um núcleo articulador para o bem comum. “Usualmente, a concepção corporativa busca articular o processo participativo à existência de organizações na sociedade. O suposto é que as organizações existam enquanto as pessoas participam”. (GONH, 2011, p18).

A concepção da participação comunitária é outra forma derivada da concepção liberal, pois representa uma forma institucionalizada quando concebe o fortalecimento da Sociedade Civil em termos de integração, com os órgãos representativos e deliberativos do Estado. “Os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal de forma que as esferas do público e do privado possam se fundir” (GOHN, 2011, p.19).

A forma da participação autoritária é orientada para integração e controle social da sociedade e da política. Ocorre em regime autoritário de direita ou de esquerda. “Poderá ocorrer também em regimes democráticos representativos como derivativos, que é a participação de natureza cooptativa.” (GONH, 2011, p.19). Neste caso a arena participativa se transforma em políticas públicas que estimulam, de cima para baixo a promoção da desconcentração de ações do Estado para realizar programas que visem apenas diluir conflitos sociais. (GOHN, 2011).

A forma revolucionária de participação estrutura-se em coletivos para lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político. Busca substituir a democracia participativa por uma forma em que a participação esteja mais qualificada para atuar nas lutas das diferentes arenas do sistema político e nos aparelhos burocráticos do Estado onde o controle do poder esteja nas mãos da comunidade em uma redistribuição total do poder. (GONH, 2011).

A forma democrática de participação é onde a soberania popular se apresenta como princípio regulador da participação. Opõem-se ao corporativismo tendo o sistema representativo via processo eleitoral, como critério supremo de organização. Os indivíduos na forma de representação institucionalizada têm como princípio básico, a representação delegada de um poder, “alguns vícios existem da concepção liberal, que explicam a constituição de redes clientelísticas movidas pelo poderio econômico ou de prestígio político [...]” (GOHN, 2011,p.20).

A forma democrática-radical sobre participação, objetiva fortalecer a Sociedade Civil na construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, tendo como estratégia o pluralismo e os “entes que compõem esse processo participativo, são vistos como sujeitos sociais e os indivíduos, como cidadãos”. (GONH, 2011, p.21).

Já a participação, analisada sob o viés político, se refere à participação dos indivíduos na Sociedade Civil que resulta em políticas sociais. Bobbio (2004) indica que é indispensável precisar o substantivo e o adjetivo que compõem a expressão, visto que se verifica que participação política se presta a interpretações diversas objetiva fortalecer a Sociedade Civil na construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, tendo como estratégia o pluralismo e os “entes que compõem esse processo participativo, são vistos como sujeitos sociais e os indivíduos, como cidadãos”. (GONH, 2011, p.21).

Participação, analisada sob o viés político, se refere à participação dos indivíduos na Sociedade Civil que resulta em políticas sociais. Bobbio (2004) indica que é indispensável precisar o substantivo e o adjetivo que compõem a expressão, visto que se verifica que participação política se presta a interpretações diversas.

Antes de tudo, a definição de atividade política nem sempre é unívoca; se quanto a certas atividades como o ato de votar, por exemplo, não existem dúvidas, pelo que respeita a outras, principalmente da esfera religiosa, econômica e cultural, o problema não é assim tão simples e a solução

depende amiúde da cor ideológica dos próprios participantes. Em segundo lugar, o termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque. (BOBBIO, 2004,p.888)

Além desta observação de Bobbio sobre a definição da atividade política, há que se entender que, conforme a formação discursiva na qual o sujeito se inscreve, a palavra participação pode ter um outro sentido, ou ainda, deslizar o sentido para que haja um efeito de coerência de acordo com o que se propõe como sociedade democrática, como o próprio autor aponta na citação selecionada acima.

Como níveis de participação política, Bobbio (2004) indica três formas: a presencial - forma menos intensa e marginal com comportamentos mais passivos e receptivos; a ativação - na qual é designado ao sujeito desenvolver uma série de atividades confiadas por delegação permanente; e a participação propriamente dita - termo que designa uma situação em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (BOBBIO, 2004, GONH, 2011).

Na área das ciências sociais, o termo participação ganhou o estatuto de uma medida da cidadania e está associada a outra categoria, a de exclusão social (GONH, 2011). Participação é olhada em algumas oportunidades como parte da definição de integração. Em outros casos, participação é considerada como um fator de integração. Na segunda abordagem, participação toma significado de luta contra a exclusão. Assim temos duas posições: participação como componente de definição e participação como fator de integração. Na primeira os termos são participação e não participação e na segunda, se destacam os termos integração/exclusão. (STASSEN, 1999).

Na concepção do Materialismo Histórico⁹, o conceito de participação está articulado com a categoria de lutas e movimentos sociais. (MARX, 1985). A luta dos movimentos sociais é um processo de participação da sociedade em luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. A revolução é ponto desse processo quando há ruptura da ordem dominante, com a quebra da hegemonia do poder e das elites com a confrontação das forças sociopolíticas em luta.

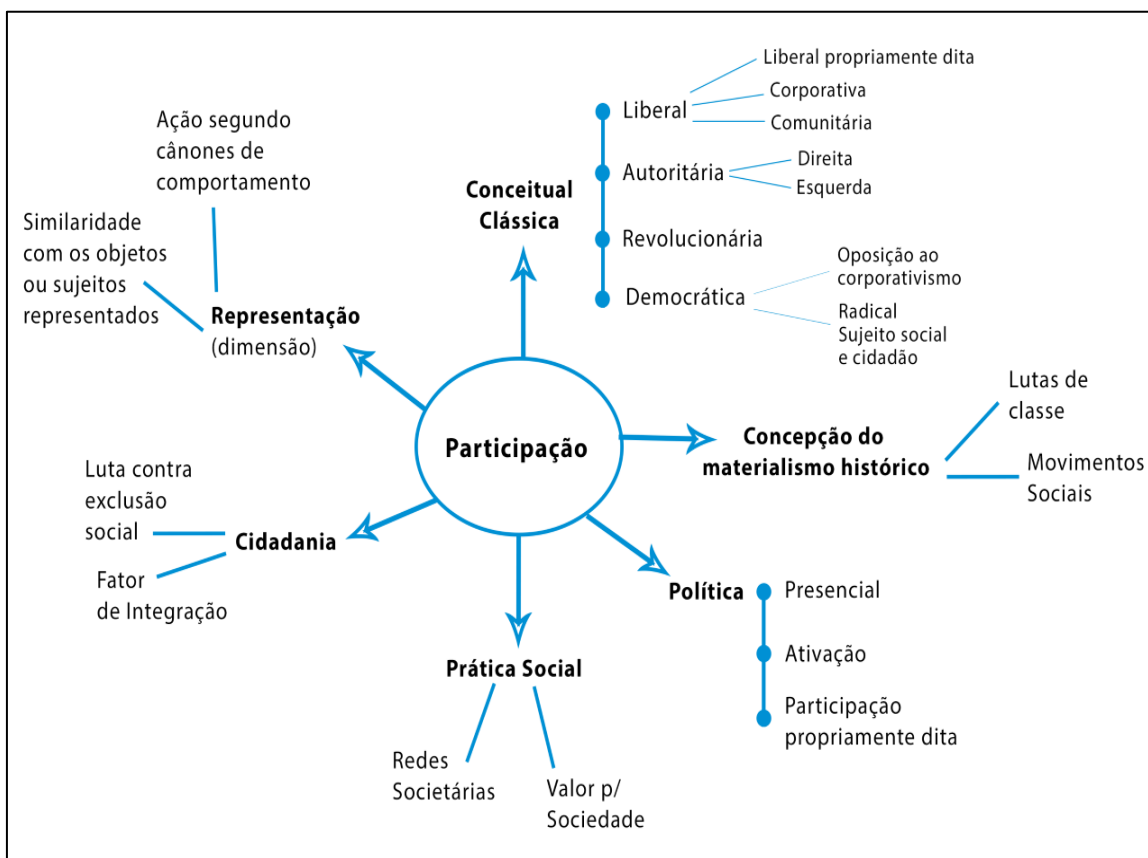
⁹ O materialismo histórico é um marco teórico presente na teoria marxista que possui como perspectiva estudar a história por meio da relação entre acumulação material e as forças produtivas. (ALTHUSSER, 1967, MARX, K., 1985)

Na participação como meio viabilizador das práticas sociais é importante que se encontre presente o sentimento de que os indivíduos têm valor, que são necessários para alguém, quando percebem sua contribuição, e que tem um lugar na sociedade. (GONH, 2011; STASSEN, 1999). Para tanto, precisa de um ambiente consistente do ponto de vista de relacionamento, contatos e laços sociais. Os indivíduos, para participar, têm que desenvolver habilidade como a autoestima, a fim de mudar sua própria imagem e as representações sobre a sua vida. A motivação deve ser alta para se articular as redes societárias e desenvolver as interações frequentes entre os pares. Os mecanismos informais de integração social nas redes societárias que criam identidades são mais importantes do que as políticas sociais. (GONH, 2011; STASSEN, 1999). Portanto, nas palavras destes autores, o processo de identificação entre os sujeitos interlocutores são mais proeminentes do que as políticas sociais, tendo em vista que é na informalidade de integração social que esta identificação ocorre.

Como prática social, o discurso sobre a função do Comitê de Bacia se produz com um efeito de sentido legal deliberativo, já que se prevê que tenha a atribuição para realizar a política e a gestão de recursos hídricos na área da totalidade de uma bacia hidrográfica; sub-bacia hidrográfica de tributários do curso de água principal da bacia ou tributário desse tributário; ou grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. (BRASIL, 1997, art.37).

Bobbio (2004), ao expor sobre o conceito de participação, vincula a representação e reconhece que este é um elemento chave na história política moderna, pois é um conceito complexo onde a explicação de ordem semântica do verbo 'representar' permite um vasto e variado universo de experiências empíricas. Indica que se pode basicamente dividir em dois significados: a primeira se referindo à dimensão de ação, onde representar é uma ação segundo determinados cânones de comportamento; e, a segunda significando uma dimensão de reprodução de prioridades existenciais onde representar é possuir certas características que espelham ou evocam similaridades dos sujeitos ou objetos representados. No mapa mental que se segue, o enunciado da participação acaba revelando sua variedade de possibilidades doutrinárias e políticas diante de um leque semântico e de deslizamentos de sentido, como demonstrado na figura 2, construída a partir das reflexões teóricas no decorrer da tese.

Figura 2. - Organograma para o termo participação em deslizamento de sentidos.



Fonte: Retirado da literatura

Nota: Organizado pela autora

Como verificado acima, a palavra participação engendra, enquanto conceito, formas do dizer e do fazer que se complementam, que se excluem, que se opõem e, até mesmo que se contradizem, opacizando assim, a dimensão da representação em representantes e representados, ora lutando contra a exclusão social ora propiciando o fator de integração do chamado “cidadão”.

Destaque-se que como fundamento da política de Recursos Hídricos que indica que a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do Poder Público, dos Usuários e das Comunidades, também deve ser descentralizada. (BRASIL, 1997; PARANÁ, 1999). A participação se vincula à representação dos membros do Comitê e estão articulados com a dimensão da ação dos seus representantes frente os representados. Porém, a complexidade conceitual do tema se reflete na própria representação. Também um efeito de sentido significativo está vinculado para com o termo ‘descentralização’ que compõe os fundamentos da gestão de recursos hídricos.

A descentralização passou a ser palavra de ordem no cenário internacional de políticas públicas dos anos 80. (ABERS; JORGE, 2005). A bacia passa ser utilizada tanto como 'unidade de análise quanto ' unidade de gerenciamento'. "O primeiro caso representa um caráter eminentemente técnico-científico, já o segundo é eminentemente político-administrativo." (CARVALHO, 2009, p.202). A adoção da bacia hidrográfica como unidade de estudo, trouxe a necessidade de abordagens interdisciplinares e novas perspectivas para o trabalho em equipe. Ao instituir a bacia hidrográfica como unidade de gestão e ao implantar um novo quadro institucional calcado em órgãos e agências regionais, abrem-se novas perspectivas de descentralização direcionadas para um saber cooperativo. (CARVALHO, 2009)

A descentralização é diferente da mera desconcentração, na qual atores locais continuam subordinados ao poder central, e que se tornou imperativo no cenário das políticas públicas dos países em desenvolvimento. A descentralização política se refere à transferência de poder decisório aos agentes que prestam contas às populações locais. (AGRAWAL; RIBOT, 2000; ABERS, JORGE, 2005).

As políticas estaduais que se propuseram a executar a descentralização na gestão de águas tiveram percursos sócios históricos diferenciados no que se refere à política nacional. A valorização da gestão, em modelo Comitê por bacia com poder deliberativo, tem experiência legislativa no ano da promulgação da Constituição federal no Estado do Rio Grande do Sul, em 1988 e no ano da promulgação da lei de águas, em 1997, no Estado de São Paulo.

Na década de 1980 o grupo de técnicos do Comitê Executivo Integrado da bacia do Rio Guaíba (CEEIG), trouxe a experiência internacional, e em especial, a francesa, para a realidade local brasileira no tocante às formas de gerenciamento de recursos hídricos. (AGÊNCIA, 2011).

O modelo de gestão da França possui um sistema baseado em princípios e fundamentos que construiu um conjunto de três leis fundamentais. (BARRETA, LAURENT, BASSO, 2012).

O marco inicial foi a Lei 64-1245, (FRANCE, 1964) que estabelecia a gestão sobre um quadro natural das bacias hidrográficas dos maiores rios da França, a fim de se assegurar uma melhor repartição das águas entre os Usuários e combater a poluição hídrica. Criava uma política nacional, através de uma organização administrativa descentralizada, representativa e participativa. Estabelecia uma

ferramenta financeira encarregada de facilitar as diversas ações de interesse comum à bacia hidrográfica denominada de Agência de Bacias.

A lei 92-3 (FRANCE, 1992) além de reconhecer a água como patrimônio comum da nação, criou um sistema de planificação da gestão, instituindo dois instrumentos: o SDAGE (Esquema Diretor de Planejamento e de Gestão das Águas), na escala das seis grandes bacias hidrográficas, elaborada pelo Comitê, para um período de 10 a 15 anos e o SAGE (Esquema de Planejamento das águas), na escala das sub-bacias hidrográficas, a ser elaborado por uma Comissão Local da Água.

A terceira Lei 2006-1772, (FRANCE, 2006) reforçou a necessidade de melhorar, para todos, as condições de acesso à água e de estabelecer transparência ao funcionamento do serviço público da água respondendo as exigências da Comunidade Europeia.

O conjunto legislativo é uma proposta de um sistema descentralizado ao nível de bacia hidrográfica. Na estrutura francesa, o Comitê é composto por representantes dos Usuários, das coletividades locais que são eleitos indiretamente e do estado, nomeados pelo governo. (BORSOI; TORRES, 1997).

A gestão integrada nesta unidade geográfica se propõe a ser um pensamento mais abrangente e descentralizado dos usos da água. Uma forma que pense em todos os usos múltiplos da água bem como nas necessidades dos ecossistemas aquáticos, na prevenção da poluição e nos riscos de inundações. A adoção dos instrumentos de planejamento, SDAGE e SAGE, se configuram numa gestão por objetivos, derivando ações concretas, num período de pequeno, médio e longo prazo, na escala do regional para o local. (BARRETA, LAURENT, BASSO, 2012).

Este conjunto de ações funciona quando articulado entre os representantes dos principais Usuários das águas que se organizam nos Comitês de Bacias e nas Comissões Locais de Água. A Agência de bacias é um órgão público, e desde 1964 tem uma característica por ser dotado de personalidade civil e de autonomia financeira, mas não é confundindo com as políticas públicas. (BARRETA, LAURENT, BASSO, 2012).

A agência mesmo tendo a autonomia financeira com variadas atribuições para cobrar tarifas pelo consumo ou pela carga poluidora, para conceder empréstimos e subsídios para construção de obras de interesse comum, bem como contribuir em

estudos e pesquisas, tem metade dos membros do conselho de administração eleitos pelo Comitê de bacia. (BORSOI; TORRES, 1997).

Esse modelo de gestão foi reconhecido e recomendado pelos organismos mundiais para ser seguido por vários países, inclusive no Brasil. O código francês de gestão das águas e as decorrentes experiências da sua implantação serviram de inspiração ao arcabouço jurídico na construção da Lei nº 10.350 em 1994, que institui a Lei Gaúcha das Águas.

A Lei nº 10.350 em 1994 que instituiu o Sistema Estadual e recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a Lei Gaúcha das Águas está entre as pioneiras no Brasil no que tange à utilização de instrumentos econômicos para a execução da política ambiental, tal como prevê a legislação francesa (CÁNEPA, GRASSI, 2001). Porém Cánepa e Grassi (2001) destacam que na escolha dos representantes nos Comitês dos diversos segmentos da Sociedade, a lei gaúcha seguiu linha bem diferente do sistema francês. No sistema francês, o modo de representação é do tipo de 'cima para baixo' onde o Estado, como gestor das águas, estabeleceu a composição dos Comitês, bem como os colégios eleitorais, a partir dos quais os representantes deveriam ser escolhidos. Cánepa e Grassi (2001) relatam que no Rio Grande do Sul, o esquema se caracterizaria como sendo de 'baixo para cima': a partir de lideranças interessadas na implantação da Lei das Águas, a sociedade de cada bacia se mobilizaria no sentido de discutir e escolher um modelo de composição, bem como votar nos representantes de cada segmento sugerido. Cabe ao Estado sancionar ou não, ou modificar a composição e os representantes sugeridos. (CÁNEPA, GRASSI, 2001).

Em 1985, a partir de denúncias de contaminação no Rio dos Sinos, resultou na proposta de criação do Comitê de Preservação, Gerenciamento e pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos, que é considerada a primeira experiência brasileira na instituição de Comitê, a partir do modelo conceitual francês de gestão. (AGÊNCIA, 2011).

O Decreto estadual 32.774/88 do Rio Grande do Sul¹⁰ estruturou o Comitê para a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos cuja composição "não se limitava à representação governamental, faziam parte também, universidades, movimentos

¹⁰Esse decreto foi alterado pelo Decreto n 43.625 de 17/02/2005 do Rio Grande do Sul.

ecológicos, entidades, prefeituras municipais, câmaras de vereadores e outras organizações da sociedade civil.” (AGÊNCIA, 2011, p.22)

A partir de então, as grandes mobilizações e eventos serviram para a disseminação do modelo francês de gestão de bacias pelo país, culminando na promulgação da lei 9433/97, Lei de Águas e com a Lei 9984/ 2000, que criou a Agência Nacional de Águas. (AGÊNCIA, 2011).

A Lei paulista nº.7.663 (SÃO PAULO, 1991) criou órgãos colegiados, consultivos e deliberativos (CRHs e Comitês de bacias) para ampliar o debate sobre gestão das águas, que culminou, em 1993, no Comitê das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH PCJ). Em 1996 já existiam 18 Comitês paulistas instalados se consolidando como o modelo de gestão estadual. O Comitê metropolitano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê foi criado em 1994 e efetivado em 1996. Esta foi uma experiência por São Paulo, de um regime de gerência no processo de gestão tanto das águas quanto da bacia (NEDER, 2002)

Os Comitês de Bacia Hidrográfica, seguindo essa experiência, tiveram como fundamento constituir-se como fóruns de decisão participativo e descentralizados na sua área de abrangência onde as principais atribuições eram: aprovar o Plano de Bacia; propor critérios e normas gerais para outorga de direito de uso dos recursos hídricos; aprovar a proposição de mecanismos de cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos e dos valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio das obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo; dirimir conflitos em primeira instância em torno da água em nível local. (BRASIL, 1997). Essas atribuições que pretendiam a harmonização da gestão das águas a partir de uma política descentralizada e participativa revelam uma postura tecnocrática e jurídico-legalista, sendo que mais uma vez é possível entender que a produção do efeito de sentido de tal proposição descentralizadora ainda se constitui numa relação de forças, principalmente, entre o fazer e o dizer.

Atualmente o Comitê do Rio dos Sinos tem as vagas distribuídas por grupos de Usuários (40%), grupo da representação da população, (40%) e grupo dos órgãos da administração direta estadual e federal (20%). Assim mesmo com essa divisão, os integrantes se questionam sobre o interesse na participação das comunidades, através da representação institucional. Aponta que é imprescindível a participação da sociedade no arranjo sistêmico proposto onde os maiores desafios

ou entraves para deliberação da alçada dos Comitês de bacias, é que temos no Brasil, uma cultura da transferência de responsabilidade para outros (representante) desencadeando consequências no campo político. (COMITESINOS, 2018)

O exercício da representação deve ser foco permanente de quem conduz política e institucionalmente um Comitê de bacia, no sentido de estabelecer método e procedimentos que induzam o diálogo entre pares representados e seus representantes. (COMITESINOS, 2018).

Para isso, destaca a necessidade de que haja grande empenho das direções dos Comitês em provocar o exercício pleno das representações.

Ainda, dos representantes das suas entidades membro, o desafio de aperfeiçoarem a representação exercida, de modo a se traduzirem não apenas em legítimas, mas com a necessária legitimidade que a representação assim exige. (COMITESINOS, 2018)

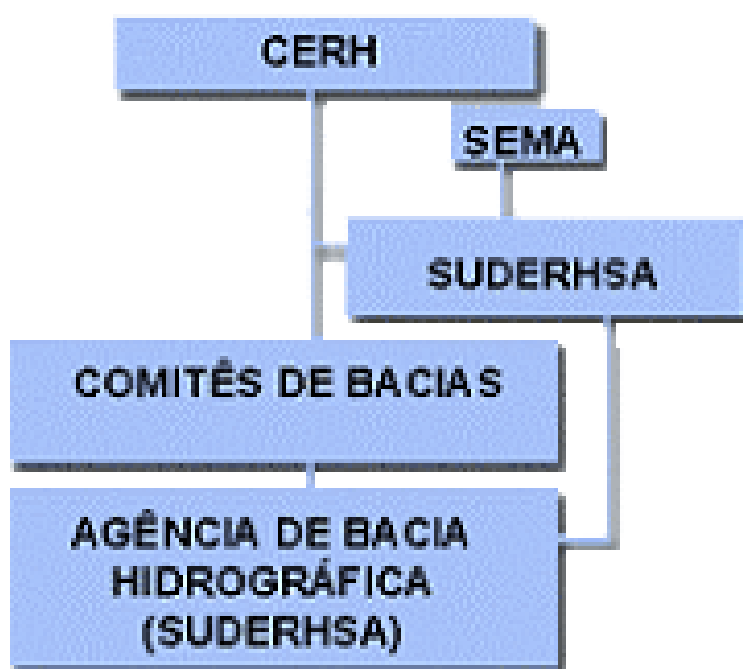
Esse empenho deve permear outros espaços de gestão compartilhada, como no caso dos Comitês do Paraná.

1.5 COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI: ORIGEM, ESTRUTURA E SISTEMA DE GESTÃO DA ÁGUA.

O Estado do Paraná foi uma das unidades da federação que mais tardou na aprovação de sua Lei Estadual de Recursos Hídricos como sistema descentralizado para gestão desses recursos. Com a aprovação da Lei 12.726 de 26 de novembro de 1999, ficou instituída a Política Estadual e criado o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Paraná. (PARANÁ, 1999).

O sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos possui três níveis distintos de atuação com seus instrumentos próprios com semelhança ao sistema nacional, conforme figura 3: O Conselho Estadual de Recursos Hídricos; os Comitês de bacias; Agência de Bacias. A primeira com cunho de planejamento de políticas, estratégias e de decisão; o segundo colegiado com finalidade de cotejar e convergir frente aos planos de bacia; e o último, como unidade executiva (ÁGUASPARANÁ, 2015).

Figura 3 - Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Fonte: (ÁGUASPARANÁ, 2017)

Na Resolução n.49 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná de 20 de dezembro de 2006 (CERH, 2006) está contemplada a divisão das regiões hidrográficas, bacias hidrográficas e unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos do estado. A Resolução 32 /2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH, 2003) divide o Brasil em 12 regiões hidrográficas conforme Plano Nacional de Recursos Hídricos (Figura 4)

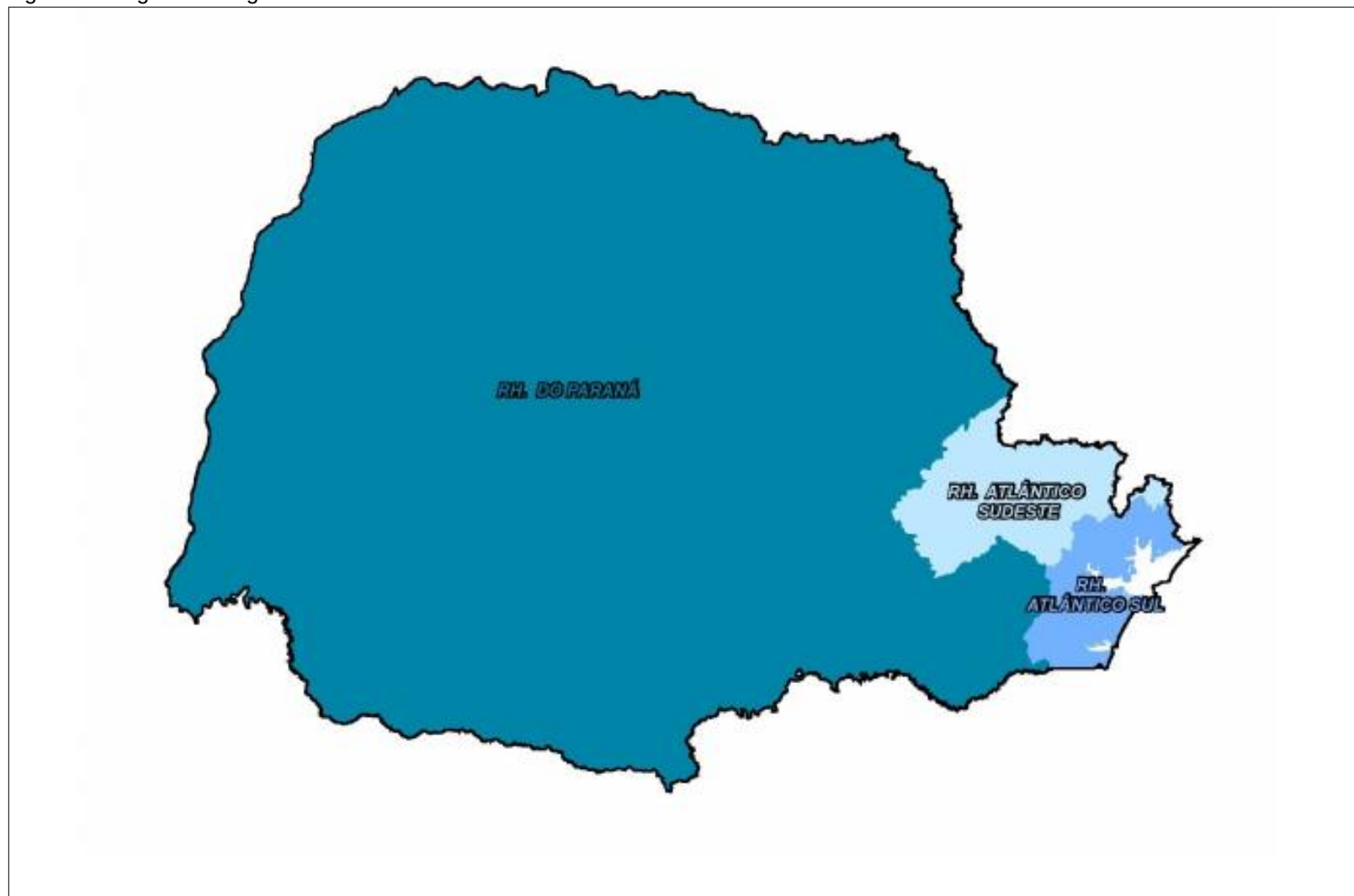
O Paraná está compreendido em três, das 12 regiões hidrográficas brasileiras. (Figura 5).

Figura 4 - Regiões hidrográficas brasileiras



Fonte: (AGÊNCIA, 2018)

Figura 5 - Regiões hidrográficas do Paraná



Fonte: (ÁGUASPARANÁ, 2017)

Atualmente o Estado do Paraná está dividido em dezesseis (16) bacias hidrográficas: Litorânea, Iguaçu, Ribeira, Itararé, Cinzas, Tibagi, Ivaí, Paranapanema 1, Paranapanema 2, Paranapanema 3, Paranapanema 4, Pirapó, Paraná 1, Paraná 2, Paraná 3 e Piquiri. (Figura 6).

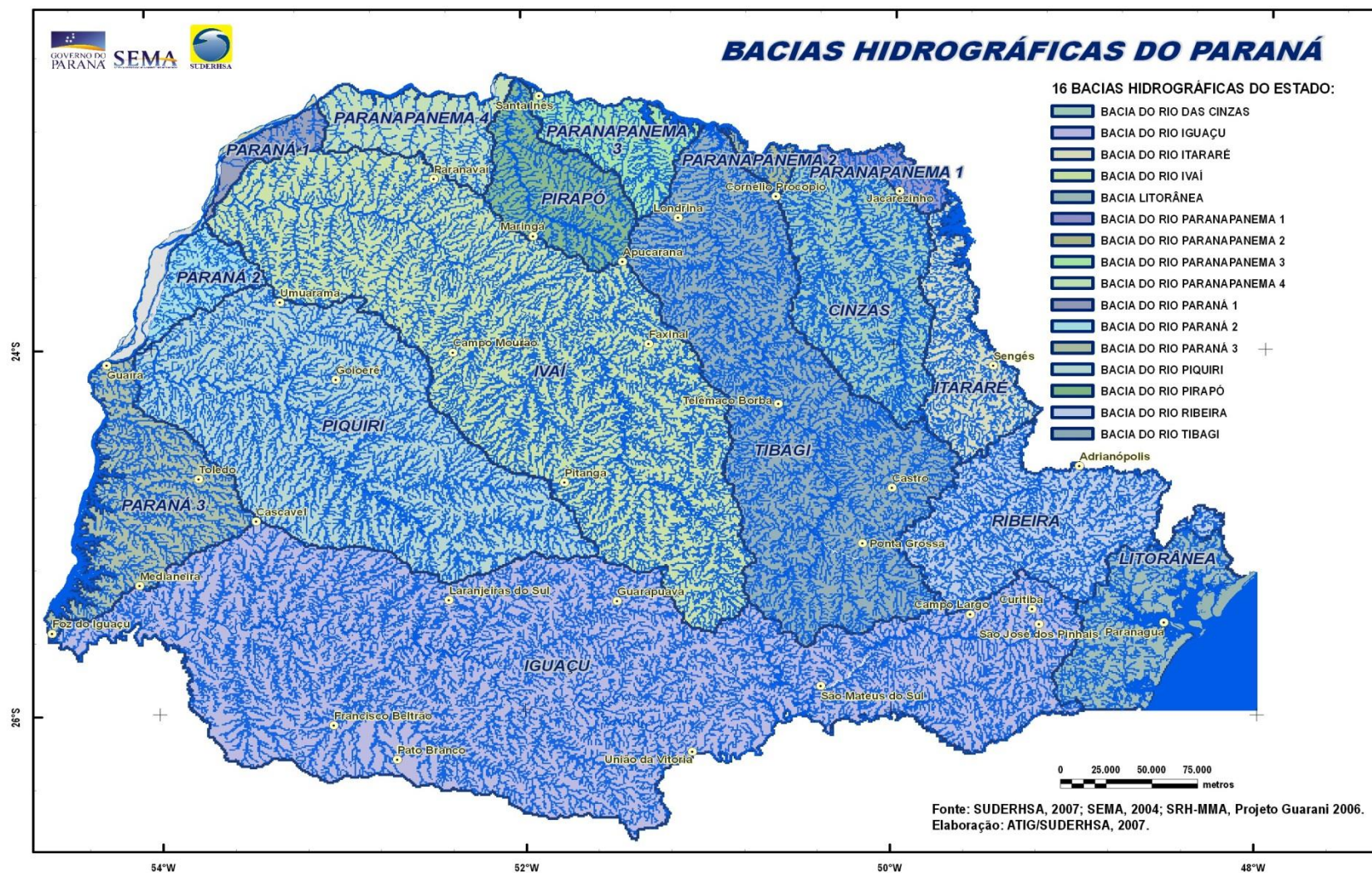
A Região hidrográfica do Atlântico Sul, compreende a totalidade do conjunto das bacias hidrográficas da Bacia Litorânea, que drena para o oceano atlântico; a Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, compreende a Bacia do Rio Ribeira em território paranaense; a região hidrográfica do Paraná, compreende as bacias do Rio Itararé e do Rio Iguaçu em território paranaense, as bacias dos Rios Cinzas, Pirapó, Ivaí, Piquiri, os afluentes em território paranaense do Rio Paranapanema que conformam as Bacias de referência Paranapanema 1, 2, 3 e 4, e do Rio Paraná que conformam as Bacias de referência Paraná 1, 2 e 3, onde está localizada a Bacia do Rio Tibagi.(CERH, 2006).

O Paraná ainda está dividido em doze (12) Unidades Hidrográficas do Estado, conforme demonstrado na figura 7. Essas unidades hidrográficas de gerenciamento são consideradas pela lei (CERH, 2006) como a base organizacional para a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos mas nem sempre fornecem a lógica espacial para a criação de Comitês de bacias.

Assim, onze Comitês de bacias foram criados, a partir de análises e da proposta feita pela câmara técnica criada na resolução 43 CERH de 03 de novembro de 2005 (CERH, 2005), com desenhos diferenciados dos recortes das gerências sugeridas. (Figura 8).

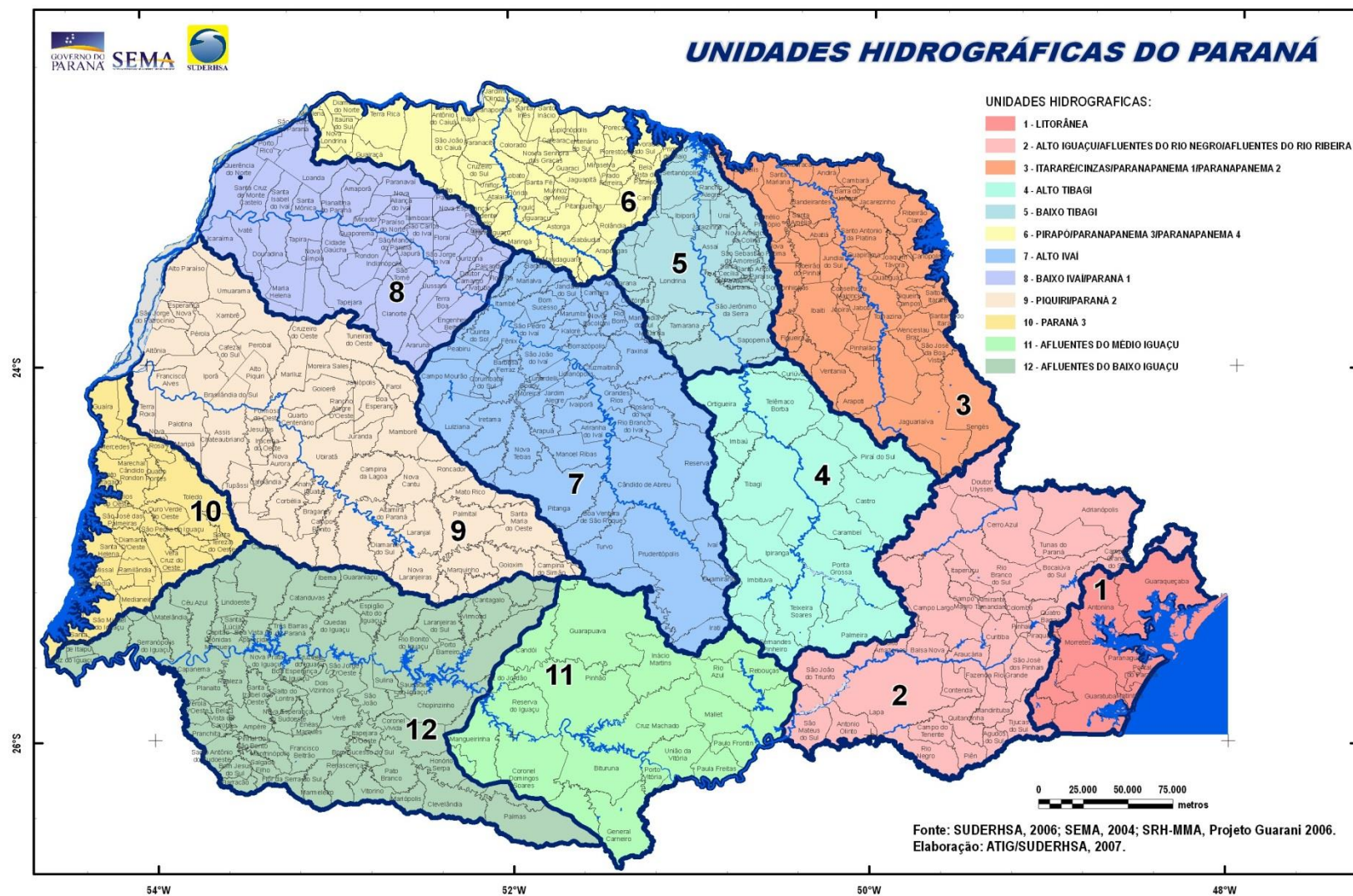
O Decreto 9.130 de 27 de dezembro 2010 regulamentou o processo de instituição de Comitê de Bacia Hidrográfica e deu outras providências em relação ao seu funcionamento (PARANÁ, 2010).

Figura 6 - Localização das Bacias hidrográficas do Paraná



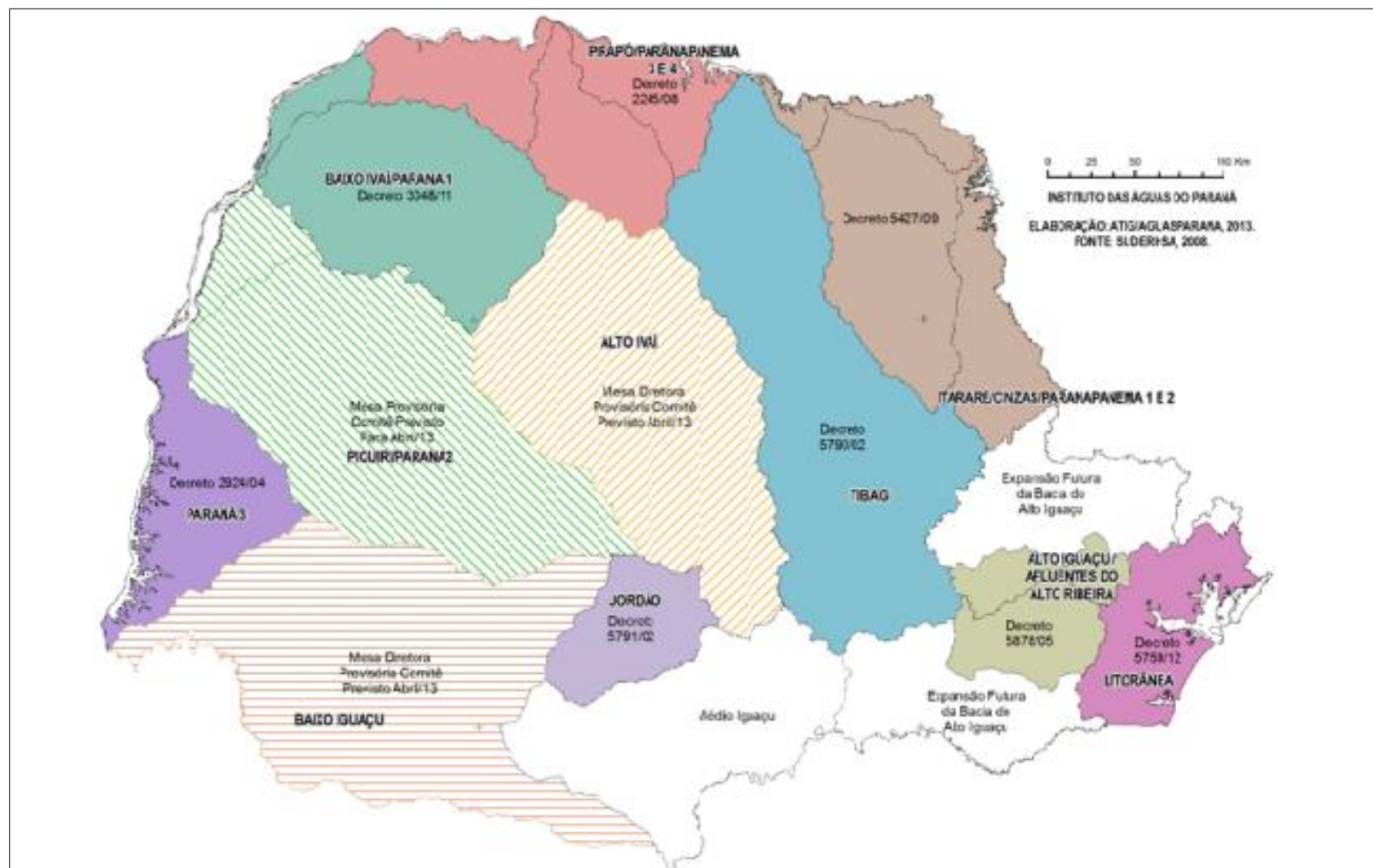
Fonte: (ÁGUASPARANÁ, 2017)

Figura 7 - Unidades de gerenciamento de Recursos Hídricos no Paraná



Fonte: (ÁGUASPARANÁ, 2017)

Figura 8 - Comitês de bacias instalados no Paraná



Fonte: (ÁGUASPARANÁ,2017).

A forma de estruturação do Comitê está estabelecida no artigo 36 da Lei Estadual nº 12.726/99 (PARANÁ, 1999). O artigo cita que os Comitês terão no mínimo, dez e no máximo 40 membros, observado os limites de até dois quintos de representantes do Poder Executivo da União, Estados e Municípios; até dois quintos de representantes de Usuários de recursos hídricos; no mínimo um quinto de representantes de entidades da Sociedade Civil com atuação regional relacionada a recursos hídricos.

Outras legislações se somam ao arcabouço legal estadual para dar sustentação ao sentido da política de águas pretendida pelo estado como os Decretos: Dec. 8.779 de 21 de agosto de 2013 (PARANÁ, 2013) que alterou o mandato dos integrantes dos Comitês - de 2 para 4 anos; o Dec. nº 9.131/10, que regulamenta a participação de Organizações Civas de Recursos Hídricos junto ao SEGRH/PR; o Dec. nº 9.132/10 que Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos; o Dec. nº 7.348/13 que Regulamenta a Cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos; o Dec. nº 9.957/14 que Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos; e, o Dec. nº 12.416/14 que trata da pauta tipificada de multas e infrações.

O Decreto nº 5.790, de 13 de junho de 2002 (PARANÁ, 2002) foi o documento em que o governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferia o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, tendo em vista o art. 35 parágrafo único da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e o art. 4º do Decreto nº 2.315, de 17 de julho de 2000, instituiu o Comitê da Bacia do Rio Tibagi com atuação e jurisdição em toda área de da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi.

A bacia do Tibagi está localizada na porção centro leste do Estado do Paraná, qual a área da bacia 24.937,4 km², equivalente a 13% do território paranaense, (AGUASPARANÁ, 2018). Limita-se ao sul com a bacia do rio Iguaçu, a leste com as bacias dos rios Cinzas e Itararé, a sudeste com a bacia do rio Ribeira, a oeste com a bacia do rio Ivaí, a noroeste com a bacia do rio Pirapó e ao norte com as bacias denominadas Paranapanema 2 e Paranapanema 3. (AGUASPARANA, 2018).

Seu curso principal se desenvolve na direção noroeste, desde a nascente até a confluência com o rio Guarda Velho, pela margem esquerda; em seguida, toma a direção nordeste até a confluência com o rio Pitanguí, pela margem direita; a partir daí, volta a seguir predominantemente a direção noroeste até sua foz (COPEL,

1997; MEDRI *et al*, 2002). Tem como maior contribuinte o rio do mesmo nome com 550 quilômetros de extensão, 91 saltos e cachoeiras, com sua nascente localizada na Serra das Almas, na Escarpa Devoniana, entre Ponta Grossa e Palmeira, a aproximadamente 1.200 metros de altitude e desaguardo no reservatório da Usina Hidrelétrica de Capivara no Rio Paranapanema, a aproximadamente 250m de altitude (PARANÁ, 2009). O fluxo de água do rio se apresenta com uma forte correnteza característica do desnível de aproximadamente 800 metros, o que explica a origem indígena do seu nome Tibagi: 'rio de correnteza'. (ZIMMERMANN *et al*, 2008.).

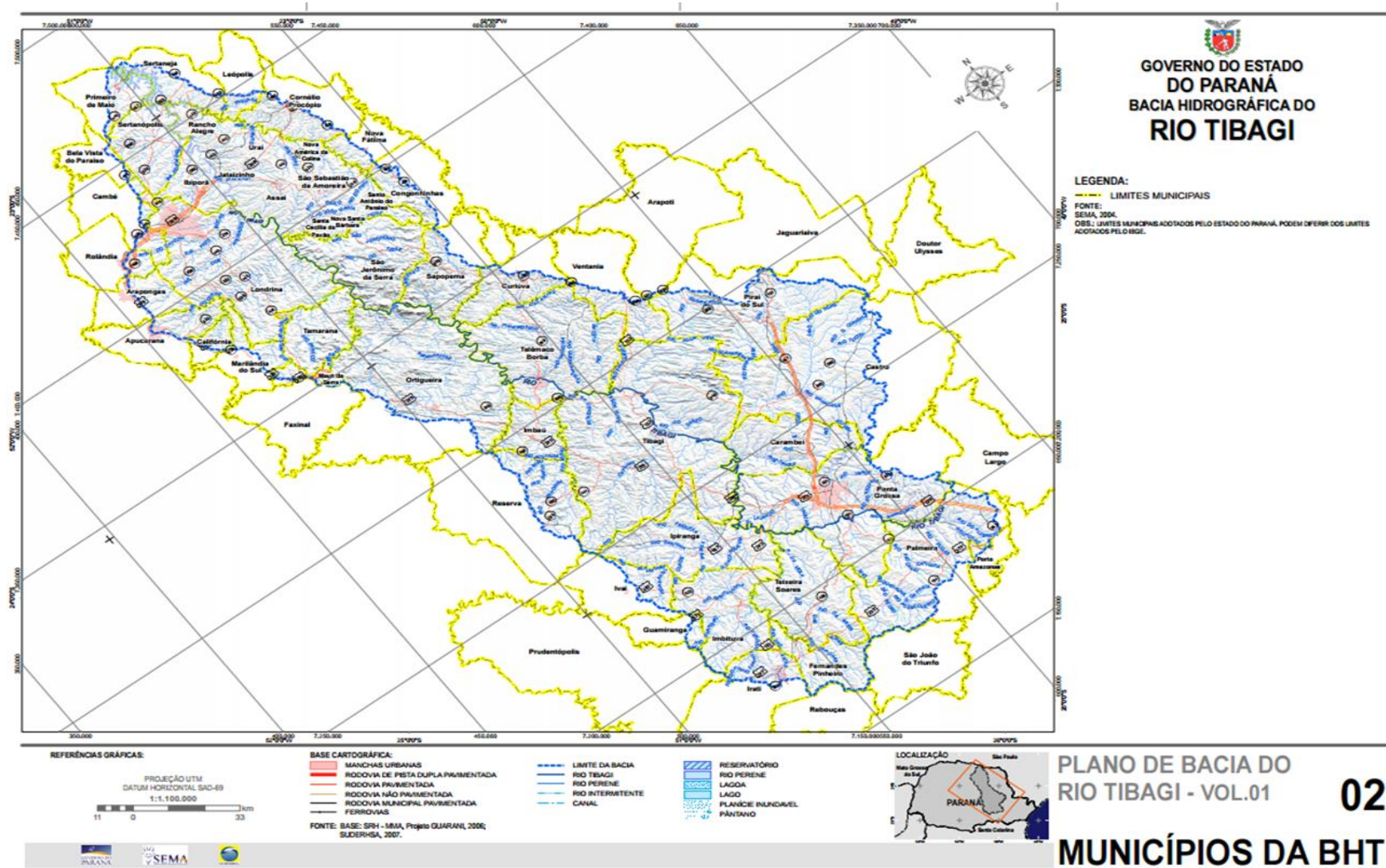
Abrange integralmente ou parcialmente cinquenta e três (53) municípios sendo que 15 deles têm a totalidade de sua área dentro da bacia (MEDRI *et al*, 2002): Palmeira, Ponta Grossa, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Fernandes Pinheiro, Irati, Campo Largo, Teixeira Soares, Imbituva, Guamiranga, Ivaí, Ipiranga, Castro, Carambeí, Reserva, Tibagi, Piraí do Sul, Imbaú, Ventania, Telêmaco Borba, Ortigueira, Faxinal, Mauá da Serra, Tamarana, Curiúva, Sapopema, Figueira, São Jerônimo da Serra, Marilândia do Sul, Califórnia, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cambé, Londrina, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, Congoinhas, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, Assaí, Nova América da Colina, Cornélio Procopio, Uraí, Jataizinho, Rancho Alegre, Leopólis, Ibiporã, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e Sertaneja. (COMITÊ, 2012), conforme demonstrado na figura 9.

A bacia tem características específicas que permite a divisão em duas unidades de gestão: o alto Tibagi e o baixo Tibagi. (CERH, 2006). A Unidade Hidrográfica do Alto Tibagi compreende das nascentes do Rio Tibagi até imediatamente a jusante da foz do Ribeirão das Antas, no município de Curiúva e a Unidade Hidrográfica do Baixo Tibagi, compreende a jusante da foz do Ribeirão das Antas no município de Curiúva. (CERH, 2018).

O COPATI - Consórcio de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi- foi um dos primeiros Consórcios Intermunicipais de bacia Hidrográfica, criado em 21 de setembro de 1989. Como consórcio público, era composto apenas por prefeituras em seu quadro de associados. Em 1997, ocorre alteração do estatuto para que empresas e Sociedade Civil participassem de seus quadros de associados. Com o

estatuto reformulado, recebeu titulação de OSCIP- Organização da Sociedade Civil de interesse público em 2002. (4ª. ATA, 2002, COPATI, 2018,2019).

Figura 9 - Municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi/Pr



Fonte: (SEMA,2004, ÁGUASPARANÁ, 2017)

Em 01 de agosto de 2001, foi endereçado um ofício ao COPATI, com a subscrição de cinco instituições com sede na bacia¹¹, requerendo a intermediação de ações para a instalação do Comitê. Em 02 de agosto de 2001, o presidente do COPATI, Reinaldo Ribeirete, de Ortigueira enviou um ofício ao presidente do CERH, requerendo a aprovação da instituição do referido Comitê, que cumpria as exigências do decreto 2315/00 e continha justificativa da necessidade, a caracterização da área, proposta para composição da mesa provisória com integrantes de prefeituras municipais, Governo estadual e Usuários integrantes do consórcio conforme quadro 3.

Quadro 3 - Composição da mesa diretora provisória do Comitê de bacia para o rio Tibagi

Prefeituras municipais	Castro	Ibiporã (presidência)	Ortigueira (secretaria geral)
Governo estadual	Instituto Ambiental do Paraná-IAP	Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação geral - SEPL	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA
Usuários	Cervejaria Kaiser do Brasil Ltda	Companhia paranaense de Energia - COPEL	Companhia de saneamento do Paraná - SANEPAR

Fonte: A autora

Pela Resolução n 08 CERH de 16 de janeiro de 2002. (CERH, 2002), o Comitê Tibagi teve uma designação de mesa diretora provisória, conforme o indicado, sem a participação de nenhum segmento da Sociedade Civil.

Estruturava-se por presidência, exercida por Reinaldo Gomes Ribeirete (Prefeitura municipal de Ibiporã), e uma secretaria geral exercida por Aldo de Oliveira Mattos (Prefeitura municipal de Ortigueira; e demais membros¹². (PARANÁ, 2001, 2002)

¹¹ Diretor da Tamarana Metais, diretor industrial da Companhia Cacique de café Solúvel, gerente da Eliane revestimentos cerâmicos de Londrina, prefeito do município de Cambé, presidente do Sindicato Rural de Londrina.

¹² Membros que compunham a mesa diretora provisória por resolução. Maria Inez Pedrosa (prefeitura Municipal de Castro) Roberto Gonçalves (Instituto Ambiental do Paraná); Jorge Andriguetto Junior (Secretaria de estado do Planejamento e coordenação geral – SEOL) ; Pedro Costa Guedes Vianna (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA) ; Murilo Schmuzler (cervejaria Kaiser do Brasil Ltda.) Luiz Fernando Arruda Gonçalves (Companhia Paranaense de Energia – COPEL); Nelson HIDEKI OKANO (Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar)

A primeira reunião dessa mesa provisória deu-se em 28 de janeiro de 2002, onde além da posse da mesa provisória, foram apresentados modelos de gestão de águas estaduais no Brasil e no Paraná. Os modelos descritos, foram 4 a saber:

O do Estado do Ceará, com ênfase numa companhia estatal que gerencia e vende a água bruta;
O do Estado de São Paulo com ênfase na participação do Poder Público e da Sociedade Civil;
O dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com ênfase na participação da Sociedade.
O Estado do Paraná com ênfase na participação dos Usuários. (1ª. ATA MESA, 2002)

Nessa mesma reunião foi proposto pelo Conselho estadual que devido a complexidade geomorfológica e social da bacia e ao tamanho da bacia do rio Tibagi¹³ (MEDRI *et al*, 2002), o número de membros seria quarenta (40), ou seja, o número máximo permitido e que fosse formado por 40% de representantes dos Usuários, 35% de membros do Poder Público e 25% de Sociedade Civil. (PARANA, 2002).

Na 2ª reunião da mesa diretora provisória, em 14 de fevereiro de 2002, no prédio da SUDERHSA. (Anexo), a representante da SUDERHSA e secretária executiva do CERH/PR, preestabeleceu uma divisão percentual dos setores bem como a indicação de segmento, sendo aceita pela mesa. Ficou para a mesa provisória a discricionariedade na indicação do número de componentes dos setores. Houve três sugestões, ficando a composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, com uma composição que acolhesse as três proposições (Quadro 4).

¹³ Como significativa indicação da complexidade de gestão na bacia do Rio Tibagi, a existência de duas unidades de gestão denominadas Alto Tibagi e Baixo Tibagi.

Quadro 4 - Proposições de número de componentes para o Comitê da BHRT por segmento.

Setor	Segmento	Simulação(Ibiporã) Reinaldo Ribeiro	Simulação (SEPL) Jorge Andriguetto Jr	Simulação(COPEL) Luiz F. Gonçalves	Composição aprovada
I-PODER PÚBLICO (máximo de 16 componentes)	• FUNAI (união)	01	01	01	01
	• IAP (estadual)	01	01	01	01
	• SEAB (estadual)	x	X	X	01
	• SESA (estadual)	01	01	01	01
	• SUDHERSA (estadual)	01	01	01	01
	• Prefeituras (municipal)	08	10	10	09
SUB TOTAL I		12	14	14	14
II USUÁRIOS (máximo 16 componentes)	• Abastecimento	05	04	04	05
	• Drenagem/resíduos	01	02	02	02
	• Hidroeletricidade	01	01	03	02
	• Indústria	04	04	04	04
	• Agropecuária	03	04	02	02
	• Navegação	x	X	X	X
	• Lazer/turismo	01	01	01	01
SUB-TOTAL II		15	16	16	16
III- SOCIEDADE CIVIL (mínimo 8 componentes)	• ONGs pertencentes BHRT	04	03	02	02
	• Entidades técnicas de Ensino e Pesquisa[	05	03	03	04
	• Entidades técnicas Profissionais	03	03	03	03
	• Comunidades Indígenas	01	01	02	01
SUB-TOTAL III	•	13	10	10	10
TOTAL	•	40	40	40	40

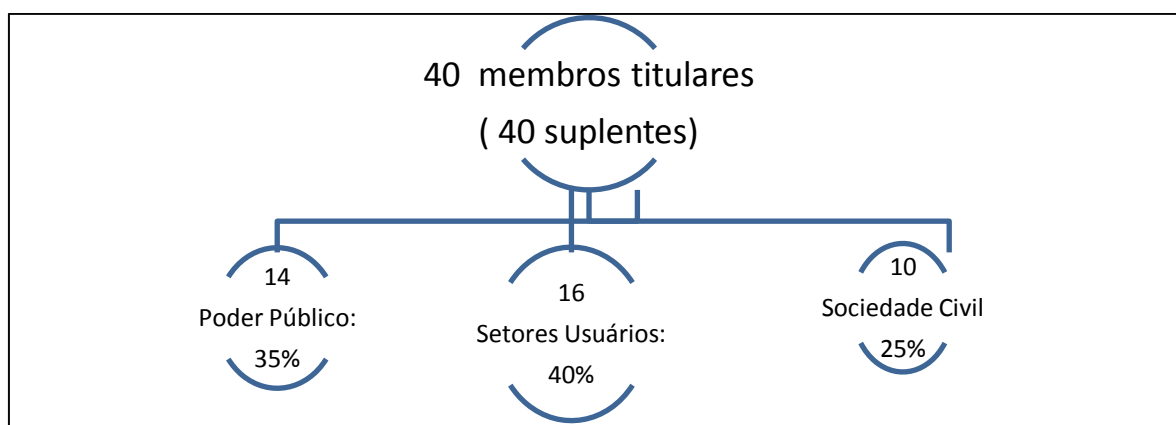
Fonte: A autora.

Nota: Organizado a partir dos registros documentais

O regimento interno é um documento do Comitê que visa organizar o funcionamento interno do mesmo. São partes integrantes: a denominação, área de atuação, sede, finalidade, composição, estrutura organizacional, atribuições dos órgãos e dirigentes e os processos de desligamento (AGÊNCIA, 2011). No Comitê do Rio Tibagi o regimento de 2002 sofreu atualização em 2012. Consta do regimento além da estruturação, as atribuições, eleição e demais regras das reuniões e procedimentos.

Conforme consolidação no artigo 5º. do Regimento interno constituída por 40 (quarenta) membros titulares e respectivos 40 (quarenta) suplentes, sendo 14 (quatorze) representantes do Poder Público, 16 (dezesesseis) representantes dos Setores Usuários de Recursos Hídricos e 10 (dez) representantes da Sociedade Civil (Figura 10), assim foram distribuídos: **I – Representantes do Poder Público:** União: 1 (um); Estado: 4 (quatro); Municípios: 9 (nove); **II – Representantes dos Setores Usuários:** Abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos: 5 (cinco); Hidroeletricidade: 2 (dois); Captação industrial e diluição de efluentes industriais: 4 (quatro); Agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura: 2 (dois); Drenagem e resíduos sólidos urbanos: 2 (dois); Lazer, recreação e outros usos não consultivos: 1 (um); **III - Representantes da Sociedade Civil:** Organizações não governamentais: 2 (dois); Entidades de ensino e pesquisa: 3 (três); Entidades técnico profissionais: 4 (quatro); Conselho Indígena: 1 (um).

Figura 10 - Composição do Comitê do da Bacia do Rio Tibagi



Fonte: (COMITÊ, 2012; ÁGUASPARANÁ, 2017).

Nota: Organizado pela Autora.

Conforme artigo 4º. e parágrafo único do regimento interno a estrutura do Comitê da bacia do Rio Tibagi compreende: plenário do Comitê, Mesa diretora, Câmaras técnicas, sendo que o plenário é a Assembleia geral dos membros do

Comitê. O Comitê do Tibagi desde 2002 até 2017 realizou vinte e seis (26) reuniões ordinárias, três (3) reuniões extraordinárias e duas (2) audiências públicas. Os documentos e atas foram divulgados e publicados no *site* oficial do governo do Paraná disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br>, no ícone, gestão de bacias, Comitês de bacias, Comitê de bacia do rio o Tibagi: plano de bacia, regimento interno, composição, reuniões, câmara técnica de acompanhamento do plano, deliberações, eleições, audiência pública dos corpos de água da bacia do rio Tibagi. (AGUASPARANA, 2017).

Os membros exercem funções que são consideradas serviços de relevante interesse público, e conforme artigo 13º do regimento interno tem por competência:

I – apresentar propostas, pedir vistas de documentos, discutir e votar todas as matérias submetidas ao Comitê; II – solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, na forma estabelecida neste Regimento Interno; III – propor a constituição de Grupos de Trabalho especializados ou de Câmaras Técnicas para analisar temas submetidos ao Comitê; IV – votar e ser votado para as funções previstas neste Regimento Interno; V – indicar, quando apropriado, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para participar de reuniões específicas do Comitê, com direito a voz, obedecidas as condições previstas neste Regimento Interno; VI – comparecer às reuniões do Comitê; VII – exercer as funções para as quais tiver sido designado; VIII – participar das reuniões, debatendo e votando as matérias apresentadas; IX – participar, quando indicado, de Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho; X – contribuir para a difusão da Política e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraná; XI – discutir, previamente, com o segmento que representa no Comitê, os assuntos que irá apreciar e dar ciência das deliberações do Comitê; XII – acompanhar, como controlador social, a Agência de Águas (Instituto das Águas do Paraná). XIII – cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno. (COMITÊ, 2012, p.11-12)

A primeira composição foi determinada pelo decreto n.5790 de 2002 que além de instituir o Comitê, designou seus integrantes conforme demonstrado por instituições, com mandato de 2 anos. Consolidou-se coma composição de quatorze (14) representante do poder público, sendo uma (1) da união, quatro (4) dos Estados e nove (9) dos municípios. Dezesseis (16) representações dos Usuários estavam divididas entre cinco(5) do setor de abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos, duas (2) na hidroeletricidade, quaro(4) na captação industrial e diluição de efluentes industriais, duas (2) agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura, duas (2) na drenagem e resíduos sólidos e urbanos, e (1) para lazer, recreação e outros usos não consultivos. Dez (10) vagas da Sociedade Civil estavam divididas sendo duas (2) para ONGs, quatro (4) entidades de ensino e pesquisa, três (3) para entidades técnicas profissionais, e uma (1) ao conselho indigenista.

A atual composição dos membros do Comitê tem a gestão temporal de 01/03/2017 a 01/03/2021. Está composta em conformidade legal com a normativa do Decreto 9130/2010. Esta estruturação de Comitês voltou a seguir o regimento interno, quanto ao número de integrantes por segmento, onde a Sociedade Civil passou a se readequar aos dez (10) integrantes e o Poder Público estadual voltou aos quatro (4) representantes que possuía anteriormente conforme. O quadro 5. apresenta um comparativo da composição inicial, 2002, e atual (gestão 2017-2020) do Comitê.

Quadro 5 - Composição inicial e atual das instituições do Comitê da Bacia do Tibagi.

(continua)

INSTITUIÇÕES MEMBROS		GESTÃO 2002	GESTÃO 2017/2021
Poder Público	Federal	Fundação nacional do índio- FUNAI	Fundação nacional do índio - FUNAI
	Estadual	Instituto Ambiental do Paraná IAP	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
		Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB
		Secretaria de Estado da Saúde – SESA;	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA
		Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA;	Instituto das Águas do Paraná- AGUASPARANA
	Municipal	PREF. MUN. PONTA GROSSA	PREF. MUN. PONTA GROSSA
		PREF. MUN. TELÊMACO BORBA	PREF. MUN. TELEMACHO BORBA
		PREF. MUN. CASTRO	PREF. MUN. CARAMBEI
		PREF. MUN. TIBAGI	PREF. MUN. ORTIGUEIRA
		PREF. MUN. ORTIGUEIRA	PREF. MUN. ROLANDIA
		PREF. MUN. IBIPORA	PREF. MUN. APUCARANA
		PREF. MUN. CORNELIO PROCOPIO	PREF. MUN. TAMARANA
		PREF. MUN. JATAIZINHO	PREF. MUN. PALMEIRA
		PREF. MUN. LONDRINA	PREF. MUN. LONDRINA
Usuário	Abastecimento de água e diluição de afluentes	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
		Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
		Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
		Serviço autônomo Municipal de água e esgoto - SAMAE IBIPORA	Serviço autônomo Municipal de água e esgoto - SAMAE IBIPORA
		Serviço autônomo Municipal de água e esgoto - SAMAE NOVA SANTA BARBARA	Serviço autônomo Municipal de água e esgoto - SAMAE IBIPORA
	Drenagem e resíduos urbanos	Município de Jataizinho;	Drenagem e resíduos DRZ Geotecnologia
		Transportec;	Ponta Grossa Ambiental concessionária de serviço
	Hidroelétrica	Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Companhia Paranaense de Energia - COPEL
		Companhia Paranaense de Energia - Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Companhia Paranaense de Energia - Companhia Paranaense de Energia - COPEL
	Indústria	Cervejarias Kaiser Brasil S/A;	AMBEV -
		KLABIN S/A Monte Alegre	KLABIN S/A Monte Alegre

Quadro 5 - Composição inicial e atual das instituições da Bacia do Tibagi

(conclusão)

INSTITUIÇÕES MEMBROS		GESTÃO 2002	GESTÃO 2017/2021
Usuário	Indústria	Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda – COROL;	Integrada Cooperativa Agroindustrial
		Milênia Agrociências S/A;	Castrolanda Cooperativa
	Agropecuário	OCEPAR – organização das cooperativas	OCEPAR – organização das cooperativas
		FAEP – Federação da agricultura do Paraná	FAEP – Federação da agricultura do Paraná
Sociedade Civil	ONG	Município de Apucarana.	AAqCG.- Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais
		Grupo Ecológico Vida Verde;	Associação Klimionte
	Ensino e pesquisa	Patrulha das Águas;	Meio ambiente equilibrado
		Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais;	*
		Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG;	Fundação ABC
		Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná;	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
	Técnico profissional	Universidade Estadual de Londrina – UEL;	Universidade Estadual de Londrina- UEL –
		**	COPATI
		Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES;	Associação de geólogos Paraná –AGEPAR
		Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa;	AEAPG Associação e Arquitetos de Ponta Grossa
Sociedade Civil	Conselho Indigenista	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná; SENGE	Sindicato dos engenheiros no Estado do Paraná. –SENGE
		Conselho Indigenista do Estado do Paraná.	Conselho Indigenista do Estado do Paraná.

Fonte: (PARANA 2002,2010, COMITÊ, 2017)

Nota: Organizado pela autora

* Vaga excluída na formação atual **Vaga incluído na formação atual

Com uma composição em que a Sociedade civil é numericamente minoria, já se delineia uma tendência ao predomínio de Formações discursivas (FDs) formatadas a partir da ideologia de Estado/Usuário.

Por conta da transformação da Aguasparaná como secretaria executiva do Comitê, o COPATI (Consórcio para Proteção Ambiental do rio Tibagi) teve o estatuto social da instituição alterado de um consórcio intermunicipal para Organização da Sociedade Civil de interesse público – OSCIP para participar do Comitê através de um rearranjo das vagas como membro do segmento da Sociedade Civil.¹⁴

Desde a formação inicial até a atual gestão, há uma predominância do Poder Público, seja no segmento próprio ou como Usuário. A Sociedade Civil tem representação minoritária com 10 membros. As condições de produção do discurso

¹⁴ A Sociedade civil por um período, sofreu uma alteração tendo ganhado um representante a mais, ficando com 11 integrantes e o poder público ficando com 13 Na atual gestão a sociedade civil voltou a ter o número de integrantes que prevê o regimento interno

se apresentam em favorecimento para as posições de Estado não favorecendo o segmento da Sociedade Civil.

Para o Comitê, além do plenário, é previsto uma mesa diretora. Pode ser composta por presidente, vice-presidente, secretário. No Comitê do Tibagi a composição inicial se deu a partir de uma mesa diretora provisória indicada pela Resolução n. 05/2001 complementada pela Resolução n.08/2002 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, CERH. (CERH,2001)

Em 05/11/2002 foi eleita, por chapa única, denominada ‘Tibagindo’, Reinaldo G. Ribereite (Ibiporã) como presidente e Fernando Pilatti (UEPG – Sociedade Civil - Ponta Grossa) como secretário (4ª. ATA. 2002). Em 05/11/2004, sem constituição de chapa, ocorreu a continuidade do mandato, com a substituição do secretário, por Sergio Bals, (Sanepar – Usuário - Londrina) (7ª. ATA, 2004).

Em 29/11/2006 ocorreu uma disputa eleitoral entre duas chapas: Chapa 1, “Para sempre nosso Tibagi”: tendo como candidato Sergio Bals (SANEPAR – Usuário) e Lucilene Tomé Furlan (COPATI, - Sociedade Civil – Secretária) e a chapa 2, “Sustentabilidade” com João Batista Moreiras Souza da Patrulha das Águas – ONG – Sociedade Civil) e Luciana Tozetto (Kaiser – Usuária) como secretária. Desse pleito foram eleitos a (Chapa 1) para o exercício do mandato diretivo. A chapa que a Sociedade Civil (ONG) pleiteava a presidência teve 8 votos contra 28 da chapa vencedora, cujo presidente é funcionário da SANEPAR. (11ª. ATA, 2006).

Em 20 de abril de 2010, na primeira reunião extraordinária, foi novamente disputado em duas chapas o processo eleitoral. Uma chapa encabeçada por Alcides Maia, (prefeitura de Ortigueira- Poder Público) para presidente e Galdino Andrade (COPATI – Sociedade Civil) para secretário e a outra, denominada de ‘Por um Tibagi melhor’, encabeçada por Martha Sugai (Copel – Usuário) para presidente e Paulo Barros (prefeitura de Ponta Grossa – Poder Público) para secretário, tendo sido vitoriosa a primeira. O escrutínio se deu com um empate de 14 votos para as duas chapas. Pela maior soma das idades dos candidatos, se deu a presidência para o Poder Público e a secretaria com a Sociedade Civil. (1ª. ATA EXTRA, 2010).

Na 21ª. Reunião ordinária em 13 de junho de 2012 novamente ocorreu nova disputa eleitoral. Neste momento foram alteradas as nomenclaturas da diretoria. Passou-se a denominar presidência e vice-presidência, não mais se referindo a

Secretário geral.¹⁵As chapas concorrentes foram: chapa 1 disputada por Paulo Henrique Hatunde (Copel – Usuário), para presidente e Antônio Carlos Gerardi (Sanepar – Usuário) para vice-presidente e chapa 2, disputada por Galdino Andrade (COPATI – Sociedade Civil) para presidente e Luiz Carlos Pinheiro (Prefeitura Telêmaco Borba – Poder Público) para vice-presidente. Este pleito foi vencido pela chapa 2 com 15 votos contra 10 votos da Chapa 1. (21ª. ATA, 2012).

Em março de 2017, na 27ª. Reunião ordinária foi eleita Andreia de Oliveira (Prefeitura de Ponta Grossa) e Alberto Bacarim, representante dos Usuários, segmento de Abastecimentos de água e diluição de afluentes urbanos –SAMAE – de IBIPORÃ – baixo Tibagi - para nova gestão que compreende 2017 até 2021. O quadro 6 a seguir sintetiza esses seis (6) momentos diretivos.¹⁶)

Quadro 6 - Composição das mesas diretivas do Comitê de Tibagi de 2002 até gestão 2017.

Gestão	Presidente	Secretário
2002/2004	Reinaldo G. Ribeyre (pref. Ibiporã-Poder Público)	Fernando Pilatti (UEPG –Sociedade Civil - Ponta Grossa)
2004/2006	Reinaldo G. Ribeyre (pref. Ibiporã-Poder Público)	Sergio Bals, (Sanepar – Usuário - Londrina
2006/2010	Sergio Bals (Sanepar – Usuário)	Lucilene Tomé Furlan (COPATI, - Sociedade Civil)
2010/2012	Alcides Maia, (pref. Ortigueira-Poder Público)	Galdino Andrade (COPATI – Sociedade Civil)
Gestão	Presidente	Vice
2012/2017	Galdino Andrade (COPATI – Sociedade Civil)	Antônio Carlos Gerardi (pref. Telêmaco Borba – Poder Público).
2017/atual	Andreia de Oliveira (Pref. Ponta Grossa).	Alberto Bacarim (SAMAE Ibipora - Usuário)

Fonte: (4ª. ATA. 2002;7ª. ATA, 2004; 11ª. ATA, 2006; , 1ª.ATA, 2010; 21ª. ATA, 2012)

Nota: Organizado pela autora.

Além da mesa diretora também está previsto no regimento interno que o Comitê terá como estrutura as Câmaras Técnicas (CTs). Estas são criadas pelo plenário e servem para aprofundar as discussões sobre temáticas antes da plenária e em geral tem caráter permanente. Também podem ser criados os Grupos de Trabalhos (GTs) que são instituídos para realizar análise ou execução de temas específicos para subsidiar alguma decisão colegiada.

¹⁵ Regimento interno anterior (COMITÊ, 2002) previa: “artigo 4. O Comitê, integrado por seus membros, representantes do Poder Público, dos Usuários e da Sociedade Civil Organizada, é assim constituído: I - Plenário do Comitê; II - Presidente; III - Secretário Geral”. “No regimento atual (COMITÊ, 2012) consta. “Art. 4.: A estrutura do Comitê da Bacia do Rio Tibagi compreenderá: I – Plenário do Comitê; II – Mesa diretora composta por Presidente e Vice-presidente; III – Câmaras Técnicas.[...]”

¹⁶ Ata não disponível até a conclusão do trabalho

A Câmara técnica de Acompanhamento da Elaboração do Plano da Bacia do Rio Tibagi – CTPLAN – tem suas atividades vinculadas ao desenvolvimento do plano conforme Deliberação 001/2006. (DELIBERAÇÃO 01, 2006). Teve sua primeira reunião em 17 de novembro de 2006, com quatro (4) componentes, já tendo realizado dezoito (18) reuniões até 17 de maio de 2016 passando por reformulações. (DELIBERAÇÃO N. 10, 2010). O Artigo 4º da Deliberação 13 (2011) permite que participem como convidados da Câmara Técnica, para Acompanhamento da Elaboração do Plano de Bacia do Tibagi, outros membros do Comitê ou técnicos por estes indicados. Teve a coordenação do mandato 2014 e 2016 de Galdino Andrade Filho, do COPATI. A gestão de 2016 foi composta pelo Poder Público, Sr. Eneas Luis Costa Souza, (Aguasparaná) e Marcos Cezar da Silva Cavalheiro, (Fundação Nacional do Índio); Usuário, Edson Denobi, (Sanepar), Mônica Iron Almeida (Copel) e Sociedade Civil, Maria Josefa Santos Yabe, (OngMAE – Meio Ambiente Equilibrado) e Maria Magdalena Ribas Döll (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG).(DELIBERAÇÃO N. 13, 2011; COMITÊ, 2016).

A Câmara técnica de acompanhamento dos estudos da Usina Hidrelétrica Mauá, foi criada pela deliberação 07 de novembro de 2006, pelo espaço temporal de um ano, prorrogável por mesmo período com as seguintes competências:

I – acompanhar a elaboração dos estudos hidrossedimentológicos e de qualidade de água previstos na Licença Prévia; II – acompanhar a definição do Programa de Monitoramento de Qualidade da Água estabelecido na Licença Prévia e Programa de monitoramento do reservatório como o previsto na resolução CNRH n. 37, de 2004; III – outras ações relacionadas ao tema recursos hídricos da UHE Mauá que vierem a ser delegadas pelo Plenário do Comitê da bacia do rio Tibagi. (DELIBERAÇÃO N. 07, 2006)

A Câmara técnica de assuntos instrucionais e legais o CTIL – foi criada pela Deliberação 08 de 2008 e tem como competência:

I – acompanhar, analisar e emitir pareceres sobre atos normativos relacionados a recursos hídricos e aplicáveis à bacia do rio Tibagi; II – emitir pareceres sobre propostas de resoluções, requerimentos e moções encaminhadas ao Comitê, via Agência de Bacia; III – propor minutas de resoluções, requerimentos e moções sobre os temas analisados; IV – requerer informações e documentos necessários à emissão de pareceres; V – atender outras competências que venham a ser delegadas pelo Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. (DELIBERAÇÃO N.08, 2008)

Conforme Deliberação n.11, (2010b), essa câmara técnica se remodela, como Câmara técnica de assuntos Institucionais e de Conformidade de matérias legais – CTIL. Passa a ser composta por: um (01) representante da Federação da Agricultura

do Estado do Paraná – FAEP, que passou a ser o Coordenador relator. Por representantes do Poder Público: um (01) do município de Ortigueira e um (01) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sema . E por representantes da Sociedade Civil: um (01) Universidade Estadual de Ponta Grossa e um (01) do Consórcio do Rio Tibagi– COPATI. (DELIBRAÇÃO n.11, 2010).

Foi criado um grupo de trabalho (GT) para Avaliação da Composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, com a competência de avaliar a composição do Comitê, diante dos novos cenários que se apresentam, em especial quanto à representatividade dos segmentos e quanto ao número de membros. (DELIBERAÇÃO N. 02, 2006). Este grupo formado por representantes do Poder Público (Prefeitura de Castro e Londrina), Usuários (OCEPAR e Kaiser) e Sociedade Civil (CESCAGE e Patrulha das Águas) coordenados pela (SANEPAR), convalidaram a estrutura em que os membros deveriam ficar em, 40 membros titulares e 40 membros suplentes, sendo 13 representantes do segmento Poder Público, 16 representantes do segmento Usuário e 11 representantes do segmento Sociedade Civil, porém recomendaram que as suplências poderiam ser ocupadas por diferentes instituições e que o Ministério público do Paraná assumiria um assento como titular no segmento do Poder Público. Também está nessa Deliberação n. 05 (2006b) uma ferramenta de gestão significativa que fomentaria a representação com representatividade.

A Câmara técnica para atualização do Regimento Interno foi criado pela Deliberação n.14 (2011a) e tem como atribuição promover a adequação do Regimento Interno de acordo com as normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010 (PARANÁ, 2010). Uma das questões do regimento interno é a representação dos membros integrantes do Comitê (DELIBERAÇÃO N.14, 2011a).

Dentro do funcionamento de um Comitê as atas representam o registro dos eventos e as deliberações e moções e dão materialidade aos atos de decisões de um Comitê. Até o presente momento foram estruturados dezessete (17) deliberações, entre elas 3 moções, para fins de constituir grupo de trabalho ou constituir câmara técnica e/ou emitir moções. O Comitê do Tibagi utilizou, além das atas, as deliberações por onde expressou as ideologias dos grupos historicamente determinados. Após proposições aprovam em reuniões plenárias, com quórum determinado, as atas das reuniões anteriores, deliberações e moções que são

documentos por meio do qual o Comitê materializa as decisões e reafirma sócio historicamente o sentido das formações discursivas e ideológicas (FI) presentes.

Deliberação é o instrumento utilizado para normatizar assuntos de acordo com suas competências legais e moção é o documento por meio do qual o Comitê se manifesta em relação aos assuntos que estão fora de sua esfera de competência como protestos, apelos, e outros similares (AGÊNCIA, 2011).¹⁷

A Moção foi sobre a organização e a sistemática de funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica no que se refere à presença mínima dos membros para fins de deliberação, pedindo a revisão do artigo 10, os incisos II e III, do Decreto 2315/00¹⁸. (DELIBERAÇÃO, n.03, 2006) A Moção foi sobre a retirada da Usina Hidrelétrica Mauá do leilão de energia, (DELIBERAÇÃO n.04, 2006) e a Moção de apoio foi para apoiar a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema. (DELIBERAÇÃO n.12, 2010c).

As moções e deliberações representam a sustentação ideológica materializada em formações discursivas (FD) do grupo gestor do Comitê. Estas abordam os temas significativos eleitos para aquele grupo local e o entendimento sobre o posicionamento a ser seguido sobre aquele assunto por toda a comunidade que os gestores que a representam. As matérias de deliberações e moções objeto das reuniões plenárias deliberadas votadas transformam-se em documentos “por meio do qual o Comitê formaliza o entendimento sobre questões de sua competência” (AGÊNCIA, 2011)

A secretaria executiva está estruturada para ser responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e operacional do Comitê. No regimento interno do Comitê do Tibagi consta no “Art. 4º, [...] As funções de Secretaria Executiva do Comitê serão exercidas pelo Instituto das Águas do Paraná que prestará apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao bom funcionamento do Comitê, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 12.726/1999.” (COMITÊ, 2012, p.7)

As atas, deliberações e Moções, mesmo se tratando de textos oficiais, perpassadas por filtro realizado pela secretaria executiva, são passíveis de deslizamentos de sentido e de opacização do dizer, tendo em vista que o como se diz produz um efeito de sentido ou outro.

¹⁷A Deliberação 15/2016 indicou membros do CBH-TIBAGI, representantes dos usuários e das entidades Cíveis para compor o CBH- Paranapanema por se tratar de rio afluente. (DELIBERAÇÃO, 2016a).

¹⁸ Esse decreto está revogado e foi substituído pelo decreto n. 9130 de 27 de dezembro de 2010.

Portanto, a metodologia para análise do *corpora* proposto (atas, deliberações e moções), se pautará na Análise do Discurso, pois o funcionamento da língua, ou melhor, pelo modo de dizer dos sujeitos analisados integrantes do Comitê, da Agência de águas e da comunidade que tiveram suas falas representadas nas transcrições das atas e demais documentos permite reconhecer as formações discursivas e ideológicas e os silenciamentos produzidos pelo e no dizer.

A produção de sentido na superfície linguística que a Análise do Discurso (AD) busca nos sujeitos enunciadore e pelos procedimentos que se seguem, constroem os objetivos pretendidos da pesquisa. Esta forma permite encontrar nos enunciados os sentidos presentes, os seus efeitos e os seus silenciamentos, que na opacidade da língua deflagram, no processo discursivo, como os sujeitos se inscrevem em dadas FDs e ao se inscreverem como se posicionam ideologicamente, colocando em evidência representante/representado nos enunciados na construção do processo discursivo e ideológico dos integrantes da Sociedade Civil no modelo de gestão participativa da água.

Para implantar a Política Nacional de Recursos Hídricos, os Comitês necessitam ser o espaço para “a gestão dos recursos hídricos [...] descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos Usuários e das Comunidades” artigo 1º. VI, lei 9433/97. (BRASIL, 1997). Os Comitês compõem o Sistema Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos (artigo 33, III, lei 9433/97). Tem como atribuições, conforme o artigo 32, lei 9433/97:

- I-Coordenar a gestão integrada das águas;
- II - Arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III - implementar a política Nacional de Recursos Hídricos;
- IV - Planejar, regular e controlar o uso , a preservação e a recuperação dos recursos hídricos;
- V -Promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos. (BRASIL, 1997)

Assim o Comitê, como um órgão colegiado com fins decisórios, para se constituir como um fórum descentralizado e efetivo, deve contar com a participação de seus membros de modo que as partes sejam representadas por seus representantes.

Nesta implementação, há a figura de uma gerência executiva com efetiva função de operacionalização das atividades com foco na otimização da gestão da água na e para a bacia hidrográfica e seus componentes.

Quanto ao modelo da gerência executiva do Comitê, inicialmente no Paraná, previa a figura de Unidades Executivas Descentralizadas como parte do sistema de gerenciamento estadual, incentivando a formação de consórcios e de associações diferenciadas para atribuições próprias de Agência de Bacias hidrográficas. Conforme Roorda (2005), através do Decreto 1.651/03, na conjuntura política do governo centralizador, a nomenclatura se alterou e o efeito de sentido também. A política de gestão da água passou a ser vista de outra maneira, onde o gestor entendeu que deveria ficar por conta de um ente público – SUDHERSA, hoje Águasparaná, assumindo a função de Agência de bacia. Atualmente a Águasparaná como gerência do Comitê, está ligada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, tendo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a própria Águasparaná (em suas outras atribuições além de gerência de bacias) com funções de suporte.¹⁹

O efeito de sentido da centralização no Poder Público estruturado e detentor das informações e banco de dados, para ser Agência de Águas no Paraná, fortalece uma Formação discursiva de hierarquização onde a Sociedade Civil se silencia. A ideologia que permeia esse dizer prioriza a centralização da gestão de águas no Poder Público-Estado, onde a gestão tripartite não encontra espaço para sua efetividade.

O abandono da expressão ‘UED’ Unidade Executiva Descentralizada, para se referir a ‘Agência de bacia’ e posterior ‘Aguasparaná’, como o órgão executivo do Comitê, demarca um deslizamento de sentido na proposta de gestão descentralizada para retomada do modelo burocrático de gestão centralizada.

É de significativa importância à apresentação da empresa COBRAPE, (Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos)²⁰. Data de 2002 o contrato junto ao governo estadual, precisamente com a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação geral do Paraná, que tinha como objetivo, o estudo e apoio ao COPATI na estruturação do Sistema estadual de gerenciamento de

¹⁹ A proposta paranaense, segundo Souza Junior (2004) se encaixa na geração de leis de terceira geração, ligada à evolução de normativas voltadas para Agência e cobrança quando de sua criação, mas se reconhece a atual identificação com a quarta geração, pois são as que possuem capítulos sobre água subterrânea. A primeira geração de Leis estaduais de Recursos Hídricos são as influenciadas pela lei estadual de São Paulo n.7663/91 como o caso do Rio Grande do Sul, lei 10.350/94 que também recebeu influência muito significativa das experiências regionais. A segunda geração são as que foram criadas sob a influência da lei federal 9433/97, como o exemplo a lei do estado do Rio de Janeiro.

²⁰ Sociedade anônima fechada para prestação de serviços de engenharia, em funcionamento desde 1988.

recursos hídricos, no âmbito da bacia do rio Tibagi, ou seja, auxiliar o COPATI a se transformar na agência de bacia do Comitê. (COBRAPE, 2019). Também foi através do contrato n.19/2006 SUDERHSA/COBRAPE, que a empresa se vinculou com a construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná- PLERH-PR. (AGUASPARANÁ, 2010; COBRAPE, 2010). Diante da recorrente aparição nos processos deliberativos do Plano estadual e na estruturação do Comitê da bacia do rio Tibagi, a COBRAPE se apresenta como determinante na condição de produção do dizer sobre os sujeitos enunciadores representantes do Comitê, gerando o efeito de sentido da tecnicidade desejada para gestão de águas.

A composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado do Paraná está estabelecida no Art. 36 da Lei Estadual nº 12.726/99 (PARANÁ, 1999), e no Art. 8º do Decreto nº 9130/2010 que menciona que os Comitês terão no mínimo dez e, no máximo 40 membros, observados os seguintes limites: Até dois quintos de representantes do Poder Executivo da União, Estados e Municípios; Até dois quintos de representantes de Usuários de recursos hídricos; No mínimo um quinto de representantes de entidades da Sociedade Civil com atuação regional relacionada a recursos hídricos.

A composição final dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado do Paraná é uma decisão regional, sendo que a sua instituição formal é efetivada por Decreto do Governador, mediante prévia solicitação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR e tem regras específicas a serem seguidas. O quadro 7 trata da proporcionalidade das composições no Paraná.

Quadro 7 - Categorias dos representantes na composição dos Comitês de bacia do Paraná

Legislação	CBH AI-AR	CBH Tibagi	CBH Jordão	CBH Para-ná3	CBH Pirapponema	CBH Norte Pioneiro	CBH Baixo IvaíPR1	CBH Litorânea	CBH Piquiri-PR2	CBH Baixo Iguaçu	CBH Alto Ivaí
Poder Público Até40%	12 (32%)	13 (35%)	09 (39%)	13 (39%)	16 (40%)	14 (40%)	16 (40%)	11 (39%)	10 (36%)	11 (35%)	11 (38%)
Usuário RH até 40%	14 (36%)	16 (40%)	09 (39%)	13 (39%)	16 (40%)	13 (37%)	16 (40%)	10 (36%)	11 (39%)	12 (39%)	10 (34%)
Soc. Civil Min20%	12 (32%)	11 (25%)	05 (22%)	07 (22%)	8 (20%)	8 (23%)	8 (20%)	7 (25%)	7 (25%)	8 (26%)	8 (26%)
Total (100%)	38	40	23	33	40	40	40	28	28	31	29

Fonte: (ÁGUASPARANÁ, 2017)

Nota: Organizado pela autora

Os representantes devem ser formalizados por ato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após escolha pelo respectivo segmento.

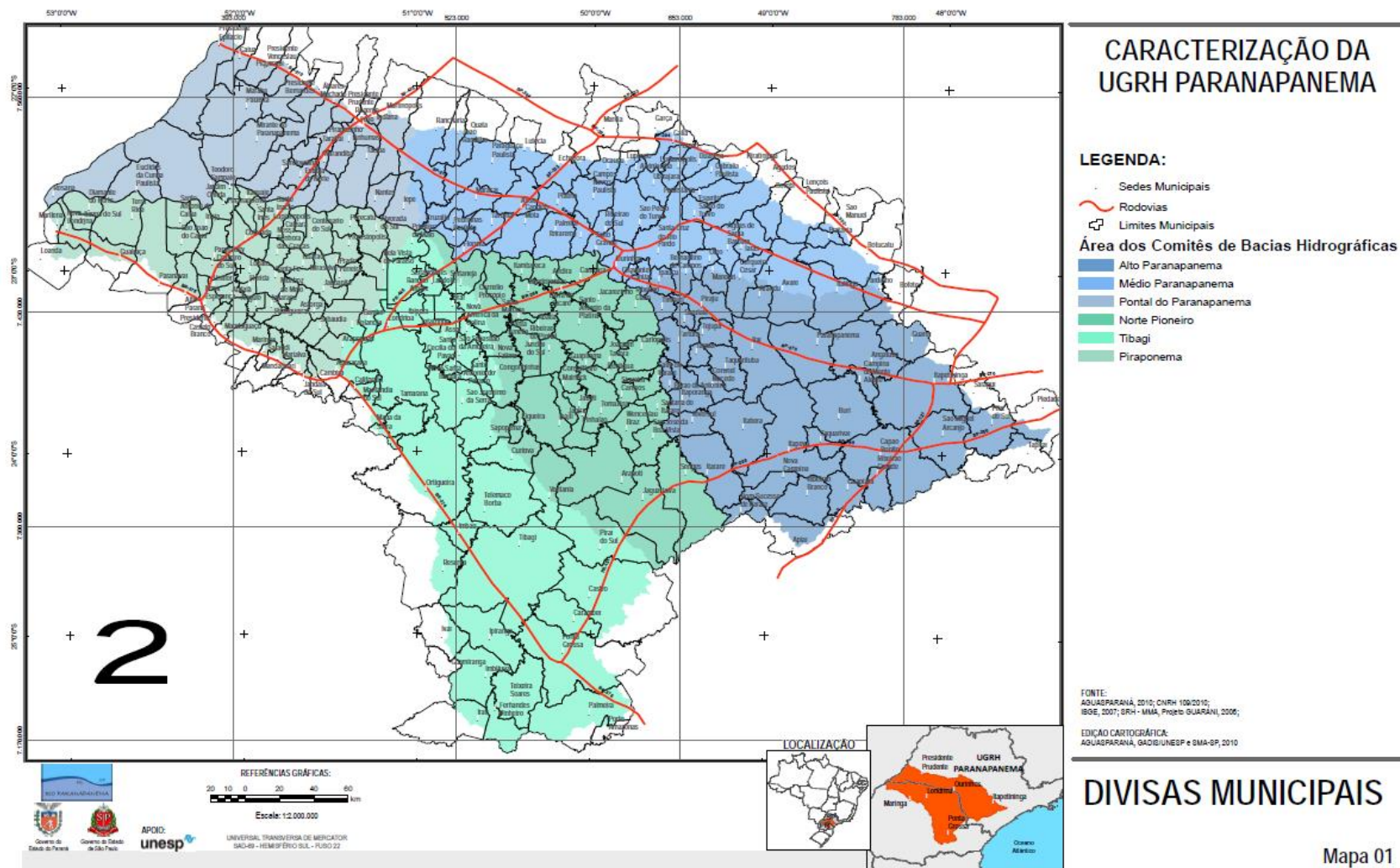
A bacia do Rio Tibagi é de interesse particular para a Unidade de Gestão de recursos Hídricos (UGRH) Paranapanema. O rio Paranapanema, com cerca de 900 km de extensão, tem nos rios Tibagi, Turvo, Itararé, Ivaí, das Cinzas, Laranjeiras, Jacarezinho e Pirapó, seus principais afluentes.

Esse Comitê interestadual tem como uma das suas atribuições de gestão, a elaboração do plano integrado de recursos hídricos (PIRH) da UGRH-Paranapanema. Para tanto, foi construído o termo de referência para elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da UGH do Rio Paranapanema (TDR/PIRH-Paranapanema), tendo como uma das ações previstas, a elaboração do Diagnóstico participativo. (LEAL, 2015).²¹.

O Comitê da bacia do rio Tibagi, junto com mais 5 Comitês estaduais do Paraná e São Paulo, participa da gestão do Comitê interestadual de bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, conforme demonstrado na figura 11. (LEAL, 2015).

²¹ Para o diagnóstico participativo foi utilizado um conceito metodológico de 'mapeamento participativo' como sendo "aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e o insere em modelos mais convencionais de conhecimento" (CAPRI JUNIOR *et al*, 2015). Mesmo sendo utilizada a metodologia SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) ou FOFA (Força, Oportunidade, Fortaleza, Ameaças) se reconhece que geralmente é utilizada como ferramenta de análise em instituições e empresas, e de que existem diversos métodos de mapeamento participativo e de elaboração de cartografias sociais/populares com diferentes enfoques temáticos e recortes espaciais ou sociais, cuja perspectiva é da investigação simbólica dos moradores do lugar sobre a participação. (LEAL, 2015; PAULA JUNIOR, 2013).

Figura 11 - Unidade de gestão de recursos hídricos – Paranapanema.



Fonte: (UGRH-PARANAPANEMA, 2018)

Sobre a gestão tripartite se faz necessário um detalhamento da caracterização as práticas dos integrantes do Comitê de bacia do Rio Tibagi para compreender a característica da representação que a normativa das águas indicou.

1.6 REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE NO ÂMBITO DO COMITÊ DE BACIA

A representação dentro do CBH de forma descentralizada se apresenta como um marco significativo no sistema de planejamento de políticas públicas de Estado. Jacobi (2010) ao reafirmar que o novo enlace da legislação das águas, estruturada a partir de três elementos: a gestão descentralizada por bacia hidrográfica, a gestão integrada e a gestão participativa, indica um modelo de gestão diferenciado do que estava sendo praticado e portanto permitiria a substituição de práticas arraigadas de planejamento do Estado tecnocrático e autoritário devolvendo o poder para as instituições de forma descentralizadas. (JACOBI, 2010). Porém essa prática demanda um processo de negociação não centralizador entre diversos agentes públicos, Usuários e Sociedade Civil organizada.

Cada CBH deve possuir composição e regras próprias para sua composição e funcionamento ligados ao regimento interno e respeitado a lei estadual seguindo a composição tripartitária e tripartite. Estas devem estar ligadas a um sistema de participação em que as partes possam exercer as atribuições de gestoras ante os representados.

Neder (2002) ao descrever a experiência do Comitê de Bacia do Alto Tietê, aponta que uma das origens dos problemas de articulação dentro da Bacia e consequentemente no Comitê, está relacionada com a composição heterogênea e fragmentada da representação social da Sociedade Civil não econômica. Indica que o Comitê se apresenta como um espaço de lobbies e que “representantes da chamada *Sociedade Civil* nos Comitês tem forte aversão e mesmo antipatia contra os excessos de manobras e encaminhamentos nas decisões de dirigentes do(s) Comitê(s)”. (NEDER, 2002, p.200, grifo no original). O autor citado indica que há um constrangimento para a participação da Sociedade Civil que reside na falta de capacidade estratégica e a desorganização do setor.

Outra dificuldade é a carência citada de recursos materiais para as entidades populares em Comitês para que possam acompanhar as diferentes formas de negociações como em plenárias, encontros e outras formas de participação. Esse apontamento está ligado à participação da Sociedade Civil quanto às dificuldades de cumprir a agenda e desenvolver formas de coordenar a representação social que exercem a seus representados. NEDER (2002).

Como se pode ver, estas práticas destoam daquilo que se propõe como de fato participativo, pois há um silenciamento esperado pelo Estado por conta de uma falsa igualdade legal que não favorece a alteração nas condições de produção nem deste dizer e nem deste fazer. Os sujeitos membros da representação da Sociedade Civil permanecem enunciando sobre a gestão, de forma a reforçar sua inscrição na Formação Discursiva de uma ideologia dominante a partir da ideologia do Estado.

Malheiro, Prota e Perez (2013) relatam que muitas experiências e lições foram vivenciadas ao se instalar o primeiro o Comitê das Bacias no Estado de São Paulo, dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH PCJ), no que se refere à composição dos integrantes e sua representação. Destacam que a participação da Sociedade Civil passou por alguns questionamentos de forma muito mais significativa, e:

Um dos temas polêmicos durante a formação da representação da Sociedade Civil foi o formato mais adequado para a participação dos Usuários das águas, em especial os empresários industriais e agrícolas [...] Também se questionou se as universidades deveriam fazer parte da representação da Sociedade Civil, uma vez que muitas delas são ligadas ao estado. (SÃO PAULO, 1995, apud MALHEIRO, PROTA, PEREZ, 2013, p.102)

Neder (2005) indica que a definição de representação social é duplamente desafiadora, pois enquanto se pensa no sujeito da ação social, também se deve questionar a qualidade da relação da representação e do vínculo com a identidade coletiva a qual atribui a representação.

Em outras palavras, toda participação em conselhos, colegiados, Comitês e demais formas coletivas de negociação direta para formulação de políticas públicas, inclusive em experiências avançadas do tipo orçamento participativo, nos leva a questionar o efeito de sentido de representatividade individual ante a representatividade do segmento.

Neder (2005) aponta que a dimensão da representatividade que tem sido enunciada e individualizada é tacitamente aceita como correta, “pelo simples comparecimento do agente [...], pois a secretaria executiva do Comitê procede a um

cadastramento e seleção das entidades que integram cada segmento da Sociedade Civil.” (NEDER, 2002, p.201) e isso passa a se formatar como discurso de representação intra e extra-Comitê.

Ocorre que há uma falácia neste processo interpretativo de que a representatividade individual partiria de um reconhecimento coletivo por parte dos pares e geraria uma representatividade.

A participação da Sociedade Civil é uma obrigatoriedade jurídica na construção da política de gestão da água descentralizada no Brasil. Este é um ponto de extrema significação para que o sistema como um todo possa ser entendido como democrático. A participação de forma a não gerar representatividade, não tem receptividade na lei de águas, que se pretende um modelo sistêmico de gestão, não construindo a gestão da água participativa e descentralizada.

Nesta perspectiva Kemerich, Ritter e Dulac, (2014) reconhecem que a disparidades na composição dos Comitês também constituem um importante problema, não permitindo que o Comitê gerencie os recursos hídricos da bacia eficientemente sem considerar a participação de todos os agentes sociais que são “influenciados” pela disponibilidade de água.

Para analisar a participação da Sociedade Civil na gestão dos recursos hídricos nos enunciados que representem os pares a partir de formações discursivas e ideológicas que constituem os sujeitos, faz-se necessário um questionamento das condições de produção dos discursos em que a Sociedade Civil está inserida e o efeito de sentido diante das relações econômicas classistas, a força estatal capitalista hierarquizada e coercitiva diante de uma ideologia legalista liberal.

1.7 SOCIEDADE CIVIL ENQUANTO CATEGORIA REPRESENTATIVA NO COMITÊ DE BACIA

No Brasil, a Constituição de 1988 é um marco fundamental, não só para a gestão das águas, mas enquanto modelo de Estado Democrático. Anterior a Constituição de 1988, desde a metade dos anos 70, movimentos sociais “pipocavam” no país contribuindo para a luta do processo de democratização da sociedade. (RAICHELIS, 2006). O debate sobre a democratização das políticas sociais no Brasil nasce em meio às lutas contra a ditadura militar ou seja contra o

modelo ditatorial do Estado. Diante do quadro político dos anos 80, se passa a pensar na construção da relação democratizante entre Estado e Sociedade Civil, conforme observa Raichelis (2006):

É importante notar que, embora os anos 80 sejam um período de aprofundamento das desigualdades sociais, é simultânea e contraditoriamente palco de avanços democráticos dos mais significativos na história política brasileira. Especialmente para o que nos interessa, cabe salientar a luta que se travou na Constituinte em torno da definição de novos processos e regras políticas capazes de redefinir as relações do Estado com a sociedade, no sentido de criar uma nova institucionalidade democrática. (RAICHELIS 2006, p.5).

Esse foi um momento de debate, em um ambiente de correlação de forças favorável, em que foi possível criar direitos e assegurar uma abertura de possibilidades da participação da sociedade nas decisões políticas, pois foram instituídas as figuras dos Conselhos e Comitês e outros “Instrumentos de democracia direta como plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular [...] como mecanismos de ampliação da participação popular nas decisões políticas”, conforme observa Raichelis (2006, p. 5).

O renascimento do termo ‘Sociedade Civil’ se deu na década de 1970, onde a percepção do termo ‘civil’ se opunha ao militar e contra ao Estado Onipotente dos regimes militares em uma visão maniqueísta. (COUTINHO, 1999). No Brasil esse foi o primeiro momento e se fundamentou em Gramsci onde a Sociedade Civil tinha como premissa a construção de um projeto de sociedade (GONH, 2005).

O movimento neoliberal no Brasil historicamente se seguiu em contraposição aos planos de movimento democrático e o lugar da Sociedade Civil se viu em deslocamento. A compreensão dos conceitos existentes para Sociedade Civil e sua movimentação histórica se faz importante para compreender o lugar da fala e a condição de produção desta categoria. A posição sujeito dos integrantes da Sociedade Civil se redefiniu na relação de ocupação do espaço de gerenciamento das políticas públicas.

A herança de confronto e de pressão da Sociedade Civil sobre os aparelhos do Estado levou entidades associativas perpassarem pela Constituição federal de 1988 e adentrarem os anos 90 permitindo que novas instituições se intitulassem como representantes da Sociedade Civil advindas do terceiro setor e participassem da “nova conjuntura de políticas sociais estatais de parcerias entre Estado e entidades da Sociedade Civil organizada”. (GONH, 1998, p.11).

Um segundo impacto foi a discussão de sociedade civil vinculado ao debate teórico Europeu e Norte americano a partir de dois tipos de crítica: a primeira, de setores da esquerda que criticavam a mercantilização das relações sociais e a manipulação burocrática da sociedade, e a segunda, de grupos conservadores, que desejavam substituir a ação redistributiva do *welfarestate* pela ação do voluntariado, filantropia e mercado. (SIMIONATTO, 2010).

É possível perceber que o conceito de Sociedade Civil tem se vinculado a “distintos significados dependendo das posições teóricas, do contexto histórico e da forma de autoridade política no período em questão”(RAMOS, 2005, p.75) a que esteja vinculado, ora ganhando expectativa de esfera não-estatal, anti-estatal, pós-estatal e até supra-estatal.

A proposição tem como intenção apresentar a incerteza do tema não porque pode apontar para equívocos, quando “uma definição for incerta, então todo conhecimento construído sobre esse conceito provavelmente também será débil” (RAMOS, 2005, p.76) mas principalmente porque, conseqüentemente, as políticas construídas com base em tal conhecimento poderão estar equivocadas. Isso pode estar gerando discursividades contraditórias que estão fortalecendo modelos específicos de política de gestão de águas, pois que estas contradições, na relação de forças do dizer, não são frutos de uma consciência plena dos sujeitos, porque não há o domínio do dizer. Portanto, esta contradição, que permeia todo discurso do e sobre o sujeito, leva a uma inadequação do modelo de gestão não efetivo, inadequação esta que se estabelece diante das relações de forças do próprio dizer e das práticas deste e sobre este dizer.

Desde a tradução da Política de Aristóteles de *koinonia politike* para *societas civilis*, o conceito tem sido utilizado e reformulado por muitos filósofos passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Bobbio e Arato & Cohen.(RAMOS, 2005).

Segundo Bobbio a expressão ‘Sociedade Civil’ teve no curso do “pensamento político dos últimos séculos, vários significados sucessivos”. (BOBBIO, 2004, p.1206). Variadas classificações têm sido feitas por distintos autores e vem passando por várias reformulações. De acordo com Laval (1999) pode-se subdividir em agrupamentos de famílias por argumentos acerca da Sociedade Civil em: 1) família jus naturalista; 2) família ligada a Hegel; 3) família ligada ao

associativismo. Bobbio (2004) apresenta a divisão em 1) Jusnaturalista, 2) Rousseau, 3) Hegel, 4) Marx, 5) Gramsci.

A proposta de trajetória teórica, marcos analíticos, que dividiu o modelo de Sociedade Civil em dois eixos: a concepção *liberal-democrática* e a concepção liberal-corporativa ou *neoliberal*, tem como proposta apresentar as influências das concepções políticas e ideológicas contemporâneas sobre na esfera da Sociedade Civil (SIMIONATTO, 2010). Nessa divisão podemos compreender a forma da articulação ideológica que se produz no funcionamento da língua por meio das discursividades da/na sociedade.

Na concepção Liberal-democrática, a Sociedade Civil é representada pelas múltiplas formas de associativismo, mas afastada da centralidade de classes, concebendo como esfera autônoma em relação ao Estado e a economia, voltados para ampliação da esfera pública (SIMIONATTO, 2010). Novos Movimentos Sociais são o coração institucional da nova Sociedade Civil que é parte do terceiro setor como ampliação da esfera pública. Ações do Estado e do mercado são limitadas e influenciadas pela sociabilidade associativa. Abandonando a relação dialética se afirma o sistema triádico: Sociedade Civil, economia e Estado.

No Brasil, as condições de produção da nova Sociedade Civil se desenvolveram com características de fortalecer a esfera pública como instância de crítica e controle do poder e espaço da cidadania. Essa perspectiva representa, politicamente, uma prática de resistência ao neoliberalismo, pois identifica a ruptura com conceitos chave da tradição marxista e a substituição por argumentações subjetivas relacionadas com o mundo da vida, que esvazia o espaço da Sociedade Civil como arena de luta política, onde a Sociedade Civil é atravessada pela neutralidade de classes. (SIMIONATTO, 2010).

A Sociedade Civil de cunho liberal-progressista ou neoliberal do fim do século XX início do XXI, com perspectiva da profissionalização das ONGs, se apresenta como discurso de luta em deslizamento de sentidos pela ampliação do que se entendia por cidadania e democracia tendo as parcerias entre público e privado, como modelo de Estado minimizado. (SIMIONATTO, 2010). Ocorre uma despolitização às avessas quando associações de ordem diversas (ONGs, cooperativas, voluntariados) se proclamam sujeitos plenamente capazes de dar voz e vez as classes subalternizadas tendo a ilusão de que são donos de seu dizer e seu fazer. (SIMIONATTO, 2010).

O modelo das ONGs também se altera. Emergem no cenário nacional os modelos próximos às norte-americanas articuladas pelas políticas sociais dos anos 90, dentro do espírito da filantropia empresarial diferente das ONGs do modelo cidadã dos anos 80. Estas entidades não se colocam contra o Estado como as da fase anterior, originárias de condições de produção de movimentos e mobilizações. (GOHN, 1998).

Segundo Simionatto (2010) a Sociedade Civil pregada pelo pensamento neoliberal, argumenta que Sociedade Civil é espaço de interação entre grupos e esfera contraposta ao Estado, como nova trindade alternativa ao Estado e ao mercado. A tese da ‘terceira Via’ propõe os ideais de governabilidade e dos ajustes e redução das funções públicas na esfera social. É fundada no ideário da responsabilidade social dos indivíduos, impulsionada pelo Estado, pelo empresariado e pelas elites e grupos corporativos onde o limite desta participação se acha adstrito ao limite da sociedade burguesa.

Simionatto (2010) afirma que a ‘Terceira via’ para Sociedade Civil tornou-se o eixo alternativo dos neoliberais no desabonamento do Estado onde a sociabilidade de mercado se construiu como a matriz teórica hegemônica desde 1990 e permanece até os dias atuais. Há uma visão homogeneizante e despolitizada das relações entre Estado e sociedade em que se eliminam os conflitos e as disputas de classes sociais nas perspectivas da renovação democrática, da governabilidade, onde a Sociedade Civil se despolitiza.

As novas entidades se autodenominaram de terceiro setor “pois procuram definir-se pelo que são e no pelo que não são” (GOHN, 1998, p. 15) se auto nominando por uma negatividade em relação ao Estado.

A categoria Sociedade Civil foi reduzida de representante das lutas e dos interesses das classes subalternas, a um terreno harmônico, assente de conflitos e contradições. Nesta medida desaparecem as diferenças de classe, de poder econômico, político e cultural, e isso se reflete nas condições dos discursos dos atores provenientes de uma esfera livre do Estado, como ONGs, a serviço do capital. (SIMIONATTO, 2010).

A concepção de Sociedade Civil como do terceiro setor, composta por entidades e organizações sem fins lucrativos formatadas para serem mais eficientes ou administradas com custo mais baixo, do ponto de vista teórico, traz categorias novas ao conceito como participação, como inovação metodológica para aferir

compromisso e legitimidade e de Governança como um conceito respectivo ao bom governo que tem a ver com a influência da Sociedade Civil na esfera pública. (SIMIONATTO, 2010).

O quadro 8 sintetiza as principais características desses dois momentos teóricos referenciais para a construção da identidade da Sociedade Civil.

Quadro 8 - Características da Sociedade Civil após os regimes militares.

1 eixo	2 eixo
Liberal democrática	Liberal-progressista ou neoliberal
1980	1990
Teoria da nova Sociedade Civil	Teoria como Sociedade Civil como espaço público não estatal, terceiro setor ou setor não governamental
Autores neomarxistas, ruptura com conceitos chave da tradição marxista, neutralidade de classes.	Representa a proposta da terceira via, discurso participacionista, do protagonismo dos novos atores, do voluntariado, das ONGs,
Esfera pública como instância de crítica e controle do poder e espaço da cidadania.	Participação é como inovação metodológica para aferir compromisso e legitimidade e de Governança como conceito do bom governo e a influencia da Sociedade Civil na esfera pública

Fonte: (SIMIONATTO, 2010)

Nota: Organizado pela autora

O modelo conceitual para política ambiental e da água, com fundamentos democráticos, e com novos modelos conceituais, tem a característica de um Estado mínimo, com a participação de vários atores, não só de políticas públicas, mas de processos de gestão. (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Gramsci (2000) propõe a reformulação do conceito de Sociedade Civil tendo por base a totalidade, luta de classes e estado ampliado. O objetivo dessa proposta foi de contribuir, superar o terreno dos interesses corporativos e o de uma vontade plasmada pela vontade estatal, defendendo uma sociedade igualitária. Foi a primeira ideia política de que o espaço da Sociedade Civil é um espaço de organização cultural e pertencente a superestrutura social, não reduzindo a Sociedade Civil a nível da esfera dominada pelo direito de propriedade. Essa dominação não se dá apenas no plano econômico, mas em diversas instâncias. Gohn (2005) indica que a hegemonia não é um mero produto do domínio do econômico e, conseqüentemente, do Estado, que estaria sob o controle da classe dominante. Ela ocorreria também e principalmente, no plano cultural, e que expressa o poder de uma determinada classe ao dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade.

Simionatto (2010) propõe a defesa do valor analítico da categoria Sociedade Civil não apenas como um instrumento de análise, mas um projeto transformação. Propõe uma releitura da categoria em Gramsci para os dias atuais. Indica que permite superar a atual identificação como conceito de terceiro setor, pela perspectiva de totalidade e unidade entre a esfera econômica, cultural e política, compreendida em seus processos dialético e contraditório. Argumenta que como categoria, em Gramsci não se restringe à luta pela cidadania e pelos direitos sociais, nem como o um espaço da razão discursiva ou do debate democrático, mas se fundamenta que na Sociedade Civil se estabelece o confronto de projetos societários cujo horizonte para classes subalternas é a socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida.

Neste viés as discursividades perpassadas nas políticas públicas da água merecem atenção. Ao olhar os processos de linguagem através da Análise do Discurso, se propõem interpretar os sentidos dados pelos sujeitos, na representação e na representatividade da Sociedade civil, intra e extra Comitê, sobre temas de participação e gestão da bacia do rio Tibagi.

1.8 A ANÁLISE DO DISCURSO COMO PROPOSIÇÃO DE COMPREENSÃO DOS SUJEITOS E PROCESSOS ENUNCIATIVOS SOBRE A GESTÃO DO COMITÊ DE BACIA.

O Comitê de bacia é o espaço local onde a política das águas pode ser identificada enquanto movimento político de gestão de águas. Nesse movimento de gestão, apoiado na Lei das águas, não se apresenta como algo homogeneizado e fixo capaz de sustentar a proposição de gestão propagada. Assim, para aprofundar a compreensão dos discursos que se produzem em sociedade em relação a forma do Estado é que se deve considerar os já ditos sobre a posição da sociedade frente a política atual. Ao considerar o que Neder (2002) aponta, a sociedade civil e o Estado brasileiro veem-se diante do problema da segregação de pessoas, grupos e classes sociais. Carece a compreensão de como esses efeitos de sentido se refletem na gestão compartilhada e participativa da lei das águas. No caso dos Comitês os sujeitos, que estão classificados como representantes da Sociedade Civil, enunciam e materializam decisões em nome de uma representação. Interessa,

então, interpretar pela Análise do Discurso, o efeito de sentido sobre temas que essa Sociedade Civil enuncia.

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se materializa (BRANDAO, 1991). Ao analisar a articulação da ideologia no movimento político de gestão das águas constituindo os discursos da Sociedade Civil, busca-se aprofundar o entendimento sobre a gestão das águas.

Neste contexto, há a possibilidade da análise dada à representação, que se estabelece na relação entre o representante e seus representados, mas, ao se descrever a caracterização do perfil perante seu segmento, pode se identificar no funcionamento da língua os já ditos anteriormente sobre gestão compartilhada e participativa que se reproduzem na política capaz de reconhecer se essa gestão se apresenta “[...] articuladas ou desarticuladas, dotadas de coalizões fracas ou fortes capazes de lhe dar eficácia.” (NEDER, 2002, p.13).

A Análise do Discurso permite realizar a leitura da inquietação social visto que esta “não fala apenas do político, ela o trabalha na discursividade”. (ORLANDI, 2016, p.35). Por não substituir ideologia por cultura, nem usar o materialismo como adjetivo, “toma o materialismo simbólico e a materialidade da história, o seu real, como constitutivo da possibilidade mesma da análise.” (ORLANDI, 2016, p.35)

Como indica Freire (2014) na análise se explicita, descreve e interpreta o discurso presente na materialidade do texto, feito com o auxílio da teoria e a partir de um dispositivo teórico de interpretação. Do objetivo de compreender o efeito de sentido da representação e representatividade intra e extra Comitê, dos integrantes da Sociedade Civil, a Análise do Discurso (AD) passa a ser a proposição mais significativa.

O texto, segundo Maingueneau, (1998) ao se apresentar no discurso pode seguir sentidos variados, mas “empregamo-lo frequentemente como equivalente de enunciado, ou como sequência linguística autônoma, oral ou escrita, produzida por um ou vários enunciadorees numa situação de comunicação” (MAINGUENEAU, 1998, p.140). Dito de outro modo, texto é o lugar em que o discurso se materializa, onde o objeto simbólico produz sentido.

A linguagem é entendida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc”. (ORLANDI, 1998, p.17).

A análise do discurso tem por objetivo colocar em evidência os traços dos processos discursivos produtoras do efeito de sentido. (LAGAZZI, 1988). As Formações Discursivas (ou FD, sua abreviação) e Formações ideológicas (ou FI, sua abreviação) estão intimamente ligadas às condições de produção dos Sujeitos e da sua posição bem como dos esquecimentos.

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce na perspectiva de uma ação transformadora, abrindo um campo de questões no interior da linguística, promovendo um sensível deslocamento nos conceitos de língua, história e sujeito. Michel Pêcheux é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza a materialidade específica da ideologia no e pelo discurso bem com teoriza o discurso que se materializa na língua. (ORLANDI, 2005b). Para Pêcheux (1997a), a língua não é somente estrutura, mas acontecimento.

A língua é uma prática social de sujeitos que, por práticas discursivas, têm a ilusão de que os sentidos produzidos são os únicos e que são donos do seu dizer. O discurso é definido como sendo efeito de sentido entre locutores, um objeto sócio histórico em que o linguístico está pressuposto (FREIRE, 2014). Neste sentido, “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso” (BRANDÃO, 1991, p.12) e este não pode estar desvinculado de suas conduções de produção.

Pêcheux (1997b) deu um novo suporte teórico à ideologia e o método está baseado na análise das formas materiais. Ao propor um deslocamento, tendo o discurso como objeto, a ideologia linguisticamente se ressignificou. (ORLANDI, 2003, 2005a, 2005b)

Creio que este é o ponto mais forte de sua construção teórica: ter discutido o modo mesmo como se define o como funciona a ideologia, colocando o discurso como lugar de acesso e observação da relação entre materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua. (ORLANDI, 2003, p. 12).

Com isso a ideologia se materializa a partir da própria produção dos sujeitos e dos sentidos.

Inverte-se o de observação: não se parte do sentido produzido, observa-se o modo de produção de sentido e a constituição dos sujeitos. E aí não se pode prescindir, de um lado, da linguagem, de outro, da ideologia. Não como ocultação da realidade, mas como princípio mesmo de sua constituição. As chamadas evidências que estão sempre já-lá”. (ORLANDI, 2003, p.12)

Pêcheux (1997b) define o interdiscurso como o já-dito que torna possível que toda pessoa se filie a um saber discursivo, que não se aprende, mas que produz

efeitos por se constituir na/da ideologia e no/do inconsciente. De acordo com esse conceito, “o interdiscurso é articulado ao complexo de Formações ideológicas representadas nos discursos pelas formações discursivas [...]”.(ORLANDI,2005a, p.11).

O termo Formação Discursiva (FD) trata de uma construção central da análise e se relaciona a outros conceitos fundamentais como os de ideologia, condições de produção, sujeito, sentido, interdiscurso e intradiscurso.

Cabe ressaltar que o termo Formação Discursiva (FD) teria uma paternidade partilhada por Michel Pêcheux e Michel Foucault, segundo Baronas (2011), pois foi utilizado na França, por ambos em suas obras em datas bastante próximas. É diante da posição da ideologia frente à Formação Discursiva que surge o maior afastamento entre o pensamento foucaultiano e o de Pêcheux. O conceito de Formação Discursiva (FD) não pode ser dissociado do conceito de ideologia, na abordagem pecheuxtiana. Isto porque Pêcheux, apoiado no materialismo histórico que focaliza a questão da luta de classes e no conceito de ideologia de Althusser²², considera o discurso como uma das formas de materialização da ideologia. Pêcheux afirma que:

A *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente’, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. [grifo no original] (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 163-164).

De acordo com Pêcheux e Fuchs (2010) a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Enquanto um dos elementos da reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social, a ideologia baseia-se na divisão de classes e só existe pelo sujeito e para sujeitos. Toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis.

O sentido de uma sequência linguística só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010). A formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma

²² Como já foi abordado anteriormente, Althusser (1980) conceitua ideologia e formação social. Apresenta a distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos do estado e a defesa de que o Estado utiliza desses aparelhos para perpetuar ou reproduzir as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração.

posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito [...]”,(PÊCHEUX, 1997a, p. 160-161).

Dentro do Comitê as enunciações dos seus integrantes apresentam o que pode e deve ser dito sobre os assuntos ali tratados. Tem-se que o sentido pode variar quando passa de uma FD para outra, porquanto as formações discursivas se materializam na linguagem e buscam seu sentido nas formações ideológicas. (FREIRE, 2006,2014).

A literalidade não passa de um efeito, uma ilusão da evidência do sentido, ou seja, um efeito de sentido, já que o sentido é sempre ideológico. Qualquer escolha que o sujeito fizer ao enunciar, ele, sem controle do seu dizer, estará se posicionando ideologicamente. Os representantes do Comitê, sem controle do seu dizer, tem o efeito de sentido vinculado a uma Formação discursiva e ideológica que o sustenta independente da posição sujeito de representante de um segmento.

Nessa perspectiva, como “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1997b, p. 149), a construção do sentido está intimamente ligada à noção do sujeito, que também só se constitui enquanto tal em uma FD. Isto porque é no interior das formações discursivas (FD) que ocorre o processo de interpelação de indivíduo em sujeito, processo ideológico e inconsciente, faz com que “cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar [...] no mundo de produção.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 162). Como representante de um segmento no Comitê, os sujeitos são interpelados por Formações discursivas e ideológicas que causam o efeito de evidência de estar exercendo a sua vontade e que seu dizer tem origem em sua vontade.

A ilusão de ser sujeito sempre já sujeito, resultante do “esquecimento daquilo que o determina, produz o efeito de evidência do sujeito no qual o indivíduo percebe-se como sempre-já-sujeito”. (PÊCHEUX, 1997a, p. 163). O sujeito, pois, é um efeito ideológico que faz com que o indivíduo, sujeito enunciator, a partir de sua identificação com os saberes de uma determinada FD, tenha a ilusão de ser origem de seu dizer e se imagine constituinte sujeito de seu discurso.

O sujeito enunciator pode ter uma identificação plena, contraditória ou ainda assinalar uma ruptura com o saber de uma FD em “modalidades de tomada de posição” classificadas por Pêcheux (1997b, p. 215-217) como: identificação, contra identificação e desidentificação.(PECHEUX, 1997b).

Na modalidade identificação, se dá a superposição do sujeito da enunciação e o sujeito universal. É caracterizada pela idealização do bom sujeito, em que o sujeito da enunciação, no desdobramento entre e o sujeito universal, se identifica plenamente (ou quase plenamente) com os saberes da FD.

A modalidade contra identificação está ligada à separação entre esses sujeitos, caracterizando-se pela idealização do mau sujeito, em que o sujeito da enunciação se distancia do sujeito universal, questionando-o, duvidando de seus saberes, revoltando-se.

Na modalidade desidentificação, o sujeito da enunciação, é afetado pelo inconsciente, onde a interpelação ideológica agarra o sujeito e esse passa a se identificar com o sujeito universal de outra FD. (PÊCHEUX, 1997). Essa desidentificação proporciona uma tomada de posição não-subjetiva. É o lugar em que o sujeito não encontra identificação, por que não há sentido com o qual se identificar.

As diferentes posições de sujeito dentro de uma FD com relação aos saberes e dizeres que a constituem destacam o caráter heterogêneo desta noção em Pêcheux.

Uma Formação discursiva (FD) é sempre heterogênea por constituir-se nas diferentes relações que mantém com outras formações discursivas e também nas diferentes relações que os sujeitos, interpelados pela ideologia, estabelecem. As fronteiras de uma formação discursiva, pois, não são fechadas nem estanques. São porosas, movediças, deslocando-se “em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social” (COURTINE, 2009, p. 100).

Assim, a partir de uma superfície linguística, será possível compreender processos discursivos e as razões do deslizamento, capaz de descrever e interpretar como os sentidos se organizam em Formações discursivas (FDs) determinadas e como estas estão ligadas a formações ideológicas (FIs) específicas sobre a representação dos integrantes da Sociedade Civil no Comitê de bacia do Rio Tibagi.

CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO

A análise discursiva é um instrumento teórico-metodológico que dialoga com as proposições da Geografia, pois permite trabalhar cientificamente com materialidades da língua que absorvem questões de interesse dessa ciência, abrangendo um contingente de temas, inclusive a bacia hidrográfica.

A linguagem é uma categoria indissociável à ciência geográfica, pois ao problematizar a linguagem, tem-se a possibilidade de compreender como as práticas e seus sujeitos são imersos nos discursos e como esses permeiam as práticas geográficas. (SILVA, 2009). Para o estudo da gestão da bacia do rio Tibagi por meio a partir do Comitê, a Análise do Discurso (AD) representa a ressignificação da compreensão da efetividade da gestão dos recursos hídricos, a partir das marcas discursivas presentes na representação de seus integrantes.

A sistematicidade metodológica que as pesquisas qualitativas exigem é contemplada na AD, pois tendo como perspectiva, dar atenção ao “como se fala” do que o “o que se fala” prioriza o efeito desse processo nos e para os sujeitos dando uma nova possibilidade crítica para além da reprodução estruturalista ou positivista do pensar geográfico.

Com vistas à mobilização da Análise do Discurso objetiva-se a compreensão dos textos no delineamento discursivo da Sociedade Civil articulados em sua constituição no estudo da gestão do Comitê da bacia Hidrográfica do Tibagi.

A análise se faz por etapas que consideram o discurso em funcionamento. “As etapas têm como seu correlato o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus*, o material empírico”. (ORLANDI, 2012, p.77).

Na primeira fase há o momento do vislumbre das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva estudada. Em um momento seguinte se identifica a relação das formações distintas que se delinearam no jogo dos sentidos, buscando no processo de significação e as formações ideológicas que regem as construções do dizer. Com esse caminho se [busca](#) atingir a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos no material simbólico selecionado. Também é relevante destacar que diante do dito, há uma série de não ditos, que também têm significado para essa pesquisa.

Para este estudo, foram subdivididos os procedimentos em etapas que englobaram a explanação teórica de análise do discurso na construção do *corpus* como descrição do público alvo, a apresentação do instrumento para o levantamento dos dados constituintes do texto do *corpus* exploratório e de arquivo até a explanação do percurso analítico e a interpretação do processo de análise. (ORLANDI, 2012, PECHEUX, 1997a).

2.1 DA DESCRIÇÃO AO DISCURSO NO PERCURSO ANALÍTICO

A análise do discurso foi mobilizada nesse estudo enquanto estrutura metodológica, procurando identificar na superfície linguística das entrevistas, atas e documentos escritos, os dizeres e saberes que estão mobilizados no discurso sobre a representação e a representatividade dos integrantes do Comitê. Esta pesquisa, auxilia o estudo dos integrantes do segmento da Sociedade Civil no Comitê de bacia do Tibagi, a respeito da sua participação intra e extra Comitê, ou seja, sua relação com outras representações, com seus pares e filiação a Formações Discursivas que compõem as formações ideológicas nesta dada conjuntura sócio-histórica.

Com a Análise do Discurso volta-se para a pesquisa da língua em funcionamento, por meio da análise das marcas linguísticas presentes nestes textos, a fim de compreender como estas são produzidas e articuladas pelos sujeitos em relação aos fundamentos da política de recursos hídricos descentralizada e participativa. Observa-se a posição sujeito dos integrantes das categorias Sociedade Civil e demais participante do Comitê tripartite na qual se inscrevem, identificados ou não com os momentos de gestão burocrática, econômico-financeiro ou sistêmica, teoricamente indicados. Com isso se verifica quais são as entradas de linguagem materializadas no discurso, procurando compreender como esses textos significam, a que FD se referem, a que representação da Sociedade Civil pertencem, e qual FI lhe dá sustentação.

Para tanto, foi necessário estruturar um *corpus*, realizando recortes passíveis de reconhecer as marcas e regularidades discursivas. (FREIRE, 2014). Dito de outra maneira, o que procuramos são regularidades que podem apontar para um funcionamento em um campo de significação.

O estudo foi realizado a partir de dois caminhos inter-relacionados: com *corpus* de arquivo e com *corpus* experimental. Quando o *corpus* não é preexistente, mas sim produzido em pesquisa empírica do próprio analista do discurso, em entrevistas, está se tratando de *corpus* experimental em oposição ao *corpus* de arquivo (COURTINE, 2009; ORLANDI, 2012). Assim, diante de um tema proposto os sujeitos enunciativos podem ser empíricos, ou seja, entrevista com pessoas, ou arquivos representados por documentos impressos. Não é o indivíduo que será analisado, mas o discurso dele que ao enunciar e ser enunciado se torna sujeito do discurso e sujeito ao discurso.

O lugar de onde estão materializados linguisticamente os discursos dos sujeitos enunciativos foi organizado a partir de textos-documentos de relatos das reuniões do Comitê da bacia do Rio Tibagi que se constituiu de atas e deliberações, conforme quadros 9, de textos-entrevistas realizadas com os membros da composição do Comitê da bacia do Tibagi da gestão 2017-2021.

Quadro 9 - Descrição dos documentos utilizados do Comitê da BHRT na formação do corpus de arquivo:

(continua)

ANO	TIPO DE DOCUMENTO			
2002	1ª. Ata mesa provisória até a 11ª. Ata da mesa provisória	Ofícios sobre indicação de membros do Comitê		
2002	I Reunião Ordinária 11/07/2002	II Reunião Ordinária - 07/08/2002	III Reunião Ordinária 09/10/2002	IV Reunião Ordinária 05/11/2002
2003	X*	x	x	x
2004	V Reunião Ordinária 22/07/2004	VI Reunião Ordinária - 09/09/ 2004	VII Reunião Ordinária 05/11/2004	x
2005	X	x	x	x
2006	VIII Reunião Ordinária 31/05/ 2006	IX Reunião Ordinária - 28/07/2006	X Reunião Ordinária 04/10/2006	X Reunião Ordinária 04/10/2006
2007	XII Reunião Ordinária 21/09/2007	x	x	x
2008	XIII Reunião Ordinária 16/04/2008	<u>ANEXO I</u> -Plano da bacia do rio Tibagi: Histórico, dificuldades e oportunidade	x	x
2009	XV Reunião Ordinária 18/03/2009	XVI Reunião Ordinária - 19/08/2009	x	x
2010	XVII Reunião Ordinária 10/03/2010	I Reunião Extraordinária 20/04/2010	x	x
2011	XVIII Reunião Ordinária 18/08/2011	XIX Reunião Ordinária 7/12/2011	x	x

Quadro 9 - Descrição dos documentos utilizados do Comitê da BHRT na formação do corpus de arquivo:

(conclusão)

ANO	TIPO DE DOCUMENTO			
2012	XX Reunião Ordinária 10/04/2012	XXI Reunião Ordinária 13/06/2012	XXII Reunião Ordinária 13/11/2012	Convocação eleição no Tibagi-
2013	XXIII Reunião Ordinária 16/10/ 2013	x	x	x
2014	2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia do Rio Tibagi	XXIV Reunião Ordinária 08/12/2014	x	x
2015	XXV Reunião Ordinária 23/06/2015	Audiência Pública Sobre a Proposta de Atualização do Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia do Rio Tibagi na Cidade de Ponta Grossa	Audiência Pública Sobre a Proposta de Atualização do Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia do Rio Tibagi na Cidade de Londrina	III Reunião Extraordinária 25/08/2015

Fonte: (AGUASPARANÁ, 2017)

Nota: Organizado pela autora.

* O "x" corresponde a períodos quando não foram produzidos materiais no Comitê para serem analisados e por isso não fizeram parte do *corpus* do trabalho.

Nas atas pôde-se colher o constructo discursivo em assembleias que materializam a formação ideológica sustentadora do discurso no Comitê e as demandas dos representantes. Mesmo passando pelo filtro da transcrição, estas possuem uma leitura própria enquanto um “espaço contraditório de desdobramento das discursividades” (ORLANDI, 2016, p.45), visto que permitem, na conjuntura histórica, a análise das condições de produção dos processos discursivos ali instalados.

Também nos textos-documentos das deliberações componentes do Plano de Bacia do Tibagi e de duas notas técnicas (quadro 10), puderam-se extrair os constructos discursivos dos representantes dos segmentos, que representam o Comitê de bacia do Tibagi. As Notas técnicas 1 (2014), Nota Técnica revisão 1 (2016), bem como as discussões das audiências públicas, serviram para compor a Resolução 100 CERH/Pr de 17 de agosto de 2016 (CERH,2016) que aprovava a deliberação 16 (DELIBERAÇÃO,2016) do CBH-Tibagi, para atualização da portaria SUREHMA 03/91,(PARANA, 1991) sobre uma nova classificação no enquadramento dos corpos de água superficiais de abrangência do CBH-Tibagi.

Quadro 10 - Deliberações do Comitê da BHRT desde sua criação até 2017

(continua)

2002						
Deliberação 01/2002 em 17 de abril de 2002 Analisam, aprovaram e deliberaram sobre cobrança.	x	X	x	x	x	x
2006						
<u>01 de 28/07/2006</u> Indica os representantes da Câmara Técnica para Acompanhamento da Elaboração do Plano da Bacia do Rio Tibagi	<u>02 de 28/07/2006</u> Indica os representantes do Grupo de Trabalho para Avaliação da Composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi	<u>03 de 28/07/2006</u> Aprova Moção sobre a organização e a sistemática de funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.	<u>04 de 04/10/2006</u> Aprova Moção energia nova prevista para o dia 10 de outubro sobre a retirada da Usina Hidrelétrica Mauá do leilão de de 2006.	<u>05 de 04/10/2006</u> Aprova propostas do Grupo de Trabalho que analisou a representatividade e a composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.	<u>06 de 04/10/ 2006</u> Aprova pedido de renúncia empresa Transportec Coleta e Remoção de Resíduos- Usuário, setor de drenagem e resíduos sólidos.	<u>07 de 29/11/2006</u> Indica os representantes da Câmara Técnica para Acompanhamento dos Estudos da Usina Hidrelétrica Mauá.
2008						
<u>08 de 16/04/2008</u> Institui a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais - CTIL	x	X	x	x	x	x
2010						
<u>09 de 19/10/2010</u> Altera a Deliberação nº 007/2006 de 29 de novembro de 2006 que indica os representantes da Câmara Técnica para Acompanhamento dos Estudos da Usina Hidrelétrica de Mauá	<u>10 de 19/10/2010</u> Altera a Deliberação nº 001/2006 de 28 de julho de 2006 que indica os representantes da Câmara Técnica para Acompanhamento da Elaboração do Plano da Bacia do Rio Tibagi - CTPLAN	<u>11 de 19/10/2010</u> Altera a Deliberação nº 008/2008 de 16 de abril de 2008 que institui a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais - CTIL	<u>12 de 01/09/2010</u> Aprova Moção de apoio à criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema	x	x	x

Quadro 11 - Deliberações do Comitê da BHRT desde sua criação até 2017

(conclusão)

2011						
<u>13 de 07/12/2011</u> Criação da Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano de Bacia.	<u>14 de 7/12/2011</u> Nova composição da Câmara Técnica de Regimento Interno	X	x	x	x	x
2015						
<u>15 de 28/09/2016</u> Referenda as indicações dos membros do CBH-TIBAGI representantes dos Usuários e das Entidades Cíveis de Recursos Hídricos com atuação na UGRHI-TIBAGI	<u>16 de 11/03/2016</u> Aprova proposição de atualização do enquadramento dos rios da Bacia do Tibagi	X	x	x	x	x
2017						
<u>17 de 01/03/2017</u> Nomeia integrantes do CBH-TIBAGI para o mandato de 2017 a 2021	x	X	x	x	x	x

Fonte: (AGUASPARANÁ, 2017).

Nota: Organizado pela Autora.

*O "x" corresponde a períodos quando não foram produzidos materiais no Comitê para serem analisados e por isso não fizeram parte do *corpus* do trabalho.

No Comitê de Bacia do Tibagi, quem tem ‘a falar’ ou ‘calar’ sobre a caracterização, representação e representatividade da Sociedade Civil, intra e extra Comitê, além dos documentos escritos representados nas atas e deliberações, são as pessoas que compõem a gestão. São estas que, enquanto sujeitos enunciativos ligados ao seu espaço de atuação, produzem discursos de representação e representatividade. As entrevistas dos representantes dos segmentos do Comitê tripartite da atual gestão compõem os dados exploratórios do *corpus*.

2.2 PÚBLICO ALVO

Para compor os sujeitos enunciativos dos dados empíricos foi **selecionada** a totalidade dos representantes titulares das instituições que formam o segmento da Sociedade Civil. Desta amostra uma entidade representante do Ensino e Pesquisa colocou condições de participação que inviabilizaram a coleta de dados²³, ficando a amostra com nove (9) integrantes. Ainda, foi selecionado um representante de cada segmento do setor dos Usuários e um representante de cada segmento do setor público. Foi selecionado um segundo representante do Estado, Aguasparaná que participou também como secretaria executiva, e um segundo representante municipal, Ponta Grossa, que participou como atual presidência. Foi respeitada a paridade entre o alto e o baixo Tibagi na seleção dos entrevistados, ficando dez (10) instituições do baixo Tibagi e nove (9) instituições do alto Tibagi, conforme quadro 11.

No que diz respeito à quantidade de material de análise, segundo Freire (2014) o que determina seu escopo não é a quantidade, mas a qualidade. A quantidade de textos produzidos pelo processo empírico para análise no Comitê gerou saturação no momento em que se percebeu a recorrência de enunciados discursivos a ponto de poder dar por encerrado o acréscimo de textos ao *corpus*. Para esse fim, o

²³A Fundação ABC, do segmento de ensino e pesquisa, ao ser convidado a participar desta pesquisa, exigiu que a metodologia aplicada fosse exposta antecipadamente. Após explicações sobre a coleta dos dados e os temas a serem abordados, não houve concordância com o formato da entrevista pessoal do representante da instituição. Assim condicionou a participação ao envio antecipado das perguntas para aprovação das respostas pelo conselho diretivo e que a pesquisadora assinasse um termo de compromisso e responsabilidade de só utilizar o trabalho final após a liberação e aprovação por seu grupo jurídico. Dessa forma, para seguir o respeito com a sistemática aplicada a todas as entrevistas realizadas e respeitando a imparcialidade que a pesquisa científica exige, foi descartado o interesse pelo relato do representante da Instituição Fundação ABC, entendendo que esse ato, por si só já representa um efeito de sentido de silenciamento.

instrumento de coleta de dados de pesquisa elaborado foi capaz de materializar o processo linguístico em textos empíricos que expressaram os sentidos presentes no Comitê de forma a gerar a saturação desejada.

Quadro 12 - Organização do público alvo enunciador das entrevistas²⁴ por segmento e instituição no Comitê da BHRT.

A) Representante do PODER PÚBLICO		
FEDERAL		
1	Fundação Nacional do Índio	MARCOS CEZAR DA SILVA CAVALHEIRO - - Baixo Tibagi
ESTADUAL		
2	SEAB	ANTÔNIO CARLOS BARRETO - Baixo Tibagi
3	AGUASPARANÁ	ANGELA MARIA RICCI - Baixo Tibagi – secretaria executiva
MUNICIPAL		
4	Prefeitura Ponta Grossa	ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA - Alto Tibagi - presidência
5	Prefeitura Municipal de Carambeí	JEAN CESAR ANDRUSKO - Alto Tibagi
B) Representantes USUÁRIOS		
Abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos		
1	SANEPAR	FÁBIO LEAL OLIVEIRA - Alto Tibagi
Drenagem e Resíduos Urbanos		
2	Drenagem e Resíduos DRZ Geotecnologia Consultoria	JOSE ROBERTO HOFFMANN - Baixo Tibagi
Hidroelétrica		
3	COPEL-Consórcio Mauá	PAULO HENRIQUE RATHUNDE - Alto Tibagi
Indústrias		
4	KLABIN S/A – Papéis Monte Alegre	HENRIQUE LUVISON G. DA SILVA - Alto Tibagi
Agropecuário		
5	Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais - A.Aq.C.G.	RICARDO JOHANSEN - Alto Tibagi
C) Representantes da Sociedade Civil		
ONG		
1	Associação Instituto Klimionte Ambiental	ROBSON CARLOS KLIMIONTE - Alto Tibagi
2	Meio Ambiente Equilibrado	MARCELO ARASAKI - Baixo Tibagi
ENSINO E PESQUISA		
x	X	X - Alto Tibagi*
3	UTFPR	RICARDO COSTANZI - Baixo Tibagi
4	UEL	ANDRE CELLIGORI - Baixo Tibagi
TECNICO PROFISSIONAL		
5	COPATI (OSCIP)	GALDINO ANDRADE - Baixo Tibagi
6	AEAPG Associação dos engenheiros e Arquitetos de PG	JOÃO KOVALECHYN - Alto Tibagi
7	AGEPAR- associação Profissional dos Geólogos do Paraná	JOSE PAULO P PINESE - Baixo Tibagi
8	SENGE Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná (Londrina)	WILSON SACHETIN MARÇAL - Baixo Tibagi
9	Conselho indigenista	JUCELIO APARECIDO DA SILVA - Baixo Tibagi

Fonte: A autora

*O x representa a instituição que não participou ao impor restrições à pesquisa que inviabilizou a entrevista do representante.

²⁴ As entrevistas possuem o termo assinado de cessão gratuita de direitos de depoimento oral, sem restrição, permitindo a utilizar, divulgar e publicar para fins acadêmicos e culturais, garantindo a integridade de seu conteúdo e identificando a fonte e autor.

2.3 O INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados empíricos foi organizado um roteiro baseado no referente conceitual e teórico da análise do discurso pecheutiana com vistas à persecução dos objetivos pretendidos na questão central. Este roteiro analítico possibilitou auxiliar a descrição dos posicionamentos dos sujeitos representantes da Sociedade Civil; a análise dos efeitos de sentido da representação e da representatividade dos sujeitos enunciadorees no Comitê de bacia do rio Tibagi, bem como interpretar as FDs e as inscrições ideológicas dos sujeitos representantes das entidades da Sociedade Civil, na delimitação do espaço de atuação. As questões contemplam tanto enunciadorees que estão em mais de um mandato de gestão ou não. Foi dividido em três grandes blocos que se interrelacionam com os objetivos específicos do trabalho, sem perder de vista as condições de produção destes dizeres. Dito de outro modo, qual época estes sujeitos estão, em qual sociedade se inserem, como dizem o que dizem e neste movimento, aquilo que pode e deve ser dito (não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar).

O primeiro bloco de perguntas, que contempla a caracterização e a forma-segmento, auxilia no objetivo de descrever os representantes da Sociedade Civil em relação ao perfil, forma e segmento de atuação, ou seja, de que FD o sujeito fala e como ele se inscreve ideologicamente em determinadas formações discursivas. As questões estruturadas contemplam:

- I) Questão caracterização/perfil
 - 1- Qual seu nome?
 - 2- Qual sua idade?
 - 3- Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade?
 - 4- Qual entidade representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi?
 - 5- É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem?
- II) Forma/segmento
 - 6- Você é titular ou suplente?
 - 7- Você participa de alguma câmara técnica?
 - 8- Para você o que é gestão compartilhada?
 - 9- Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi?
 - 10- Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi?

No segundo bloco de questões as perguntas foram estruturadas de modo que auxiliassem na busca sobre o efeito de sentido que a gestão compartilhada tripartite se insere nos enunciados dos integrantes das entidades, intra e extra Comitê.

- 11- Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição?
- 12- Como você compartilha/compartilhará as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é/será suficiente? Faria de outra forma? Como?
- 13- É comum haver/Se houver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona/posicionará no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade?
- 14- Como você compartilha ou pretende compartilhar as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite/permitirá atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por quê?

No terceiro grupo de questões as perguntas foram complementares e auxiliares para interpretar as FDs, FI e condições de produção do discurso presente nos enunciados dos sujeitos representantes das Entidades da Sociedade Civil, na construção da política das águas.

- 15- Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua/atuará tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por quê?
- 16- Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado?
- 17- Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por quê?
- 18- Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017?
- 19- Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordada nessa entrevista sobre o Comitê de bacia do Rio Tibagi?

As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2017 em Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Carambeí, Londrina e Curitiba e foram gravadas e transcritas manualmente para que pudessem passar pela leitura flutuante e seguir na análise como “um procedimento de descoberta da análise do discurso” (FREIRE, 2014, p.298).

Com o registro realizado das questões de trabalho, os dados foram organizados, manuseados e rebatidos teoricamente permitindo compreender e aproximar o discurso da gestão de águas.

2.4 DA ANÁLISE

Para análise, depois de organizados os dados como questão de trabalho, devem ser evidenciadas as marcas de discurso no *corpus*. (ORLANDI, 2012). Na constituição do discurso em seu processo, foi analisado como os sujeitos se inscrevem nas formações discursivas, e, ao fazê-lo como se dão as formações ideológicas que sustentam o discurso no Comitê. A problematização se volta para o funcionamento das marcas linguísticas que se podem ver, sobre qual é o conceito de representação da Sociedade Civil, como esse se articula, qual o sentido construído para esse conceito e a que discurso esse sentido se filia.

Assim a partir do *corpus* de arquivo e *corpus* experimental, representado por atas, deliberações e entrevistas, foram segmentados os textos de trabalho em busca do efeito de sentido de representatividade da Sociedade Civil no Comitê. Trata-se de alguns segmentos discursivos, retirados do *corpus* que foram articulados teoricamente, na fronteira de contato entre os textos organizados em grupos semânticos, em movimentos parafrásicos de recorte. (ORLANDI, 2012).

O movimento de pesquisa segue, além das demarcações textuais, a descrição do discurso em funcionamento. Evidencia-se onde essa discursividade instaura o político enquanto relação de forças, tanto no nível parafrástico quanto polissêmico. Para a AD a paráfrase se relaciona a construções frásicas diferentes com sentidos semelhantes e a polissemia construções semelhantes com sentidos diferentes, (ORLANDI, 2012)

O que se faz “é tornar visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásicas relacionando o que foi dito” (ORLANDI, 2012, p.78). Reconhecem-se como os sentidos se organizam em Formações Discursivas (FD) e consequentemente de onde vêm esses sentidos nas Formações ideológicas (FI).

A superfície linguística dos textos selecionados é significativa para identificar no objeto discursivo, a formação discursiva e no processo discursivo, como os sentidos se organizam ideologicamente em torno da representação da Sociedade Civil.

Em outras palavras, não descartando a possibilidade da não neutralidade da língua, esta pesquisa visa compreender, o efeito de sentido das representações que a

Sociedade Civil produz no e pelo Comitê. Pela AD são caracterizados o ‘como’ da língua e suas condições de produção. Busca-se através do sentido que produzem identificar as interações por sua demarcação, enquanto espaço linguístico e político de atuação ideológica.

Para a análise, Orlandi (2012) indica que seja caracterizado o objeto da análise e explicitado o dispositivo teórico e analítico para que seja possível um retorno da análise.

Na escrita da análise foi necessária a mobilização de dispositivos teóricos de Análise de discurso e analíticos de Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI), trabalhados por Pêcheux bem como o de condição de produção, pois entende-se que “cada material de análise, exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face as suas (outras) questões” (ORLANDI, 2012, p.27).

Na descrição do relato, a interpretação se exaure por batimento nas marcas identificadas. As marcas indicam uma propriedade de um discurso ligado a um sentido ideológico. No Comitê de bacia do Tibagi se identificou o sentido e o funcionamento do discurso com a materialidade do texto retirado no *corpus*.

O que se buscou não foram às tipologias rígidas com características pré-estabelecidas de discursos, mas as abordagens feitas a partir da compreensão dos resultados apoiados em interpretações do funcionamento do discurso apoiado em um quadro teórico de referência. As tipologias e relações entre discursos têm muitos critérios. Uma das mais comuns é a que reflete as distinções institucionais e suas normas: discurso político, jurídico, religioso, jornalístico, pedagógico médico, científico. O discurso político possui ramificações já categorizadas como neoliberal marxista e assim por diante (ORLANDI, 2012). Um discurso como político se estabelece, não pela classificação *a priori*, mas pelo seu regime e validade a partir de seu funcionamento.

Ao fim, o que se encontra é o retorno da análise em uma explicitação diferenciada sobre a gestão do Comitê da bacia do Tibagi, que a pesquisa baseada na análise do discurso foi capaz de gerar. Desse retorno há a possibilidade de identificação do modo de funcionamento do Comitê e do cumprimento da política de gestão de águas a partir do discurso, por seus elementos constitutivos, das condições de produção e dos efeitos ideológicos.

CAPITULO III - A SIGNIFICAÇÃO DA DISCURSIVIDADE E A SOCIEDADE CIVIL NO COMITÊ DE BACIA DO RIO TIBAGI

Este capítulo se propõe a ser uma fase de batimento das teorias abordadas na análise discursiva. Ao observar o modo de construção, estruturação e o modo de circulação dos diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos nos sujeitos entrevistados nos documentos do Comitê, se pretende a abordagem do objeto em um processo discursivo para compreender como se constituem os sentidos desse dizer. “[...] passamos ao mesmo tempo do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia [...]”, (ORLANDI, 2012, p.67). O percurso pretendido nesta etapa constitutiva da análise se remete dos textos aos discursos, se busca a interpretação das relações das formações discursivas e ideológicas existentes nos sujeitos enunciadorees, nas suas condições de produção do dizer, o efeito de sentido sobre representação e representatividade perpassando por participação, gestão tripartite compartilhada e descentralização.

3.1 OS REPRESENTANTES NO COMITÊ ENQUANTO SUJEITOS ENUNCIADORES.

O Comitê é uma estrutura formada por representações dos segmentos dos Poder Público, Usuários e Sociedade Civil. Porém essa apresentação da Lei 9433/1997, implica em uma tomada de posição sob a gestão de recursos hídricos e a interação política pretendida. No artigo primeiro, inciso VI, está expresso que deve integrar essa gestão Poder Público, os Usuários e as Comunidades. (BRASIL, 1997).

Dessa forma, é discurso estabilizado que os grupos que integrem esses segmentos de gestão necessitam estar aptos para exercer o poder de representação e que a vitalidade de experiência colegiada seja sustentada pela capacidade coordenativa estratégica que possuam. A participação da sociedade na gestão pública “tem sido preconizada como avanço necessário visando a maior transparência e até, eficiência social das decisões voltadas a promover a sociedade de bens de interesse comum.” (LANNA, 2000, p.1).

Neder (2002) ao se referir a Sociedade Civil e a capacidade representativa diante da força de pressão de outros grupos de pressão afirma que:

A presença de facções bem estruturadas e com poder de decisão (*lobbies* empresariais, sindicais e burocráticos, por exemplo) constitui um ponto de vitalidade de experiências colegiadas. Mas são também ameaças à sua sobrevivência, capazes de minar ou destruir as possibilidades de participação dos grupos desorganizados ou com baixa capacidade de coordenação estratégica (NEDER, 2002, p.200).

No Comitê de bacia do Tibagi é significativo que os representantes do segmento que compõe essa relevante tarefa de estejam caracterizados e se reconheçam nessa representação. Preconiza-se, portanto, que os sujeitos tenham uma identificação com o lugar do qual partem e se inscrevem. Organizar as marcas no texto pesquisado a partir do *corpus*, reunir os grupos de segmentos que convergem com as fundamentações teóricas propostas, permite destacar os aspectos do modelo que se pretende participativo da situação atual de gestão tripartite do Comitê do Tibagi e analisar contra-identificações e desidentificações (PECHEUX, 1997) possíveis com essa estabilização tanto da função de cada segmento quanto do dizer de cada segmento.

Evidencia-se nas falas dos representantes dos segmentos a “função de formação imaginária [...] em suas relações de sentido e de forças (de que lugar fala, “x”, “y”, etc.), através dos vestígios que deixam no fio dos discursos” (ORLANDI, 2012, p.65), que vão se constituindo na relação com as formações discursivas e os efeitos da ideologia presentes dentro do Comitê. Isso caracteriza o perfil das entidades representativas a partir do modelo de gestão tomada como compartilhada de bacia hidrográfica pelas formações discursivas e conceitual-ideológica dominante.

Assim, a representação da Sociedade Civil enquanto o objeto simbólico produz efeito de heterogeneidade discursiva²⁵ enquanto discurso conforme as condições de produção dentro do Comitê do Tibagi, tendo na inscrição do dizer a ideologia como aquilo que constitui o dizer para a compreensão do sentido deste mesmo dizer. As questões que delineiam o perfil das entidades que representam, tem a intenção de demarcar a composição tripartite da Sociedade Civil (SC) Poder

²⁵ Um discurso heterogêneo é aquele produzido a partir do imbricamentos de várias FDs (religiosa, política, jurídica entre outras).

Público (PP) e Usuário (US) em destaque para a participação dos representantes da Sociedade Civil e sua forma sujeito. A partir do ‘como se fala’, e não ‘o que se fala’ se demarcam em discursividades e expressam as ideologias que sustentam seus dizeres. Esses sujeitos da representação possuem características específicas que se apresentam a seguir. (Quadro 12).

Através das questões descritivas do perfil, forma e segmento (questões 1 a 7), a média de idade dos integrantes entrevistados da Sociedade Civil é de 51,1 anos, o que fica próximo da média simples de idade de 49,9 para a totalidade dos representantes entrevistados. Nessa caracterização, os dados permitem analisar as condições de discurso e o lugar da fala do entrevistado do atual Comitê. Estes participantes são, na maioria, nascidos na década de 1960, o que indica uma formação discursiva e ideológica a partir das forças dos aparelhos ideológicos do Estado, representada pelo modelo burocrático-tecnicista educacional e predomínio em formação nas engenharias e geologia.

A ideologia dissimula a evidência dos discursos e demarca assujeitamento dos sujeitos ao modelo ideológico. Isso cria uma ilusão discursiva que faz parecer natural e evidente a necessidade de que para se trabalhar com as questões dos recursos hídricos se faz necessário uma formação técnica apropriada.

Na questão 16, ao serem indagados os representantes, sobre quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado, está presente na memória discursiva dos representantes da ONG, a correlação com a tecnicidade ao dizer... “[...] Quando eu estou interessado em alguma coisa eu faço acontecer. Se não tiver nenhum, uma pessoa falar, [...], **qual que é a base técnica?** Não tenho. **Então eu tenho todo o estudo aqui e pronto acabou.** [...] (SC ONG2).

Também há em outro representante da Sociedade Civil, técnico profissional, uma memória discursiva baseada na tecnicidade quando aponta que:

[...] “eu acho que a gente tem que ter uma **visão centralizada**. A gente tem que levar mais duas coisas. **A boa prática da iniciativa privada, junto com a acadêmica, junto com o estudo acadêmico científico da academia.** A academia pode ajudar e muito nisso. Onde? **Ela vai fazer a análise** da água, ela vai **criar um histórico** disso, ela **vai ver** o comportamento do **rio**, **ela começa a ter um parâmetro técnico** de como é que está, e isso ajuda bastante. [...]” { SCTP4)

Quadro 13 - Representação dos Usuários, do Poder Público e da Sociedade Civil no Comitê da BHRT.

USUÁRIOS									
segmento	Indústrias	Agronegócios	Drenagem e resíduos urbanos	hidroeletricidade	Abastecimento urbano				
Entidade	Klabin	Associação de aquicultores	DRZ	Copel	Sanepar				
Localização	Alto Tibagi	Alto Tibagi	Baixo Tibagi	Alto Tibagi	Alto Tibagi				
nome	Henrique Luvison Gomes da Silva	Ricardo Johansen	Jose Roberto Hoffmann	Paulo Henrique Rathunde	Fabio Leal Oliveira				
idade	35	63	64	52	36				
Formação, profissão, escolaridade	mestrado em Engenheiro Ambiental	Engenheiro agrônomo,	Engenheiro civil, pos graduação	Mestrado Engenharia Civil,	Bacharel em Economia				
Experiência em Comitê.	3º. mandato	2º. mandato	1º. mandato	3º. mandato atuou no Alto Iguaçu	1º..mandato, atuou no Paraná 3 por 2 mandatos				
PODER PÚBLICO									
Segmento	Federal	Estadual	Estadual	Municipal	Municipal				
Entidade	FUNAI	SEAB	Aguasparana	Prefeitura Ponta Grossa	Prefeitura de Carambeí				
Localização	Baixo Tibagi	Baixo Tibagi	Baixo Tibagi	Alto Tibagi	Alto Tibagi				
Nome	Marcos Cezar da Silva Cavalheiro	Antônio Carlos Barreto	Angela Maria Ricci	Andreia Aparecida de Oliveira	Jean Cesar Andrusco				
Idade	49	60	53	45	36				
Formação, profissão, escolaridade	Bacharel Contabilidade	Engenheiro Agrônomo	Bacharel em Direito	Bacharel/ licenciatura em Geografia	Geografia,, tec. meio ambiente Graduando em engenharia ambiental				
Experiência em Comitê.	2º mandato	2º mandato	1º. mandato atuou no norte pioneiro	2º mandato	1º mandato				
SOCIEDADE CIVIL									
Segmento	ONG SC ONG1	ONG SC ONG2	Ensino pesquisa SC ES1	Ensino pesquisa SC ES2	Técnico profissional SC TP1	Técnico profissional SC TP2	Técnico profissional SC TP3	Técnico profissional SC TP4	Técnico profissional SC TP5
Entidade	MAE Meio ambiente equilibrado	Associação Klimionte	UEL	UTFPR	COPATI	AREAPG Engenharia e arquitetura	AGEPAR Associação dos geógrafos	SENGE Sindicato dos engenheiros/PR	Conselho indigenista
Localização	Baixo Tibagi	Alto Tibagi	Baixo Tibagi	Baixo Tibagi	Baixo Tibagi	Alto Tibagi	Baixo Tibagi	Baixo Tibagi	Baixo Tibagi
nome	Marcelo Arasaki,	Robson Carlos Klimionte	Andre Celligori	Ricardo Naganini Constanzi	Galdino Andrade Filho	oão Kovalechyn	José Paulo Pitinini Pinese	Wilson Sachetin Marçal	Jucélio Aparecido da Silva
idade	33	36	59	47	55	63	61	58	48
Formação, profissão, escolaridade	Graduação Biologia	Graduação Medicina veterinária	Doutorado Geologia	Doutorado Engenharia Civil	Doutorado Biologia	Graduação Engenharem civil	Doutorado Geologia	Graduação engenharem eletrica	Magistério indígena, graduando Pedagogia
Experiência em Comitê.	1º.mandato	1º.mandato	1º.mandato	2º.mandato	3. mandato Atua no Paranapanema	5º..mandato atua no Paranapanema	1º. mandato	- Atua no paranapanema	1º.mandato

Fonte: A autora.

Para o Usuário de drenagem urbana, a tecnicidade da legislação pode ser ambígua quando destacada a discordância com uma percepção técnica pessoal, fazendo do discurso esta relação de forças entre duas “tecnicidades”, como se pode ver: “Nem sempre a **legislação**, eu pelo menos já encontrei algumas questões **que não são muito adequadas**, mas lei é lei, e a gente não discute, cumpre.”

No segmento dos Usuários essa percepção da tecnicidade é evidenciada quando no fragmento dos aquicultores se reconhece o efeito de sentido tecnicista jurídico burocrático ao declarar que [...] não saberia te dizer lei pois não sou advogado, **sou mais da área técnica.**(UAq)

Essa tecnicidade especializada interpela os sujeitos criando o efeito de evidência e permite que haja a identificação ou a contraidentificação. (PECHEUX, 1997b), deflagrando um sujeito à contradição e da contradição, já que é um sujeito interpelado pela ideologia e pelo inconsciente.

Como sujeito da contradição, o representante técnico profissional da Sociedade Civil traz no discurso a contraidentificação ao modelo reproduzido, que mesmo o reconhecendo como a base do seu dizer, indica uma outra possibilidade que não a tecnicidade para participação no Comitê.

SCTP2. [...] **para participar** do Comitê você **não precisa ser especialista**, mas tem que ter boa vontade, **se não** acho difícil arrumar só especialistas, ficaria também um Comitê meio, **muito em uma linha só de ver** a situação, e o meio ambiente é uma coisa que você **tem que ter tudo que é tipo de participação e não apenas especialista.**

Disso temos que o único não graduado que possui formação nos interesses das causas que milita, tenha a formação de nível médio em magistério indígena (MEC, 2019) e tenha uma particular discursividade de desintedificação, ou seja, enquanto conceito, não encontra uma posição de fala correspondente.

SCTP5 Ah, **eu não tenho o que falar** muito sobre isso porque eu **não tenho acompanhado muito esse jeito**, essa gestão, então **não tenho muito o que falar**

As atas demonstram essa desidentificação do grupo com a forma do Comitê. Em poucas passagens está presente a menção de fala do representante indígena e o seu comparecimento.

O Decreto 2313/2000, obriga que exista essa representação. Na ata de setembro de 2004, em que se discutia a reformulação da composição do Comitê, se pretendeu deixar de fora essa representação, o que não se conseguiu.

Na questão 14, ao se referir a questão de divergências, o representante descreve esse distanciamento e a divergência que possui sobre o funcionamento do Comitê quando indica que:

SCTP5 “ Eu acho que deveria ser mais estudada mais pensada e **ter mais envolvimento com nosso povo**, porque isso **queira ou não queira** está na Constituição, o artigo 210 mesmo fala que tudo que for fazer tem que ter, tem que **ver com as pessoas interessadas**, tem que ter **compromisso** ali junto com eles.

Segue abordando uma correlação da não participação devido a falta financeira do segmento para participar e o não incentivo dos órgãos organizadores. Afirma que:

SCTP5 “Não é só simplesmente fazendo uma gestão, Comitê, simplesmente colocando as pessoas ali dentro, e as pessoas não participam[...]”, [...] **eu não participo, não porque eu não queira**, que queria estar presente em todos, mas [...] **a gente não tem, a gente não tem fundos para isso**, a gente trabalha **voluntário**, as vezes tem que estar colocando **dinheiro do bolso** e tal para fazer essa correria.

Em reunião que se estava aprovando o ‘termo de referência’ para construção do plano da bacia, foi aprovado que [...] no subitem 4,2 e- Geração de energia **sejam consultados tanto a FUNAI como as comunidades indígenas**; [...] .

Porém, a proposta não se limitava à questão da energia, já que foi aprovado que fosse acrescentado novo sub. item 4.2.h **referente a usos indígenas na Bacia do Tibagi**. [...] sendo que todas [as proposições] foram aprovadas por unanimidade. (8ª. ATA, 2006).

Especificamente no relatório Produto 7, do trabalho da consultoria COBRAPE (Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos), junto com a Aguasparana, se delimitava as ações propositivas para a Consulta Pública a serem realizadas no Plano de bacia, é dado ao órgão público FUNAI o destaque como gesto da categoria por “Tem como **função a melhor qualidade de vida das populações indígenas**, promovendo a conservação dos seus recursos naturais por meio da **demarcação participativa das terras indígenas**”. O Conselho indigenista é apenas citado no quadro dos principais atores sem nenhuma referência distintiva a sua importância participativa. (PLANO, 2019,p.10). Se a FUNAI como um gestor da

categoria tem por função a melhor qualidade de vida das populações indígenas, um silenciamento nas atas da fala do representante indígena e de seu comparecimento se apresenta como algo praticamente constante e como tal, significa um Comitê participativo lacunar.

No entanto, uma participação significativa foi a presença do representante do Conselho Indigenista na reunião de outubro de 2006 e nas duas que se seguiram, em que a pauta versava sobre o Comitê e seus membros, para que pudessem ter suas prerrogativas de participação e proposições garantidas frente a proposta de agenda de Energia Elétrica, no sentido de que a implantação da UEH Mauá fosse retirada do leilão de energia. (DELIBERAÇÃO 4, 2006).

Na reunião seguinte, foi aprovada a deliberação em que se indicava representantes da Câmara técnica para acompanhamento dos estudos da Usina Hidrelétrica Mauá, tendo como coordenação e relatoria o representante da SEMA/SUDERHSA, e como membros, Prefeitura de Ortigueira, COPEL, FAEP, uma ONG e UEL, sem nenhuma menção que as colaborações da FUNAI ou ao Conselho indigenista trariam como integrantes. Existem aproximadamente 10.375 representantes indígenas dos grupos Kaingang, Guarani e Xetá, que ocupam área de 1460 ha em 5 reservas indígenas, situadas, duas em Ortigueira, duas em São Jerônimo da Serra e uma em Tamarana, (FUNAI, 2006, PARANÁ, 2006) que merecem representatividade no Comitê.

Desse silenciamento do lugar de fala da comunidade local, se segue a uma desidentificação com as pautas do Comitê visto que só se tem registro de nova participação quando da apresentação pela SUDERHSA, em 2009, sobre o I módulo do plano de Tibagi – Diagnóstico. (PARANA, 2009). O conselho indigenista, mesmo com a obrigatoriedade, não consegue estabelecer a representatividade diante da comunidade.

Esse efeito de sentido de (não) participação ou silenciamento pode ser analisado desde a fundação do Comitê, a partir dos documentos fundantes para o reconhecimento da predominância de determinadas FDs no complexo das formações ideológicas (re)produzidas pelo/no interdiscurso.

3.2 EFEITOS DE SENTIDO SOBRE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DO RIO TIBAGI.

Em 01 de agosto de 2001, foi endereçado um documento ao COPATI, então Consórcio do rio Tibagi, para que este tomasse as ações necessárias junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, para a instalação do Comitê e da Agência do rio Tibagi. Três representantes de indústrias, um representante do poder público municipal e um representante do sindicato subscreveram o documento (Anexo). Em 02 de agosto de 2001, o COPATI endereçou o ofício 020/01 (Anexo) ao presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos CERH/PR solicitando a aprovação da instituição do Comitê, onde constava uma justificativa da necessidade e oportunidade, a caracterização socioeconômica da área de atuação “com a identificação dos **setores de Usuários de recursos hídricos** e de sua importância [...]” além de uma proposta de composição de mesa provisória que compreendia integrantes do segmento do Poder Público e Usuários. Justifica-se o ofício:

Em conformidade com os **interesses dos usuários de recursos hídricos, bem como de toda a Sociedade Civil da bacia do rio Tibagi**, representados por mais de 50 instituições associadas ao Consórcio de proteção Ambiental da bacia do Rio Tibagi[...]. (ANEXO).

Na proposta de composição estão contempladas três entidades públicas municipais (prefeituras de Castro, Ibiporã, Ortigueira), três representantes do governo estadual (IAP, SEPL, SUDERHSA) e três Usuários (Cervejaria Kaiser, COPEL e SANEPAR), além de indicar a presidência interina e a secretaria geral para as prefeituras de Ibiporã e Ortigueira, respectivamente.(Anexo)

Neste movimento inicial de política constitutiva do Comitê do Tibagi pode ser destacado um efeito de sentido no discurso de participação geral e efetiva em que mesmo presente uma citação à Sociedade Civil e seus interesses, a mesma não se encontra discursivamente individualizada enquanto categoria tripartite de gestão, pois não foi contemplada nenhuma representação do segmento da Sociedade Civil no processo inaugural de constituição provisória do Comitê. Os documentos enunciam uma discursividade que dá destaque ao interesse dos Usuários, acoplando a isso o entendimento de que esse seria o mesmo interesse de toda Sociedade Civil. Ao usar os léxicos “bem como” para interligar as afirmativas, trata

como evidente que, o que interessa aos Usuários deve ser o interesse da Sociedade Civil.

Foram realizadas a primeira reunião para instalação da mesa provisória e mais 10 reuniões deliberativas de mesa provisória, totalizando 11 atas (anexo)

Na primeira reunião, consta na ata 1, da reunião da mesa provisória (Anexo) uma apresentação técnica de modelos já existentes de política de gestão de águas. Destacou-se o modelo do Estado do Ceará, com ênfase na companhia estatal, o Estado de São Paulo, com ênfase na participação do Poder Público e Sociedade Civil, o modelo da política dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com ênfase na participação da Sociedade, e apresentou-se como efeito de evidência, a peculiaridade do modelo paranaense que se apresenta como uma política que se dará 'com ênfase na participação **dos Usuários**'. Este efeito de evidência parte de uma proposta como inovadora e diferenciada de outros Estados, como se a ênfase na participação dos Usuários fosse o eixo central e único de uma composição complexa formada pelo que se entende de Sociedade Civil. Outro efeito de evidência do sentido, foi de que se naturalizou o fato de que o Poder Público é que deve permanecer com funções gestoras centralizada, pois se requisitou que na reunião seguinte, '**depois de levantados os dados pela SUDERHSA, pelo COPATI, e por demais organismos[...]**' procedesse a escolha do peso dos Setores para a composição do Comitê

Assim o Poder Público (SUDERSA) conduziu o processo de divisão de setores e segmentos. Elaborou um quadro (esqueleto) de base para a divisão dos segmentos entre Poder Público, Usuários e Sociedade Civil apresentando os segmentos de ONGs, Entidades técnicas de ensino e pesquisa, Entidades Técnicas profissionais e comunidades indígenas para ocupar o mínimo das vagas para o segmento.

Houve, então, uma memória pré-construída desde estas determinações sobre a representação do setor da Sociedade Civil. No documento existe uma discursividade da indicação da singularidade dos segmentos do setor da Sociedade Civil. Foi sugerido que 'fosse efetuado um seminário[...] **congregando** os segmentos Entidades de ensino e pesquisa, Entidades técnicas profissionais e ONGs' gerando o efeito de sentido de que o segmento não estava apto à participação no modelo de gestão proposta.

Os representantes do Poder Público municipal (Prefeitura de Ibiporã) e do Estado (SUDERHSA e SEPL) definiram que os representantes do segmento 'ONGs fossem devidamente **convocadas por edital de chamamento**, através de citações em jornais de maior circulação na bacia [...].'

A força do modelo burocrático se faz presente quando salienta ser atribuição do Estado dar tratamento distinto para as ONGs em relação aos demais representantes da Sociedade Civil.

A enunciação própria do grupo provisório formado pelo Poder Público e Usuários, deixa em destaque que a formação discursiva de uma ideologia dominante contempla um entendimento de que Sociedade Civil é segmento desagregado com as questões do bem comum. Também ao segmentar as ações próprias para as ONGs e para os demais segmentos do setor, se identifica uma "ideologia fundante" do dizer em que ONGs são entidades contra os interesses e devem ser vistas separadamente, contrária de uma gestão tripartite compartilhada.

Destaque aqui para o fato de que, no dia 17 de abril 2002, ocorreu uma reunião da mesa provisória no espaço do Comitê em formação, que deliberou e instituiu a cobrança pelo uso da água, mesmo antes da reunião programada para escolha dos integrantes do Segmento ONG, que ocorreu em 26 de abril de 2002.

Para corroborar com a discursividade de um efeito de sentido já constituído sobre efetividade da participação da Sociedade Civil, os integrantes da mesa provisória com os representantes, corroborou com o dizer que constitui uma formação discursiva enunciada pelo representante do Poder Público estadual (IAP) – aquele que tem a autoridade/legitimidade para dizê-lo, o qual sugeriu uma estratégia diferenciada aos representantes das ONGs justificando pelo 'devido o grau de **dificuldade de convocar o segmento para a participação**'

A questão da participação inicial das ONGs e demais representantes dos segmentos se reapresenta discursivamente e ideologicamente naturalizando o efeito de sentido de que a participação do segmento da ONG se 'faz difícil' de convocar, de que a participação do segmento deveria 'congregar' com a proposta gestora, que o lugar da fala da Sociedade Civil deve-se dar bem com os interesses dos Usuários'. O dizer do grupo provisório é pré-constituído por e em uma ideologia de Estado legalista, centralizador, burocrático-tecnocrático, que tem como efeito de sentido a prioridade dos interesses capitalistas relacionando à gestão das águas do Paraná,

tendo em vistas que **‘o modelo paranaense é centrado nas decisões dos Usuários’**.

A partir das primeiras reuniões preparatórias bem como os documentos iniciais, foram destacados os enunciados do modelo a ser seguido no Estado do Paraná e o efeito de pré-construído para o modelo de Comitê pretendido, onde a gestão é centrada no Usuário, e muitos deles são órgãos públicos prestadores de serviços fundamentais de fornecimento de água, esgoto e energia.

Esse é o efeito de sentido produzido nas condições de produção do dizer, na constituição dos sujeitos e suas representações no Comitê que se construía. Ao chamar de **‘gestão compartilhada’**, o **Estado** se propõe ao compartilhamento de gestão, mas evidencia que este se dará com um determinado segmento (**Usuário**), com uma predominância em interesses de Estado, na intenção de não ultrapassar o modelo vigente da gestão de comando e controle, centrado na figura do Estado.

Para a demarcação dos sujeitos e instituições representantes da Sociedade Civil no Comitê, foram feitas reuniões com os segmentos de ensino e pesquisa, entidades técnicas e ONGs. Em todas elas, reconheceu-se que a gestão de águas compartilhada no Paraná é aquela que dá ênfase aos interesses dos usuários, como se a população em geral não fosse este Usuário e como se as ONGs não tivessem importância com relação às decisões tomadas, tanto que uma reunião foi realizada na cidade de Ibiporã/Paraná, fato este que dificultou uma participação social mais plural de ONGs inseridas na bacia.

Na reunião para escolha de dois representantes das ONGs, havia apenas duas ONGs presentes (Anexo). Mesmo com uma discursividade da necessidade da ampla divulgação e oportunização sugerida anteriormente em veículos de comunicação, por parte do Comitê provisório, o grupo não registrou a efetivação de tal intento e foram alçadas como representantes apenas as duas únicas instituições presentes (Patrulha das águas – Londrina, e Vida verde – Cornélio Procópio). Neste caso, vê-se a falta de registro do combinado sobre divulgação e oportunização, o que confirma o silêncio e o desmerecimento de participação efetiva da Sociedade Civil e, ao mesmo tempo, a justificativa de que este segmento não possui interesse participativo. Esta justificativa estabiliza o dizer do não-interesse deste segmento, tendo em vista que foi enviado o ofício n 22/2002, em 23 de abril 2002, para que as entidades participassem das escolhas dos representantes no dia 26 de abril de

2002. Esta estabilização do dizer sobre o não-interesse, deve-se ao silenciamento que se faz sobre este possível não-interesse, pois silenciou-se que a não-participação podia dever-se ou por questões de deslocamento espacial do representante das instruções e/ou do tempo atribuído para essa articulação pelos organizadores da mesa provisória ou ainda pela falha de divulgação propriamente dita. Também está evidente o silêncio sobre a divulgação ampla de participação na escolha de representação das ONGs, pois o ofício de indicação das entidades em resposta à convocação, é anterior ao dia da reunião, ou seja, 25 de abril de 2002. Este silêncio e silenciamento do e pelo dizer vão construindo uma memória marcada por um já-dito dos próprios organizadores que se nomeiam como os titulares do lugar da fala – aquele que pode e deve dizer - da Sociedade Civil.

Destaque aqui no segmento da Sociedade Civil, para a representação indígena. Há um silenciamento na construção dessa representação no processo de escolha dos membros. O silenciamento na participação de escolha dos sujeitos das instituições que representariam os interesses dos grupos indígenas, pois o Conselho indigenista do Estado do Paraná apareceu nominado no decreto final como Sociedade Civil no segmento Técnico Profissional. Pode-se analisar que o dizer do grupo sobre a participação tripartite foi substituído pelo dizer dos representantes do Poder Público e Usuários enquanto nominaram a representação no Comitê sem que houvesse interlocução entre todos os locutores envolvidos, inclusive a FUNAI e outras ONGs.

O dizer ideológico (dominante) sobre a participação do indígena dentro de um Comitê deliberativo se mostrou, desde o início, como censura, pois como indica Orlandi, “pela censura, o sujeito é impedido de ocupar posições consideradas proibidas porque produzem sentidos proibidos” (ORLANDI, 1992, p.144.), em dadas condições de produção do dizer, que impedem que sentidos outros sejam produzidos.

As demais indicações para representação de participação ficam em um limbo normativo. Não consta do Regimento interno (2012) e de nenhuma proposta discutida em ata, uma forma de eleição a partir dos segmentos representados. Constam eleições e processos para escolha do presidente e vice (ou secretário), mas silencia-se de uma forma democrática - efeito pretendido por aqueles que são

autorizados e legitimados a dizer - para se exercer a representação de um segmento.

Esta discursividade em deslizamento semântico, inverteu e modificou o sentido e o valor de alguns estratégicos conceitos democráticos”.(NOGUEIRA, 2011). A participação da Sociedade Civil na concepção do capitalismo moderno, neoliberal, que despolitiza o debate político, representando uma estratégia para construção da democracia de baixa intensidade como indicam Giustina e Luiz (2013).

Diante do lapso temporal de existência do Comitê, outros grupos de representantes – instituídos como sujeitos discursivos – se agregaram e desagregaram sem critérios claramente definidos. Buscou-se identificar, através das entrevistas feitas aos sujeitos da atual gestão, o lugar que os sujeitos ocupam, nas condições de produção que se inserem e o(s) efeito(s) de sentido presente(s) sobre a efetividade da representação perante os pares e a comunidade.

3.3 A FORMAÇÃO DISCURSIVA E IDEOLÓGICA (FD E FI) EM TORNO DO SENTIDO DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A unidade de análise é o lugar onde existe o jogo dos sentidos. É o lugar simbólico afetado pelas condições de produção. O que se tem é a constituição dos sujeitos em suas posições e a compreensão dos processos de produção dos sentidos produzidos. (ORLANDI, 2012).

O sentido da palavra, representação dos integrantes do Comitê, perpassa essa questão, palavra esta prevista como um eixo norteador das análises, pois foram construídos textos a partir de entrevistas referenciais que auxiliaram na abordagem de temas e propiciaram o sentido desta palavra para a representação intra e extra Comitê do Tibagi.

Para a análise do efeito de sentido no discurso sobre o processo de escolha e o modelo de representação nos segmentos tripartite, os entrevistados foram indagados na questão 11 sobre “como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição?” Os representantes das entidades se posicionaram da seguinte maneira:

SC ONG1- Nossa instituição [...] desde 2006 participa desse Comitê, tem um integrante dentro do Comitê, **partiu mais de dentro da organização** que eu faço parte, a gente **tava sem força e sem expressão dentro do Comitê**, que é um Comitê importante, visto que a ONG trabalha bastante com a questão biológica e que de certa forma tem bastante conexão com água, com os rios, com o que a gente tem de recurso hídrico, **então isso interessa a nossa organização**, a ta participando das discussões referentes a esse assunto.

SC ONG2- Por eu ser presidente.

Traçando um paralelo entre as entrevistas da ONG1 e da ONG2, percebe-se uma personificação diferenciada entre ambos, ou seja, enquanto a primeira toma a organização como algo coletivo, a segunda toma como individual. Pode-se dizer que são duas formas diferentes de se conceber o que é ONG.

Com relação ao Ensino Superior, há um pré-concebido de que água deve ser um assunto institucionalmente tratado por áreas específicas- técnico-tecnológicas, ou ainda que há um número restrito de estudiosos das áreas ditas "duras" envolvidos em tal empreitada, como já abordado. Então, pode-se dizer que não se aproveita o potencial que o Ensino Superior tem de alcance (Humanas, Sociais e Tecnológicas) como segmento da Sociedade Civil.

SC ES1- Então, a instituição recebe um convite e vai para o diretor, aí o diretor conversa com vários professores e a partir de uma seleção aí de um grupo de 4 ou 5 professores relacionados com a parte de água, né. Então é importante que se tenha isso dentro da universidade, com **especificidade dentro da parte hídrica**, aí a partir desses 4 a gente acabou indo como representante, porém hoje **eu tenho mais um professor como substituto, e tenho mais outra professora que também participa com a gente**, então são 3 professores, **não sou eu sozinho aqui.**

SC ES2- Minha área de pesquisa são hidrogeologia, e não tem muitos aqui na universidade que pesquisam isso. Aliás, **aqui na Universidade é só eu que pesquiso.** A geologia está intimamente ligada a hidrologia geral que é o estudo das águas no geral. Então como **eu sou de uma área** que lida com isso **foi sugerido o meu nome e eu aceitei.**

Nesta representação está mais claro o conceito em que Bobbio (2004) associa a representação à participação e esta a cânones de comportamento, associado com o espelhamento do objeto representado. Dito de outro modo, a Sociedade Civil tem que espelhar o seu objeto representado.

O segmento da Sociedade Civil composto pelos técnicos profissionais se expressa quanto à forma de suas entradas como representantes no Comitê. Em suas respostas possuem uma discursividade que pessoaliza a participação. Não se encontra no dizer dos entrevistados uma formação discursiva (FD) dominante com

relação à forma democrática de participação onde a soberania popular se apresentasse como princípio regulador da participação (GONH, 2011). A delegação do poder dos indivíduos representados não se encontra evidenciada na FD dominante, pois não se indica uma proposição de método de eleição que justifique descentralização pretendida e a participação da comunidade local. Há o discurso diferenciado pertencente à SC TP5, porém essa não é uma fala predominante como foi visto anteriormente, já que esta pessoa entrevistada declarou que não participa das reuniões. Então, seguem os recortes para tal verificação.

SC TP1- Eu, o COPATI simplesmente me indicou. O especialista na área, o presidente do COPATI na época era o Marcelo Canhada, ele não tinha interesse em participar porque tinha outras atribuições, me convidou, **sou amigo dele**, eu sou **membro** do COPATI, aí ele me convidou se **eu queria** ser... na realidade **ele quase insistiu** né, pra eu ser. Aí eu **acabei entrando**.

SCTP2- Foi mediante uma consulta de quem **tinha interesse** em ser representante, e eu me candidatei. Foi assim, **em questão de reunião de diretoria, não teve eleição para representar a associação**.

SC TP3- Dentro da minha instituição houve uma solicitação de que nós não apresentávamos nomes, e nós então, **informamos ao setor administrativo**, até por ter sido feito parte da área administrativa, e ter ouvido esses reclames, e solicitamos então que houvessem **providencias**, por parte da **reitoria** no caso, em assumir um processo de **indicação** de pessoas interessadas, e a partir daí então, a reitoria que partiu para esse processo de indicação. O que eu posso indicar para você, **é que se não se corresse atrás, nenhum candidato apareceria para participar do processo**.

SC TP4- Nenhuma. A minha instituição não tem nada a ver com a minha **prática** de cidadania do sindicato. Eu quando sento lá, sou representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, **não sou representante da Sanepar. A Sanepar sabe que eu to lá**, mas a gente tem uma postura **muito clara** de defesa das **políticas do sindicato, não da empresa**.

Ao fazer um contraponto com os representantes do Poder Público sobre o alcance da representação em relação à indicação da instituição, tem-se que o processo de escolha para indicação dos representantes não apresenta um procedimento eleitoral. Esperava-se que a Sociedade Civil fosse diferente no processo de democratização para o preenchimento da vaga. Na citação acima, dois deles foram diretamente por indicação hierárquica, sem nenhuma correlação com métodos eleitorais democráticos.

A desidentificação com esse modelo vem do representante da Sociedade Civil originário do Conselho indigenista que declarou a existência de um processo

eleitoral interno que alcança as representações externas. Consta que “Eu fui escolhido porque eu fui, eu tive a **maioria dos votos dentro do conselho indígena**, aí fui pra **presidente** do conselho e geralmente lá é os conselheiros, o presidente e tal, que **vão para esses cargos** aí (SC TP5).

A FD dominante do Poder Público sobre indicação e nomeação relacionado ao cargo..

PPF- Isso, **sempre** a pessoa que é responsável pela CTL fica responsável e **é o indicado** no caso.

PPE1- Dentro da secretaria da agricultura, **o secretario procurou indicar um de Londrina e um de Ponta Grossa com titulares e suplentes**, porque nós temos questões de deslocamento, então as reuniões que são no alto do Tibagi, quem participa é de Ponta Grossa, e quando as reuniões são pra cá, **quem participa sou eu**.

PPE2- Então, a **própria instituição encaminhou**. Ela verifica qual é a melhor pessoa para **indicar**, que nesse caso tinha o Everton Enéas, e como eu estou atuando há algum tempo já na secretaria executiva, participo dos Comitês, **então eles** verificaram que existia essa possibilidade, então eles através de uma reunião, no consenso, **eles me indicaram** como representante do órgão.

PPM1-A **indicação** foi feita pelo secretário, na época, indicação para participação no Comitê. Não tinham concorrentes aqui, na secretaria, e **foi por indicação** mesmo do secretário [...]

PPM2- Normalmente, como é a Secretaria de Meio Ambiente do Município, as questões ambientais são direcionadas para a secretaria. Como hoje eu estou como secretário, coube a mim **representar** e **ser nomeado** como representante do Município de Carambeí no Comitê.

Diante dos recortes anteriormente selecionados, confirma-se mais uma vez que o Poder Público escolhe seus representantes sem eleição, por vontades políticas, por corporativismo, como se viu nas marcações em negrito dos recortes selecionados.

Com os representantes dos Usuários, tem-se nos segmentos da indústria (UI), o processo de escolha para indicação da representação dentro da instituição um viés corporativo com a participação ativa dos colaboradores; no segmento de drenagem (UDR) e Aquicultores (UAq), uma participação ligada a associações e a hierarquia, e no setor de hidroeletricidade (UH) e abastecimento urbano (UAU) um viés de empresa ligada à burocratização da gestão pública centralizada.

UI- Foi **por livre e espontânea vontade na verdade**, porque a gente tinha já, a participação no Comitê, já era uma coisa enraizada na Klabin desde que eu entrei aqui em 2006, e como eu entrei com engenheiro ambiental, e eu fui o primeiro engenheiro ambiental da Klabin, **eu olhei o Comitê** e falei

opa,, **levantei a mão e falei que eu queria participar daquilo ali, e assim foi.**

UAq- Por eu ser engenheiro agrônomo, **quando fui convidado a entrar** na Associação, [...] E ocupando este cargo, **eles entenderam** que, primeiro que eu fui convidado para o Instituto das Águas pela minha experiência no meio rural, e conhecimento dos problemas do meio rural, depois da Associação **pela minha experiência na área** rural e com foco na qualidade e quantidade da água **tendo em vista minhas defesas intransigentes** sobre a qualidade da água do rio Tibagi, e como **aqui estamos dentro da Bacia, nada mais natural.** [...]

UDR- A instituição que poderia representar a empresa na qual eu trabalho e o setor no qual eu trabalho seria o sindicato de empresas de projeto, não existe um sindicato e uma associado para empresas de projeto, o que existe **é o sindicato da indústria da construção civil** que na questão dos loteamentos, do parcelamento de solo e tal, estariam vinculados a isso. La dentro do sindicato da construção civil eu ocupei diversos cargos, inclusive a presidência, e **quando eu fui convidado**, eu levei essa, esse convite que **então as pessoas acharam** que eu deveria fazer parte.

UAU- Por **estar ocupando este cargo, é o cargo de chefia** da região, que a empresa me **designou** como representante dela junto ao Comitê.

UH - Como eu já falei né, ela foi meio que **natural** pelas minhas **representações no Consórcio Cruzeiro do Sul**, na Bacia do Tibagi. Como não tem, só tem mais um **funcionário aqui da COPEL** que atua nessa área, mas ele é cartógrafo, e eu estou em outras atividades, né, eu acabei sendo a **pessoa indicada**. E pelo trabalho que eu faço lá foi meio que natural.

Dos recortes aqui selecionados, pode-se dizer que há uma variação no modo de se apresentar como representantes Usuários. No primeiro caso, UI, o representante se coloca numa posição de voluntário-cidadão; no caso da UAq, o representante se coloca como a voz dos associados; no caso da UDR, o representante se auto referendou no cargo. Na questão dos representantes UAU e na UHE, os representantes se posicionam como indicação e/ou designação, nos moldes das instituições públicas, demonstrando que a FD dominante e ideológica assujeita o representante a um modelo para a escolha dos membros, inscrita numa FD pública, que neste caso, se mostra ideologicamente liberal-capitalista, burocrática e autoritária, para a representação e participação no Comitê.

Destes modos de discurso, encontra-se uma formação ideológica (FI) que não favorece formas de processo participativo democrático de escolha dos representantes, visto que o modelo seguido como FD dominante, inscrição destes

sujeitos, é o da gestão burocrática utilizada por agentes públicos com os fundamentos tecnocráticos.

A Agência Nacional de Águas ao repassar as instruções aos Comitês, em cadernos de capacitação, indica que cada Comitê deverá elaborar regras eleitorais claras e eleger uma comissão para organizar, coordenar e acompanhar o período eleitoral respeitando as normas e as particularidades da organização social de cada bacia. Indica que “o processo eleitoral deve periodicamente renovar os membros, por meio de uma votação democrática que permita ampla participação e expresse os múltiplos interesses pelo uso da água” (AGÊNCIA, 2011, p.34).

No Comitê da Bacia do rio Tibagi, o Regimento interno prevê no art.5º. Paragrafo1 que “§ 1º. Os membros do Comitê terão mandato de 02 anos, iniciando-se com a posse dos mesmos, **podendo ser reconduzidos ilimitadamente mediante indicação formal do segmento** a que representam [...]” (REGIMENTO, 2012), dificultando a renovação democrática pregada na política nacional.

Diante de novos cenários, uma proposta de alteração pode ser feita pelos membros, indica consenso ou um *quorum* de 2/3 dos presentes para aprovação.

Art. 6º. Três meses antes do término de cada mandato poderão ser apresentadas propostas para alteração da composição do Comitê, diante dos novos cenários, em especial quanto à representatividade dos segmentos e quanto ao número de membros.

§ 2º. A **aprovação** das propostas de alteração pelo Comitê **deverá se dar preferencialmente por consenso, ou mediante deliberação por dois terços dos presentes.**(REGIMENTO,2012).

Em 2004 houve uma tentativa de alteração através de grupo de trabalho (GT). Este, seguindo o regimento, mas presidido pela SEMA (Poder Público) apresentou uma proposta de alteração na reunião seguinte(5ª. ATA ,2004). A partir das atas, foi permitido analisar que não se conseguiu unanimidade para aprovação nem tampouco uma maioria na deliberação. Temas foram questionados, como a presença da SUDERHSA como membro, apesar de já exercer a função de agência de águas, que argumentou que “ apesar de ser Agência o **seu papel é técnico e não político**”, como se a relação técnica e política não tivessem interligadas. Também foi questionada a repetição de instituições e o pedido de que “ **cada instituição** deverá estar representada **apenas uma vez**”. (6ª. ATA, 2004)

Porém a proposta do GT não foi aprovada nem essas contribuições o foram. Apenas se alterou a junção do IAP com a SUDERHSA em uma vaga permitindo a

inclusão do COPATI como Sociedade Civil, questionando-se sua legitimidade em reunião seguinte. (6ª ATA, 2004; 7ª. ATA. 2004; 8ª. ATA, 2006).

A deliberação da possibilidade de nova composição restou infrutífera quanto à alteração dos integrantes ou expansão destes; apenas houve remanejamentos políticos de membros já pertencentes ao mesmo.

O regimento interno prevê apenas regras eleitorais para a mesa diretora ficando os membros integrantes sem regras claras para participação. (COMITÊ, 2012). O formato das eleições para a presidência e vice ou secretaria durante os registros das atas, identificam-se com os processos que se realiza em modelos que permitem a participação do Poder Público e Usuários, e menos a participação de integrantes da Sociedade Civil com interesses em temas e pautas da sociedade.

Assim, o sistema de escolha dos membros segue pelos representantes os moldes de indicação perpassados pela Agência de águas. O sistema utilizado pelos representantes dos poderes públicos realiza o convite dirigido por indicação, por superiores hierárquicos, em um simulacro de processo democrático participativo da representação, ou ainda, num deslizamento de sentido do que pode se entender como democrático, a depender de qual FD se inscreve este léxico e como ele se inscreve na interlocução.

Se a escolha para representar está em uma relação direta de uma FD burocrática, como podemos esperar pelo compartilhamento das decisões com os representados e com a comunidade?

3.4 GESTÃO COMPARTILHADA E O COMPROMISSO DE EFEITIVIDADE DA REPRESENTAÇÃO

As práticas de gestão em colegiado efetivamente compartilhado dos recursos hídricos possuem os desafios de uma mudança e de uma lógica de relacionamento entre Estado, Usuário e Sociedade Civil. Os novos espaços institucionais gerados requererem que os sujeitos da representação tenham a prática de compartilhamento presente não só entre os integrantes do Comitê, mas com capilaridade entre os pares dos segmentos representados. A transmissão de informação e o compartilhamento para subsidiar as decisões se apresentam como estratégias

fundamentais pra que a sociedade como um todo possa estar mais ativa aos temas do Comitê.

Não cabe ao representante do segmento que o representa e que se propõe ser a voz dos pares, a decisão solitária em votação de temas muitas vezes determinantes das questões da gestão de recursos hídricos. Importa também que estes representantes saibam inicialmente sua posição sujeito dentro do Comitê tripartite e o significado de sua gestão compartilhada. A representação é, portanto, uma relação de confiança, controle, prestação de contas e autonomia entre representantes e representados. (SERAFIM; SANTOS, 2019)

Ao serem indagados sobre os segmentos de visão tripartite na questão 9 que perguntava: Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Assim se expressaram:

SC ONG 1- Tripartite que é? [...] **você que está me informando agora.** Gente procura obedecer a esses **rituais** dentro do Comitê para colocar **nossas** opiniões, **nossas** propostas, e **dialogar lá dentro, é difícil** [...]

SC ONG 2- Como ONG

Mesmo a ONG 2 falando que representava a instituição própria, não se referiu ao segmento Sociedade Civil, como segmento tripartite, silêncio produzido pelo desconhecimento, além de generalizar seu dizer ao rotular seu pertencimento a uma ONG e não a um segmento de gestão compartilhada. A ONG 1 declarou explicitamente não conhecer o significado da expressão tripartite, acentuando na compreensão das questões sobre a dificuldade de diálogo e atuação da representação com os segmentos dentro do Comitê. Neste caso, a ONG1 não é da comunidade, embora crie um efeito de sentido de sê-lo ao se utilizar do pronome possessivo 'nossas'.

Sobre a participação no segmento tripartite, SC IES 1 disse 'Sociedade' e SC IES2 não sabia se posicionar sobre a composição das três esferas que compunham o conceito tripartite e se posicionou pelo segmento 'órgão de pesquisa' e não como representação da Sociedade Civil de forma explícita.

Também merece destaque pela Instituição Técnica Profissional sobre a discursividade relacionada à força de estado na gestão do Comitê:

SC TP1 [...] o **Comitê** foi formado para ter dentro do **tripartite**. Além do tripartite, da **participação do governo**, a SANEPAR e a COPEL tiveram o

cuidado de colocar **representante** da Sociedade Civil como **funcionários** da **SANEPAR** e da **COPEL**, **como membros de conselhos de engenharia, de associação de engenharia**, então eles **praticamente dominaram** [...] porque eles tinham total controle do Comitê. E **eu fui mudando** isso **com o tempo**. [...], o que foi que eu fiz, eu consegui **mudar esses membros**, [...] **tirei todos os membros do governo** que estavam **camuflados** em outras da **Sociedade Civil**, **tirei todo mundo**, e aí agora **eu** acho que **a Sociedade Civil** tem um **controle maior** do Comitê, **hoje** a gente tem a **maioria dos votos** dentro do Comitê.

SC TP3- Eu não me enquadro nessa comissão aí. Porque o titular, volto a dizer, **no** caso do **Tibagi**, é o professor [...] e eu estou como suplente dele. [...]

Com essa discursividade, é possível identificar pouca variação do modelo burocrático e do modelo técnico. Em decorrência dessa articulação, o representante SC TP3, não sabia de sua representação como titular, pois estava representando uma Associação como titular e se percebia em categoria equivocada de suplente de IES dentro da representação que exerce no Comitê.

Na sequência discursiva SC TP1, há um jogo discursivo como relações de forças não só entre membros, mas também nas escolhas que o entrevistado realiza em seu dizer: **‘eu fui mudando’**, **‘tirei todo mundo’**, **‘eu acho’**, como marcas de autoridade/autoritarismo em seu dizer deflagrando, por meio de seu discurso, as lutas que são travadas no espaço do Comitê. Já em SC TP3, desvela-se o total desconhecimento do sujeito ao cargo designado, confirmando a luta travada nesse Comitê na designação de cargos e funções.

Ao serem indagados sobre a posição tripartite que ocupam, representantes estaduais e municipais da gestão, tiveram familiaridade com o a FD hierarquizada do conceito de gestão da lei difundido pela lei das águas:

PPF- Não sei te dizer.

PPE1- Eu sou da gestão de governo.

PPE2- Poder executivo, [...] Poder Público.

PPM1- Poder Público.

PPM2- Município.

O representante Estadual PPE2, representante do Aguasparaná explicitamente personalizou sua fala incorporando a função pública à filiação política do governo quando reúne **‘eu sou’** e **‘governo’** em contradição a outra declaração dizendo que a função do Aguasparana era cargo **‘técnico’** e não **‘político’** (6ª. ATA, 2004). Ressalta-se, ainda, o fragmento PPF que é representado pela FUNAI que não sabia se posicionar, mostrando uma desidentificação ao modelo de gestão proposta.

Foi indagado na questão 8 o que é gestão compartilhada para você. Sobre essa proposta de gestão foi identificada uma complexidade de FD imbricadas na ideologia dominante como pode ser identificado pelas marcas discursivas nos enunciados apresentados.

SC ONG 1- [...] entende da **participação** da **sociedade** em meios onde o **setor público** é que **gera** as **ações** e **atividades** [...] é uma forma de **pessoas** que **não fazem parte** de órgãos públicos **ter voz ativa**, poder representar, na verdade, algum tipo de **opinião** ou de assunto que a sociedade quer colocar **dentro** desse nível [...] gestão de cidadãos, de pessoas, dentro de órgãos ou **organismos públicos**”;

SC ONG 2- [...] **gestores** que **convergem** para um fim [...] vários **lideres** [...] cada um tem o **seu posicionamento** [...] **para deliberar** [...] **como proceder** com determinado **assunto**.

A Sociedade Civil representada pelas ONGs está voltada para o reconhecimento de Estado como oposição/exclusão e como o terceiro setor onde o sistema da gestão próximo da iniciativa privada. A SC ONG2 Possuem discursos de ação empreendedora, expressa discursivamente uma intenção de participação a nível conceitual que se aproxima do modelo participação liberal e a SC ONG1 mesmo com intencionalidade da forma democrática, possuem vícios da concepção liberal visto estarem impregnadas no discurso de redes clientelísticas de prestígio político. (GOHN, 2011). A identificação e a contraidentificação, do lugar de fala burocrática centralizadora do modelo liberal, se encontra presente em enunciadores que se pretendem gestores dos temas de Estado. Desta forma se faz presente a contradição, pois não há indícios para uma participação viabilizadora de práticas sociais voltados a temas e pautas sociais, visto que as práticas sociais foram reconhecidamente atribuídas ao Poder Público.

O segmento da Sociedade Civil representada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) assim se posicionou:

SC IES1- “existem **as reuniões com a população**, isso pra mim seria gestão **idealizada** na parte **compartilhada** [...] eu acho que às vezes fica meio **difícil** da **população participar porque** tem muita coisa do Comitê que é relativo a parte específicas[...] Do jeito que é **feito hoje eu acho** que é compartilhada também, só que é por **representação** [...] algumas **coisas** são mais **complicadas** de você ter [...] **uma pessoa comum** que não tenha muito associação com a parte de água, ela vai ter **muito dificuldade** de emitir uma certa opinião as vezes.”

SC IES2- “é uma junção de **todos** os **setores** que fazem parte de um **mesmo contexto**”

Mesmo reconhecendo a participação popular, há um efeito de sentido identificado com uma FD centrado na valorização da tecnologia como saber de dominação. Mesmo a ação sendo a fomentadora da gestão compartilhada, a contradição do discurso setorizado fortalece a proposição de gestão burocrática, revelando que o compartilhamento é de certa forma ilusória. A sustentação conceitual de participação presente neste dizer está inscrito num modelo liberal, marcando a posição ideológica do sujeito no seu dizer.

No segmento da Sociedade Civil técnico profissional (SC TP), nas cinco instituições representadas, a gestão compartilhada sofre variação de dizeres. Os sentidos se dão em vários grupos semânticos que permitiram os recortes que se seguem:

SC TP1- Gestão compartilhada? Bom, começa pelo **grande erro** que o Requião **fez** de **tirar** da **Sociedade Civil** **agência de bacia**, que naturalmente ia ser o COPATI, e **transferir isso para um órgão de governo** chamado Instituto das Águas [...]

SCTP2- forma de você **gerenciar** ou gerir algo de **forma não centralizada**.

SCTP3- [...] quando **o grupo, a comunidade, as instituições públicas**, e até **o setor privado**, **passam a atender** já um diagnóstico feito e **passa a fazer** e promover o monitoramento que atenda essa **comunidade** e esses **setores**.

SC TP4- [...] **todo mundo** tem suas obrigações e **todo mundo** ganha

SC TP5- [...] é uma gestão onde que **todos** estão **juntos**, **trabalham** em **conjunto** [...] **discutindo** os mesmos **assuntos** e com umas **ideias diferentes**

Na sequência discursiva de SCTP1, o que vem marcado em negrito (fez tirar e transferir), marca o posicionamento ideológico do sujeito. Ao dizer “fez tirar”, o sujeito coloca-se contrário à ação do governador à época, deflagrando o autoritarismo do governador Requião, apresentando a condição de produção do seu dizer em uma dada gestão governamental. Ao utilizar da palavra transferir, minimiza em seu discurso esse posicionamento, tendo em vista que, atribui a outro órgão este papel, silenciando o seu dizer ao não especificar o que havia sido perguntado sobre gestão compartilhada.

Já na sequência de SCTP2, ao ser perguntado o que se entendia o que era gestão compartilhada, o sujeito se posiciona com um discurso que visa a o domínio

de gestão compartilhada em que o Estado não seja o detentor desta gestão, já que propõe a descentralização do poder.

Com relação à sequência discursiva de SCTP3, há uma oscilação no entendimento de gestão compartilhada. Dito de outro modo, o discurso traz do setor público **‘até’** o setor privado. Contudo, a partir do momento que se entende a palavra setor como fragmentação, entende-se que há um compartilhamento, mas não necessariamente uma ação participativa efetiva de todos. O discurso cria um efeito de democratização na opacidade do dizer.

Na outra sequência, na SC PT4, a palavra **‘todos’** produz um efeito de sentido democratizante, contudo tão totalizante que destitui o efeito aplicado para a gestão compartilhada. Este discurso, tanto quanto o anterior, criam a ilusão da plenitude da gestão compartilhada com democracia, uma fragmentando e outra generalizando.

As instituições públicas se posicionaram sobre gestão compartilhada como Poder Público Federal (PPF) Poder Público Estadual (PPE1 e PPE2) e Poder Público Municipal (PPM 1 e PPM 2).

PPF- A participação de **vários órgãos** e **entidades** numa, dentro de um **programa, projeto** ou algo assim.

PPE1- Gestão compartilhada é o **governo** trabalhar junto **com** as **empresas** dando um **melhor** direcionamento **para ambos**. Tem muitas coisas hoje que **o governo não pode**, não tem **recursos** para fazer, e em uma gestão compartilhada com outras **entidades a gente consegue realizar** alguma dessas atividades.

PPE2 Uma gestão compartilhada é uma **gestão participativa** né. Você trabalha com **as decisões de cada órgão, em cada situação**, para que você **chegue** ao **denominador comum**. [...]

Na sequência discursiva dos representantes do Poder Público das esferas federal e estadual sobre gestão compartilhada, destaca-se uma desresponsabilização dos órgãos públicos em busca da gestão pretendida. ‘Ao associar a ‘gestão participativa’, ‘projetos’, ‘governos’, ‘empresas’, em uma indicação de que ‘o governo não pode’ e ‘melhor para ambos’, os membros deste segmento evidenciam uma FD de tendência privatizante de vertente neoliberal.

PPM1- Para mim, gestão compartilhada é quando **todos** têm **vez e voz**, não só **no falar**, mas na **prática** também, e **tem que ter atuação**. A gestão compartilhada **não é só o planejamento, mas ação** também.

PPM2- Olha a gestão compartilhada para mim é aonde **todos** os envolvidos têm a **oportunidade** de estar **tomando decisões juntos** e **trabalhando juntos**. Eu acho que o compartilhamento, ele vem muito **mais** do que uma **simples Câmara técnica**, acho que tem que ser **várias pessoas** envolvidas, de vários elementos, de várias formações. [...]

Para os destaques dos integrantes do Poder Público que representam as municipalidades, os fragmentos selecionados demarcam um efeito de sentido do “**todos** e “**juntos**” evidenciando uma intenção de parceria e silenciamento das lutas locais em uma visão sociotécnica de gestão. Destacam-se o reconhecimento dado a gestão social pela importância dada a “**várias pessoas**” e “**todos**” em contraposição a “**mais do que uma simples câmara técnica**” para a compreensão do conceito de gestão compartilhada.

As características fundamentais do discurso da gestão compartilhada delimitam e se apresentam heterogêneas. O discurso do representante da SC TP5, mesmo pensando gestão como ação ‘de todos’ cria o efeito de sentido de inclusão, de pensamento sistêmico, para compor o Comitê. Se revela um enunciado que se aproxima da concepção do que seja gestão compartilhada propagada pela legislação, porém reconhece a necessidade de que exista uma dinâmica que permita que os atores integrem e ajustem suas práticas tendo como base uma lógica de negociação sociotécnica em substituição a uma concepção tecnocrática, visando ajustar os interesses e propostas nem sempre convergentes e articuladas para um objetivo comum. (JACOBI, 2009, 2010)

O compartilhamento da gestão também pode se revelar na prática a partir da capilaridade entre pares na divulgação de informações e na busca de sustentação representativa diante uma tomada de decisão.

Na proposta de apresentação do termo de referência para a elaboração do plano, foi aprovado por unanimidade que houvesse a “inclusão da metodologia da Agenda 21 referente às estratégias de participação popular na elaboração do Plano[...] e que constasse a inclusão de indicadores de monitoramento referentes à participação popular” (8ª ATA , 2006).

Esse enunciado que representa uma FD diversa à centralização, foi ignorada pelo Comitê que não apresentou uma proposta do monitoramento dessa capilaridade social aprovado em nenhum momento.

Foi objeto de destaque a questão financeira tanto para a participação da Sociedade Civil quanto na gestão pública pela cobrança. O tema de despesas de deslocamento é colocado como elemento impeditivo para efetivação da participação de instituições da Sociedade Civil e é destaque em discussões recorrentes em plenária,

Com a aprovação da SUDERSA como agência de Bacia para o Comitê do rio Tibagi, (5ª ATA, 2004), se esperou que assumisse as despesas institucionais. Em reunião posterior o COPATI cobrou da agência uma tomada de posição sobre financiamento para as reuniões do Comitê (7ª ATA 2004).

Em 2006, foi novamente informado “[...] que a Sociedade Civil teria dificuldades financeiras para o deslocamento, e que seria interessante a Agência dar uma ajuda, um auxílio deslocamento.” (9ª ATA , 2006)

Mesmo com a indicação da representante da SUDERHSA de que “este tipo de auxílio está previsto nos 7,5% da arrecadação da Agência, destinados ao custeio da Agência e Comitês.” (9ª. ATA, 2006), o custeio nunca foi disponibilizado ao setor.

Em 2011, o representante do Aguasparana informou que “foi aprovado pelo CERH uma verba pública na ordem de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) para licitação de uma empresa especializada para finalização do Plano de Bacia (18ª.ATA, 2011), indicando uma possibilidade financeira para as prioridades que o Estado se propôs, mas que não contemplavam a participação dos integrantes da Sociedade Civil em reunião do Comitê.

Percebe-se discursivamente uma subserviência do setor da Sociedade Civil, ao permitir que um direito de participação seja abordado pelo estado como “auxílio e ajuda”. Essas enunciações determinam uma FD de caráter hierárquico autoritário do Poder Público frente aos interesses de participação.

Na questão 13 foi indagado sobre haver divergência entre um posicionamento de sua entidade na representação e individualmente do representante. O segmento da SC ONGs se posicionou de forma dispersa quanto à inexistência de uma possibilidade de divergência, visto que a FD dominante não trabalha com a representação e sustentação temática advinda de pares do mesmo segmento.

SC ONG 1- Ah sim... É uma **pergunta bem difícil** essa, porque geralmente você participa do Comitê justamente porque **você já tem referências de pessoas** que você está representando, que então **eu não tô ali só para as**

questões da ONG, eu to ali como um cidadão né, como eu comecei a minha fala. É a participação do cidadão no Comitê que é um **organismo** que a gente consegue **atuar como cidadão**, mas se de vez em quando divergem as opiniões da minha entidade e da minha representação ali, provavelmente **ganha aquilo ali** que está sendo debatido ali né. [...]

SC ONG2- Dentro da minha entidade? Sim, como eu falei, a gente **discute e vê o que é melhor**, porque, vamos supor assim, existe uma questão geológica, né? Eu como veterinário não vou saber se isso está certo ou errado, mas os agrônomos vão poder dar um **posicionamento**, seja algo na questão de peixe, uma coisa assim. A minha questão é mais na fauna tipo mamífero e aves mesmo, mas quando vem **algo que foge** do meu **conhecimento**, a gente sempre **compartilha para ver**.

Percebe-se nestes trechos que as ONGs 1 e 2 posicionam-se diferentemente frente à questão de divergência entre o posicionamento do representante e da instituição. No primeiro caso há um reconhecimento da representação coletiva, ao passo que no segundo caso, não.

SC ES1- Bom, como **eu to representando a entidade**, o que acontece é que tem um grupo pequeno né, **a UTF é maior**, a UTF tem **um problema, entre aspas, não sei se é um problema, mas a UTF não é só de Londrina**. [...] na parte alta, **que são duas partes que o Tibagi tem**, então a gente tenta deixar mais ou menos equânime aí um pouco na parte alta, um pouco na parte baixa. A gente ta aqui na parte baixa, e a **UTF ta em todas as partes do Tibagi, essa que é a verdade**. [...]. Então de certa forma, **como eu to de representante, não em havido muita divergência**. [...], ultimamente **não tem havido muita divergência**.

SCES2- Minha entidade é uma **entidade de pesquisa**, é **difícil** ter uma **divergência frontal**, porque a **pesquisa ela caminha por si só**, então não existe um **posicionamento geral**, a **universidade pensa assim**, e **eu vou pensar diferente**, não creio, **é pesquisa, pesquisa é assim mesmo**.

Já nos recortes do Ensino Superior, nota-se que no primeiro há o reconhecimento da rede em que faz parte, mas não considera como prática; no segundo, a concepção de pesquisa limita-se ao conhecimento técnico-tecnológico que impede a “divergência frontal”.

SC TP1- Não. **Eu to representando uma entidade**, então eu tenho que levar o consenso, eu **não estou lá para dar a minha opinião**, eu to **representando alguém, um grupo**, né? Que **são várias empresas e etc, que compõe o COPATI**. Eu tenho que **defender como esse grupo entende** como foi **aprovado**, eu não fui lá pra dar minha opinião, então é isso que eu tenho que fazer.

SC TP2- Não, isso não. **Na verdade existe divergência entre a minha opinião e os demais do Comitê**. Isso tem, mas faz parte do colegiado, não é de pessoas que tem o mesmo pensamento. Democraticamente, **perdeu no voto**. [...].

SC TP3- Quando há um **retorno**, e isso estou há apenas dois meses, ainda não ocorreu, **sobre alguma proposta mais ampla**, mais **forte** ou de **maior impacto**, eu penso que **esperaria a volta por um determinado**

tempo, porque não poderia esperar a vida toda, sobre uma determinada demanda. Em não havendo, dentro daquilo que eu fui criado na instituição, e na área de recursos hídricos, eu representaria, com esse meu ponto de vista, porque com certeza, e eu sinto isso nas universidades, esse feedback para o representante pouco tem sido dado como assisti várias vezes, e até me culpo por isso, do professor Galdino ter solicitado uma resposta ou um pensamento de um determinado setor, e nós não devolvermos a ele material e fornecer ideias que ele pudesse representar em nome de um grupo maior. Então essa participação pequena, e pouco interessada da própria comunidade [...], e poucos estão retornando as demandas que estamos fazendo.

SC TP4- A minha entidade ela me deixa bastante tranquilo, porque na realidade a gente, nós temos gente da bacia do Iguaçu, gente na bacia do Tibagi, gente na bacia do Paranapanema, e a vertente é única, é muito voltada para a questão de cidadania[...]. A gente quer discutir as questões, mas dentro do parâmetro técnico, [...] assim, minha entidade me deixa muito a vontade para discutir essas questões, até porque eu sou, já tenho 16, 17 anos de atuação já, então a entidade sabe que a gente tem uma visão bastante clara em relação a isso, e ela tem uma visão bem uniforme de todos na bacia na mesma visão.[...].

SC TP5- Eu acho que se eu tivesse mais presente eu opinaria por muitas coisas ali dentro[...], fazendo um estudo, porque a gente sabe que não vai ficar só nisso, [...], e a gente sabe que isso também vai ter um envolvimento muito grande dentro das nossas comunidades indígenas. Então eu acho que deveria ser mais estudado, mais pensada e ter mais envolvimento com o nosso povo, porque isso queira ou não queira está na constituição, o artigo 210 mesmo fala ali que tudo que for fazer tem que ter, tem que ver com as pessoas interessadas, tem que ter o compromisso ali junto com eles. Não é simplesmente fazendo uma gestão, Comitê, simplesmente colocando as pessoas ali dentro, e as pessoas não participam, porque eu não participo, não porque eu não queira, eu queria estar presente em todos, [...]

Quanto aos Usuários, também não indicam apresentar divergências da representação e das instituições.

UI- [...] ah, não vou ter divergência com o que a Klabin pensa, é muito difícil, até hoje eu não tive. [...]

UDR- Como, vamos dizer assim, como um bom representante da entidade, eu devo seguir a opinião da entidade.

UH- Bom, de alguma forma estou lá representando a empresa que me indicou, então, antes de levar qualquer posicionamento para o Comitê, a gente troca ideias internas. Seja por esse grupo informal que eu te falei, ou seja, pela sanção hierárquica da empresa. [...]. Então é mais ou menos assim que funciona, mas isso depende muito de mim. Como te falei, não existe um procedimento para isso.

UAU- Pela minha entidade, e ela minha formação acadêmica, [...], buscando conciliar o interesse da minha instituição com o interesse público. Então é sempre isso. E por a Sanepar ser uma empresa que é pública, então acaba que o interesse dela sempre vai convergir para o interesse público. [...]. É eles que consomem, então uma água de qualidade para eles é bom para nós e é bom para eles também. Então, a minha, o meu posicionamento, é sempre valorizar e dar prioridade ao bem público.

O setor de Usuários de abastecimento urbano expressa que o 'interesse público' deve ser o fundamento em caso de divergência, mas afirma que 'por a Sanepar ser uma empresa pública' acaba demarcando o limite do interesse da prioridade na solução de um possível conflito. Ao afirmar que a empresa preza pelo bem público e água de qualidade, utiliza de enunciado de que o que 'é bom para nós é bom para eles também' gerado por um efeito de evidência dos sentidos de ser o detentor dessa mensuração. Esse é um efeito de sentido que demarca ideologicamente que o "eles e o nós" estabelece uma diferenciação clara de que a empresa pública não é uma empresa de todos, e que corresponde a uma empresa nos moldes neoliberais. O representante do segmento da Indústria e da hidroeletricidade se posiciona como titular da representação sem considerar a representação coletiva que exerce, tendo como signatário da atividade de representação, os compromissos com a chefia.

Neste sentido, o posicionamento burocrático alicerçado na função de comando e controle centrado no Estado, foi se evidenciando nos dizeres. Também está presente o discurso do modelo econômico-financeiro, em que a gestão tecnocrata se utiliza de formatos técnicos para justificar as estratégias necessárias. Ferramentas de gestão do modelo sistêmico, descentralizada, baseadas no modelo de gestão de inclusão de outras formas de integração, foram menos propostas nos discursos. Também uma presença significativa do modelo regulatório de participação em que há uma representação de um grupo de mandatários e, portanto, uma maior dificuldade de compreensão dessa amplitude, a compreensão do retorno à comunidade como um todo.

Os sujeitos são inscritos em discursos, a partir de visões de participação e de representação que exercem, seguindo a ideologia que os compõem (FIORIN, 1990), ou seja, nas FDs nas quais se inscrevem e na FI que os constituem. Ao se desvelar nos discursos sobre a representação da Sociedade Civil, na gestão compartilhada do Comitê do Tibagi, encontra-se o sentido que move o conceito e a ideologia que lhe dá sustentação neste contexto sócio histórico, ligado ao modelo de desenvolvimento nas bases de uma política neoliberal.

O Poder Público também tem a seguinte posição sobre divergências de suas representações.

PPF- Não, não teve nada enquanto em relação a isso. Acho que também **pela questão de não estar participando efetivamente** não chega nesse ponto, não houve esse ponto.

PPE1- Não, não tem. **Eu sou um funcionário de carreira da secretaria de agricultura, e as posições tomadas ali dentro são as posições da secretaria de agricultura.** Nós viemos aí trabalhando com conservação de solo, com pró-solo, com micro bacia, com o plante-se o futuro, **então coisas que estão interligadas aos interesses do consórcio.**

PPE2- Na realidade eu tô representando uma entidade. Nesse ponto acho que a **gente tem que verificar as melhores situações e indicações, principalmente técnicas, do órgão. Então a gente tem um conhecimento** sobre isso para ser encaminhado. Ali não é a Ângela particular que está defendendo qualquer situação, e sim a Ângela funcionária representante de uma categoria, que é o **segmento do Águas, para representá-los.** Então essa é a minha posição no Comitê. Essa é a minha realidade lá.

PPM1- Não tive divergência até então. Não sei no futuro, mas meu posicionamento diante da minha entidade é profissional, **e sempre tive apoio dos meus superiores na representação.** [...] Dentro do Comitê houve divergências, mas dentro da entidade houve total apoio.

PPM2- **Eu particularmente acho que as decisões tem que ser tomadas tecnicamente.** Então independente se **hoje eu estou em um cargo político,** mas **por trás existe um técnico e contra fatos não há argumentos.** Então se for para tomar uma decisão técnica, com certeza o técnico vai ficar acima de qualquer outra decisão. É nisso que eu me embaso não apenas aqui no Comitê, mas em toda a área de atuação. **Sempre prevalece a parte técnica para um bem coletivo.**

Nessas demarcações do Poder Público, o discurso que predomina é o da valorização da técnica e a participação do indivíduo social não é valorizado como a técnica.

Pelo que se constatou nos recortes e suas análises nenhum segmento traz o indivíduo com um sentimento de pertencimento efetivo às discussões aqui propostas. Gohn (2011), Stassen, (1999) indicam que os indivíduos para participarem necessitam desenvolver interações frequentes entre os pares e perceber que os indivíduos tenham valor. A FD presente na prática social dentro do Comitê, não se inscreve em mecanismos de integração social que permitam aos indivíduos, enquanto sujeito do e no discurso, estabelecer a representação com sentimento de laços sociais e identidade tão importantes para as políticas sociais e da gestão da água.

3.5 O COMITÊ COMO ESPAÇO PARA DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A diretriz ligada ao fundamento VI, que trata da gestão descentralizada, Lei 9433/97 (BRASIL, 1997) se realiza através de práticas dentro do Comitê. Como

instrumentos práticos de gestão estão a realização do plano de bacia, o enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga dos direitos de uso, a implantação e efetivação da cobrança pelo uso da água, a compensação a municípios e os sistemas de informação. Estes instrumentos tendem a efetivar a política de recursos hídricos para que o Comitê de bacia possa ter condições plenas de exercer essa função. (CAMPOS, 2003). Porém essas atribuições se constroem a partir de uma crescente legitimidade social e política da gestão participativa. (ABERS; JORGE, 2005)

A legitimidade social se dá no movimento de retorno e retroalimentação dos representantes com os representados, alcançando a sociedade como um todo.

A deliberação n.5 (2006b) de 4 de outubro de 2006, no artigo 5 explicita como regra a necessidade dos integrantes participarem sua representação com os representados. Indica que:

Art. 4º - Na última assembleia ordinária de cada ano, os **vários setores representativos**, que compõe os segmentos do Comitê, **deverão relatar seus trabalhos junto aos seus representados**, durante o ano, em razão das atividades **realizadas no e pelo Comitê**, tendo em vista que **estão representando seu setor e não a sua instituição**;

Este artigo vem corroborar com a indagação feita para a atual gestão sobre uma prática descentralizadora, mesmo que seja identificada ou contraidentificada, quando se pergunta na questão 12 sobre como compartilham as decisões e as consultas do Comitê com seus representados (se essa forma é suficiente ou fariam de outra forma).

O funcionamento discursivo sobre o compartilhamento das decisões expressa pela não socialização das informações e para uma participação comunicativa que não ultrapasse a formalidade da instituição e seu grupo diretivo. As respostas encaminham para uma presença da representação na visão da Sociedade Civil, como terceiro setor, ligada ao grupo diretivo e grupos de interesse como pode ser observado logo abaixo pelas marcas em negrito.

SC ONG1- Olha, **eu faço bem o ritual mesmo**. Eu acredito que poderia ser muito melhor. O Comitê já existe em termos de transparência eu acredito que **até tenha no site das águas lá do, Aguasparaná**, ele tem um link ali falando do Comitê de bacia, mas ali não ta toda discussão que existe lá dentro. **Deveria talvez ter um mecanismo diferente pra mostrar** o que o **Comitê** faz. Hoje o que **eu faço** é, eu participo das reuniões, dos debates e tal, e **tento trazer o que foi debatido** e trago também geralmente a ata na

qual eu gosto de fazer uma releitura com o **pessoal que eu represento, com os meus representados**, pra gente ver se faltou alguma coisa né, se alguma parte da discussão em que a gente até opinou e fez uma agenda positiva, que seja cumprida. **Então é esse é minha função de interlocutor como representante**, é mais ou menos isso, pegar os **assuntos** que estão sendo discutido **lá** dentro e **trazer** para dentro de uma das **discussões internas aqui da nossa organização**.

SC ONG2- Não entendi. **Como assim? Eu vou ter a pauta e levar para a minha entidade**. Isso? Ta... Hoje o nosso instituto é formado por agrônomos, veterinários, biólogos, advogados, então nós sempre temos reuniões mensais ou quando necessárias, e a gente discute certos assuntos. E dentro desses assuntos **a gente conversa sobre o que nos foi proposto e geralmente nós chegamos a um consenso**. Eu não decido sozinho, a não ser que seja um questão de ordem do dia que previamente não teve como discutir, aí eu vou fazer meu voto e justificar para a **minha equipe** por que, porque é **eu que represento eles**, então... mas mais ou menos a gente sabe o pensamento né.

Há um equívoco sobre os enunciados de compartilhamento e publicização dos informativos dos atos do Comitê e compartilhamento de informações sobre assuntos para suporte e divulgação na/da tomada de decisão. Nos enunciados destacados, decisões de representação são tomadas a partir de interações mínimas com o grupo interno da instituição. Há uma identificação com a formação empresária ou política da gestão do terceiro setor. Não há uma percepção da correlação com a sociedade em geral ou com outras instituições nessa representação, como também se revela nos excertos abaixo.

SC ES1- Então, foi o que eu tava comentando contigo, **a gente formou um grupo aqui**, não tem só eu, tem **eu e mais dois professores** hoje, da parte ambiental, e aí a **gente tenta compartilhar ao máximo com eles**, e **tentou já fazer grupo de estudos com os alunos**, da bacia do Tibagi, [...], então **a gente tentou montar um grupo de pesquisa**, mas agora deu uma parada, porque tem alguns problemas aí[...], a **gente ta com uma briga muito grande com o governo** porque existe aí uma divergência no orçamento quanto a onde vai esse orçamento da cobrança. [...]

SC ES2- É difícil porque eu ainda não experimentei. [...]. **Do modo convencional**, você faz uma reunião, quer dizer, **sempre tem uma motivação, nunca vão fazer reunião em cima do nada, sempre tem**, vamos dizer assim, nem que seja **um problema**, e essa **questão é trazida**, e a **questão trazida**, ela é compartilhada e **discutida por todos**. [...]

Também para os integrantes das Instituições de ensino superior, o sentido atribuído ao compartilhamento, confere à percepção de vínculos de participação que limita a prática social ficando adstrita a poucas unidades da sua instituição.

Já na Sociedade Civil, segmentos técnicos profissionais, tem-se os seguintes recortes:

SC TP1- Olha, eu acho que **por nós não termos recursos financeiros**, então isso **limita a participação** de muitos **membros**, principalmente da **Sociedade Civil organizada, como as ONGs**, por exemplo. **Elas não têm dinheiro. A FUNAI, os índios, eles não tem dinheiro, não tem recursos, então eles não participam.** Assim, a gente fez agora, **eu aprovei, eu encaminhei** a questão da **cobrança da água**, isso foi feito, porém quando o **Richa limpou os fundos**, todos os fundos do Paraná, do meio ambiente, hídrico, infância e adolescência, e etc, os que compõem os que nós temos no governo do Paraná, que ele limpou, **eu bloqueei** a cobrança, porque o **Richa tomou a nossa grana** e **eu acho** uma tremenda sacanagem o **governo** por a mão em um **dinheiro** que não lhe **pertence**, que era para o **fortalecimento do sistema** de gestão de recursos hídricos no Paraná, e ele **pegar esse dinheiro** para usar para **fazer política**, então **nós paralisamos**, não iniciamos a cobrança, enquanto esse decreto for vigente, tá?

SCTP2- Eu **trago as informações para a entidade**, para a associação, sabe. E se precisar de algum apoio a **gente pede para os colegas da diretoria. Eu acho suficiente**, porque no meu entendimento **é isso, para participar do Comitê você não precisa ser especialista, mas tem que ter boa vontade**, se não acho difícil arrumar só especialistas, **ficaria também um Comitê meio, muito** em uma linha só de **ver a situação**, e o **meio ambiente** é uma coisa que você tem **que ter tudo** que é **tipo de participação** e não **apenas especialista**.

Nestes dois recortes, inicialmente, nota-se a dissonância discursiva entre os representantes da Sociedade Civil. Enquanto o primeiro preocupa-se com a questão política que envolve os assuntos do Comitê, o segundo enfoca a questão de decisão e gestão, centrada na participação não só de especialista.

Nestes dois excertos, nota-se que há uma crítica, por parte dos representantes, ao funcionamento da gestão. Contudo, o primeiro critica a falta de retorno do suporte dos pares para tomada de decisão; já, o segundo, a essencialidade do suporte técnico-tecnológico para tomadas de decisão e atribui isso à opacidade do entendimento do que seja holístico por domínio total da bacia.

A hierarquização também se revela em especial destaque ao representante da instituição da Sociedade Civil TP3, em que o dizer é permeado de 'já ditos' de referências do representante da SC TP1 e sua representação. O representante se refere à instituição que possui assento como titular, mas da sua instituição profissional em que se percebe com representação em suplência, desconhecendo sua real indicação para ocupação das vagas dentro do Comitê e da representatividade efetiva pretendida.

SCTP3 Eu penso que essa forma é uma **forma de trazer aos interessados a informação do que está ocorrendo**. Por exemplo, **eu não tenho experiência em Comitês, mas tenho visto o Galdino**, que tem muito mais

experiência, enviar **nessas comunidades**, essas informações, **nas listas** de docentes, nas **listas** de funcionários, nas **listas** da comunidade UEL, né. Mas de outra parte eu sinto que essa **comunidade**, seja ela **envolvida diretamente ou não** com o assunto águas, e recursos hídricos, **pouco tem se interessado em saber e em manifestar a sua participação**.

O representante da SC TP4 se refere a ‘concepção holística’ e ‘visão do todo’ mas em outros momentos apresenta uma contradição com ‘nós não temos o controle’ ‘nós não temos estudos técnicos para saber o impacto do que aconteceu ate agora’, ver toda a extensão. A falta técnica se apresenta como o limitador ‘não saber onde se está hoje’ e o impedimento para os planejamentos futuros ‘não sabemos onde que a gente pode chegar’ em um pensamento linear.

SC TP4 Eu acho que **o Comitê**, nós temos alguns erros bastante graves. A gente **não sabe onde ta** para saber **onde quer ir**, então eu vejo bastante **guetos discutindo** alguma coisa **sem** ter a **visão holística** da **bacia** como **um todo** e seus impactos, [...] Então eu vejo muita **discussão localizada** de algumas **coisas que na realidade a gente não tem o controle**, [...] **nós não temos estudo** técnico para saber qual o impacto que aconteceu até agora. [...]. Então **sao coisas que a gente não tem dados, e eu vejo que a gente fica muito em gueto** [...], a **gente precisa trabalhar ela com uma visão holística**. Então eu acho que a gente entra muito em discussão dentro **da bacia numa visão acadêmica**, [...]. Se nós não soubermos onde **a gente ta hoje, nós não sabemos onde que a gente pode chegar**.

Dando continuidade aos excertos da Sociedade Civil, tem-se um particular enunciado que se desidentifica com as FD dominante que se apresenta em forma de censura do dizer, visto que é impedindo ao acesso pelo desrespeito a particularidade de sua representação.

SCTP5- Então, eu participei **de uma reunião** aqui em Londrina, **não pude participar** de mais reuniões porque tem vez que a **agenda deles não condiz com a nossa agenda**, entendeu? Porque **eles marca** uma agenda, coloca uma data, e até as vezes **sem procurar saber** como que ta **os outros que fazem parte do Comitê**, estão, se estão livre nas datas, e **nunca deu certo**, porque você ta vendo, eu **tenho bastante compromisso** dentro do conselho e dentro da comunidade também, porque eu **sou professor, acadêmico, sou liderança, trabalho também com associação de moradores, né, então é muita coisa**.

O espaço para comunidade indígena local está prejudicado como se expressa na fala da liderança local SC TP5. Indica que ao marcarem as reuniões, a organização do Comitê não leva em conta os interesses e disponibilidades dos componentes e por conta disso as ‘agendas (Comitê) não condizem com a nossa agenda (Conselho indigenista)’ impedindo a possibilidade do dizer, que não deixa de

ser uma forma de censura não só pelo impedimento, mas pela possibilidade da circulação do dizer ou do dizer outro.

Os segmentos de Usuários sobre essa questão da capitalização do conteúdo/acesso a informação para tomada de decisão, se expressaram em uma discursividade que gera o efeito de sentido da não capilaridade das outras instituições do segmento no espaço da bacia, mas como a distribuição de informação dos atos do Comitê no espaço das suas instituições corporativas representadas:

UI- Então, hoje quando eu vou a reunião do Comitê, ou quando eu recebo alguma informação, eu pego essa informação, **faço a digestão** dela primeiro, **e levo pra gerência corporativa de meio ambiente da Klabin**, levo pra gerência mostrando o que que são as necessidades, **se tiver alguma necessidade nossa**, [...] eu **trago a informação, divulgo ela internamente**, [...] **passo para a gerência da Klabin**, a gente tem o aval, e **dai é enviado para o Comitê**.

UDR- Nas reuniões do SINDUSCOM. Ai eu acho que é tudo uma questão de **grau de importância da decisão**, ver **a quem afeta as decisões** que [...] e que de repente **pode ser até mesmo a comunidade né**, então a minha intenção é levar a quem tem interesse em saber o que ta acontecendo **e a quem as decisões vão afetar, tanto pro bem quanto pro mal**. Certo?

UAq- Nós fazemos reuniões sempre que o Comitê **emite uma circular, portaria**, que pode interferir na qualidade da água, ou **pode interferir nos procedimentos internos da associação**. Eu pego o documento aprovado pelo Comitê, e **passo para o presidente que convoca uma reunião**, e eu faço uma **explicação** do que é a **novidade** [...]

Tendo em vista que a pergunta se refere ao como se compartilham as decisões e as consultas do Comitê com seus representados, nota-se que as respostas dos entrevistados da indústria e dos aquicultores se identificam com uma FD corporativista mais ligada a hierarquização do que com a descentralização.

No caso dos Usuários com características de Poder Público, como água esgoto e hidroeletricidade, há uma identificação ao modelo burocrático, como é possível recortar dos enunciados transcritos.

UAU- É, eu faço, **eu reporto as decisões do Comitê para a nossa, para a Sanepar, para a diretoria** da Sanepar, [...], que tem especialistas na área para me subsidiar com informações, se as decisões são **as mais adequadas para harmonização da bacia como um todo. Dos interesses da Sanepar e dos interesses da comunidade como um todo**. Então nós temos uma equipe técnica que nos **subsidiar** com informações para que a gente **possa tomar a decisão**, votar nos assuntos que forem levados para a decisão do, em sessão plenária, para que eu possa representar bem as decisões que **a Sanepar, como uma empresa pública, ela precisa para que mantenha a operação**, e mantenha a condição de que a população

possa se desenvolver, ou cidade se desenvolva, sem criar impactos com a **utilização do recurso hídrico**.

UH- Bom, nós temos algumas pessoas dentro da COPEL que atuam nessa área de Comitês, que cuidam da parte principalmente de hidrologia de qualidade da água, são de meio ambiente, hidrologia, né, e eu aqui no caso do consórcio cruzeiro do sul. **A gente tem um grupo que participa do alto Tibagi, do alto Iguaçu, e de outros Comitês também, né. E de vez em quando a gente conversa e troca ideias.** Isso está acontecendo lá do Tibagi ta assim, ta, tal fase, mas é uma, é um processo meio que informal aqui dentro e que depende muito das pessoas que estão participando de cada Comitê desse. [...].

O sentimento de corporação, nestes Usuários finais, está sensível nessa categoria representativa. A FD dominante está ligada integralmente a satisfazer o grupo corporativo e a representação está vinculada a satisfazer esse interesse. Embora nas sequências discursivas destes entrevistados apareça a expressão “todo” este está sem especificá-lo, o que neutraliza o entendimento sistêmico.

A mesma pergunta foi realizada ao segmento do Poder Público.

PPF- Então, essa é a questão, **a gente não está participando efetivamente por vários motivos**, a questão as vezes é tempo, as demandas as vezes bate os agendamentos conflitantes com outros agendamentos nossos, e os que são fora de Londrina é **praticamente impossível de participar por uma questão de logística**, a gente não tem carro disponível, combustível, disponível para poder participar. **As questões da gente poder participar um pouco mais, porque como a FUNAI tem as questões indígenas que estão a volta do Tibagi**, a gente tem essa preocupação com a questão da água como um todo, tem desde a questão da usina de Mauá, a Klabin, **que envolve diretamente a comunidade indígena**. A questão da usina mesmo impacta diretamente [...] E na questão mais de meio ambiente e pessoal mesmo, sem ser servidor público, o individuo que também esta preocupado com a questão da água.

Destacando o excerto acima, mesmo com a obrigatoriedade formal da participação, a não-presença compromete a efetividade da representação de um órgão que comporta demanda significativa apontada pelo próprio entrevistado.

Quanto ao Poder Público temos que:

PPE1- É. nós **trocamos via email informações do que é discutido e do que é de interesse**, porque também a gente não tem o poder de decisão da secretaria, **quem tem o poder é o secretario**, então qualquer decisão que caiba, a **gente tem que levar ao conhecimento dele para se posicionar**.

PPE2- Na questão do Poder Público, **eu acredito que ele tem condições de se comunicar. Todas as informações** que você tem **com relação ao Comitê, o ‘Águas’, como ele é o gestor, ele certa forma tem esse conhecimento de tudo que acontece**, [...]

Nos excertos acima, observa-se que o compartilhamento se restringe ao grupo e marca uma hierarquia.

PPM1 Eu compartilho repassando **para os meus superiores as decisões do Comitê**. Não acho que é suficiente, acho que por estar representando **o Poder Público, nós deveríamos criar uma forma de passar para a comunidade as decisões, porque somos Poder Público**. No meu ponto de vista, a comunidade tinha que estar mais a par do que está acontecendo no Comitê.

PPM2 Olha, na verdade, eu representando Carambeí, **respondo para os meus colegas do Conselho de Meio Ambiente** aqui de Carambeí. Então quando a gente participa de alguma reunião, **eu sempre trago para a reunião mensal**, com o pessoal do Conselho ambiente, e a **gente tenta tomar todas as decisões, ou os requerimentos, alguma coisa que a gente vai levar para o pessoal lá, junto com eles**. Então é mais tentar passar realmente o que tá acontecendo lá para o pessoal daqui, pois são **eles que vão ser os multiplicadores**, que são de todas as áreas, industrial, empresarial, sociedade, então é nesse sentido.

O sentimento de hierarquia e burocratização está impregnado diante da divulgação das atividades junto aos superiores hierárquicos. O processo de comunicação dos atos do Comitê e mobilização dos representados para participar do processo decisório, está sendo restringida à consulta na tomada de decisão, o que difere de descentralização, em âmbito amplo.

A Agência Nacional de Águas indica dois momentos de prática social para comunicação dentro do Comitê. Um onde prevalece a mobilização para a participação mais voltada ao processo eleitoral, como na criação, instalação e renovação de membros, e outro no processo de comunicação de atividades que abrangem atividades de catalogar, organizar, divulgar e registrar as memórias do Comitê. Adverte que essas atribuições não são de exclusividade da secretaria executiva e que há um processo contínuo de divulgação de ações em que todos estão convidados “a se envolverem e a se comprometerem com o processo de gestão de águas, difundindo informações sobre as ocorrências e os avanços obtidos, os eventos programados e a importância de se cuidar da bacia”. (AGÊNCIA, 2011, p.39).

Foi indagado, na questão 14, sobre como se compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade. Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Essa questão permite a análise da representação extra Comitê no processo de descentralização.

Os representantes da Sociedade Civil, ao se manifestarem tiveram discursividades heterogêneas que demarcaram essa gestão no modelo gerencial e regulatório, voltada para o grupo que está representando e não da participação direta popular na escolha do mandatário e no processo de tomada de decisão.

SC ONG1- É uma falha essa, eu acho, eu mesmo participando dali eu acredito que o **meu objetivo** de estar ali antes até mesmo de levar posições de quem eu represento, [...] eu tô lá como cidadão e **a transmissão do que acontece lá para os demais que não só os meus representados é uma coisa que eu tenho falhado** provavelmente desde que a ONG surgiu e está dentro do Comitê. Porque é **muito complicado** né, [...], **mesmo que eu não consiga transmitir o que foi ali debatido, transmitir para a sociedade** que não seja também só que eu represento, é **uma grande falha e eu acredito que isso não aconteça na maioria dos Comitês, dos conselhos, que eu participo são assim**, eu participo pela causa mesmo. Eu acho que **a falha** estaria em eu não consegui reportar isso **para mais níveis da sociedade**.

SCONG2- Ta, eu não sei se é essa a **resposta**, mas eu vou responder do jeito **que eu penso**. Quando vem uma questão para **ser discutida dentro do Comitê**, indiferente se é da bacia do Tibagi ou não, a gente **deixa um pouco a emoção e o coração de lado**, nós nos pautamos **sempre pela técnica**. Na minha opinião, quando você vai para o lado **técnico**, **difícilmente você está errado**. [...]. Então sempre procuramos o lado **mais técnico, que tem estudo, que tem provas ou que tem posicionamento comprovado por materiais, métodos**, enfim. **O** que eu penso é que **difícilmente você vai ser condenado por alguma coisa se o teste, de repente o livro está de baixo do teu braço. A técnica, o modo, é o modo certo, correto**. Então muitas vezes, **a gente tem essa característica**, tentamos **agir mais desse lado do que com a emoção**. [...], **não sei se é correta essa informação, se já mudou ou não, mas é a informação que eu tenho**. [...], então **a gente observa muito essa questão técnica. Então o posicionamento nosso é em torno disso**.

Espera-se das ONGs um canal de aproximação com a comunidade. Embora digam que neste sentido estejam falhando, agem apenas em contraidentificação discursiva da FD dominante não se apresentando como uma alternativa para que esta representação se efetive adequadamente.

SC ES1- Com a **comunidade** a gente tem uma certa **dificuldade de transmitir as decisões** do Comitê ou algumas decisões e a **serem tomadas** pelo Comitê, pois como a gente tá dentro da universidade, **não tem um canal direto com a sociedade** né, o **único canal** que a gente teria seria pelo **site do próprio Comitê**. De certa forma, a gente tem uma **dificuldade** de, entre, que já existe normalmente, entre a sociedade e a comunidade, né? Que seria mais a parte de extensão, por exemplo, **a gente não tem esse canal tão fácil assim**.

SC ES2- Bom, a comunidade é a comunidade da bacia, e eu penso na **comunidade como um todo. Não sou eu que vou divulgar**, mas já tem **órgãos, inclusive dentro do Comitê de bacia, que tem essa área**, que é

a **divulgação**. Eu acho que a divulgação é o **melhor método para divulgar o nosso trabalho**, porque muitas vezes a gente faz o trabalho de pesquisa, um trabalho geral e ninguém sabe que foi feito, então a **divulgação é fundamental**.

Com relação à representação do Ensino Superior, identifica-se como o segmento enuncia um “conformismo” com o distanciamento entre IES e a sociedade, justificando que o “canal não é tão fácil assim”.

O dizer de que a comunicação está adstrita às transmissões das informações para a um pequeno grupo, permeia muitas das representações da Sociedade Civil. A utilização de mídias digitais tem substituído as formas tradicionais, mas essas mídias - ferramentas cibernéticas - não se mostraram efetivas no alcance de agilizar o processo de discussão ou de ampliar o alcance e a velocidade da comunicação com os representados ou com a comunidade se comparado com os meios tradicionais de comunicação e mobilização.

Continuando com a mesma pergunta, destaca-se o segmento técnico profissional.

SC TP1- Não. Faria **completamente diferente**, né. Eu acho que o **nosso grande gargalo hoje se chama agência de bacia**, na mão do Instituto das Águas. Nós temos que **mudar a lei e passar isso para a Sociedade Civil**, pois **seria** muito mais dinâmico, e **sem a interferência política o governo, porque cada governo** que entra, **o instituto das águas tinha determinada postura da época** do Requião, hoje tem outra, amanhã vai ter outra, e depois vai ter outra, então não existe uma linearidade nisso aí, de acordo com a política do secretário do meio ambiente, isso vai e volta. E isso **não pode** acontecer na **gestão de recursos hídricos**.

Neste excerto, há uma preocupação do representante em desvincular a função de sua representação do campo político no sentido de partidarismos, já que qualquer decisão e participação já é um ato político.

SC TP2- Na verdade o que a gente faz é, **a comunidade nossa e a entidade de classe**. É ali que transmite, **não para a comunidade geral**. A gente não tem esse alcance, sabe. Por isso que a gente **representa só essa entidade civil desse público, da associação de classe**.

SC TP3- Essa comunidade, quando eu represento, **que é a universidade no caso**, eu também não tive ainda essa chance, mas em havendo uma demanda neste sentido, eu colocaria **como o professor Galdino tem feito**, na rede, na comunidade UEL, nos grupos, modernamente agora temos o Whatsapp, [...], **processo que o professor Galdino vinha fazendo mas reclama de não ter tido feedback dessa comunidade no que tange a uma determinada discussão**[...].

SC TP4- Eu acho que primeiro, eu volto sempre a dizer, **não adianta** você levar uma **discussão para a sociedade se você não sabe o que você**

tem para discutir, nós não temos hoje o tamanho para discutir, todo o rio para saber o que a gente tem que discutir. [...], eu não posso começar a discutir com a sociedade, para ter uma visão ampla, pra trabalhar isso no projeto inteiro. [...] o projeto água boa de Itaipu é essa visão que eu to te falando, eles levantaram as necessidades, e aí foram envolver a comunidade. Mas se eu não envolver a comunidade não tem solução. O rio não é meu, não é seu, é de todo mundo, mas a **sociedade precisa comprar o rio**, precisa saber que o rio é dela, mas ela tem que ter essa necessidade, tem que levar isso e **colocar de uma maneira bastante clara.** [...] Se **não for assim nós** vamos ficar no Comitê discutindo algumas regras pra **levar pra sociedade** e depois ficar na questão de **brigando, brigando, brigando, que não é o caminho, não é a solução**, e outra, é um manancial para nós extremamente importante. [...]

No recorte SCTP 3 e 4, há uma dissonância de posicionamentos dos representantes. No primeiro, a reclamação da falta de *feedback* de outras áreas para sustentar a tomada de posição e, o segundo, sem a noção clara do papel de representação e compartilhamento.

SC TP5- Eu acho que já atinge. Atinge porque esse **Comitê ta formado já faz tempo**, eu acompanho muitas vezes pela internet, nos e-mails, **e eu acho que já ta sendo prejudicado, desde o momento que não tem participação de todos os membros, já ta sendo prejudicado, as comunidades né?**

O representante da SC P5 indica que sem as informações a comunidade está prejudicada ‘desde o momento que não tem participação de todos os membros’ mesmo que haja disponibilidade de informações eletrônicas ou sites. O léxico atingir no discurso deste representante instaura um sentido diverso na FD, não como ‘alcance de algo’ mas como ‘interferir negativamente’. Dito de outra maneira, que a representatividade se dá pela presença nas reuniões de seus integrantes e a não participação efetiva em colaboração, assim como o encaminhamento de demandas próprias de sua representação, tem prejudicado a comunidade que representa.

A Agência Nacional de Águas também indica que o Comitê, ao planejar suas atividades, preveja processo de comunicação e as ações de mobilização de forma permanente e sistemática, para que o Comitê esteja sempre com vínculo com a bacia. Indica que as ações de comunicação e mobilização devem estar articuladas para melhor divulgação da agenda, buscando a disseminação do caráter público das atividades do Comitê, estabelecendo um processo permanente de interação com a sociedade e desempenhando um papel importante sobre os avanços na gestão da água. (AGÊNCIA, 2011).

No entanto, o processo de interação do Comitê da bacia do Tibagi com a sociedade e o estímulo à participação social na gestão das águas, não cabe somente à secretaria-executiva. “Essa interação deve ser garantida, em grande parte, pelos próprios membros do Comitê, que servem de interlocutores com seus respectivos representados” (AGÊNCIA, 2011, p.39-40). A Agência indica também que “quanto mais as suas posições representem a vontade dos que os elegeram, maior será a força, a legitimidade e o reconhecimento daquele colegiado para influenciar no gerenciamento dos recursos hídricos.” (AGÊNCIA, 2011, p.40). Neste enunciado da agência, propõe-se que o representante faça jus ao representado. No entanto, deflagra-se uma negação do compartilhar, além dos pares.

O que se encontra nas discursividades é a não interação entre representantes e representados comprometendo a legitimidade técnica e política da participação social.

A participação efetiva da população e capacidade de comunicação e mobilização social em uma bacia conferem valores técnicos e políticos que contribuem ao aperfeiçoamento e à legitimidade das decisões colegiadas, propiciando soluções mais maduras às questões debatidas pelo Comitê. (AGÊNCIA, 2011, p.40)

Assim, tem-se que diante da não convalidação da participação efetiva do representante da Sociedade Civil, há um isolamento diante das questões apresentadas e a gestão da água passa ser uma gestão individualizada na capacitação do representante.

Também sobre a função de partilhamento na gestão, com as comunidades usuárias, se encontra comprometida atribuindo o compromisso para a o órgão público local, produzindo um efeito de sentido de que essa função não está sob responsabilidade da indústria.

UI- Não, a gente não faz isso com a comunidade. Não faço quem faz isso com a comunidade é o **peçoal da prefeitura** de Telêmaco que também ta representado dentro do Comitê. **Eles fazem esse vínculo com a comunidade**, a gente na fabrica com a **comunidade externa**, não faz. Algumas decisões, algumas informações que a gente consegue trazer **pro público interno** a gente até traz, mas fora isso não tem, levar esse tipo de informação para a comunidade não leva.

Já Usuário da Associação de aquicultores, usou a temática do enquadramento para enunciar como procedeu a um embate ao tema destacando a

personalização das ações para explicitar o modelo de partilhamento que pratica entre os pares..

UAq- Não, **não faria diferente** porque nesse aspecto eu tenho um exemplo muito grande, que foi justamente a disputa pelo reenquadramento da classe do Rio Tibagi. **Eu fui** um dos coordenadores, porque **quando eu tomei** ciência de que os órgãos, os coordenadores do Comitê, junto com Sanepar e junto com o Instituto das Águas queria mexer no enquadramento da classe do Rio Tibagi, tirando do que estava e colocando para classe 4, **eu me insurji e não admiti** porque eu estava **representando a Associação dos Aquicultores**[...]

Os representantes dos Usuários no segmento da drenagem e da Hidroeletricidade indicam nos seus enunciados, coisas que se repetem em movimento parafrásico sobre o compartilhamento com a sociedade de assuntos do Comitê, se referir a atribuição de outro segmento.

UDR Bom, veja novamente **a gente tem que recorrer ao setor organizado da sociedade**. Eu tenho, vamos dizer assim, uma facilidade [...] **de circular, me informar, participar** de reuniões nas associações comerciais.[...] **tenho** facilidade de circular em **associações de bairro, mas aí já não é o caso**, porque o objetivo principal é a questão dos ocupantes da bacia como todo[...]

UH- Na verdade **eu não tenho atuado** muito nessa **divulgação** com a **comunidade. Isso deve acontecer por outros segmentos**, eu acredito que sim, mas **eu particularmente não tenho atuado nisso**. [...].

O Usuário do Abastecimento urbano, novamente enuncia que a comunicação com a comunidade se limita as suas atribuições institucionais e a informação do público interno da empresa. Também associa o compartilhamento de informações com a comunidade através da possibilidade de repasse de informações que julga importantes para os integrantes dos poderes públicos municipais.

UAU [...] Eu tenho a oportunidade de **conversar com duas unidades que estão sobre a minha, sob meu comando**, que é aqui em Ponta Grossa e Telêmaco Borba, então tenho acesso aos gerentes e aos coordenadores dessa área, e aos nossos empregos, **que são mais de 300, quase 400 empregados** que a gente pode disseminar as informações sobre isso. Isso internamente. Aí com **os prefeitos e vereadores** que nós temos um contato sempre com eles, eu também **posso conversar com eles e tirar dúvidas e orientá-los** sobre o que nós decidimos no Comitê, o que é bom o que não é para o desenvolvimento da nossa região.

Quanto ao Poder Público temos que o representante do setor público federal, que tem forte ligação com as comunidades indígenas, indica que a divulgação na sociedade e na comunidade indígena é importante, mas que a para isso necessita

ter a participação em um efeito de sentido de que não partilha as informações, mesmo reconhecendo a importância.

PPF Ah, eu acredito **que havendo a participação** um pouco mais efetiva, a questão da **informação**, principalmente no nosso caso, voltados as **comunidades indígenas**. [...], a gente divulgar o que é debatido ali. Porque são assuntos interessantes, e a gente **precisa ter mais informação, participar mais efetivamente**, o que eu acho que pega mais é a nossa ausência, de ter condição de participar um pouco mais.

O Poder Público estadual trata do envolvimento com a comunidade de forma a se referir a “cliente, assistidos”. Ao apontar o equívoco de chamar o ‘Comitê’ de ‘Consórcio’, apresenta que no seu dizer há algo que se mantém estabilizado. Reconhece-se o efeito de sentido da separação de interesses dos grupos gestores dos recursos hídricos e a comunidade.

PPE1 A secretaria da agricultura em si não transmite as decisões do consorcio para a **população, na verdade** nós usamos isso junto aos nossos **clientes**, junto aos nossos **assistidos** né, do pessoal que a gente tem um interacionamento com eles

O outro representante do estado, Aguasparaná, que também tem função de agência de bacia, reconhece o não envolvimento com a comunidade. Utiliza em paráfrase ‘compartilhamento/transmissão’, para ‘divulgação/comunicação’, deixando evidente o efeito de sentido hierarquizado e burocrático da instituição.

PPE2 Não, eu **acredito que ele não atinge o número que deveria**. A **divulgação** do Comitê ainda bem restrita. Primeiro eu acho que deveria ser mais ampla, uma **comunicação** maior. [...] eu acho que ele fica devendo. A parte do Comitê. Como secretaria executiva, que eu te falei né, a gente tenta buscar da melhor forma, que as pessoas se integrem a essa situação do Comitê. Então às vezes tem audiência pública, ou as vezes tem reunião, e a gente faz a **divulgação**. [...]

Quanto ao interesse local da municipalidade, temos que se ‘tem tentado’ a transferência de informação ao público local em um efeito de sentido de não efetividade.

PPM2- [...] eu tento passar tudo para o nosso conselho de meio ambiente. [...]. A gente **tem tentado** trabalhar ajustamento nesse público, [...]. Então a gente tem que começar, [...]. Então tudo que a gente **tem tentado** fazer **é tentar** abordar esse público. É esse público que está mais distante, às vezes até **mesmo das informações**.

A prestação de contas e troca de informação com a comunidade ou a seus pares, são condições para a construção de uma política descentralizada.

A enunciação da representação dos integrantes do Comitê de Tibagi gera um efeito de concentração do poder não democratizante. A gestão em que a ideologia capitalista liberal impera, atribui o lugar de fala da Sociedade Civil como sendo um espaço apartado do Estado e da economia. Se espera das associações, uma profissionalização, como uma terceira via de atuação tecnicista sem o compromisso de controle pela sociedade. No Comitê os representantes das associações – ONG, e dos demais segmentos associativistas, enunciam em processo contraditório por exercer atribuições de gestão que mais se identificam do que se contraidentificam ao modelo liberal de gerir interesses coletivos.

No caso da desidentificação dos enunciados do representante do conselho indigenista, representa uma polissemia que rompe com a formatação do dizer estabilizado do lugar e atribuições da Sociedade Civil dentro do processo descentralizado, como sujeitos da resistência..

No Comitê do Tibagi assim como em experiências empíricas de Abers e Jorge (2005) não é só a dificuldade do controle social dos participantes, mas de uma ‘captura’ que os representantes do governo exercem sobre os integrantes da Sociedade Civil que a descentralização possa estar comprometida.

Também em outros modelos de gestão, como o praticado no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, “a ação política é marcada pela hegemonia da ala governamental, com forte presença do setor técnico do Estado e da mesa diretora do Conselho” (SOUZA, 2004, p.102). O autor citado conclui que essa hegemonia gera baixos índices de debates sobre políticas públicas e a centralização decisória na mesa diretora, centralizada na ala governamental, gera decisões burocráticas e não ações democráticas participativas. (SOUZA, 2004).

Tonella (2004) ao se referir à ampliação dos conselhos gestores e conselhos de orçamento participativo²⁶, aponta para as particularidades da efetivação da participação como democratização e da dificuldade de descentralização das políticas sociais pelos gestores públicos. Indica que “é preciso ter claro que, [...] a participação do segmento governamental e do segmento da Sociedade Civil ocorrem de forma diferenciada” (TONELLA, 2004, p.216.). Isso se dá, entre alguns motivos, porque os representantes do órgão público, quando em atribuições nos conselhos,

²⁶ O trabalho analisou os conselhos gestores instalados em municípios de médio e pequeno porte da região metropolitana de Maringá/Paraná.

se apresentam como em mais uma atribuição institucional com todas facilidades que essa posição representa. Já as entidades da Sociedade Civil se apresentam como voluntárias sem estrutura física de suporte à participação. (TONELLA, 2004)

O Comitê de bacia é um espaço de descentralização das políticas públicas da água. Assim a efetividade da participação e descentralização neste espaço democrático se faz importante.

Ao serem questionados sobre o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua, perguntando se tem permitido que as decisões sejam descentralizadas, se antes o modelo de gestão era melhor (questão 15), enunciaram em paráfrases que constituíam o seu dizer, uma FD de uma estabilização do dizer do modelo autoritário, jurídico, burocrático em resistência à descentralização.

SC ONG1- É ou é outra coisa que é complicado [...] tanto por parte do órgão público, geralmente quem comanda as ações, quem chama as discussões, [...], existe sim uma, não seria um benefício, mas existe por parte dos órgãos públicos domínio ali, das situações, dos controles [...], mas a voz ativa das pessoas, dos cidadãos, das representações que não são do órgão público, ficam no plano vamos dizer assim, de segundo plano. tá lá os órgãos públicos e quem principalmente utilizando o recurso água, que é a Sanepar, é a Copel, entende? Eles tem ali uma, vamos dizer, ele centraliza. [...]. Então eu acho que eles devam, talvez, deixar ser mais compartilhada nesse sentido, [...] Quando me queixei da questão de como a gente pode aumentar sua transparência, é justamente as pessoas ou os organismos públicos, as organizações públicas, é que centralizam todo o conhecimento ali inclusive podendo fazer mudanças de acordo com o mérito que eles julgam, enquanto nós como participantes, a gente tem que participar de uma votação para que talvez uma pauta Nossa, colocada, vire de fato uma pauta de Comitê e depois seja abrangida por esses, por essas entidades públicas, mas que essa não é descentralizada, é centralizado com certeza nas figuras.

[...] não teve grandes mudanças do início da participação da nossa ONG até hoje. é a mesma coisa de sempre, não tem melhorado em questão de Transparência, não melhora em termos de descentralização das informações, e dos que tá sendo debatido, às vezes até com imposições praticadas. Eu falo isso porque participei ano passado não como como titular, mas participar das discussões no caso do enquadramento dos rios, e aquilo lá, se aquilo ali não mostra que é Centralizado a coisa, não sei o que seria, que é mais visível né, porque por exemplo uma mudança no enquadramento dos rios, como que é possível fazer essa mudança através de um Comitê sem observar audiências públicas, entendeu? [...], então quando eles propuseram a discussão para esse enquadramento dos rios, já ficou claro que ele que o órgão público gostaria de mudar para receber vantagem [...]

A enunciação do representante da ONG1, com atuação há mais tempo no Comitê, não só declara sobre a evidente centralização do Poder Público, como indica na prática da atualização do enquadramento a força da “imposição” como

paráfrase para ‘autoritarismo’ e hierarquia do Poder Público frente aos interesses da sociedade. Essa percepção da participação popular como número para a existência formal do Comitê se apresenta quando declara que pautas advindas da sociedade em audiências públicas não tem receptividade. O enunciado do representante da SC se apresenta em uma contraidentificação da FD dominante pois reconhece que o conceito de gestão descentralizada se encontra movido no pré-contruído sobre gestão dos recursos hídricos em que o interesse público deve sobressair, mesmo eu não estabeleça uma correlação na sociedade, mas se sintonizem com os interesses dos Usuários públicos.

SC ONG2- Não sei como que era antes. Como que era antes? Não sei. Ah não, **antes da existência de um Comitê, penso eu que vinha de cima para baixo, engulam e pronto.** Penso eu que **seria dessa forma.** Com o Comitê, [...], **vai ter alguém que vai proteger as pessoas** que vão ser desabrigadas, alguém que vai **proteger os índios**, entendeu? Então isso faz com que a decisão, acredito eu, seja mais correta. A partir do momento em que sai um **laudo**, não vou dizer laudo, mas **um documento do Comitê** da bacia do Tibagi, esse documento **tem poder.** [...] enfim, é aquela questão, né, **você ponderar o que é certo o que é errado, o que é viável e o que não é viável.**

Nas ponderações da ONG2, diante da enunciação exposta, reconhece o modelo de gestão como autoritário e centralizado quando indica que “vem de cima” ‘engulam e pronto’. Essa FD é identificada ao modelo quando o indicado da Instituição enuncia que tem a autoridade de ponderar o que é ‘certo ou errado’ ou viável e não viável’ nas decisões se colocando em posição de autoridade. Reconhece-se a contradição na filiação do declarado ao mesmo efeito de sentido do Poder Público no modelo de gestão da água autoritário, jurídico e hierarquizado.

Quanto aos representantes da Sociedade Civil advindos das Instituições de Ensino, observa-se uma percepção sobre a utilidade da descentralização, com identificação com a prática efetiva da desconcentração do comando e controle.

SCES1 Não sei como que era antes, só que agora o **modelo de gestão** é muito **diversificado**. Então você tem entidades de pesquisa, Usuário, é... indústrias, tem tudo. Então a **gestão da bacia não é pensada somente do ponto de vista do Usuário**, [...]. **A descentralização é importante** porque as vezes tem um setor, quer dizer, por exemplo, aqui na nascente do Tibagi, ela é muito mais industrial do que aqui na jusante, então se for focar sempre **numa região**, [...], então a **descentralização é importante**, se era isso que você queria saber.

A percepção espacial da bacia e sua complexidade regional perante a extensão da bacia gera o efeito de sentido de ‘descentralizar’ com mais proximidade

de ‘compartilhamento’ e ‘cooperação’ ligada ao clientelismo do Poder Público na busca da eficiência da gestão a níveis locais.

SCES2 No Tibagi você tem um **histórico grande** aí né, [...] deu muita discussão foi **a classificação dos rios**, e o que a gente viu foi a plenária, a sala de reunião tava cheio de gente, que não era representante do Comitê, mas era da sociedade. Então tinha promotor, tinha população em geral, ONGs, tinha representantes municipais, tinha **representantes** de empresas **que não era representantes oficiais do Comitê**. De certa forma achei que foi bem **democrático**, e o Galdino, de certa forma, ele abriu pra, **não precisaria né, por resolução do Comitê**, mas ele **abriu a palavra** para **praticamente todos** que estavam na sala e **queriam comentar** alguma coisa da decisão de classificação dos rios. Então achei que foi bem democrático.

Nos enunciados do segundo representante da Sociedade Civil do Ensino Superior, há um posicionamento relacionando ‘democracia’ ao fato do presidente ‘a abrir a palavra’ para sociedade local ‘comentar’ sobre uma decisão que afetaria a bacia como um todo, a readequação do enquadramento dos corpos d’água da bacia do rio Tibagi.

A identificação com o modelo de gestão autoritária se faz presente baseado no discurso jurídico e hierárquico. Na descentralização se reconhece a delegação de poderes decisórios a sujeitos locais, (ABERS; JORGE, 2005, AGRAWAL; RIBOT, 2000), não apenas para ‘comentar’ , mas em efetivo processo de intervenção democrática nas decisões. O enquadramento referido será trado no item seguinte, e abrir espaço para falas da sociedade, não se constituiu em uma ação de descentralização ou de democratização como comentado mais adiante.

No segmento técnico profissional há também essa relação entre a democracia com a publicização de atos. “Ao falar do reenquadramento, reconhece-se a força do Poder Público e correlaciona os vocábulos “brigar’, ‘bater o pé’ com ação de descentralização. Reconhecer a função da autoridade da presidência do Comitê em FD autoritária e desconcentrada de poder se posiciona em contraidentificação com a ocupação do segmento públicos camuflados de Usuários com poder de comando e controle.

SCTP1 Não, antes **praticamente não existia, era mais centralizado**. Eu acho que **democratizou** e algumas barreiras foram quebradas, por exemplo, nós somos o **único Comitê**, o **único Comitê** do estado do Paraná, talvez do Brasil, **que eliminamos** a classe 4 dos rios[...] é o único Comitê que fez isso, e isso **foi uma briga imensa** que **nós tivemos**, não sei se você acompanhou ou não, mas nós **batemos o pé**, fizemos audiência pública, e o **Instituto das Águas saiu corrido** de Ponta Grossa,

então **eles não tiveram força**, [...] Porque não tá na mão do governo. Se você pegar todos os outros Comitês do Paraná, todos eles e a presidência, **ta na mão** ou da **SANEPAR**, ou da **COPEL**, ou de **algum representante do governo**, que tá fazendo exatamente a política da SANEPAR [...], porque a **SANEPAR e a COPEL tinham o desejo de controle desse troço muito grande**, e quando eu comecei a participar que eu comecei a entender a **força que o Comitê** tem. [...] isso aqui tem um **poder desgraçado** isso aqui né. Infelizmente hoje, assim, o Comitê **é muito do que o presidente quer**. **Eu fiz** uma política completamente **descentralizada**, mas se você quiser **descentralizar o teu conchavo com o governo** e deixar tudo como tá, é **muito fácil** isso, **porque a plenária não tem esclarecimento** do que é bom e do que não é bom, eles não entendem o **que é um Comitê**. Esse negócio de **não entender** um Comitê, as **atribuições** que ele tem, a **força** que ele tem, [...], eu, como eu participei bastante, **eu aprovo o que eu quiser lá no Comitê**. Porque as pessoas me ouvem, porque **elas não tem consciência**. Eu tenho consciência disso, mas eu não faço isso, que eu acho **anti democrático**, então **as pessoas**, você vai encontrar uma ou outra pessoa de ONG que abre a boca, o resto **não abre a boca**. Por exemplo, os **prefeitos** são completamente alienados do Comitê, [...], então **não estão nem aí**, o que eles querem é **grana** para **política**. Infelizmente é isso que acontece. Eles estão fora, eu tenho certeza que se começar a **cobrança**, [...]. Então esse tipo de representatividade é, falta muito ainda para a pessoa entender **o que é a gestão de bacia**.

Também no segmento o enunciador acima se diz contraidentificado com práticas anti-democráticas, mas mesmo assim se identifica com práticas autoritárias de gestão quando aponta que ‘eu aprovo o que eu quiser’ e que o Comitê ‘não está nem aí’. Ao reconhecer que a ‘cobrança’ vai despertar o interesse de gestão na bacia pelas municipalidades, o representante entrevistado, na sua condição de produção do seu dizer como ex presidente, sustenta uma filiação a FD baseada em ideologia capitalista.

SCTP2- Na verdade é o seguinte, a bacia do Rio Tibagi, no meu modo de ver, ele ainda **não deslanchou**. Está engatinhando e há muito tempo pelo desinteresse político, de repente, **interesse de algumas estatais** também e não evolui. Então gestão praticamente não teve, do Comitê, fora essa questão de **você trabalhar um plano de bacia**, mas **isso não caracteriza gestão de bacia** ainda. Contrataram uma **empresa** para fazer o **plano**, **meio mal** saiu, mas ainda **não teve gestão**, esse plano **não foi a campo** ainda, então...

No excerto acima, o efeito de sentido relaciona a descentralização com a gestão efetiva. Ao indicar que a contratação de uma empresa, a COBRAPE, para construir uma das ferramentas de gestão, reconhece a dominância de um dizer que constitui uma FD autoritária e centralizada.

SCTP3 Eu não posso dizer isso porque não conheço o modelo de gestão anterior. Eu estou assistindo e começando a vivenciar o modelo atual. [...] os **embates que ali ocorreram** e como se desenvolveram [...]. Recentemente tive o acesso, descobri como funciona a gestão atual, e já

tive alguns **embates** já de princípio por discordar deste **distanciamento** com as **instituições universitárias** [...]

O representante técnico profissional da Sociedade Civil, no fragmento anterior, associou a descentralização a (não) participação do seu segmento. Ao usar a palavra ‘embates’ em relação a gestão compartilhada, produz uma formulação diferente para produzir o mesmo dizer sedimentado de não descentralização.

SCTP4 Eu acho que é um **amadurecimento da gente**, nós estamos **aprendendo** a trabalhar, na realidade a gente tá **aprendendo a amadurecer** com o processo, tudo é uma questão, **eu não gosto de decisão descentralizada porque** eu acho que a gente **olha a bacia segmentada**, [...] então tem que ser **uma decisão conjunta**, e acho que a gente tá amadurecendo isso. Então a gente tem **muita divergência e divisões** ainda lá dentro, as vezes de não entender o outro, e **trabalhar a parte segmentada e olhar só para aquilo quando a gente devia olhar o todo**. Então isso que eu acho, mas ela **nunca deve ser descentralizada**, ela **deve ser uniforme**, mas tem que ser com a **política total da bacia**, a **visão holística** dela, se não nós não vamos avançar.

Muito significativo a fragmento de enunciado sobre descentralização. Ao declarar que “não gosta de decisão descentraliza’ e ‘nunca devia ser descentralizada’, atribui e efeito de sentido diverso de gestão onde a localidade possa controlar os processos decisórios. Ao relacionar a descentralização com a visão ‘holística’ parte do equívoco do conceito em que ‘uniformidade’ carrega uma memória de ‘não fragmentação da gestão’ e a uma ‘política total da bacia’. Assim se faz presente a resistência à descentralização da gestão dos recursos hídricos, demonstrada nos equívocos produzidos.

No excerto produzido pelo segmento da Sociedade Civil, Conselho indigenista, se revela uma desidentificação com o processo de gestão descentralizada possível no Comitê. Ao repetir que não tem ‘muito’ ‘o que dizer’ produz uma sentido que se repete em paráfrase que se mantém nas memórias anteriores de ‘não’ reconhecimento do modo de ‘gestão’.

SCTP5- Ah, **eu não tenho** o que falar **muito** sobre isso porque **eu não tenho acompanhado** muito esse jeito, essa **gestão**, então **não tenho muito o que falar...**

Os representantes dos Usuários têm visão heterogênea do processo de descentralização, isto é, há um sentido que desliza dependendo em qual FD se inscreve. O representante da Indústria declara que ‘entende o Comitê como centralizado’ em paráfrase a um efeito de concentração de informações. A FD de

concentração/desconcentração de poder de decisão e acesso a informação, é o que é considerado enquanto melhora no processo de gestão.

UI- Antes... mas daí eu não sei [...] o Comitê **deve ter melhorado, afinal essa é a função do Comitê.** [...] eu acho que ele **vem melhorando.** Tudo que acompanhei até a gestão dele tiveram **várias evoluções o Comitê. Eu não entendo o Comitê como uma descentralização de informações. Eu entendo ele diferente, né, ele ta ali, eu entendo ele como se ele estivesse centralizando.** Eu não sei se meu entendimento ta errado, mas **eu entendo ele como uma centralização,** ou seja, você tem vários setores, vários tipos de representante, todo mundo olhando para uma bacia hidrográfica né, e acho que ali **ele centraliza a informação, não descentraliza,** não entendi.

UAq- Antes do modelo de bacia por bacia hidrográfica. **Não tinha gestão.** [...] Houve, no primeiro momento, há 8 anos atrás acredito, 2002 ou mais, nós estamos em 2017, acredito que 2008 ou 2010, que a sociedade junto com todos os representantes começaram a entender o que era. Há 6 anos atrás, em 2011, **quando eu fui** convidado para participar da primeira vez como representante, é que **nós** tínhamos que nos definir lá dentro. Nós éramos todos indivíduos estranhos, cada um com a sua própria natureza, então, **foram convidados do estado representantes** do Instituto das águas, do IAP, **dos índios, MST,** esses eram **convidados do estado.** Das **organizações sociais,** Associação dos Engenheiros, CREA, Associação dos Engenheiros Agrônomos, e da Sociedade Civil organizada, as Associações de produtores, de sindicatos, então... [...] cada um defendia com **muita intransigência** outro setor, e nós **não estávamos ali para defender o setor,** [...] mas, **a água e a bacia.** [...] a própria eleição foi um rompimento das amarras, pois ele representava a Universidade e não o **setor mandatário, Copel, Sanepar, IAP, Instituto das Águas,** [...] houve avanços significativos e inclusive a própria **defesa intransigente do enquadramento do Rio Tibagi.** Permitiu que eu fizesse articulação aqui no alto Tibagi, com apoio das entidades organizadas. **Eu levei, e nós com muito trabalho e defesa sistemática,** conseguimos manter a qualidade do Rio Tibagi na classe 2.

O lugar da fala do representante dos Aquicultores é de representação de Usuários no segmento agropecuário. Declara que o modo de gestão tem uma correlação com o 'setor mandatário' nominando 'COPEL, SANEPAR, IAP e Instituto das águas', reconhecendo a centralização do poder. Quando se apropria de enunciações como a 'defesa intransigente', correlaciona com a 'defesa do setor' e a particularidades desse comportamento para a gestão de bacia. Ao se apropriar de expressões como "muito trabalho" e "defesa sistemática" para tema do enquadramento, se posiciona como aquele que deve defender o segmento. Ao enunciar que 'nós estamos ali para defender o Rio, a água e a bacia', se expressa muito mais próximo de um processo de barganha na política revelado pelo efeito de sentido do enunciado de que os representados estariam todos ligados ao poder centralizado, já que os representantes 'foram/eram convidados do Estado'.

UDR- Eu não conheço o modelo de gestão anterior, e como estou no começo do mandato, eu não sei se este modelo que vai ser implantado, **eu julgo que tem um modelo implantado**, e é o que eu espero **que eu possa ser um representante da sociedade lá para que as pessoas tomem as decisões mais acertadas né**, sendo que se **mais acertado é aquele de não prejudicar determinados setores**, [...].

No segmento de Usuários e drenagem FD de centralização, hierarquização e autoritarismo se repetem. Ao ser questionado sobre gestão e descentralização, enuncia que se pretende um representante um auxiliar das pessoas para que ‘tomem decisões mais acertadas’. ‘Acertar’ representa em paráfrase, ‘não prejudicar determinado setor’. Essa posição sujeito confirma o processo de significação dominante.

Os representantes dos Usuários de água e abastecimento e hidroeletricidade têm discursos que sustentam a discursividade centralizada de poder.

UAU Eu não consigo emitir um parecer absoluto aqui, eu estou começando agora no Comitê. **Eu vejo que a participação é muito boa do Comitê**, de experiências de outros Comitês. Eu vejo que infelizmente o Paraná se perdeu na sua política de recurso hídrico, e a gente ficou muitos anos sem ter um andamento adequado. Eu tive a visita de um Comitê de bacia de Minas Gerais, **que os Usuários têm um trabalho muito mais, os Usuários não, os membros do Comitê**, exercem na sua efetividade o dever do Comitê de bacia, de analisar e verificar. **Hoje** o Comitê de bacia, ele **não está funcionando**, [...] Dirimir as discussões, ou diminuir as discussões, pacificar para que o uso do recurso hídrico seja da melhor forma.. [...] eu vejo que o Comitê do Tibagi é, **ele está, é, com uma participação muito boa, uma discussão bastante intensa** dentro dele sobre os temas, com visões bastante críticas de todas as áreas, eu entendo que ele está fazendo um bom caminho, né, nós precisamos **avançar** mais, porque nós ainda não definimos é, os encaminhamentos **sobre a tarifa, a cobrança do uso da água**, [...], e pudéssemos **efetivar o plano da Bacia** e começar as ações que hoje nós só conhecemos de ouvir falar. Então a gente precisa entrar agora na **prática do Comitê**, para que ele trabalhe realmente a sua, na sua plenitude da sua função de **discutir, olha, o uso aqui está correto**, não está, **não ficar apenas olhando o viés político** da coisa, mas entrar efetivamente no que precisa ser feito sobre as bacias e a nossa bacia do Tibagi especificamente.

UH- Eu acredito que seja **um bom modelo de gestão**. Que **permite a participação dos vários segmentos que lá estão representados**. Eu tenho algumas dúvidas, não sei se está nas perguntas subsequentes, mas eu tenho muitas dúvidas a respeito da **implantação dos planos de gestão**. Que aí depende de, vai depender de recurso financeiro, recurso, de dinheiro, que vem das instituições que não necessariamente estão alinhadas com as **propostas que são construídas no Comitê diretor**. Eu vejo que existe **um desalinhamento e certa dificuldade de alinhar o Comitê** e as ações que acontecem dentro do Comitê **com as diretrizes do estado**. O Comitê, por ser uma **participação democrática** e no nível de pessoas que são técnicas nas **instituições, é difícil** [...] Então eu acredito que existe muito uma dificuldade de obter apoio dessas instituições mais tarde quando for colocar o plano em prática, em execução.

Em relação aos excertos enunciados pelos dois representantes Usuários ligados ao Poder Público, como SANEPAR E COPEL, há uma identificação com o modelo de gestão praticado em um FD em que o capitalismo se inscreve. Para esses segmentos, o instrumento de gestão 'Plano de bacia', em que o enquadramento está contido, tem uma distinta significação visto que os mesmos colaboram na construção de outra ferramenta de gestão, que é a cobrança. A posição sujeito Poder Público-Usuário produz enunciados em que se declara que necessita 'efetivar o plano de bacia' em postura técnico-prática alinhada aos interesses da gestão centralizada. A dizer que o modelo deve ter um 'alinhamento' com as 'proposta construídas no Comitê diretor', os enunciadores se constituem assujeitados a uma ideologia dominante e são afetados no seu dizer por um discurso hierarquizado e centralizador.

O Poder Público produz discurso heterogêneo. O representante do segmento, Poder Público federal- FUNAI tem desidentificação com os interesses da gestão não se reconhecendo nesse processo. Os representantes estaduais e municipais tem algo há dizer que, por paráfrases, que constituem uma memória que se inscreve em FDs burocráticas centralizadoras.

PPF- Não sei dizer porque faz pouco tempo que eu estou, então não sei dizer.

PPE1- Olha, eu acho que o que acontece, a nível de Comitê, é que **falta** muito a **participação da Sociedade Civil**. Os **órgãos governamentais** até **participam, por imposição** ou por **alguma outra questão**, os órgãos estaduais participam, os municipais, o pessoal da iniciativa privada, fora que está muito alheio a isso aí.[...]. Se é uma coisa que mexe pontualmente com ele, ele vai, se não ele não participa, fica bem alheio. **Na verdade** toda **decisão** é colocada **em votação**, então é por isso que eu coloco, **se tiver um peso governamental, essas decisões podem ser direcionadas**, então por isso que eu acho importante a participação de outros órgãos, **se for só estatal, o governo te direciona para onde ele quer**.

O primeiro representante estadual reconhece a força hierárquica burocrática e centralizadora do Estado. Indica que a gestão descentralizadora não acontece pois quando for 'só estatal, o governo te direciona para onde ele quer'. Atribui a isso a uma não participação dos demais segmentos em que o Estado como esfera autônoma, necessitaria se harmonizar com os outros segmentos reconhecendo que 'se tiver um peso governamental, essas decisões podem ser direcionadas' produzindo um dizer que se inscreve numa FD baseada no modelo neoliberal.

PPE2- Antes não havia esse modelo de gestão, que o Comitê, ele com essa parte de **integrar cada segmento**, eu acho que facilita, embora seja ainda **bem restrito**, ele abre mais campo, entendeu? Ele dá uma abertura maior para participação. **Na outra forma** não havia nem como ser representado, por que não havia representatividade, **a legislação não dava essa permissão**. Então a partir da legislação dos planos, e do que vem estudando, se vem se ampliando o conhecimento de participação, tá **melhorando bastante do que era**. Eu acredito que é melhor. **Eu trabalho com o Comitê da melhor forma do que se aplicava antigamente**, que eu não sei de que forma antigamente isso era aplicado pra fazer esse trabalho com o instituto das águas, ou qualidade e quantidade da água, como esse trabalho era feito **com relação à sociedade, acho que nem existia**. Acho que com o Comitê acho que é melhor, tá sendo melhor difundido, vamos dizer assim, melhor orientado.

O representante do Estado, Aguasparaná, possui cadeira no Comitê e exerce a secretaria executiva enquanto agência de águas, se posiciona contraditoriamente ao dizer que ‘antes não havia gestão’ mas que está trabalhando com o Comitê ‘da melhor forma do que se aplicava antigamente’. Ao não reconhecer um modo de gestão anterior, não se pode ter um parâmetro para afirmar de que ‘tá sendo melhor’. A melhora reconhecida é discursivamente formada pelo implícito de que a simples instalação política e existência formal do Comitê e suas reuniões, constituem gestão descentralizada.

Os representantes dos municípios também enunciam em dizeres segmentados quanto a função do Poder Público e a descentralização.

PM1- Eu não conheci o modelo de gestão anterior, então não posso avaliar, mas acho que **pode ser muito melhorado**. As discussões são boas dentro do Comitê, porém eu acho que **está faltando muita prática**. Ainda se percebe que há alguns **domínios dentro do Comitê e influências políticas**, o que, do meu ponto de vista, **não é nem um pouco favorável**.

PM2- Olha eu particularmente **não participei de outras** reuniões anteriores. Participei de apenas de três reuniões agora dessa mudança, mas eu percebo muito que o pessoal, eles falam muito em Tibagi. Quando eles falam no Rio Tibagi, **representa o Rio Tibagi por si só, não estão falando** do município, do Rio São Paulo **aqui do município**, do Alagado. [...] É fato que o rio Tibagi abastece muito aquela região, e eu percebi muito isso, que é dado **muita ênfase naquela região de Londrina**, e as vezes é deixado um pouco de lado essa região do alto [...] não só visualizar todas as grandes indústrias que estão instaladas ao longo do rio, mas **todo o contexto**. [...] só acompanhava **o que era passado** pra gente através da secretaria.

A descentralização, para o Poder Público municipal tem uma identificação da ‘influência política’ no Comitê e com a delimitação da espacialidade. Ao enunciar que assuntos da bacia têm dado ênfase ao Rio Tibagi e para a Unidade de gestão do baixo Tibagi, o órgão colegiado não estaria descentralizado, pois não contemplaria

os 53 municípios que fazem parte da bacia. Neste sentido, o léxico descentralizado desliza para outro sentido dado.

Apenas a instalação do Comitê não indica que o mesmo esteja funcionando. Reunir o Comitê de forma esporádica conforme as pautas do interesse público, não pode ser uma identificação automática de funcionamento. A descentralização é um processo, que “ a literatura [...] considera que se trata de um processo linear (de cima para baixo),no qual os governos centrais ‘devolvem’ poderes aos níveis locais” (ABERS; JORGE, 2005, p.6)

A não identificação enunciativa, de que a esfera de decisão se efetiva por bacia hidrográfica de forma descentralizada, contribui para que a representação de variados segmentos não efetive a representatividade. A identificação da maioria dos integrantes dos segmentos da Sociedade Civil com o dizer de centralização, mesmo que em contraidentificação, se somam a outros segmentos que se identificam a uma FD onde se inscrevem discursos da gestão centralizada, hierarquizada, burocrática, jurídico e autoritária, sustentados por uma ideologia neoliberal.

O lugar que os sujeitos ocupam no discurso está ligado à condição de produção do seu dizer. A partir do perfil identificado pelo público pesquisado, o fato de formarem um grupo onde a maioria é do sexo masculino, de idade próxima aos 50 anos, com escolaridade de ensino superior e com pouca experiência em representação, pode interferir na produção de Formação discursiva e ideológica com efeito de sentido para gestão tripartite compartilhada, descentralizada não compatível com a proposta declarada na legislação e propagada para o sistema de gestão dos Recursos Hídricos.

A participação dos integrantes no Comitê, a partir dessa perspectiva, não favorece a efetividade de representação e leva a uma discursividade e atuação práticas sem representatividade.

A seguir se analisa um momento em que, em uma oportunidade temática, se propôs a efetivação da participação descentralizada. Pode-se analisar o efeito de sentido da gestão que se propõem, tripartite descentralizada e compartilhada diante a discussão da ferramenta de gestão presente no plano de bacia, que é o enquadramento dos corpos d'água.

CAPITULO IV- A PARTICIPAÇÃO E A DESCENTRALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO COMITÊ DE BACIA DO RIO TIBAGI

Este capítulo se propõe a apresentar os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos dos sujeitos que se revela na língua. Dito de outra maneira passa-se a revelar a história do Comitê de bacia do rio Tibagi, que está presente na língua, pelo delineamento das formações discursivas e a relação com a ideologia de suporte. Neste percurso analítico, se busca a apreciação das formações discursivas e ideológicas presentes nos sujeitos enunciadoreis diante da prática de descentralização e participação.

4.1 AS IMPLICAÇÕES DA DISCURSIVIDADE NO COMITÊ DA BACIA COM RELAÇÃO AO ENQUADRAMENTO DO RIO TIBAGI.

A diretriz ligada ao fundamento VI, que trata da gestão descentralizada Lei 9433/97 (BRASIL, 1997), se instrumentaliza e encontra possibilidade prática de realização dentro do Comitê, por meio dos instrumentos de gestão, ou seja, a elaboração do plano da bacia, a existência de um enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga dos direitos de uso, a cobrança pelo uso da água, a compensação a municípios e os sistemas de informação. Estes instrumentos tendem a efetivar a política de recursos hídricos quando o Comitê de bacia passa ter condições plenas de exercer essa função. (CAMPOS, 2003).

Neste item, são discutidas e analisadas as atas e os documentos referentes ao enquadramento na perspectiva discursiva que vem sendo proposta na tese.

Na análise dos estudos discursivos visando pensar o sentido, dimensionando no tempo e no espaço as práticas do homem, tendo a língua como um objeto sócio histórico (ORLANDI, 2012), foi historicizado no dizer dentro do Comitê do Tibagi e demarcado a relação da linguagem com a exterioridade dos acontecimentos.

Foi significativo a identificação do efeito de sentido daquilo que se silenciou no texto das atas e das notas técnicas e o que se apresentou no discurso pelas formações discursivas (FDs) e o posicionamento ideológico que as sustentaram.

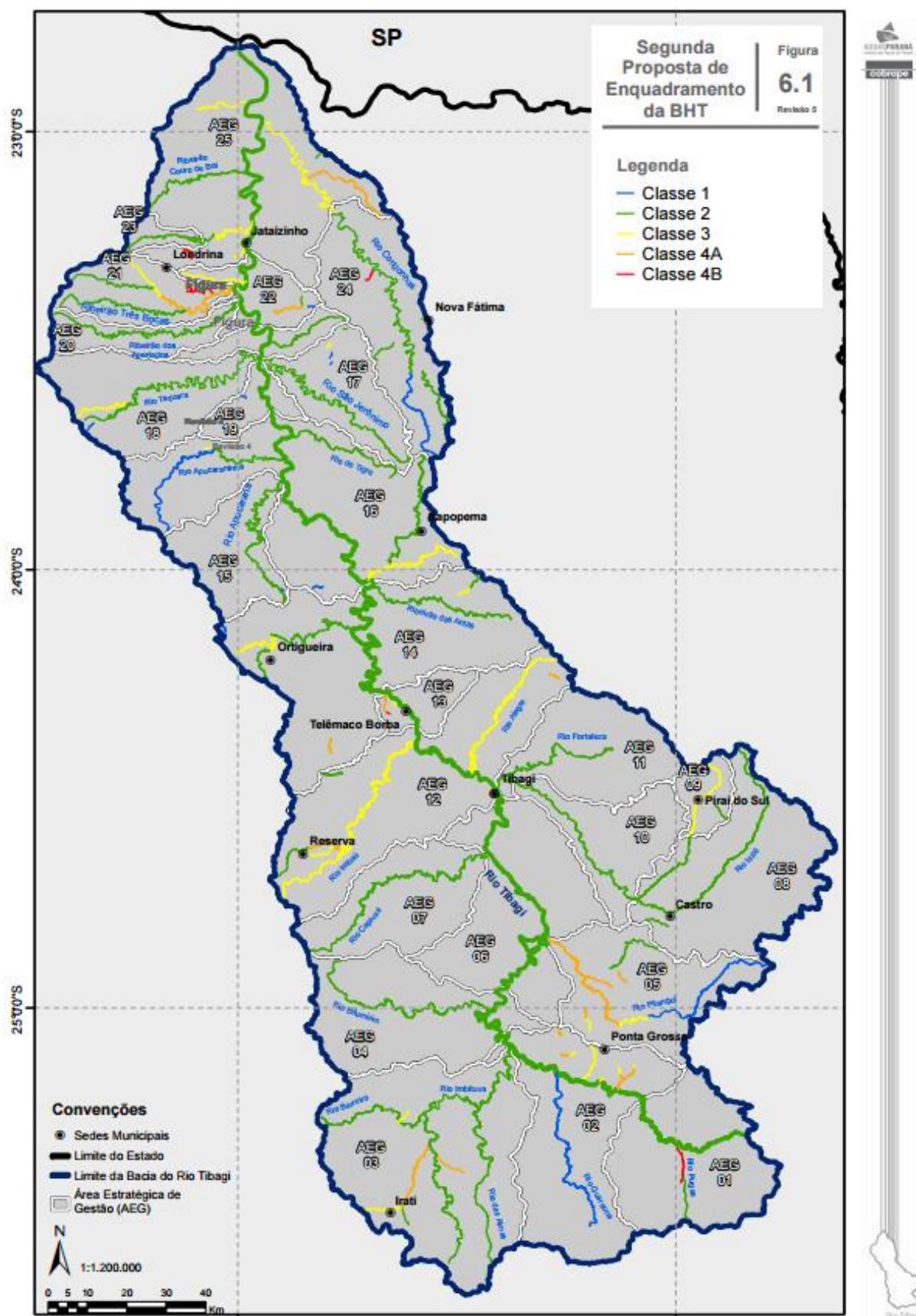
A Portaria SUREHMA Nº003/91 de 21 de março de 1991(PARANA, 1991) dispunha sobre o enquadramento dos corpos d'água da Bacia do rio Tibagi. O processo de atualização que culminou na Deliberação nº 16 CBH-TIBAGI, de 20 de março de 2016 veio substituir a referida portaria que estava em vigor.

A realização da revisão do enquadramento das classes dos corpos d'água da Bacia do Rio Tibagi, apresentada no seu respectivo Plano de Bacia, foi realizado pela Agência de águas- Águasparaná e executado por uma empresa contratada – COBRAPE (Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos). A proposta inicial de readequação da classificação dos corpos d'água propunha uma classificação por cores: classe especial (azul claro); classe 1 (azul escuro); classe 2 (verde); classe 3 (amarelo); e classe 4A (laranja); classe 4B (vermelho); classe 4C (roxo). Uma segunda proposta foi apresentada ao Comitê e seguia a mesma classificação de cores, que ia até a classe 4B. (Figura 12).

Essa proposta possuía uma estreita correlação com a metodologia aplicada e os indicadores já praticados pelo Estado, aplicáveis ao sistema de saneamento de esgoto. Está transcrito que “É importante ressaltar que a subdivisão da **classe 4** se deu apenas para o parâmetro DBO e em **concordância** com a **metodologia que já é utilizada** pelo Instrumento de Outorga do **Estado do Paraná**²⁷.” (Grifo nosso) (PLANO, 2015, p.92).

²⁷A subdivisão da classe 4 em três níveis é uma metodologia adotada pela Portaria SUDERHSA nº 19/2007 que auxilia na identificação da criticidade da classe 4 para o parâmetro DBO. No Art. 19 da Portaria é definido que, para o saneamento, a condição do corpo hídrico pode ser adotada com valores de rio duvidoso com DBO de 5 a 25 mg/L (Classe 3 e 4). Estes são os valores que AGUASPARANÁ utiliza para avaliação da vazão apropriada para diluição e DBO de mistura nos processos de outorga.) (PLANO, 2015, p.91).

Figura 12 - Proposta de enquadramento da Bacia do Rio Tibagi



Foi apresentado ao Comitê a Nota Técnica 1 (NOTA TÉCNICA 1, 2014) referente à proposta de enquadramento feita para os rios receptores de efluentes domésticos. Essa divisão da classe 4 em subclasses 4A, 4B e 4C foi aprovada mas os membros presentes deixaram para reunião seguinte uma decisão sobre os termos da resolução deste enquadramento como se identifica no texto:

Sr. G.A.²⁸ informou que a ÁGUASPARANA **irá elaborar as Resoluções das classes e ficará para a próxima reunião a discussão e aprovação da Resolução de** Enquadramento dos rios da bacia do Tibagi do início ao fim e qual a classe está enquadrado. (24ª. ATA, 2014, grifo nosso).

O enquadramento e sua adequação podem ser considerados um pacto social quando a definição dos anseios da comunidade for expressa em metas de qualidade de água.

Na primeira Nota Técnica 1da COBRAPE (NOTATÉCNICA 1, 2014) consta que a proposta de atualização do enquadramento aprovada em reunião ordinária realizada em Telêmaco Borba, em 08 de dezembro de 2014, que contou com 18 (dezoito) dos 40 (quarenta) membros titulares, estaria em conformidade com os anseios sociais, salvo algumas vozes discordantes não tivessem se insurgido, conforme se pode averiguar nos fragmentos abaixo:

A apreciação do material não apresentou grandes discussões, de modo que não houve objeções e novas proposições de enquadramento aos corpos hídricos da BHT. O material foi, então, considerado aprovado pelo Comitê. **O conhecimento** dessa aprovação por **parte dos demais membros que não estavam presentes** na reunião de dezembro se deu ao longo dos primeiros cinco meses subsequentes. **Durante esse tempo, uma nova reunião foi agendada com o objetivo de suspender a aprovação e solicitar uma nova revisão de enquadramento**, tendo em vista a **posição contrária** à adoção da classe 4 em alguns rios da bacia. Essa nova reunião ocorreu no dia 23 de junho de 2015 em Londrina (PLANO, 2015, p.105, grifo nosso).

O texto segue: **“Cabe apontar que a posição contrária ou não, por parte dos membros do Comitê, faz parte do processo do instrumento do enquadramento, que é desenvolvido justamente com a participação da sociedade e dos usuários da bacia, como prevê a Lei Federal 9433/2007.”** (Grifo nosso) (PLANO, 2015, p.105).

O sentido dicionarizado do léxico democracia prevê que opiniões divergentes façam parte do processo decisório. A Lei de águas instituiu mecanismos de

²⁸ Presidente do Comitê.

participação de gestão tripartite entre Sociedade Civil, Usuários e Estado, que autoriza a paridade de dizer no espaço do Comitê. É permitido que todos os membros tenham autoridade para dizer o seu dizer. Porém, existe opacidade no dizer, e o sentido dicionarizado, pretensamente transparente, não responde necessariamente à circulação e funcionamento do dizer, diante da perspectiva aqui adotada.

A sociedade e usuários são conclamados pelo Estado a participar. O Estado neste momento não age como parte da gestão compartilhada tripartite, mas a partir de um modelo gerencial desenvolvida o processo do instrumento do enquadramento representa uma ferramenta de comando e controle. Isso não é o que prega a Lei 9433/97 quando descreve gestão descentralizada e participativa. No Artigo 1º. VI cita que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, os Usuários e das Comunidades” (BRASIL, 1997).

Isso difere do que ocorre no Comitê em que o representante do órgão gestor do Estado identifica o controle social como empecilho de gestão como se segue.

No caso da BHT, é importante ressaltar que algumas das **discordâncias** observadas durante o estudo do enquadramento **optaram por uma articulação mais agressiva que construtiva**. Sobre o ponto de vista de gestão, **esse tipo de comportamento favorece justamente as discrepâncias** de interesses entre os membros do Comitê **ao invés de promover novas discussões em prol dos usos** dos recursos hídricos. (PLANO, 2015, p.105, grifo nosso)

A contradição se estabelece momentos antes, onde reconhece que ‘a posição contrária ou não’ por parte dos membros do Comitê é parte do processo previsto na Lei das Águas, mas logo após classifica o comportamento de articulação da discordância naquilo que entende como um dizer que não mais permite a livre participação como forma democrática, tendo em vista a FD na qual se inscreve e a FI da qual faz parte.

Na 25ª reunião extraordinária de 23/06/2015 houve também muitas manifestações contrárias a classificação na classe 4 e suas subdivisões, com a participação qualificada de representantes do poder legislativo estadual e do ministério público estadual, que mesmo não tendo cadeira eletiva dentro do Comitê com direito a voz e voto, participaram da reunião como integrantes da sociedade e

interessados no controle social. Nesta reunião foi articulada com o promotor público Dr S.²⁹ a realização de audiências públicas para ampliar a participação da sociedade.

Dr. S. relata que é necessário pensar na **qualidade de vida** que é um ato constitucional e essa questão seria um retrocesso. **É impossível reclassificar o rio retrocedendo em sua classificação** e colocou a importância da **publicidade dos fatos**. Por isso parabenizou a iniciativa do presidente do Comitê e se comprometeu em realizar uma **audiência pública** em Curitiba para discussão do assunto.(25ª. ATA, 2015, grifo nosso).

Pela autorização de dizer que o promotor público se investe, a incumbência da realização de audiência pública foi acatada para dar publicidade ao tema. Foram realizadas duas audiências públicas. A primeira, em Londrina em 19 de outubro de 2015, no recinto do auditório da CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicadas da UEL (Universidade Estadual de Londrina) - Londrina/PR e a segunda em Ponta Grossa em 20 de outubro de 2015 na Câmara Municipal de Ponta Grossa/PR, na região do Baixo e do Alto Tibagi respectivamente e não em Curitiba como inicialmente sugerido.

Ao relacionar constitucionalmente a água e a qualidade de vida, o Ministério Público se vale do artigo 225 caput da Constituição Federal. Assim, água como bem de uso comum do povo e essencial a qualidade de vida saudável, imprime, ao Poder Público e a coletividade em igualdade de condições, não só legitimidade como o dever de defender de preservar os corpos hídricos para atual e futura geração, na busca do equilíbrio ecológico.

Ocorreram colocações e posicionamentos diferenciados da sociedade para colaboração ao plano em relação ao Baixo Tibagi e ao Alto Tibagi. Em Londrina, o representante da Aguasparaná iniciou apresentando a Lei de Recursos hídricos e sua correlação com a participação popular.

O Sr. E.L.C.³⁰ pediu a palavra para falar sobre a Lei de Recursos Hídricos Federal e Estadual, que valoriza o **processo participativo** para **cobrar a fiscalização** de todas as medidas que são tomadas em relação aos corpos hídricos. A importância da **participação popular**, é que com ela se estabelece uma **cobrança maior**, exigindo medidas que visam melhorar, nesse sentido o **Comitê** é de fundamental importância pois ele é o órgão que **discute e fiscaliza, representando toda a sociedade**. (1ª.ATA AUDIÊNCIA, 2015 A, grifo nosso)

²⁹Promotor público lotado na cidade de Curitiba- Capital do Estado.

³⁰Representante do Aguasparaná

Nesta data outro representante do Mistério público se fez presente e participativo na função legítima de preservar o equilíbrio dos corpos hídricos para a atual e futura geração.

A Promotora do meio ambiente de Londrina, Dra. S. V.³¹, pediu a palavra, parabenizando primeiramente, pelo Comitê não ter permitido o enquadramento do rio Tibagi em classe 4, como havia se cogitado anteriormente, **mas lamentou que até hoje não foi feito praticamente nada para melhorar** a qualidade da água dos nossos rios, pois **entende que as metas deveriam ser mais altas**. Relembrou que essas metas foram **estabelecidas no início dos anos 90 e até agora nada** foi feito [...] (1ª. ATA AUDIÊNCIA, 2015 A, grifo nosso).

Existiram indagações por outros representantes da Sociedade Civil advindos da instituição de ensino Superior – UEL, questionando sobre vazão e qualidade da água que não foram respondidas pelo técnico presente, Sr. E.L.C.S.³² que se limitou a dizer que as sugestões seriam levadas para análise da Câmara Técnica e que“ [...] no site do Aguasparaná tem todo o estudo que propõe o enquadramento e a explicação da extensão dos rios está lá justificada.” (1ª.ATA AUDIÊNCIA, 2015A).

O silenciamento é significativo na construção do processo discursivo quando uma FD salienta um posicionamento contrário à ideologia dominante. A força ideológica do Estado propõe um silenciamento a qualquer proposta de resistência que não seja a aceitação do enquadramento apresentado pela empresa contratada.

Prof. A. L. C.³³ (UEL) - sugeriu que o Art 11 § 3º da resolução seja revisto com o máximo, para que os rios fiquem na mesma classificação, a sugestão, então, é de que rios enquadrados como classe 1 só possam ser reenquadrados para classe especial, que é a única de qualidade melhor. E que não se aceite mais enquadramentos como estes que foram feitos, onde aceitamos que um rio (ou um trecho) tenha seus níveis de qualidade piorados. (1ª. ATA AUDIÊNCIA, 2015 A).

Novamente foi silenciada a resposta apenas indicado pelo técnico da Águasparaná que “A sugestão [seria] levada para a Câmara Técnica analisar.”(2ª. ATA AUDIÊNCIA, 2015B)

No dia 20 de outubro foi realizada a audiência em Ponta Grossa onde várias entidades representativas da sociedade do Alto Tibagi se posicionaram contra a

³¹Promotora pública da cidade de Londrina

³²Representante da Águasparaná

³³Professora da Universidade Estadual de Londrina UEL

nova classificação em classe 3³⁴, pela manutenção da classificação originária da Portaria SUREHMA de 1991 (PARANA, 1991) ou requerendo a classificação em classe 2 para os corpos d'água pertencentes a parte da bacia do Alto Tibagi, conforme o fragmento abaixo:

Passa-se para a leitura dos documentos pelos representantes das entidades presentes:

N. F.³⁵ (Associação Comercial das Empresas de Ponta Grossa) leu e entregou o manifesto da entidade se posicionando contrário à Classe 3 por não atender a proposta da entidade para receber novas empresas. Solicita Classe 2; M. G. (Conselho Regional Engenharia, Agronomia e Geociências) leu e entregou documento se posicionando contra o enquadramento de classe 3; R. W. O. (Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA) leu e entregou deliberação dos Conselheiros para manutenção da classe 2, **sem o acolhimento de nenhuma outra classificação para os corpos hídricos localizados na Bacia do Alto Tibagi**, inclusive o rio Tibagi;

J. L. P. (OAB - Ponta Grossa) **apresenta documento lido e recebido, contra a Classe 3**; A. O. (representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ponta Grossa), documento lido e recebido, **contrário a Classe 3**; A. L. N. (Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa) **moção de repúdio da classificação em classe 3 aos arroios e afluentes do Alto Tibagi**; J. L. S. (Fórum das Águas) reafirma o manifesto 22/07 contra a classificação na Classe 3, solicita apenas que se ratifique a classificação existente; E. A. (Grupo Ecológico dos Campos Gerais) ressalta que os Parques Estaduais devem ficar na classe 1; R. J. (Associação do Aquicultores de Ponta Grossa) **documento lido e recebido**; O. B. Z. (Presidente da Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais) **documento lido e recebido**. (2ª.ATA AUDIÊNCIA, 2015 B, grifo nosso).

Todas essas entidades apresentaram muitas páginas de motivos e leram as razões de suas intenções por solicitarem que o plano de enquadramento contemplasse uma política diferenciada para esse espaço de desenvolvimento sustentável no Alto Tibagi em respeito à Constituição Federal e a saudável qualidade de vida. A Ata em nenhum momento destaca as contribuições dos documentos lidos.

Várias entidades, como a Associação comercial, industrial e empresarial de Ponta Grossa (ASCIPG), o CREA, o Condema, a OAB, entre outras, realizaram reuniões com seus representados e deliberam por um posicionamento que na região do alto Tibagi, representava o interesse local. Apresentaram posicionamentos contrário ao enquadramento classe 3, defendendo a manutenção

³⁴ A proposta de enquadramento em classe 4 e suas sub classes 4ª 4b 4c já haviam sido rejeitadas. A proposta previa a readequação a partir da classe 3 que alterava em grande parte os trechos que anteriormente estavam mais restritivos.

³⁵ Todas são iniciais dos representantes das entidades.

da Portaria SUREHMA Nº003/91 do enquadramento anteriormente já praticado, ou seja, não deveria haver reenquadramento mais gravoso dos corpos hídricos por entender que essa é uma medida necessária para a saudável qualidade de vida da atual e futura geração. Então, percebe-se a relação de forças produzidas discursivamente e como os sujeitos se inscrevem em determinadas FDs e como sentidos são silenciados.

Constam em ata que os filiados da associação do Aquicultores e o seu presidente tiveram seus documentos apenas lidos e recebidos sem ao menos indicar a posição tomada pelas instituições. Essas associações são muito impactadas na região, pois a alteração de classe de um rio pode inviabilizar totalmente a prática profissional das suas atividades. Para que se realize a aquicultura é de vital importância a menor classe e que a tolerância seria a classe 2 para os rios da região. Isto foi duplamente argumentado pelo representante da associação e seu presidente mas nenhuma transcrição consta em ata. Ao invés disso foi dado espaço para transcrição de uma fala isolada de um cidadão que estava na platéia cujo posicionamento ideológico vinha ao encontro do interesse da nova classificação em classe 3.

A. S.³⁶, **relata que conhece 80% dos arroios** e que com relação aos arroios de Ponta Grossa **entende que** eles são de Classe 4, mas foram classificados como 3 e **se realmente conseguir** chegar a **Classe 3 seria um bom trabalho**, contudo tem alguns arroios com potencial para aquicultura e deveriam ser de Classe 2. Seria interessante que o AGUASPARANÁ fizesse o levantamento desses pontos, em razão do potencial para aquicultura. (2ª. ATA AUDIÊNCIA, 2015B, grifo nosso).

O silenciamento dos sujeitos que tinham autoridade para dizer o que deveriam dizer e a permissão para transcrever a voz a quem ideologicamente estava alinhado com o pensamento do enquadramento mais gravoso e ligado a interesses da FD dominante. Isso mostra que a formação discursiva presente na audiência e transcrita na Ata é ideologicamente a do Estado que não tem interesse em gestão compartilhada e participativa.

Após essa intervenção ocorreu que “O Sr. E. M.³⁷ (AGUASPARANÁ) solicita

³⁶Participou da reunião como cidadão. É uma figura pública local do setor dos Usuários com empresa florestal. Atua em cargos municipais e junto a FIEP.

³⁷Representante da Aguasparana do escritório de Curitiba

então, que a associação dos Aquicultores **passe esses dados** em relação a esses **arroios** para que a CTPLAN (Câmara Técnica do Plano) possa analisá-los” (2ª. ATA AUDIÊNCIA, 2015 B, grifo nosso) A associação dos aquicultores deveria enviar dados para essa proposta de classificação 3 desconsiderando totalmente o posicionamento contrário da instituição.

Mesmo presentes na ata da Audiência Pública de Ponta Grossa, os enunciados que pleiteavam o enquadramento mais restritivo ou a permanência das regras de 1991 foram silenciados. Permaneceu o Discurso do Estado que defende estar em conformidade com o princípio democrático de Direito e estritamente em cumprimento com o princípio participativo pregado pela Lei 9433/97 (BRASIL, 1997), mesmo que silenciando as participações divergentes.

Não se pode falar em participação democrática ou descentralização participativa quando no relatório da proposta final do enquadramento, se nomina que as entidades ‘optaram’³⁸ pela ‘discordâncias da proposta de reclassificação do enquadramento’ usando vozes ‘agressivas’ quando as mesmas estavam em processo de construção coletiva do bem comum e visavam expor o interesse local.

Contraditoriamente como anteriormente ditava o mesmo relatório, estas agiam em nome dos representantes em um processo democrático e com a mais clara essência do que é participação. Esse processo foi silenciado. A participação popular pregada pela Lei federal 9433/97 é descumprida em sua essência.

O que estavam de acordo com a proposição ideológica do Estado de que a reclassificação deveria acontecer tiveram total aceitação de seus posicionamentos, mas as Entidades da Sociedade que pudessem ter algo a considerar dessa assertiva, ficaram fora do processo.

A função do enquadramento é adequação dos corpos hídricos a ele. O Comitê e seu órgão gestor terão que organizar futuramente em curto, médio e longo prazo a gestão econômica da viabilização da recuperação além do Estado promover a fiscalização para as questões de poluição. A sustentabilidade dos corpos hídricos exige uma nova postura integrada para a qualidade de vida para atual e futura geração. Esse é o pensamento da União para o enquadramento dos rios que foi utilizado no caso do Rio Paranaíba e serve para qualquer bacia e que pode servir

³⁸Fragmentos retirado do PLANO (2015).

de parâmetro para os rios estaduais.

O enquadramento é, portanto, um instrumento de gestão importante, mas é um instrumento caro. No caso do Paranaíba, [...], mais de R\$ 5 bilhões seriam necessários para se chegar, essencialmente, à classe 2, na bacia inteira. É um investimento pesado, que terá que ser feito, pois o resultado vale a pena. Afinal, todos querem água de qualidade para as gerações que virão, quer dizer, os netos, os bisnetos e seus sucessores, que também terão direito a água de boa qualidade. (BRASIL, 2015)

Os outros mecanismos de gestão além do enquadramento nem foram cogitados com profundidade nas audiências e não constam em ata. O que estava sendo abordado era a qualidade que queremos para os usos possíveis dos corpos hídricos e fiscalização.

O posicionamento ideológico marcado foi de que, quem não estivesse de acordo com a proposta apresentada pelo órgão gestor e consequente empresa contratada para realizar o plano, teria um ‘tipo de comportamento’ que segundo ela não é de gestão e ‘favorece justamente as discrepâncias de interesses entre os membros do Comitê’ não propondo ‘novas discussões em prol dos usos dos recursos hídricos’³⁹.

Se esse processo democrático e participativo não é a essência do apregoado pela lei 9433/97 então o que poderia ser? Mas como é possível perceber novamente foi silenciado por que não correspondiam aos interesses do Estado essas discussões em torno dos interesses que a comunidade local pudesse deliberar sobre os usos que desejariam ter sobre da água em sua localidade.

Depois dessas audiências foi apresentada uma revisão da proposta em uma nova Nota Técnica (NOTA TÉCNICA REVISÃO1, 2016) com o resultado das possibilidades do enquadramento para o Rio Tibagi.

Uma nova proposta de enquadramento foi realizada com **base em apontamentos** dos membros do Comitê da Bacia e da população em geral durante **as reuniões de apresentação para aprovação do mesmo**. Buscou-se, na **medida do possível, atender às solicitações**. (PLANO, 2015, p.105, grifo nosso).

O que se esperava desta nova proposta era o acolhimento das proposições advindas de todas as reuniões inclusive as contribuições das duas audiências públicas. Os apontamentos a que o relatório técnico se referiu foram os que vieram

³⁹Fragmentos retirados do Plano, (2015)

das reuniões e das sugestões dos membros do Comitê e da população, mas não menciona as manifestações legítimas advindas da comunidade, expressa nos documentos lidos e entregues na audiência pública de Ponta Grossa ou as manifestações advindas da Audiência de Londrina. (1ª. ATA AUDIÊNCIA, 2015A, 2ª. ATA AUDIÊNCIA 2015B)

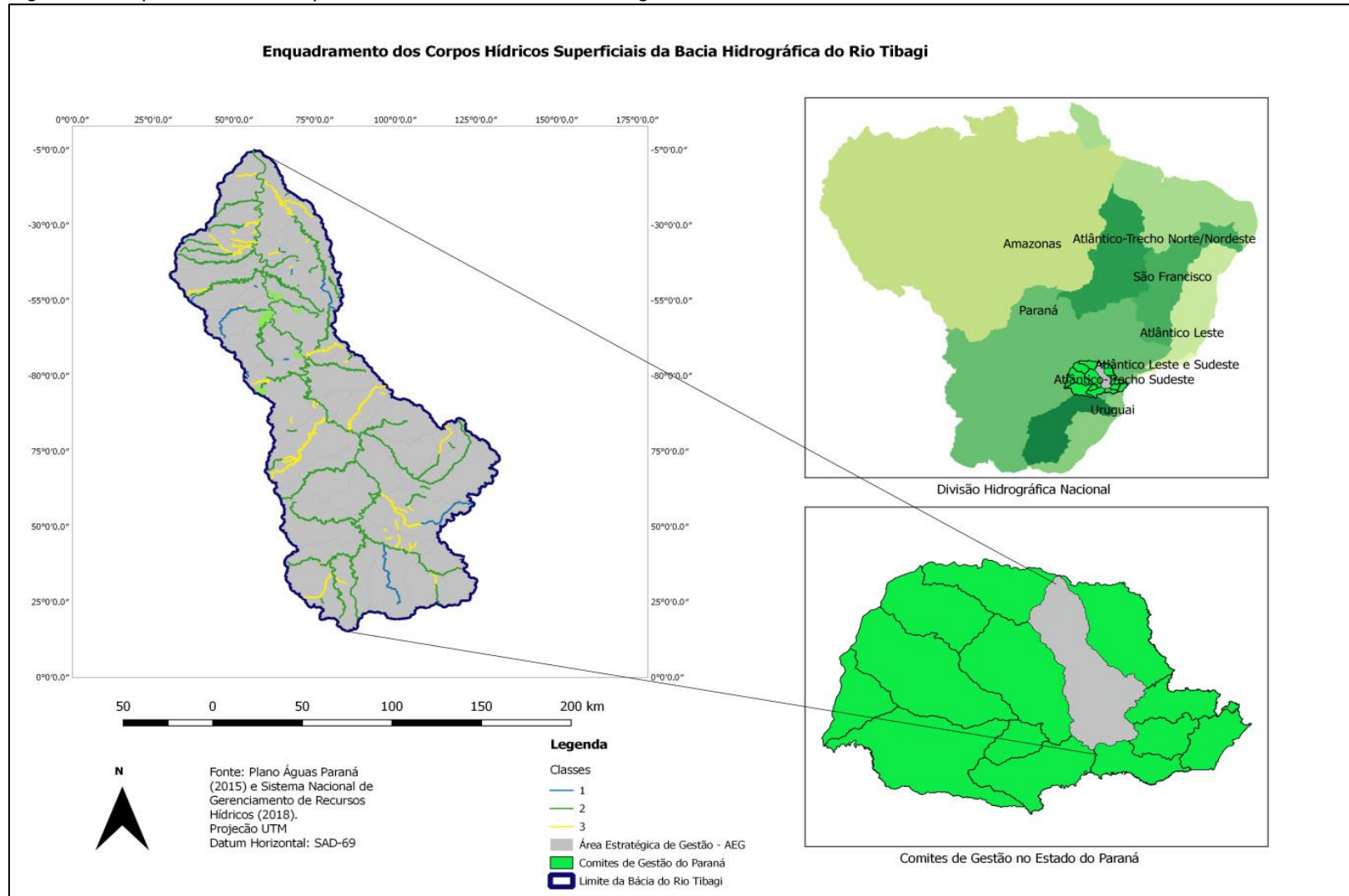
Os fundamentos que permearam ‘a medida do possível’ para o acolhimento das contribuições para o plano não foram explicitados. A lei das águas não indica que a participação da comunidade deve ser aceita restritivamente. As contribuições deveriam ser explicitadas.

Uma proposição técnica para toda bacia do Rio Tibagi e seus afluentes foi apresentada sem levar em consideração as divergências dos processos locais, conforme figura 13.

O discurso dos representantes da COBRAPE empregado pela formação ideológica (FI) dos representantes do Estado e da Agência de água contém já ditos presentes na formação discursiva (FD) sobre a posição da Sociedade Civil, sobre o modelo de Estado praticado frente às políticas de desenvolvimento econômico refletido na FD da proposta de atualização do enquadramento que antecede e que perpassam o discurso do enquadramento e um modelo de gestão tripartite.

Todas as nascentes foram enquadradas em Classe 1 ou Classe 2, no caso das que se encontram em áreas urbanas; • **Nenhum trecho Classe 3 ficou com extensão superior a 30 km, sendo que na média o comprimento é de 4 km.** Cabe destacar que a extensão do trecho é determinada com base na análise da vazão de diluição. • Trechos de rios localizados em áreas indígenas foram incluídos na hidrografia de análise e enquadrados na Classe 1, conforme prevê a Resolução CONAMA 357/05. (NOTA TÉCNICA REVISÃO 1, 2016, grifo nosso).

Figura 13 Proposta final de enquadramento da bacia do rio Tibagi



Fonte: (AGUAPARANÁ,2017).

Nota: Organizado por Santos Eurich, (2018).

Há evidências significativas observadas na conjuntura das manifestações discursivas em estudo pela existência de interdiscursos originários de uma não participação da sociedade nos atos de deliberação. O pré-construído da figura do Estado, neste caso, autoritário está presente.

Apareceram nos registros das atas, que a posição da Sociedade no processo de atualização do enquadramento dos corpos d'água da bacia deveria ser de participações colaborativas e não de decisão, ou seja, os discursos registrados ultrapassam a literalidade linguística e demonstram a condição sócio-histórica de produção do dizer naquilo que se enuncia.

A prática de deliberação coletiva em Comitê é um exemplo de mudança no contexto legal e das políticas públicas no Brasil e por isso exige grandes esforços para a consolidação em seus fundamentos, princípios e regulamentos ou seja a ordem hoje é a participação . Não ter a efetividade da participação nas decisões sobre o uso das águas é ilegal. (AGÊNCIA, 2011). A construção coletiva de decisões também exige que a participação se dê através das representações que correspondam a representatividade discursiva.

Evidencia-se uma contradição dos sujeitos que participaram da reformulação do enquadramento como um instrumento de gestão compartilhada. A Formação Discursiva (FD) de participação democrática da Sociedade Civil desliza para se apresentar com efeito de sentido de participação 'agressiva'.

A abertura dos espaços de audiências públicas não se revelou um espaço de compartilhamento entre os representantes do Comitê, do segmento da Sociedade Civil e a comunidade. As discursividades contraidentificadas, produzidas sobre o processo de reenquadramento dos corpos d'água da bacia, foram silenciadas.

Mesmo com a comunidade local movimentando um debate sobre os usos múltiplos a água e a concepção de bem comum, prevaleceram os efeitos de sentido nos representantes do uso prioritário da água. As discursividades aceitas na proposta final no espaço do Comitê, foram as que se identificavam com as FDs burocráticas, centralizadoras e autoritárias de um pensamento capitalista prevalecendo os discursos dos Usuários alinhados ideologicamente ao Estado neoliberal. "Se os representantes falham em levar os anseios da população, eles contribuem para que esses espaços fiquem desacreditados e deixem de ser uma

alternativa aos mecanismos tradicionais de representação.” (DOWBOR, HOUZAGER, SERAFIM, 2008, p.8)

O acontecimento do reenquadramento foi uma oportunidade para identificar a efetividade da representação e dos integrantes do Comitê. O efeito de sentido nos discursos dos representantes sobre participação, gestão tripartite compartilhada e descentralizada, está distante do efeito de sentido de representatividade como alternativa ao mecanismo tradicional de representação.

CONCLUSÃO

Ao se falar de Sociedade civil, se está examinando a representação para além da dimensão tácita da representação executada pelo simples comparecimento como agente cadastrado, que integra cada segmento da sociedade civil no Comitê, ou que além de possuir as características formais, tem a qualidade do vínculo entre o segmento social para quem a representação é dirigida. (NEDER, 2002).

A representatividade é representação formal e legal dentro do Comitê em funcionamento. O Comitê não é um remédio para todos os problemas da água e “tampouco significa que possam ser criados arranjos participativos de qualquer natureza e dar o nome de Comitê de bacia” (AGÊNCIA, 2011, p.60)

No Estado do Paraná em relação à política tripartite das águas e ao processo de participação da Sociedade Civil no Comitê de bacia e em destaque na atualização do enquadramento dos corpos d'água da Bacia do Tibagi, a FI que sustenta as discursividades dominantes tem na Sociedade Civil como um terreno do terceiro setor, como um espaço não governamental representando uma terceira via do discurso participacionista para novos atores, novos protagonistas, que não podem exercer efetivamente as suas atribuições.

Esse espaço público não estatal como inovação metodológica se forma para legitimar a governança como conceito de um bom governo, prevendo aquilo que seja de fato a qualidade de vida e a sustentabilidade da população. Esses conceitos se apresentam a partir da ideologia neoliberal (SIMIONATTO, 2010).

O conceito da corrente liberal, formatado na Sociedade Civil, com a ampliação da esfera pública com atribuições de controle do poder, ações críticas e de atuação de cidadania (SIMIONATTO, 2010) acabam não sendo consideradas no conjunto de discursos de uma ideologia dominante no Comitê. Os discursos dos integrantes do Estado possuem uma FD sobre representação em que a Sociedade Civil não gera a representatividade do segmento.

Mesmo diante de uma evidente mobilização em audiência pública, a participação popular é vista como um ato de controle de efeito fiscalizatório e não de coparticipação em gestão tripartite como concebido para gestão de bacia hidrográfica.

As atas trazem o efeito de sentido do apagamento das pautas que envolvam

a participação social e da responsabilização da representação eficiente.

Os recortes discursivos demonstram que, os sujeitos que ocuparam grupos diferenciados e classe social diferenciada, são interpelados pela Formação Ideológica (FI) do Estado com características Liberais, autoritárias, jurídicos e burocráticas. Diante das condições de produção sócio-históricas, uma formação discursiva e ideológica acaba predominando com mais assujeitamento e muito mais nos documentos com os silenciamentos de divergentes em forma de censura do dizer.

O sistema de gestão que se identificou no Comitê de bacia do Rio Tibagi se apresenta como um modelo gerencial (BEIERLE, 1998) em que o representante toma todas as decisões pelo representado.

A representação da Sociedade Civil dentro do Comitê na atualidade reproduz-se em formações discursivas que se caracterizam por uma identificação com o processo histórico-discursivo de gestão do modelo burocrático (SETTI, et al,2001), atravessado com características do modelo econômico-financeiro, justificado pela ideologia neoliberal. O modelo sistêmico, descentralizado e participativo, proposto pela lei 9433/97 (BRASIL, 1997) se encontra presente nos enunciados dos gestores atuais do Comitê de Bacia do Tibagi como FD destinada ao alcance dos fins dos Usuários (públicos e privados) no capitalismo.

A forma de participação discursivizada revelou um misto entre o modelo corporativo-neoliberal e autoritária de natureza cooptativa (GONH,2011) com as discursividades próximas da prática do Estado, de desconcentração de ações e manutenção de um núcleo articulador, a fim de diluir um possível conflito social pelo uso da água.

O Comitê poderia seguir uma concepção de sociedade civil, que permita superar a identificação com o conceito de terceiro setor, visto que é atravessado pela perspectiva de totalidade e unidade entre a esfera econômica, cultural e política, compreendida em seus processos dialéticos e contraditórios. (SIMIONATTO, 2010).

A participação de Sociedade Civil da bacia não se mostra compreendida como parte do projeto, dentro do espaço da política transformadora, ou seja, da “grande política” (GRAMSCI, 2000) e da construção do novo modelo da política da água, mas como categoria apartada da construção da política de água do Estado.

A representatividade nos segmentos da Sociedade Civil dentro do Comitê percebida em atas e entrevistas identificam a correlação da representação individual-formal, e não a representatividade social com uma identidade coletiva indicada por Nader (2002). O alcance da política de águas dentro do Comitê está correlacionado com os esquecimentos, na posição sujeito, da presença da ideologia neoliberal. Esse é o sentido dado pelo real da história sobre a representatividade evidenciada na Formação discursiva dominante de um modelo de gestão burocrático e econômico-financeiro, conforme a discursividade demarcada e evidenciada nas condições de produção neste contexto neste sócio-histórico. O conceito de Sociedade Civil praticada desliza em seu sentido no segmento da política das águas.

O lugar que os sujeitos da Sociedade Civil ocupam no discurso de gestão das águas compromete a representação dos segmentos, não praticando a representatividade desejada. O segmento incorporou pelo interdiscurso, o modelo de gestão de viés burocrático, que desde a criação reproduz uma FD de políticas ligadas a destacar a atuação dos usuários dos recursos hídricos. O modo de produção capitalista passa a integrar, pela reprodução da política centralizadora no Paraná, o efeito de significação da ideologia da classe dominante.

Mesmo havendo Formações discursivas (FD) de desidentificação com o modelo tecno-burocrático, centralizador, jurídico, autoritário da gestão, como o caso dos discursos do grupo indígena, o grande grupo se identifica ou contraidentifica, reproduzindo as memórias do dizer segmentado no modelo de ideologia neoliberal enquanto proposta de gestão da água.

É necessário avançar nas regras e procedimentos para assegurar mecanismos de autorização e controle dos representantes dentro do segmento da Sociedade civil dentro do Comitê permitindo que a representação seja representativa.

A participação da Sociedade Civil efetiva com enunciados definidos pelo e para o segmento é a garantia formal da construção da política de gestão sistêmica da água no Brasil. Este é um ponto de extrema significação e deve estar ligada à discursividades próprias de cada segmento para que o sistema como um todo, possa ter representação e representatividade na gestão democrática da água.

Ações podem auxiliar nessa construção. O modelo de gestão, através da agência de bacia no exercício da secretaria executiva, deve ter a independência necessária dos órgãos de governo e um conteúdo ético-político não comprometimento com interesses privatísticos. A Agência de bacia do Comitê de bacia do rio Tibagi executada pela Aguasparaná, representa uma estagnação do modelo de gestão e uma particular descrença dos integrantes do Comitê em um modelo de gestão sistêmica que necessita ser repensada e reestruturada.

A descentralização se faz com a participação efetiva dos representantes. O Comitê necessita praticar suas próprias deliberações, incluindo a que versa sobre a capilaridade e fortalecimento da relação entre os representantes e os representados.

É determinante que a representação se origine de um processo eletivo com regras claras e não com forças de indicação por interesses dirigidos. O regimento deve ser atualizado e cumprido para despertar credibilidade na gestão praticada.

Considerando a desigualdade financeira dos participantes, é importante que todas as representações tenham possibilidade de ser custeadas, ou pelo fundo estadual destinado a gestão das águas, ou pelo resultado da ferramenta de cobrança pelo uso e outorga.

Para uma efetividade da gestão, a Sociedade Civil bem como os segmentos específicos, como a comunidade indígena, deve se fortalecer e ter suas pautas discutidas a partir do lugar da fala de sua história. A tecnicidade enunciada em muitas discursividades deve ter seu lugar assim como outra forma de enunciar a realidade local que podem colaborar para a efetiva gestão das águas, tendo em vista que os discursos vivem na relação de forças da sociedade e que os sujeitos enunciam a partir da FD que os constituem e da ideologia que os interpela, produzindo discursos e/ou silenciamentos, inclusive de censura.

Este estudo se propôs a colaborar na reflexão da gestão de bacia hidrográfica em comitês. Os resultados apresentados permitem a construção de ações proativas para o fortalecimento do Comitê da BHRT. É essencial ao modelo de gestão da política de águas do estado do Paraná e na BHRT, que se efetive a participação tripartite e descentralizada com a representação e representatividade dos segmentos da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

1ª. ATA MESA Diretiva Provisória do Comitê da bacia do Rio Tibagi. De 28 de janeiro de 2002.

1ª. ATA EXTRAORDINÁRIA da Reunião do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 20 de abril de 2010. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/1a_reuniao_extraordinaria/ata_n01_comite_bacia_tibagi_1_reuniao_extraordinaria_20_04_2010.pdf> Acesso em 20 abr. 2010.

4ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 05 de novembro de 2002. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/4_reuniao/ata_04_06_03_2003.pdf> Acesso em 05 nov. 2002

5ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 22 julho de 2004. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/5_reuniao/ata_05_22_07_2004.pdf> Acesso em 10 ago.2004.

6ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 9 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/6_reuniao/ata_06_09_09_2004.pdf> Acesso em 10 ago. 2004.

7ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 05 de novembro de 2004. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/7_reuniao/ata_07_05_11_2004.pdf> Acesso em 05 nov. 2004

9ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi.. em oito de julho de 2006. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/9_reuniao/ata_09_28_07_2006.pdf> Acesso em 10 set 2006.

11ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 29 de novembro de 2006. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/11_reuniao/ata_11_29_11_2006.pdf> Acesso em 29 nov. 2006

18ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi., 18 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Tibagi/Ata_18_reuniao_Comite_Tibagi.pdf> Acesso em 20 nov. 2011.

21ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. 13 de junho de 2012. Disponível em

http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/21_reuniao/Ata21CBHT_13_06_2012.pdf > Acesso em 13 jun. 2012

24ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/ATAs de Reunioes/Ata 24 a reuniao.pdf> > Acesso em 08 dez 2014

25ª. ATA da Reunião Ordinária do Comitê da bacia hidrográfica do rio Tibagi. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/ATAs de Reunioes/Ata 25 a reuniao.pdf> > Acesso em 2 <https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php3> jun. 2015

1ª.ATA AUDIÊNCIA Publica Sobre a Proposta de Atualização do Enquadramento dos Corpos de Águas do Rio Tibagi na Cidade de Londrina 2015.disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Tibagi/Ata Londrina Audiencia Publica.pdf> > acesso em 19 out 2015 A

2ª. ATA AUDIÊNCIA Publica Pública Sobre a Proposta de Atualização do Enquadramento dos Corpos de Águas do Rio Tibagi na Cidade de Ponta Grossa. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Tibagi/Ata PontaGrossa.pdf> > acesso em 20 out 2015 B

ABERS, R. E, JORGE, K. D.. Descentralização da gestão da água. **Ambiente & Sociedade** v. VIII n. 2 jul./dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28607.pdf> > Acesso em 05 jul. 2015.

ABRH. Associação Brasileira de recursos Hídricos. **Carta de Salvador**, 1987. Disponível em https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=117&P1T=institucional&P2T=cartas&P3T=salvador_1987 > Acesso de 10 fev. 2018.

_____. **Carta de Foz do Iguaçu**, 1989. Disponível em https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=118&P1T=institucional&P2T=cartas&P3T=foz_iguacu_1989 > Acesso em 10 fev., 2018.

_____. **Carta do Rio de Janeiro**, 1991. Disponível em https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=119&P1T=institucional&P2T=cartas&P3T=rio_de_janeiro_1991 > Acesso em 10 fev. 2018.

_____. **Carta de Gramado**, 1993. Disponível em https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=120&P1T=institucional&P2T=cartas&P3T=gramado_1993 > Acesso em 10 fev. 2018.

_____. **Carta de Recife**, 1995. Disponível em https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=121&P1T=institucional&P2T=cartas&P3T=recife_1995 > Acesso em 10 fev.2018.

AGÊNCIA Nacional de Águas (Brasil). **O Comitê de Bacias Hidrográficas: práticas e Procedimentos**. v.2 Brasília: ANA, 2011.

_____. **Divisões hidrográficas brasileiras**. Disponível em <
http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/aguas-no-brasil/panorama-das-aguas/copy_of_divisoes-hidrograficas> Acesso em 10 out 2018.

AGUASPARANÁ, Instituto das águas do Paraná. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná**. 2010. Disponível em http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/PLERH/resumo_executivo_PLERH.pdf Acesso em 10 out 2018.

_____. Instituto das águas do Paraná. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Comitê da Bacia do Tibagi**. Disponível em: <<http://www.aguasparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=208>>. Acesso em: 21 ago. 2017

_____. Instituto das águas do Paraná. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi**. 2018. Disponível em <
http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/plano_de_bacia/Plano_Bacia_Tibagi_resumo_executivo.pdf> Acesso em 10 out.2018.

AGRAWAL, A.; RIBOT, J. Analyzing Decentralization: a Frame Work with South Asian and East African Environmental Cases. **World Resources Institute Institutions and Governance Program Working Paper Series**, http://pdf.wri.org/eea_wp1.pdf, 2000

ALTHUSSER, L.. Materialismo dialético. y Materialismo histórico. **Pensamiento crítico**, Habana, n.5 p. 3-26. jun. 1967. Disponível em<
<http://www.filosofia.org/rev/pch/1967/n05p001.htm>> Acesso em 10 ago. 2018.

_____. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. 3.ed. Lisboa: Presença, 1980.

ABRH Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Carta de Salvador**. São Paulo, 3p. 1987. Disponível em <
<http://www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Arquivos/Eventos/Cartas/cartasalvador1987.pdf>> Acesso em 10 jun. 2017.

_____. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Carta de Foz do Iguaçu**. São Paulo. 7p, 1989. Disponível em <
<http://www.abrh.org.br/SGCv3/UserFiles/Arquivos/Eventos/Cartas/cartafozIgua%C3%A7u1989.pdf>>. Acesso em 10 jun.2017.

_____. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Carta do Rio de Janeiro**. São Paulo.2p.,1991. Disponível em<
<http://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=119>> Acesso em 10 jun. 2017.

BARONAS, R. L. **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2. ed. ver. E ampliada. São Paulo: Pedro&Joao Editores, 2011.

BARRETA, M.S.R; LAURENT,F.; BASSO,L.A. Os princípios e fundamentos da legislação das águas na França. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.39, p13-23, 2012.

BARROS, M. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BARTH, F.T. Aspectos Institucionais do Gerenciamento de Recursos Hídricos. In: Águas Doces no Brasil, Rebouças, A. C. Braga, B. Tundisi, J.G. 2.ed. rev. e amp.. São Paulo: Escrituras, 2002.

BEIERLE, F.T. Public participation in environmental decisions: an evaluation framework using social goals. **Resources for the Future**. Discussion Paper 99-06. 1998. Disponível em <<http://www.rff.org/files/sharepoint/WorkImages/Download/RFF-DP-99-06.pdf>> acesso em 10 jul.2017.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11.ed. São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2004..

BORSOI, Z. M. F., TORRES, S.D.A.; **A política de recursos hídricos no brasil**. 1997. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivo_s/conhecimento/revista/rev806.pdf> acesso em 10 jul. 2015.

BRANDÃO, Helena H.H.N. **Introdução à análise o Discurso**. Unicamp: Campinas, 1991

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. **Instrumentos de gestão das águas**, relator Félix Mendonça Júnior; Maurício Boratto Viana, Alberto Pinheiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série estudos estratégicos; n. 6) Versão PDF. Disponível em<: <http://www.camara.leg.br/editora>> Acesso em 15 dez 2015.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 9433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 8 jan. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370>>. Acesso em 10 out. 2016.

_____. Decreto no. 24.643, 10 de julho de 1934. Código das águas. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm> Acesso em 10 ago. 2017.

CAPRI JUNIOR, S.; LEAL, A.C., AMORIM, B., MELLO, L.G.M., NUNES, R.S. Planejamento participativo e gestão da água na bacia hidrográfica do Rio Parapanema, Brasil. **Anais. XV Encuentro de geógrafos de América latina.** La Habana, Cuba, 2015. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/egal_trabalho.pdf>. Acesso em 10 out 2018.

CARVALHO, S.M. A contribuição dos estudos em bacias hidrográficas para a abordagem ambiental na Geografia.. In. MENDONÇA, F.A.; LOWEN-SAHR, C.L.; SILVA, M. (org.) **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar geográfico.** Curitiba: ADEMADAN, 2009.

COMITÊ da bacia do rio Tibagi. **Regimento interno 2002**, Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/Regimento%20Interno/regimento_interno_26_09_2002.pdf> Acesso em 26 set 2002

_____ da bacia do rio Tibagi. **Regimento interno 2012**, Disponível em http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/Regimento%20Interno/REGIMENTO_INTERNO_2012.pdf> Acesso em 10 dez 2012

_____ da bacia do rio Tibagi. **Relação de Membros de CTPLAN** Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/CT_plan/Relacao_2016_de_membros_ctplan.pdf> Acesso em 30 mar 2016

_____ da bacia do rio Tibagi., **Composição dos Membros 2017** Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/lista_membros_cbh_tibagi_2017_2021.pdf> Acesso em 15 ago. 2017

COMITESINOS. **Um breve olhar sobre o papel da instância máxima de um Comitê de bacia.** Quem somos. Disponível em <<http://www.comitesinos.com.br/quemsomos>> Acesso em 10 out.2018.

CAMPOS, N. Política de Águas. In. CAMPOS, N., STUART, T. **Gestão de águas, princípios e práticas**, 2.ed. Porto Alegre: ABRH, 2003.p.27-42.

CÁNEPA, E. M.; GRASSI, L. A. T. **A Lei das Águas do RS: no caminho do desenvolvimento sustentável?** Janeiro/2001 Disponível em <<http://www.abes-rs.org.br/rechid/lei-das-aguas.htm>> Acesso no dia 10 abr. 2017.

CLASTRES, P. A Sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1979. Disponível em <<https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>> Acesso em 11 out. 2018.

COBRAPE. Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Estudos de apoio ao COPATI na estruturação do Sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos do Paraná no âmbito da bacia do rio Tibagi.** Disponível em http://www.cobrape.com.br/det_portfolio.php?id=33 Acesso em 10 out..2018.

_____. PARANÁ APRESENTA SEU PLANO Estadual de recursos Hídricos. 11 mar. 2010. Disponível em http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=89> Acesso em 10 out. 2018

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná. **Resolução nº 05**, CERH/PR de 4 de dezembro de 2001. Composição de Mesa Provisória do Comitê da Bacia do Tibagi. Disponível em: <http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/CERH_-_RESOLUCOES/resolucao_5_aprova_mdp_tibagi.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2001.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná, **Resolução nº 08**, CERH/PR de 16 de janeiro de 2002. Composição de Mesa Provisória do Comitê da Bacia do Tibagi. Disponível em: <http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/CERH_-_RESOLUCOES/resolucao_8_mdp_tibagi.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2002.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. – Paraná. **Resolução nº 10**, CERH/PR de 28 de maio de 2002. Aprova a composição do Comitê da bacia do Rio Tibagi. Disponível em http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/CERH/Resolucoes%20CERH/2002/res1002_CERH.pdf> Acesso em 10 out.2018.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. – Paraná. **Resolução nº 43** CERH/PR de 03 de novembro de 2005. Constitui Câmara Técnica de análise e proposta de delimitação das áreas de atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de caráter provisório Disponível em <<http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/r432005.pdf>> Acesso em 10 out. 2018.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos– Paraná **Resolução nº 49** – Paraná. CERH/PR, de 20 de dezembro de 2006 Dispõe sobre a instituição de Regiões Hidrográficas, Bacias Hidrográficas e Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Paraná. Disponível em <<http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/r492006.pdf>> Acesso em 10 out.2018.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná. **Resolução n.100**. 17 de agosto de 2016. Aprova o enquadramento dos corpos de água superficiais na área de abrangência do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, em classes, de acordo com os usos preponderantes. Disponível em <http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/CERH_-_28_RO/resolucao_100_cerh_enquadramento_tibagi.pdf> Acesso em 30 ago. 2016.

CNRE – Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução n.32**. De 15 de outubro de 2003 Institui a Divisão hidrográfica nacional, 2003.

COPATI Consorcio de proteção ambiental da Bacia do Rio Tibagi. **História**. Disponível em <<http://www.copati.org.br/index.php/copati/historia.html>> Acesso em 2018.

_____. Consórcio de proteção ambiental da Bacia do Rio Tibagi. **Estatuto**, 2002. Disponível em < <http://www.recursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/anexo9-4or2002.pdf>> Acesso em 2019.

COPEL. Companhia Paranaense de Energia. **Revisão da Divisão de Queda do Trecho Médio do Rio Tibagi**. Curitiba, 1997

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DELIBERAÇÃO n. 01 . 28 de julho de 2006. Disponível em<http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/001_2006_ctplano.pdf> Acesso em 28 jun. 2006.

_____. n. 02, Aprova propostas do Grupo de Trabalho que analisou a representatividade e a composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi. de 04 de outubro de 2006. Disponível em<http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/005_2006_aprova_propostas_do_gt_composicao_e_representat.pdf> Acesso em 04 out. 2006.

_____. n. 04. De 04 de outubro de 2006. Aprova Moção sobre a retirada da Usina Hidrelétrica Mauá do leilão de energia nova previsto para o dia 10 de outubro de 2006. Disponível em http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/004_2006_mocao_mme_aneel_uhmaua.pdf Acesso em 29 nov. 2006a.

_____. n.05 de 04 de outubro de 2006. Aprova propostas do Grupo de Trabalho que analisou a representatividade e a composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi., 2006b.

_____. n. 07. de 29 de novembro de 2006 Indica os representantes da Câmara Técnica para Acompanhamento dos Estudos da Usina Hidrelétrica Mauá. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/007_2006_ct_estudos_da_uhe_maua.pdf> Acesso em 29 nov. 2006c

_____. n. 08. 16 de abril de 2008 Institui a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL;. Disponível em < http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/008_2008_ct_nstitucional_e_legal.pdf> Acesso em 16 abr. 2008

_____. n. 10 *AD REFERENDUM*. 19 de outubro de 2010 Altera a Câmara Técnica para acompanhamento da elaboração do Plano da Bacia do Rio Tibagi – CTPLAN;. Disponível em < http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/DELIBERACAO_10.pdf> Acesso em 19 out. 2010.

____ **n. 11 AD REFERENDUM** . 19 de outubro de 2010 Altera a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL;. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/DELIBERACA_O_11.pdf> Acesso em 19 out. 2010b

____ **n. 12.** De 01 de setembro de 2010. Aprova Moção de apoio à criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, 2010c

____ **n. 13** . 07 de dezembro de 2011 Cria a Câmara Técnica para acompanhamento da elaboração do Plano da Bacia do Rio Tibagi – CTPLAN;. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/DELIBERACA_O_13.pdf> Acesso em 07 dez. 2011.

____ **n. 14.** 07 de dezembro de 2011. Nova composição da Câmara Técnica para Atualização do Regimento Interno. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/DELIBERACA_O_14.pdf> Acesso em 07 dez. 2011a.

____ **n. 15 AD REFERENDUM.** 28 de setembro de 2016 referenda as indicações dos membros do CBH-TIBAGI, representantes dos Usuários e das Entidades Cíveis de recursos Hídricos com Atuação na UGRHI-TIBAGI. . Disponível em http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/deliberacoes/DELIBERACA_O_15.pdf> Acesso em 28 set. 2016a.

____ **n.16** de 20 de março de 2016. Aprova o enquadramento dos corpos de água superficiais. Disponível em http://www.recursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/20_REUNIAO/deliberacao_enquadramento_tibagi.pdf.> Acesso em 10 jun. 2016.

DOWBOR, M.; HOUTZAGER,P.; SERAFIM, L. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: CEBRAP:IDS, 2008. Disponível em <<http://polis.org.br/publicacoes/enfrentando-os-desafios-da-representacao-em-espacos-participativos/>> acesso em 10 fev. 2019.

FIORIN, J. L.. **Linguagem e ideologia**. 1990. 2.ed. São Paulo: Atica, 1990.

FRANCE. **Loi n°64-1245** du 16 décembre 1964. Relative au régime et à la répartition des eaux et à la lutte contre leur pollution. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006068236>>. Acesso em 10 de jul. 2017.

____ **Loi n° 92-3** du 3 janvier 1992. Sur l'eau. Disponível em:<<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000173995>>. Acesso em 10 jul.2017

____ **Loi n°2006-1772** du 30 décembre 2006. Sur l'eau et les milieux aquatiques. Disponível em:

<<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000649171>.> Acesso em 10 jul. 2017.

FREIRE, S. A. **Conhecendo análise de discurso**. Manaus: Editora Vaker, 2006.

_____. **Análise de Discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus: CensuEd., 2014. Ebook.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Índios do Brasil. Disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge#>>. Acesso em 10 de junho de 2006.

GIUSTINA, E.F.D; LUIZ, D.E.C.. Sociedade civil e participação hegemônica e contra hegemônica. **Em Tese**. Revista eletrônica dos pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, v.10,n.1, jan/jul, p..67-91, .2013. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n1p67> >Acesso em 10 out 2017.

GOHN, M.G. O novo associativismo e o terceiro setor. **Revista de Serviço Social & Sociedade** n.58. ano XIX, nov. 1998. p.9-23.

_____. M.G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARAES, A.A.M. **Democracia possível: espaços institucionais, participação social e cultura política**. Campinas: Alínea, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 6.v. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras 1999-2000.

JACOBI, P. Governança da água no Brasil. In. Ribeiro W.C. (org). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume. 2009. p.35-60.

_____. Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governança da água no Brasil. **Interthesis**, Florianópolis, v.7, n.1, p. 69-95, jan./jul. 2010.

KEMERICH, P. D. C., RITTER L. G., DULAC V. F.. Gerenciamento de Comitês de bacia: desafios e potencialidades **REMOA** - V. 13, N. 5 (2014): Edição Especial LPMA/UFSM, p. 3737-3743 disponível em <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/14412/pdf>> acesso em 10 jan. 2017.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas,SP: Pontes, 1988.

LANNA, A.E. Da Gestão Participativa da água que (não) temos para a gestão participativa que queremos. **I Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste-Valorizando: conservando e preservando uma riqueza regional**. Brasília, Junho 2000

_____. **Introdução à gestão das Águas no Brasil**: notas de aula adotadas em diversos cursos sobre gestão de recursos hídricos. Porto Alegre: AlfaSigma Consultoria, 2001. Disponível em <<https://www.tratamentodeagua.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Introdu%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Gest%C3%A3o-das-%C3%81guas-no-Brasil-Notas-de-aulas-adotadas-em-diversos-cursos-sobre-Gest%C3%A3o-de-Recursos-H%C3%ADricos.pdf>> acesso em 10 de fev. 2017.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua nova**, vol. 44, p. 121-135, 1999.

LEAL, A.C.. Planejamento participativo de bacias hidrográficas: ações em desenvolvimento na UGRH-Paranapanema – Brasil. **Revista Equador**. V,04,n.03,ano 2105. Edição especial. Disponível em <<http://www.revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/viewFile/3643/2119>> Acesso em 10 out.2018.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**: Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MACEDO, D. Os recursos hídricos e a constituição. **Revista da procuradoria geral do estado**. Fortaleza. n. 12. 1993. p. 191 – 198. Disponível em <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1993;1000503839>>Os recursos hídricos e a constituição Acesso em 10 jan. 2015.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**.23 ed. Revista, ampliada e atualizada. Malheiros: São Paulo,2015.

MACPHERSON, C.B. **A Democracia Liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro:Zahar, 1978.

MALHEIROS, T. F.; PROTA, M. G.; PÉREZ RINCON, M. A. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. **Ambi-Água**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 98-118, 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.970>>Acesso em 20 ago. 2014.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia. 2.ed. São Paulo:Nova Cultura, 1985.

MEC. Ministério da Educação. **Educação indígena**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/educacao-indigena>> Acesso em 10 jan. 2019.

MEDRI, M. E.; BIANCHINI, E. SHIBATTA, O. A.; PIMENTA, J. A. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina, 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/biologicas/pages/arquivos/pdf/Livro-A-Bacia-do-Ti_bagi.pdf>. Acesso 01 abr. 2017.

NEDER, R.T. **Crise socioambiental**: Estado & Sociedade civil no Brasil (1982-1998). São Paulo: Annablume, 2002.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOTA TÉCNICA 1 sobre a proposta de enquadramento. Plano de Bacia do Rio Tibagi. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Tibagi/Proposta_de_Enquadramento_Nota_Tecnica.pdf> acesso em 30 nov. 2014.

NOTA TÉCNICA REVISÃO 1. Sobre a proposta de enquadramento. Plano de Bacia do Rio Tibagi. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/plano_de_bacia/NOTA_TECNICA_SOBRE_A_PROPOSTA_DE_ENQUADRAMENTO_DA_BACIA_DO_RIO_TIBAGI_REV.pdf>> Acesso em 28 de fev. 2016.

ORLANDI, E.P **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 1992..

_____. A leitura e os leitores possíveis. In : ORLANDI (org.) **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes. 1998. p. 07-24.

_____. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In. MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas: Pontes, 2003. p.9-11.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Lingua(gem)**. Vitória da Conquista, p.9-13, jun 2005b.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6.ed. Campinas: Pontes, 2011.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2016.

_____. ; RODRIGUEZ-ALCALÁ, C. A Produção do Consenso nas Políticas Públicas Urbanas: entre o Administrativo e o Jurídico. **Escritos n. 8**: cidade, consenso e políticas públicas. LABEORB, . Disponível em <<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/perfil/lerArtigo.lab?id=31>> Acesso em 10 out 2018.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PARANÁ. Aguasparaná Instituto das águas do Paraná. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi**. Módulo 1 – Diagnostico Módulo 2. Iniciativas em andamento na bacia. 2009. Disponível em <

http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/Diagnostico_BHT-Versao_Final.pdf > acesso em 10 out. 2009.

_____. Decreto nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010. Regulamenta o processo de constituição de Comitês e da outras providências. **Decreto**. Paraná, PR, 27 dezembro. 2010. Disponível em: <http://www.rekursoshidricos.pr.gov.br/arquivos/File/CERH/Decretos/decreto_comite_s.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2010.

_____. Decreto nº 9.131, de 27 de dezembro de 2010. Regulamenta a participação de Organizações Civas de Recursos Hídricos junto ao SEGRH/PR **Decreto**. Paraná, PR, 27 dezembro. 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=58747&codItemAto=453208>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

_____. Decreto nº 9.132, de 27 de dezembro de 2010. Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos;. **Decreto**. Paraná, PR, 27 dezembro. 2010. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=58750&codItemAto=453222#453222>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

_____. Decreto nº 7.348/13 que Regulamenta a Cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos; **Decreto**. Paraná. PR Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=87728&indice=1&totalRegistros=1> Acesso em 21 fev.2013.

_____. Decreto nº 9.957/14 que Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos. **Decreto**. Paraná. PR Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=113097&indice=1&totalRegistros=1>> acesso em 23 jan.2014.

_____, Decreto n. 5.790 de 13 de junho de 2002. Institui o Comitê da Bacia do Rio Tibagi e designa seus integrantes. **Decreto**. Paraná. PR, Disponível em <<http://paranapanema.org/cbh/legislacao/paranaense/>> Acesso em 13 jun.2002.

_____. Lei 12.726/1999 Instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. **Lei** Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=5849&indice=1&totalRegistros=5>> Acesso em 15 jul 2015.

_____, **Portaria Nº 003**, SUREHMA, que enquadram os cursos d'água da Bacia do rio Tibagi de 21 de março de 1991.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULA JUNIOR., F. Formação, diálogo e participação no planejamento e gestão das águas. In.:PAULA JUNIOR, F., MODAELLI, S.(orgs). **Política de águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de**

recursos hídricos. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Brasília: MMA, 2013. p. 57-74. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/livro%20azul_políticas%20da%20gua%20e%20educação%20ambiental_web%20_completo_com%20mapa%20(1).pdf> Acesso em 10 out.2018.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2.ed. Campinas: Pontes 1997a.

_____; **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp,,1997b.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2010, p. 159 -249.

PLANO de Bacia: proposta de enquadramento: finalização. **Produto 5** <Disponível em http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/plano_de_bacia/Produto_05_Proposta_de_Enquadramento_Revisao_5.pdf> Acesso em ago. 2015

____ de Bacia: relatório das consultas públicas. **Produto 07**. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Tibagi/Plano_de_Bacia/Produto_07_Relatorio_das_Consultas_Publicas.pdf> Acesso em jan.2019.

PORTO, M.; PORTO, R.L. Gestão de Bacias Hidrográficas. **Estudos Avançados**, v. 22,n.63, São Paulo,2008.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. IN: MOTA, E. et al (orgs) **Serviço Social e Saúde**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da saúde 2006. Disponível em <http://www.sbfpa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf> Acesso em 10 mar.2016.

RAMOS, L.C.S. A sociedade Civil em tempos de Globalização: uma perspectiva neogramsciana. **Dissertação** de mestrado. PUC Rio Programa de Pós-graduação em relações internacionais. Rio de Janeiro 2005. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6617/6617_1.PDF> Acesso em 10 jul.2017.

ROORDA, M. S. **A construção da lei de Recursos Hídricos do Estado do Paraná e sua implementação**. 2005. 102 f. **Monografia** (Especialização) - Curso de Curso de Especialização em Gerenciamento Municipal de Recursos Hídricos, Hidráulica e Saneamento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SÁ, J. A. C.A.; CAMPOS, L.R.. O Direito e a Gestão de Águas. In: CAMPOS, N. STUART, T. (Ed.). **Gestão das Águas**. 2. ed. Porto Alegre: Abrh, 2003. Cap. 13. p. 207-225.

SÃO PAULO, **LEI Nº 7.663**, de 30 de dezembro de 1991 Atualizado até a Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/alteracao-lei-7663-30.12.1991.html>> Acesso em 10 ago.2017.

SEMA Secretaria de Estado do meio ambiente. **Bacias Hidrográficas do Paraná:** serie histórica. Curitiba: SEMA 2004. Disponível em<<http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/TIBAGI/TIBAGI-02-Municipios.pdf>> Acesso em 20 ago. 2017.

SERAFIM, L.; SANTOS, A.**representação e representatividade nos espaços de participação cidadã.** Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/505/505.pdf>> Acesso em 19 de jan.2019.

SETTI. A., A; LIMA, J.E. F.W. CHAVES, A.G.M. PEREIRA, I.C. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos.** Brasília: ANEEL: Ana, 2001.

SHUMPETER. J.A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.**0 Rio de janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em <www.ie.ufrj.br/.../100820171042_SchumpeterCapitalismoSocialismoeDemocracia.pdf> Acesso em 11 de out. de 2018.

SILVA, J.M. análise do discurso e pesquisa qualitativa na geografia. In:..RAMIRES, J.C.L.; PESSÔA, V.L.A. (org.) **Geografia e pesquisa qualitativa:** uma trilha da investigação.. Uberlândia: Ed Assis, 2009.p.91-122.

SILVEIRA C.A.C. MEJIA. L. FERREIRA. R.S.A. GUILHON, L.G.F. BARROSO SILVA, O. FREITAS, M.A.V. Água e energia elétrica. In FREITAS, M.A.V. (org.) **O Estado das águas no Brasil – 1999:** perspectivas de gestão e informação de recursos hídricos. Brasília: ANEEL. 1999.

SIMIONATTO, I. Razoes para continuar utilizando a categoria Sociedade Civil. In. LUIZ. D. E. C.(org) **Sociedade Civil e Democracia:** expressões contemporâneas. São Paulo: Veras Editora, 2010. P.29-54

SOUZA, N.R. Cenários e atores: a arena pública do conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (1997-2001). In. FUKS, M., PERISSINOTTO, R.M., SOUZA, N.R.(org.) **Democracia e participação:** os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: Ed. UFPR,2004.p.75-1004.

SOUZA JUNIOR, W.C. **Gestão das águas no Brasil:** reflexões, diagnóstico e desafios. São Paulo: Petrópolis: IEB-Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2004.

STASSEN, J.F. **Exclusion and participacion:** can the excluded become able to participate? Belgium: Université de Liege, 1999.

TELLES, V.S. Os dilemas da pobreza: entre a cidadania e a filantropia. **Cadernos da escola do legislativo**. Belo Horizonte, p.51-86, v. 6, n.11, jul/dez./2000. Disponível em <
https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/11/vera.pdf> Acesso em 10 out. 2018.

TONELLA, C. Conselhos municipais e políticas públicas na região de Maringá. In. FUKS, M., PERISSINOTTO, R.M., SOUZA, N.R.(org.) **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: Ed. UFPR,2004. p.181-220.

UGRH – PARANAPANEMA,, Unidades de Gestão de Recursos Hídricos-Paranapanema-. **Caracterização geral**. Volume 2. Disponível em <
<http://paranapanema.org/cbh/historico/documentos/proposta-de-instituicao-do-cbh/>> Acesso em 10 out.2018.

UNIVERSIDADE Estadual de Ponta Grossa. Biblioteca Central Prof. Faris Michaelle. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. 3. ed. rev. Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em <
http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/901/LIVRO_ManualNormaliza%C3%A7%C3%A3o%283-ed_rev.-atual-2017%29.pdf?sequence=4> Acesso em 10 out. 2018

ZIMMERMANN, C.M., GUIMARAES, O.M, PERALTA-ZAMORA, P.G. Avaliação da qualidade do corpo hídrico do rio Tibagi na região de Ponta Grossa utilizando análise de componentes principais. **Quim. Nova**, v.31,.n.7, p. 1727-1732, 2008.

WOLKMER, M. F. S., PIMMEL. N. F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência**: Florianópolis n. 67 p.165-198, dez 2013

APÊNDICE – Entrevistas

SOCIEDADE CIVIL SC ONG1 –
1-Qual seu nome? Meu nome é Marcelo Arasaki , eu sou biólogo e faço parte da última.
2-Qual sua idade? Eu tenho 33 anos
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Eu sou biólogo, meu grau de escolaridade é o terceiro... nível superior completo. Biólogo.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? A ONG Meio Ambiente Equilibrado de Londrina
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Pessoalmente é a primeira vez, mas a nossa organização já participa desde 2006 das eleições do Comitê.
6-Você é titular ou suplente? Eu sou Titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? Do Comitê? Na verdade a eleição foi a pouco tempo, no começo desse ano, então a gente se elegeu e ainda não participamos de nenhuma reunião da qual se dividisse né em câmaras técnicas, mas a gente pretende, provavelmente a que faz parte das questões biológicas a gente com certeza gostaria de fazer parte. Hoje não fazemos porque eu acredito que nem deve ter ainda essa divisão dentro do Comitê.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Bom, gestão são todos os mecanismos que a gente entende da participação da sociedade em meios onde o setor público é que gera as ações e atividades. A gente ta participando ali que é uma forma de pessoas que não fazem parte de órgãos públicos ter voz ativa, poder representar, na verdade, algum tipo de opinião ou de assunto que a sociedade quer colocar dentro desse nível no qual, a gente como pessoa, como organização consegue participar, então a gestão seria no caso, esse tipo de gestão eu entendo como uma gestão de cidadãos, de pessoas, dentro de órgãos ou organismos públicos
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Tripartite que é? Significa? Tripartite é três partes, e é dividida em três partes eu não sei porque, você que está me informando agora. Não, eu participo na verdade das questões relevantes principalmente a região, a bacia hidrografia do rio Tibagi, questões da qualidade da água, não sei se isso aí são três pés dessa gestão, mas a gente procura obedecer esses rituais dentro do Comitê para colocar nossas opiniões, nossas propostas, e dialogar lá dentro, é difícil mas é isso que a gente tenta fazer.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Nossa instituição sempre participou deste Comitê, seja em participação por interesses pessoais, de conhecer a estrutura e os mecanismos, e seja por enfrentar debates em relação a proteção dos rios e mananciais. Mesmo quando por boa ou má intenção dos principais atores internos éramos colocados como meros representantes da Sociedade Civil, achávamos importante a nossa participação. Quanto a escolha do meu nome, se deu por vontade própria, tendo em vista que outros conselhos dos quais a ong faz parte já tinham nomes e para este me coloquei a disposição no dia da eleição em Londrina
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Nossa instituição, como eu falei, desde 2006 participa desse Comitê, tem um integrante dentro do Comitê, partiu mais de dentro da organização que eu faço parte, a gente tava sem força e sem expressão dentro do Comitê, que é um Comitê importante, vista que a ONG trabalha bastante com a questão biológica e que de certa forma tem bastante conexão com água, com os rios, com o que a gente tem de recurso hídrico, então isso interessa a nossa organização, a ta participando das discussões referentes a esse assunto.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Olha, eu faço bem o ritual mesmo. Eu acredito que poderia ser muito melhor. O Comitê já existe em termos de transparência eu acredito que até tenha no site das águas lá do, Aguasparaná, ele tem um link ali falando do Comitê de bacia, mas ali não ta toda discussão que existe lá dentro. Deveria talvez ter um mecanismo diferente pra mostrar o que o Comitê faz. Hoje o que eu faço é, eu participo das reuniões, dos debates e tal, e tento trazer o que foi debatido e trago também geralmente a ata na qual eu gosto de fazer uma releitura com o pessoal que eu represento, com os meus representados, pra gente ver se faltou alguma coisa né, se alguma parte da discussão em que a gente até opinou e fez uma agenda positiva, que seja cumprida. Então é esse é minha função de interlocutor como representante, é mais ou menos isso, pegar os assuntos que estão sendo discutido lá dentro e trazer para dentro de uma das discussões internas aqui da nossa organização.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Ah sim... É uma pergunta bem difícil essa, porque geralmente você participa do Comitê justamente porque você já tem referências de pessoas que você está representando, que então eu não tô ali só para as questões da ONG, eu to ali como um cidadão né, como eu comecei a minha fala. É a participação do cidadão no Comitê que é um organismo que a gente consegue atuar como cidadão, mas se de vez em quando divergem as opiniões da minha entidade e da minha representação ali, provavelmente ganha aquilo ali que está sendo debatido ali né. Eu não consigo talvez levar todas as opiniões formadas dentro de um grupo, dentro da organização, ou de quem eu represento, lá para dentro e colocar aquilo como, vamos dizer assim, não consigo colocar como, defender a ponto de que se só eu tô defendendo uma coisa, os outros tão defendendo outras, vai ser a maioria que vai da representatividade não simplesmente a opinião que eu tô levando lá para dentro. É isso resposta a resposta?
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? É uma falha essa, eu acho, eu mesmo participando dali eu acredito que o meu objetivo de estar ali antes até mesmo de levar posições de quem eu represento, são porque se eu não tiver lá não tem outras pessoas que vão fazer esse papel, por que apesar disso eu tô dentro de um Comitê mas eu não ganho para isso, eu tô lá como cidadão e a transmissão do que acontece lá para os demais que não só os meus representados é uma coisa que eu tenho falhado provavelmente desde que a ONG surgiu e está dentro do Comitê. Porque é muito complicado né, eu acredito que a gente estar lá já é a resposta para isso, dá simplesmente de uma pessoa da sociedade, está vinculada a uma organização, mas está lá dentro do Comitê, mesmo que eu não consiga transmitir o que foi ali debatido, transmitir para a sociedade que não seja também só que eu represento, é uma grande falha e eu acredito que isso não aconteça na maioria dos Comitês, dos conselhos, que eu participo são assim, eu participo pela causa mesmo né. Eu acho que a falha estaria em eu não conseguir reportar isso para mais níveis da sociedade
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? É ou é outra coisa que é complicado também, porque se a gente for falar que não existe ali dentro uma partição de responsabilidades é mentira, tanto por parte do órgão público, geralmente quem comanda as ações, quem chama as discussões, só que não necessariamente se a maioria ali que está representando ONGs, outras entidades, que não sejam públicas, existe sim uma, não seria um benefício, mas existe por parte dos órgãos públicos domínio ali, das situações, dos controles sobre o que está sendo discutido ali, as leituras e as coisas que são levados para lá em termos de leis, e tal. Até proposta de lei para derrubar algo algum tipo de lei que barra certa ação ou atividade do

Comitê, é debatido lá, mas a voz ativa das pessoas, dos cidadãos, das representações que não são do órgão público, ficam no plano vamos dizer assim, de segundo plano. tá lá os órgãos públicos e quem principalmente utilizando o recurso água, que é a Sanepar, é a Copel, entende? Eles tem ali uma, vamos dizer, ele centraliza as informações, os debates, e tal. Quando me queixei da questão de como a gente pode aumentar sua transparência, é justamente as pessoas ou os organismos públicos, as organizações públicas, é que centralizam todo o conhecimento ali inclusive podendo fazer mudanças de acordo com o mérito que eles julgam, enquanto nós como participantes, a gente tem que participar de uma votação para que talvez uma pauta Nossa, colocada, vire de fato uma pauta de Comitê e depois seja abrangida por esses, por essas entidades públicas, mas que essa não é descentralizada, é centralizado com certeza nas figuras. Ah, e sobre como que era a gestão antiga, na verdade não teve grandes mudanças do início da participação da nossa ONG até hoje. é a mesma coisa de sempre, não tem melhorado em questão de Transparência, não melhora em termos de descentralização das informações, e dos do que tá sendo debatido, às vezes até com imposições praticadas. Eu falo isso porque participei ano passado não como como titular, mas participar das discussões no caso do enquadramento dos rios, e aquilo lá, se aquilo ali não mostra que é Centralizado a coisa, não sei o que seria, que é mais visível né, porque por exemplo uma mudança no enquadramento dos rios, como que é possível fazer essa mudança através de um Comitê sem observar audiências públicas, entendeu? nas três nas três partes do Rio, que é a parte alta, parte média, parte baixa, entendeu? A participação de quem de fato usa o rio, usando esse benefício do recurso hídrico, então quando eles propuseram a discussão para esse enquadramento dos rios, já ficou claro que ele que o órgão público gostaria de mudar para receber vantagem em termos de esgotamento sanitário, em termos de captação, tratamento e distribuição, entende? Acho que é isso.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Que envolviam antes? O modelo ele é esse modelo no qual eu acredito que até as leis que falam sobre Comitê, sobre conselho, sobre participação social, eles já mostram que tem que ser paritário, já existe essa regrinha de quantas pessoas vão participar que são de órgãos públicos. Quantos são de Sociedade Civil organizada, quanto das entidades das empresas, comércios, que são todos que recebe o benefício água, só que mesmo nesse formato, que já é, eu acredito que não é o formato novo, é o formato antigo, já de você montar um Comitê, continua a mesma coisa, acho que não tem não teve mudança e a prática também continua a mesma.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Não não, acredito que não é compartilhado, em termos da sociedade, geralmente as pessoas não têm conhecimento sobre o caminho que é percorrido para água chegar na torneira. Então por não ter conhecimento dificulta ela a entender que o Comitê pode representá-lo em termos de necessidades locais, porque quem que vai levantar na verdade hoje, e ir atrás de participar do Comitê porque tá achando que a taxa de água tá um pouquinho mais cara, ou que não está chegando O esgotamento sanitário em determinado bairro de Londrina, por exemplo. Ninguém faz isso. A gente faz justamente porque? Eu acredito que a organização ser de meio ambiente já levou a gente a participar, então é mais uma questão pessoal, de quem quer ir buscar, do que propriamente eu representar demanda local. Em termos, se isso é relevante para o município, eu acredito que sim, mas faz a diferença para melhorar esse sistema dentro do município eu acredito que não, a minha participação não faz melhorar a qualidade dos serviços referentes a água para o nosso município, então a demanda local ela não é posta como assunto lá dentro, né, como pauta, é sempre vindo a problemática vindo do órgão público, e agente como parte do Comitê discutindo, colocando em xeque, como organização a gente pode mandar ação civil, então se a gente achar que não está dentro do padrão, das leis que a gente conhece, do respaldo que a gente tem de Meio Ambiente de profissionais do meio ambiente, e a gente traz uma pauta aqui para dentro, ela parece ser uma demanda local, mas na verdade é uma discussão entre especialistas aqui da organização em termos do que está sendo discutido lá dentro e não o contrário, a gente levando a problemática para lá. É sempre de lá para cá. então é unilateral. A demanda local, ela não é prevista dentro das discussões. Talvez excepcionalmente quando uma pessoa, um secretário se envolve nessa questão e leva para dentro do Comitê, talvez é possível que a demanda seja discutida, mas não é isso que acontece na maioria das ações ou das atividades que a gente promove dentro do Comitê. (A sociedade) não está representada, mesmo eu fazendo parte da sociedade estando lá
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Olha... eu, nessa participação ativa minha, teve, que eu me lembre aqui de cabeça, teve uma reunião já, só que eu estava viajando, e eu pedi para minha suplente fazer a participação, que ela é uma bióloga da Universidade. Ela foi e tal, mas foi a mesma coisa, eles apresentaram a nova formação do Comitê, apresentou o presidente, cada cadeira, Quem era cada um, colocaram lá uma pauta que era uma pauta vinda do órgão público, que eu acredito que era referente a, se não me engano essa foi essa primeira e única reunião que teve até agora desde o começo do ano quando foi formado o Comitê, era sobre o assunto, não era sobre enquadramento mas acho que era sobre o esgotamento sanitário da ets aqui, as estações de tratamento aqui em Londrina, chamaram para discutir e tal, mas daí virar umma ação concreta depois é uma coisa que eu não vi acontecer, então o que eu espero dessa gestão é uma maior atividade, Por que os outros Comitês, as outras formações do passado, apesar de não ter essa participação nas demandas locais, eles pareciam mais ativos. Do começo do ano para cá que foi eleito o novo Comitê não vi muita coisa acontecer não
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Acho que esse questionário que você passou, ele abrange bastante principalmente quando eu falo de ser unilateral, se a demanda é centralizada também por parte do órgão público, eu acredito que essa é a principal forma de domínio dos órgãos públicos sobre o Comitê que é quem discute, diverge, divaga sobre água. Então na verdade não poderia ser assim, como é um conselho formado talvez de forma paritária, eu não lembro certo qual que é o Regimento dentro disso, deveria ter tanto demanda de um lado, seria dos órgãos públicos, quanto demandas da Sociedade Civil, certo? Porque que talvez não aconteça isso? Eu acredito que a falta de participação e das pessoas entenderem que a participação. mesmo sem estar representando uma classe social uma parte da sociedade, tem que participar as pessoas que fazem parte da Bacia do Tibagi, que usam daquilo, entender aquilo, é a bacia hidrográfica unidade de gestão, deveria participar porque ali se decide, talvez, uma classificação do Rio, a classificação do Rio para que não venha um empreendimento poluidor, para uma pessoa que usa a água desse Rio, ou de um rio que é afluente do Rio Tibagi. Então a falta de entendimento talvez das pessoas dentro de um Comitê, ou de conselhos e tal, a participação social das pessoas é uma coisa que para mim é o principal problema, porque daí mantém essa hierarquia de órgão público vir com a demanda, enquanto parte da sociedade não vem a demanda, ou se vem tem que vir discutida como uma organização não governamental, ou do setor privado, para entrar dentro do Comitê, se não fica perdida e vira uma demanda local que tem que ser resolvida pelo Município, ou pela região, e a bacia hidrográfica do Tibagi é muito grande, então ela envolve uma série de ambientes de Campos Gerais, ali em Ponta Grossa, até ali região de Tibagi, quanto quando ele sobe para cá aí já pega o ambiente que é Florestal, estacional, minha especialidade de falar disso. Então o Tibagi ele abrange uma gama de situações que não é possível só demandas dos órgãos públicos chegar para ser discutida lá dentro. Existe demanda social, existe demanda local em termos de discussão sobre o uso, o uso compartilhado da água, nas outorgas, quem usa mais as empresas,

então senão parte de quem usa, e quem tem necessidade pela água, provavelmente o Comitê vai ficar sempre com essas mesmas atividades, e as demandas vindas do Poder Público, para dentro da sociedade e não vice-versa ou não balanceada dos dois lados né. Não, acredito que nessa fala, apesar de eu ser um pouquinho demorado para responder, pensar um pouquinho né para tentar responder da melhor forma, acho que a gente conseguiu englobar bastante do que a situação do Comitê hoje. Provavelmente você não vai escutar a mesma coisa das outras pessoas que você vai entrevistar, por que são pessoas que fazem parte ou do Poder Público, ou fazem parte do próprio organismo, o próprio órgão que faz a gestão do Comitê que é a Sanepar né, então eu acredito que a minha fala vai ser a que vai destoar mais do que a fala de outros dos outros membros do Comitê.

SOCIEDADE CIVIL SC ONG2
1-Qual seu nome? Robson Carlos Klimionte
2-Qual sua idade? 36
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Médico Veterinário, formado na Federal de Santa Maria. Graduação.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Assim, posso ir contando a história? Eu represento o Instituto Klimionte Ambiental
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? No Comitê da Bacia do Tibagi sim. Eu atendo no Conselho de uso de animais, deixa eu lembrar o nome. Chama-se CEUA, Comitê de Ética do Uso de Animais da UEPG, já fazem 3 para 4 anos que eu sou um dos membros, e a gente avalia todos os projetos da UEPG que vão ter animais como experimento e para ver se passa ou não passa, né? É um código de ética isso e eu faço parte como, pelo Instituto Klimionte dentro desse Comitê. Faço parte do CONDEMA, que é conselho municipal de meio ambiente, faço parte agora do Comitê da bacia do Tibagi e Comitê de recursos hídricos, conselho estadual, isso, e fazemos parte também do Conselho Estadual de Direitos dos Animais, o CEDA. São 4 conselhos que a gente tem cadeia.
6-Você é titular ou suplente? Titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? Ainda não me colocaram em nenhuma câmara técnica.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada você não tem um gestor, e isso são vários gestores que convertem para um fim. Então são varias cabeças pensantes, vários líderes, digamos assim, cada um tem o seu posicionamento, né? Vamos supor, eu na medicina veterinária, agronomia, biologia, geografia, né? E esses gestores fazem uma gestão compartilhada para deliberar sobre sim ou não ou como proceder com determinado assunto.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Como ONG.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Bom, nós fomos convidados pela secretaria de meio ambiente, né, porque nós fazemos um trabalho de proteção de fauna. E acredito eu que o único instituto, o único entidade que tem esse perfil de fauna seria a gente. Então como a fauna do Tibagi tem tanto a fauna mamíferos, aves, e tem também os peixes, acredito que essa foi uma das, que nos deu a chance de participar.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Por eu ser presidente.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Não entendi. Como assim? Eu vou ter a pauta e levar para a minha entidade. Isso? Ta... Hoje o nosso instituto é formado por agrônomos, veterinários, biólogos, advogados, então nós sempre temos reuniões mensais ou quando necessárias, e a gente discute certos assuntos. E dentro desses assuntos a gente conversa sobre o que nos foi proposto e geralmente nós chegamos a um consenso. Eu não decido sozinho, a não ser que seja um questão de ordem do dia que previamente não teve como discutir, aí eu vou fazer meu voto e justificar para a minha equipe porquê, porque é eu que represento eles, então... mas mais ou menos a gente sabe o pensamento né.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Dentro da minha entidade? Sim, como eu falei, a gente discute e vê o que é melhor, porque, vamos supor assim, existe uma questão geológica, né? Eu como veterinário não vou saber se isso está certo ou errado, mas os agrônomos vão poder dar um posicionamento, seja algo na questão de peixe, uma coisa assim. A minha questão é mais na fauna tipo mamífero e aves mesmo, mas quando vem algo que foge do meu conhecimento, a gente sempre compartilha para ver.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Como, de novo? (risos) Ta, eu não sei se é essa a resposta, mas eu vou responder do jeito que eu penso. Quando vem uma questão para ser discutida dentro do Comitê, indiferente se é da bacia do Tibagi ou não, a gente deixa um pouco a emoção e o coração de lado, nós nos pautamos sempre pela técnica. Na minha opinião, quando você vai para o lado técnico, dificilmente você está errado. Quando você age com a paixão, ou coração, muitas vezes você pode ter um jogo errado. Então sempre procuramos o lado mis técnico, que tem estudo, que tem provas ou que tem posicionamento comprovado por materiais, métodos, enfim. O que eu penso é que dificilmente você vai ser condenado por alguma coisa se o teste, de repente o livro está de baixo do teu braço. A técnica, o modo, é o modo certo, correto. Então muitas vezes, a gente tem essa característica, tentamos agir mais desse lado do que com a emoção. Eu não sei se respondi ou não, mas é mais ou menos isso que eu penso, por exemplo, vai ter, vamos supor, vamos pegar um exemplo assim... vai ter lá uma, que a gente sabe que vai ter mais hidrelétricas no decorrer, estão para sir mais 4 ou 5 hidrelétricas daqui até Londrina, não sei se é correta essa informação, se já mudou ou não, mas é a informação que eu tenho. A hidrelétrica vai ser feita em tal local, quais são as vantagens e desvantagens, ah, os pontos positivos são esses, esses e esses, os pontos negativos são esses, esses, esses. Ta. Qual vai ser o impacto, como que vai ser feito a compensação desse impacto, qual vai ser a área que vai ser atingida, qual é o benefício que de repente isso vai trazer, qual é o desenvolvimento para aquela região que vai trazer, então a gente observa muito essa questão técnica. Então o posicionamento nosso é em torno disso.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Não sei como que era antes. Como que era antes? Não sei. Ah não, antes da existência de um Comitê, penso eu que vinha de cima para baixo, engulam e pronto. Penso eu que seria dessa forma. Com o Comitê, como são 27 entidades? 40. É, 27 acho que são do CONDEMA. Como são 40 membros de todos esses setores, vai ter lá um veterinário, vai ter um agrônomo, vai ter um biólogo, vai ter um geólogo, vai ter um empresário, vai ter alguém que vai proteger as pessoas que vão ser desabrigadas, alguém que vai proteger os índios, entendeu? Então isso faz com que a decisão, acredito eu, seja mais correta. A partir do momento em que sai um laudo, não vou dizer laudo,

mas um documento do Comitê da bacia do Tibagi, esse documento tem poder. Olha, foi falado, foi apontado, e de repente não era elencado alguns problemas que sabiam que iam acarretar esses problemas, mas não era colocado, porque ah, quando acontecer a gente vê, com o Comitê não, cada pessoa vai pensar de um jeito, cada gestor vai pensar de um jeito, certo? E vai já visionar os problemas que vão ocorrer para já ir prevendo como ele vai ser contornado ou não ser feito, enfim, é aquela questão, né, você ponderar o que é certo o que é errado, o que é viável e o que não é viável.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Antes ou nesse? Legislação não é meu forte. (risos) Eu não sei como que era antes. Nós só tivemos uma reunião, eu tive acesso ao estatuto só, do Comitê que a gente leu, para ver como que se baseia, mas o Comitê, eu sei, ele tem, inclusive força de veto, então se de repente for feito uma ação, alguma coisa, ele pode entrar com o poder de veto. Eu acho importante, porque sair da mão somente das pessoas que estão interessadas. Quando eu estou interessado em alguma coisa eu faço acontecer. Se não tiver nenhum, uma pessoa falar, não fala, qual que é a base técnica? Não tenho. Então eu tenho todo o estudo aqui e pronto acabou. Agora o Comitê sim, por ser pessoas de vários setores, acredito que... agora a legislação a fundo não sei dizer. Quando eu vejo algum documento, alguma coisa assim, eu mando pro advogado do Instituto, ele que lê. Eu falo “olha cara, não entendi nada do que isso quer dizer”.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Acredito... hoje existem muitas consultas públicas né, essas reuniões onde a comunidade vai, representa, né. Na reunião que nós tivemos do Comitê que se não me engano foi em março, tinha várias pessoas da comunidade. Foi em Telêmaco Borba e tinham várias pessoas da comunidade preocupadas. A gente sabe que o Tibagi é um rio muito importante principalmente para a região de Londrina, Telêmaco, não que não seja importante para os Campos Gerais, mas é uma fonte de água para Londrina, então é importante. O Tibagi até existem estudos que vai ser feito uma coleta de água para Ponta Grossa, então ela é uma questão importante e eu acredito que a comunidade, ela tem que participar. O problema que eu vejo é que realmente só vai quem tem interesse em alguma coisa. E na minha visão, geralmente é alguém que tem algum interesse ou algo assim. Antes de ter essas reuniões, essas, essas... é, reuniões públicas, antes de ter um Comitê, foi como eu falei, a decisão vinha de cima para baixo, era isso ou aquilo e acabou, a comunidade falava a comunidade se manifestava, mas... vamos perguntar um exemplo que esta tendo agora, a questão da esarpa devoniana, né, se não tivesse as consultas públicas, se não tivesse, por exemplo ,outros órgãos envolvidos, isso já tinha passado e já tinha sido, né... apesar que a fundação ABC (é isso?) fez, isso na minha opinião, que a fundação ABC fez um estudo sobre essa redução, na minha opinião é um estudo tendencioso, né, porque eu vou estudar que quero implantar naquela área, então meu estudo não vai ser focado para que de certo para isso, e quando você tem a participação de outros órgãos você consegue ver que não é isso, entendeu? Por exemplo, se não existisse isso esse projeto de lei já tinha passado e pronto, e deu. Ontem eu vi ainda que por ser algo polemico, porque foi polemico, porque foi levado à comunidade, e com isso se tornou polemico? Se não tivesse levado não tinha se tornado polemico, né? Que as pessoas também não iam saber que estava sendo votado, e como gerou polemica, eles recuaram no projeto e colocaram na gaveta. Não sei se eu estou respondendo ou não.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Eu acredito que assim, vários segmentos, tem o pessoal da fundação ABC, da COPEL, da SANEPAR, tem pessoal das prefeituras, tem pessoal.. então assim, varias, como eu falei, várias cabeças com uma visão puxando para a sua realidade, então acredito que vai ser bem bacana, bem interessante. Tenho um expectativa muito boa que vai realmente funcionar.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Acho que é mais ou menos isso, eu só tive uma reunião mesmo, né? Tive uma reunião, li o estatuto, acredito que é uma ideia boa, tem muita coisa para acontecer? Tem. Acredito que própria questão dos conselheiros, né, dos conselheiros não, do pessoal do Comitê, dos participantes, tá indo mais a fundo, eu acho que é interessante, é uma coisa que tende a caminhar cada vez mais para ser uma voz cada vez mais ouvida. Mas uma representação mesmo.

- SOCIEDADE CIVIL – ENSINO SUPERIOR - SC ESI
1-Qual seu nome? Andre Celligori
2-Qual sua idade? 59
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Geólogo, doutorado.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? UEL, Universidade Estadual de Londrina.
5- É a primeira vez que atua neste Comitê? Isso, primeira vez. Se atuou em outros, quando e representando quem? Não
6-Você é titular? Sou.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Eu... não, de fato não. Não, eu participo da câmara técnica do próprio Tibagi.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada? Bom, o próprio nome já diz, não é só uma instituição ou uma, uma entidade que faz a gestão do que quer que seja. Não é só... gestão compartilhada é uma junção de todos os setores que fazem parte de um mesmo contexto no caso da bacia do Tibagi.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Quais são as três? Não me lembro exatamente, mas é... é órgão de pesquisa, se não me engano.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Minha área de pesquisa são hidrogeologia, e não tem muitos aqui na universidade que pesquisam isso. Aliás aqui na Universidade é só eu que pesquiso. A geologia está intimamente ligada a hidrologia geral que é o estudo das águas no geral. Então como eu sou de uma área que lida com isso foi sugerido o meu nome e eu aceitei.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Foi essa daí também... foi essa...
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? É difícil porque eu ainda não experimentei. Eu comecei agora e não tivemos nenhuma reunião ainda pós-nomeação, então eu não posso dizer, essa pergunta não posso dizer. Do modo convencional, você faz uma reunião, quer dizer, sempre tem uma motivação, nunca vão fazer reunião em cima do

nada, sempre tem, vamos dizer assim, nem que seja um problema, e essa questão é trazida, e a questão trazida, ela é compartilhada e discutida por todos. É assim.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Minha entidade é uma entidade de pesquisa, é difícil ter uma divergência frontal, porque a pesquisa ela caminha por si só, então não existe um posicionamento geral, a universidade pensa assim, e eu vou pensar diferente, não creio, é pesquisa, pesquisa é assim mesmo.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Bom, a comunidade é a comunidade da bacia, e eu penso na comunidade como um todo. Não sou eu que vou divulgar, mas já tem órgãos, inclusive dentro do Comitê de bacia, que tem essa área, que é a divulgação. Eu acho que a divulgação é o melhor método para divulgar o nosso trabalho, porque muitas vezes a gente faz o trabalho de pesquisa, um trabalho geral e ninguém sabe que foi feito, então a divulgação é fundamental.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Não sei como que era antes, só que agora o modelo de gestão é muito diversificado. Então você tem entidades de pesquisa, Usuário, é... indústrias, tem tudo. Então a gestão da bacia não é pensada somente do ponto de vista do Usuário, porque tem o outro lado da coisa, tem quem se utilize da bacia como meio de produção, então ela é bastante diversificada e acho bastante importante. A descentralização é importante porque as vezes tem um setor, quer dizer, por exemplo, aqui na nascente do Tibagi, ela é muito mais industrial do que aqui na jusante, então se for focar sempre numa região, por exemplo, lá na nascente, perto de Ponta Grossa e tal, as questões são mais abrangentes naquela área, então é muito mais industrial e mais agrícola, então a questão, as questões que surgem são agrícolas, muito mais que lá, então a descentralização é importante, se era isso que você queria saber.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Bom, é sempre... quem rege isso aí é a ANA, Agência Nacional das Águas, que é federal, apesar da dominância dos recursos hídricos e estadual, agora em termos de lei eu não posso te falar, eu conheço algumas mas aí a pergunta é muito específica
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Não sei se era diferente, mas hoje a participação é muito maior. Não é como deveria ser, mas é muito maior. O problema é que essa participação ela pode ser setorializada, quem mobiliza essa participação pode estar tendo interesse em um determinado setor do encaminhamento e da participação, não que a participação ele é sempre forçado por algum setor, seja de pesquisa, produção, ou agrícola, né, é isso
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Eu acho que é uma continuidade do trabalho que vem sendo realizado, embora não fui nem suplente da outra, então eu não sei, to começando a ficar a par agora. Até agora não teve nenhuma reunião pós eleição, então a única reunião que teve foi realmente isso, então não posso dizer, essa pergunta não posso dizer
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Não, não... na verdade essa coisa eu já falei na pergunta anterior, que eu falo que a gestão, você pega assim, os órgãos ambientais, eles puxam para um lado, sempre para o lado da contaminação, o lado da poluição, sempre assim. O que se espera, principalmente quando se fala de estudos ambientais, sempre um lado puxa mais, e é sempre o lado das leis ambientais. É o que o pessoal as vezes não vê o lado do empresário. Né? O meio ambiente pelo lado do empresário, então sempre o empresário, eu não sou empresário, sempre o empresário é visto como poluidor, como.. e de fato é, mas nem sempre, porque a gestão, como ele vai fazer a gestão do meio ambiente, ele pode ter muito mais lucro do que teria detonando com o meio ambiente, né, então eu não acredito em consciência ambiental, nunca acreditei, a consciência ambiental ela vem, tem um nome, chamado assim, botar a mão no bolso. Quando o órgão ambiental chega e fala se você não fizer assim, e a certeza dessa multa ser aplicada, essas sanções serem aplicadas, é que vem essa consciência ambiental. Como todo lugar do mundo é assim, esse, não jogue papel na rua, essas coisas, só começa a funcionar a partir do momento que tem sanções, o negócio básico, da mesma maneira que aconteceu com o novo código de trânsito, ninguém usava cinto de segurança, eu fui criado sem cinto de segurança, depois que teve a reforma do código nacional de trânsito, houve uma campanha intensa de multa, de conscientização e multa principalmente, esse hábito começou a ser constante e hoje ninguém mais cogita sair de casa sem usar cinto de segurança, e eu acho que a questão ambiental passa por isso aí. É claro que o empresário ele quer lucrar, agora tem umas barreiras, e essas barreiras tem que ser colocadas de uma maneira... hoje a gente ainda está em uma caça às bruxas, eu acho que nós devemos sair, já estamos saindo dessa fase de caça às bruxas e entrando em uma fase de administração, mas a fase das caça as bruxas é muito importante, e eu falo caça as bruxas entre aspas né, porque é a fase onde tudo se podia e agora não se pode mais nada. Aí até a coisa ganhar equilíbrio leva certo tempo. Eu acredito que a certeza que a pessoa será punida se transgredir tal e tal norma, é a base para a educação ambiental, e isso atinge a bacia como um todo. Hoje em dia já não pode mais comercializar certos produtos químicos, defensivos agrícolas, antigamente podia, eles enterravam e aí depois usavam, e quando as pessoas começaram a ser punidas realmente, interditar fabricas, tudo por causa das questões ambientais, eu acho que a educação ambiental vai por aí, a gestão passa por esse ponto

SOCIEDADE CIVIL ENSINO SUPERIOR - SC ES2
1-Qual seu nome? Meu nome é Ricardo, sou professor da UTFPR Ricardo Naganini Constanzi
2-Qual sua idade? Eu já tou com 47. To velho.
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Hoje eu to aqui na UTFPR como docente. Minha formação foi em engenharia civil com ênfase na parte de infraestrutura, eu fiz mestrado e doutorado na parte de água e saneamento.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? A entidade, a gente ta na parte social, e a gente ta na parte de sociedade, representando uma fatia da sociedade. E a gente ta na parte representativa de instituições de ensino. Então a gente está pela UTFPR
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? É a segunda vez. Se atuou em outros, quando e representando quem? Eu to em conselhos de saneamento municipal, mas em Comitês de bacia não. Tibagi é o primeiro. Representando a UTFPR no conselho de bacia sim
6-Você é titular? Sou titular.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Já participei de alguma, mas aí o que aconteceu foi que teve pouquíssimo desenvolvimento naquela câmara, mas participei sim. Era a câmara técnica de análise do diagnostico do

Tibagi
8-Para você o que é gestão compartilhada? O que é gestão compartilhada? Olha que pergunta boa... pra mim gestão compartilhada é quando você tem a oportunidade de ter representantes do Poder Público, do governo e da sociedade, de modo geral isso deveria estar mais equânime no nosso conselho a gente ta usando um pouco mais do governo como representatividade, um pouquinho mais da parte das empresas né, e a sociedade ta um pouquinho abaixo, então ta em torno de 25%. Mas a gestão compartilhada ela pode estar um pouquinho mais se eu pegar o modelo de Porto Alegre, por exemplo, de gestão compartilhada municipal, ela é mais aberta ainda né, então você tem a possibilidade da própria população as vezes decidir algumas questões que influem mais. Por exemplo, isso ta mais desenvolvido na parte de orçamento né, em Porto Alegre, por exemplo, aí você tem uma representatividade que é um pouco mais forte ainda, né, que é quase direto ali o voto. No Comitê eu acho que isso é um pouco complicado as vezes de fazer, que mesmo nas audiências publicas que a gente tem, algumas que a gente tem participação, algumas que a gente fez dentro do Comitê, teve participação de promotor, de pessoas da sociedade mesmo, da população de maneira geral, e teve outras audiências publicas que não teve quase participação, então acho que gestão compartilhada pode variar o nível do que você chama de compartilhada e de certa forma o Comitê ta em aberto né, sempre que tem eleições aí... ela é publica, ela é divulgada né, e as vezes a gente sente até falta da população participar um pouquinho mais, mas pra mim gestão compartilhada seria o ideal, seria o que a gente tem como modelo de gestão de orçamento participativo né, quando você divide realmente a população, existem as reuniões com a população, isso pra mim seria gestão idealizada na parte compartilhada. Do jeito que é feito hoje eu acho que é compartilhada também, só que é por representação né, é como é feito na câmara dos deputados, feito no senado, é mais ou menos similar. Uma coisa que a gente tenta fazer, pelo menos o Galdino tentava fazer, e espero que o próximo também faça, é tentar disponibilizar o máximo de informação dentro do site que a gente tem né, eu acho que as vezes fica meio difícil da população participar porque tem muita coisa do Comitê que é relativo a parte específicas, então quando se trata de qualidade de agua, algumas coisas são mais complicadas de você ter uma pessoa com uma mente, uma decisão, ou ter um, como é que eu digo, uma pessoa comum que não tenha muito associação com a parte de agua, ela vai ter muito dificuldade de emitir uma certa opinião as vezes. Mas para isso servem as câmaras técnicas né
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi?
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Primeiramente a gente recebeu um convite para participar da eleição, aí a UTFPR me indicou como representante da Universidade né, pra ir até lá na eleição, e aí dentro do processo de eleição eu fui eleito
11- Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Então, a instituição recebe um convite e vai para o diretor, aí o diretor conversa com vários professores e a partir de uma seleção aí de um grupo de 4 ou 5 professores relacionados com a parte de agua, né. Então é importante que se tenha isso dentro da universidade, com especificidade dentro da parte hídrica, aí a partir desses 4 a gente acabou indo como representante, porém hoje eu tenho mais um professor como substituto, e tenho mais outra professora que também participa com a gente, então sao 3 professores, não sou eu sozinho aqui.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Então, foi o que eu tava comentando contigo, a gente formou um grupo aqui, não tem só eu, tem eu e mais dois professores hoje, da parte ambiental, e aí a gente tenta compartilhar ao máximo com eles, e tentou já fazer grupo de estudos com os alunos, da bacia do Tibagi, então isso que você ta fazendo de entrevistar, eu ja fiz alunos meus por exemplo, também, tentar entrevistar os participantes do Comitê, para tentar saber alguma coisa, então a gente tentou montar um grupo de pesquisa, mas agora deu uma parada, porque tem alguns problemas aí com relação a... no Comitê a gente parou n parte de cobrança, e a gente ta com uma briga muito grande com o governo porque existe aí uma divergência no orçamento quanto a onde vai esse orçamento da cobrança. O governo quer que coloque tudo no caixa único dele, mas é proibido por lei federal isso né, então ta esse embate aí e a gente ta parado na cobrança, a gente ta tentando implementar só que se esse orçamento for pro governo fica complicado, porque depois como é que eu resgato isso? Por lei federal esse orçamento tem que ser utilizado na bacia do Tibagi, não pode ser utilizado para pagar cargo comissionado, nem para outras contas do governo né, então esse é um embate grande que a gente ta tendo agora
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Bom, como eu to representando a entidade, o que acontece é que tem um grupo pequeno né, a UTF é maior, a UTF tem um problema, entre aspas, não sei se é um problema, mas a UTF não é só de Londrina. E aí dentro do Comitê a gente tenta também equalizar esse representatividade na parte baixa do Tibagi e na parte alta, que são duas partes que o Tibagi tem, então a gente tenta deixar mais ou menos equânime aí um pouco na parte alta, um pouco na parte baixa. A gente ta aqui na parte baixa, e a UTF ta em todas as partes do Tibagi, essa que é a verdade. O que a gente consegue fazer aqui dentro da UTF é dentro de Londrina, especificamente, dar uma espalhada dentro do corpo da engenharia ambiental, do que ta acontecendo dentro do Comitê. Então de certa forma, como eu to de representante, não em havido muita divergência. A gente passa o que ta acontecendo, conversa, e como o Comitê agora ta travado nessa parte de cobrança, ultimamente não tem havido muita divergência.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Com a comunidade a gente uma certa dificuldade de transmitir as decisões do Comitê ou algumas decisões e a serem tomadas pelo Comitê, pois como a gente ta dentro da universidade, não tem um canal direto com a sociedade né, o único canal que a gente teria seria pelo site do próprio Comitê. De certa forma, a gente tem uma dificuldade de, entre, que já existe normalmente, entre a sociedade e a comunidade, né? Que seria mais a parte de extensão, por exemplo, a gente não tem esse canal tão fácil assim
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? No Tibagi você tem um histórico grande aí né, então pegar o Tibagi mesmo, antes tinha outro conselho, eu não estava aqui né, mas você tem um histórico de formação da população de quase um Comitê, antes não era chamado de Comitê, antes mesmo da implementação do Comitê, então.. de certa forma eu acho que uma coisa que deu muita discussão foi a classificação dos rios, e o que a gente viu foi a plenária, a sala de reunião tava cheio de gente, que não era representante do Comitê, mas era da sociedade. Então tinha promotor, tinha população em geral, ONGs, tinha representantes municipais, tinha representantes de empresas que não era representantes oficiais do Comitê. De certa forma achei que foi bem democrático, e o Gaudino, de certa forma, ele abriu pra, não precisaria né, por resolução do Comitê, mas ele abriu a palavra para praticamente todos que estavam na sala e queriam comentar alguma coisa da decisão de classificação dos rios. Então achei que foi bem democrático
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? O modelo anterior você está falando? O modelo de gestão praticado agora é o dado pela política nacional de recursos hídricos, e aí você tem um monte de lei pendurada aí, desde leis de qualidade de agua, até leis de estruturação estaduais do Comitê. Aí de cabeça o numero da lei, eu não vou te lembrar de todos né... você tem o Conama 357, você tem as legislações

estaduais, você tem a política nacional de recursos hídricos que de cabeça agora eu não lembro, lei 9 mil e casquerada, então de certa forma são essas leis que balizam a formação dos Comitês no Brasil. E a gente tem que seguir as leis estaduais, que elas vão dividir os Comitês, e gerar os Comitês no estado do Paraná, então o numero de Comitês e a forma dos Comitês esta pelo legislação estadual.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Então, uma coisa que a gente tentou fazer aqui pelo menos na penúltima reunião, na antepenúltima, teve até uma participação, não digo nem da comunidade, mas teve uma participação da CEMA aqui de Londrina, e como eu estou no conselho municipal, a gente consegue falar com, porque você tá falando de parte local, não é isso? A gente consegue fazer uma ponte entre o que acontece no Comitê de recursos hídricos estadual e o que a CEMA, aqui em Londrina, por exemplo, delibera em termos de legislação ambiental, ou aporte de recursos no conselho municipal. Então o conselho municipal de Londrina tem um aporte de recursos e a gente tenta ir abalizando este aporte as vezes de acordo com as decisões que ocorrem na bacia do Tibagi. Isso pelo menos da um direcionamento local para a aplicação dos recursos locais aqui, mesmo que não seja da bacia. Com a comunidade local, a única coisa que a gente teve um pouquinho mais de contato, talvez, foi com o João das Aguas, que era representante antigo lá do outro conselho, né, mas basicamente foi só com ele
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? A expectativa é que ele consiga finalizar, porque o que foi feito na gestão do Galdino foi finalizar o diagnostico e a classificação dos rios né, e a partir daí a gente teria que passar para a implementação da cobrança, agora como é que vai resolver esse pepino do decreto do governador, porque o governador lançou um decreto no final de 2000 e... final de 2015, no qual o orçamento do Comitê iria para uma caixa único do governo, ele tá travando toda a parte da implementação de cobrança. Enquanto ele não resolver isso, a cobrança vai ficar parada
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Ah, eu acho que seu trabalho é importante, eu acho que tem, você falou, tem varias formas de gestão, essa gestão que a gente faz hoje é dada pela política nacional de recursos hídricos, então, tem que ter um Comitê, essa forma também tá descrita lá na legislação, um terço, um terço, ou 40, 40, 20, no máximo, então de certa forma eu acho que a forma de trabalhar com o Comitê, ela pode ser melhorada, mas a estruturação dela já tá na legislação, então dificilmente vai ser mudada. O que é difícil hoje no Comitê, eu vejo, é você trabalhar mais ou menos com gestão participativa na questão orçamentaria, ou seja, você reunir pessoas da população e essas pessoas da população comecem a participar um pouquinho mais do Comitê. Isso é uma dificuldade que a gente tem em todos os Comitês e conselhos municipais, a gente também tem a mesma dificuldade, as vezes por interesse daquela comunidade, aí sim ela se organiza, mas quando parece que não existe o interesse em específico, interesse que eu falo assim, se tem uma indústria que polui o local, ou se tem alguma coisa que ocorre, que tem uma degradação muito grande, aí parece que o local se mexe, se não ocorre isso, ou se ela não tem essa percepção, é muito complicado, mesmo que ela possa participar, que as reuniões do Comitê sem abertas, qualquer um pode ir, mesmo que ela possa participar, ela não participa como deveria, então quando não tem um interesse ou alguma coisa muito forte acontecendo, a população parece que não participa, né. Isso é complicadíssimo, e a gente já tentou na eleição passada, por exemplo, abriu bastante, divulgou bastante, mesmo assim eu achei que na parte de ONG faltou muita ONG. A gente tá com pouca ONG disposta a participar do Comitê né, isso eu acho que empobrece um pouco o processo, mas ele tá em aberto, as vezes a gente não tem como fazer a população, obrigar a população a ir lá participar né. E como o Comitê não tem verba, a gente, disponível aí pela cobrança, a gente tem uma dificuldade de ter algum programa ou alguma coisa que facilite mais essa participação né. Mas quando tiver a cobrança, tiver um pouco de verba, eu acho que as coisas começam a se inverter. Acho que a população vai ter um pouco mais de interesse, porque a população vai ter como aplicar verbas do Comitê em algumas mudanças, por exemplo aqui em Londrina os lagos estão recebendo uma verba agora do BID, mas eles poderiam receber do Comitê do Tibagi, talvez... então tem muita coisa a ser feita aí, desde que se implemente a cobrança, aí sim, aí a gente consegue ter uma participação maior, porque a gente tem um orçamento a ser implementado na bacia, agora sem orçamento é complicado, mesmo que a população participe, a mudança é complicada sem orçamento. Essa é minha opinião né.

SOCIEDADE CIVIL - TÉCNICO PROFISSIONAL 1 - SC TP1 1
1-Qual seu nome? Galdino Andrade Filho
2-Qual sua idade? 55 anos
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Eu sou biólogo, formado pela UEL, fiz o meu phd em ecologia microbiana pela Universidade de Granada na Espanha, eu tenho um pós- doutorado na Inglaterra, na Universidade (... não entendi), e ecologia de solo na área de risco ambiental e tenho o segundo pós-doutorado no departamento de agricultura americano (...) também em ecologia de solo, e eu trabalho com questão de consultoria e projetos e diagnostico de bacias hidrográficas urbanas desde que voltei para o Brasil em 1998. E fui presidente do Comitê do Tibagi por 6 anos.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? COPATI
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Não. Atuo há 8 anos. Se atuou em outros, quando e representando quem? No Paranapanema como representante do Comitê, do Tibagi, como ele é federal e estadual, e o primeiro modelo que se implementou no Brasil, então tem o representante de São Paulo e do Paraná que compõe o Comitê do Paranapanema
6-Você é titular? Sim.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Sim, participo da CETIL e da CETIPLAN.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada? Bom, começa pelo grande erro que o Requião fez de tirar da sociedade civil agência de bacia, que naturalmente ia ser o COPATI, e transferir isso para um órgão de governo chamado Instituto das Aguas que nada tem a ver com o compromisso de preservação e gestão dos recursos hídricos e sim de uma subserviência total aos interesses das empresas públicas, como SANEPAR e COPEL. Então isso aí já é um problema seríssimo, porque quando você tira a agência do controle público da I, a agência passa a ter um viés político imenso. Isso acaba completamente com a função da agência e é um problema que o Paraná está tendo em todos os Comitês hoje, né? Ai o Comitê também, você vê que o Comitê foi formado para ter dentro do tripartite, além do tripartite, da participação do governo, a SANEPAR e a COPEL tiveram o cuidado de

colocar representante da Sociedade Civil como funcionários da SANEPAR e da COPEL, como membros de conselhos de engenharia, de associação de engenharia, então eles praticamente dominaram. Isso quando eu entrei como presidente me incomodou muitíssimo, porque eles tinham total controle do Comitê. E eu fui mudando isso com o tempo. Agora, quando eu sai e entrou a Andreia, o que foi que eu fiz, eu consegui mudar esses membros, tirei todos os membros do governo que estavam camuflados em outras da Sociedade Civil, tirei todo mundo, e aí agora eu acho que a Sociedade Civil tem um controle maior do Comitê, hoje a gente tem a maioria dos votos dentro do Comitê.
9- Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Sociedade Civil
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Como membro? Indicação né. Indicação e aprovação. A plenária tem que aprovar. Normalmente quando é indicação, né, por exemplo, a minha indicação foi só, porque nós temos vagas ainda não preenchidas dentro do Comitê, e o Comitê ele tem uma importância muito grande, mas pela própria vontade da agência de bacia, dele não funcionar, ele não ser deliberativo, então hoje o Comitê tem toda a estrutura para funcionar mas ele não funciona. A não ser quando tem interesse da sanepar e da copel
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Eu... o COPATI simplesmente me indicou. (... não entendi) especialista na área, o presidente do COPATI na época era o Marcelo Canhada, ele não tinha interesse em participar porque tinha outras atribuições, me convidou, sou amigo dele, eu sou membro do COPATI, aí ele me convidou se eu queria ser... na realidade ele quase insistiu né, pra eu ser. Aí eu acabei entrando.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Olha, eu acho que por nós não termos recursos financeiros, então isso limita a participação de muitos membros, principalmente da Sociedade Civil organizada, como as ONGs, por exemplo. Elas não tem dinheiro. A FUNAI, os índios, eles não tem dinheiro, não tem recursos, então eles não participam... assim, a gente fez agora, eu aprovei, eu encaminhei a questão da cobrança da água, isso foi feito, porém quando o Richa limpou os fundos, todos os fundos do Paraná, do meio ambiente, hídrico, infância e adolescência, e etc, os que compõe, os que nós temos no governo do Paraná, que ele limpou, eu bloqueei a cobrança, porque o Richa tomou a nossa grana e eu acho uma tremenda sacanagem o governo por a mão em um dinheiro que não lhe pertence, que era para o fortalecimento do sistema de gestão de recursos hídricos no Paraná, e ele pegar esse dinheiro para usar para fazer política, então nós paralisamos, não iniciamos a cobrança, enquanto esse decreto for vigente, ta?
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Não. Eu to representando uma entidade, então eu tenho que levar o consenso, eu não estou lá para dar a minha opinião, eu to representando alguém, um grupo, né? Que sao varias empresas e etc, que compõe o COPATI. Eu tenho que defender como esse grupo entende como foi aprovado, eu não fui lá pra dar minha opinião, então é isso que eu tenho que fazer.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Não. Faria completamente diferente, né. Eu acho que o nosso grande gargalo hoje chama-se agência de bacia, na mão do Instituto das Aguas. Nós temos que mudar a lei e passar isso para a Sociedade Civil, pois seria muito mais dinâmico, e sem a interferência política o governo, porque cada governo que entra, o instituto das águas tinha determinada postura da época do Requição, hoje tem outra, amanhã vai ter outra, e depois vai ter outra, então não existe uma linearidade nisso aí, de acordo com o (...) político do secretario do meio ambiente, isso vai e volta. E isso não pode acontecer na gestão de recursos hídricos.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Não, antes praticamente não existia, era mais centralizado. Eu acho que democratizou e algumas barreiras foram quebradas, por exemplo, nós somos o único Comitê, o único Comitê do estado do Paraná, talvez do Brasil, que eliminamos a classe 4 dos rios, dos rios. Então nós temos hoje 95% dos rios classificados em classe 2, 80% em classe 2, 10% em classe 3 e 5% em classe 1, é o único Comitê que fez isso, e isso foi uma briga imensa que nós tivemos, não sei se você acompanhou ou não, mas nós batemos o pé, fizemos audiência pública, e o Instituto das Aguas saiu corrido de Ponta Grossa, então eles não tiveram forca, aí sim você ve que a gestão, o Comitê, a gente tem uma força muito grande. As pessoas não entendem a força que ele tem, né? Porque que o Tibagi nós conseguimos isso? Porque não ta na mão do governo. Se você pegar todos os outros Comitês do Paraná, todos eles e a presidência, ta na mão ou da SANEPAR, ou da COPEL, ou de algum representante do governo, que ta fazendo exatamente a política da SANEPAR que é o não tratamento do esgoto, tratamento porco do esgoto, ineficiente... por exemplo, no rio que agora, os planos vao ser votados agora na próxima reunião do conselho, do conselho estadual de recursos hídricos, e se você ver o que eles estão levando lá é um absurdo, por exemplo, o rio das cinzas, a SANEPAR chegou ao absurdo de incluir lá, e o Comitê aprovou, eles vao furar um poço artesiano para diluir a merda das cidades, para jogar para ter a DBO que é exigida por lei. Em classe 4, quer dizer, em classe 4 pode tudo, então quer dizer, se você pegar todos os pontos de lançamento das ETs da Sanepar, todos com exceção do Tibagi, eles são classe 4 por quilômetros, até diluir a coisa, como eles não tão pegando a agua, prevendo a diluição com agua de poço artesiano o que é um absurdo, diluir isso aí para eles se enquadrar em classe 4, então assim, nós conseguimos quebrar isso aí, mas isso depende muito do presidente. Assim, eu, quando assumi, não entendia direito o que era um Comitê, mas algo me chamava a atenção, porque a SANEPAR e a COPEL tinham o desejo de controle desse troço muito grande, e quando eu comecei a participar que eu comecei a entender a força que o Comitê tem. E aí quando eu fui presente, que comecei a participar das câmaras técnicas, que aí eu entendi como o negócio funciona, meu, isso aqui tem um poder desgraçado isso aqui né. Infelizmente hoje, assim, o Comitê é muito do que o presidente quer. Eu fiz uma política completamente descentralizada, mas se você quiser descentralizar o teu conchavo com o governo e deixar tudo como ta, é muito fácil isso, porque a plenária não tem esclarecimento do que é bom e do que não é bom, eles não entendem o que é um Comitê. Esse negócio de não entender um Comitê, as atribuições que ele tem, a força que ele tem, porque todo mundo ta assim, vamos discutir a bacia, mas discutir o que? Quanto de esgoto ta sendo jogado aí, ou discutir o que? Se vai ser instalado uma hidrelétrica aqui ou não? Que nós temos que obrigar a SANEPAR a colocar tratamento terciário em todas as estacoes de tratamento da bacia? Entendeu? Ou em alguma, alguma (.. não entendi) pequeno, que aqui no Tibagi tem um monte, de pequeno, deficitários, e tal, que Londrina sustenta todo esse custo de tratamento de água, e agora de esgoto, né? Então assim, é melhor ter fossa negra ou fossa cética, eu já cheguei a essa conclusão, sabia? Porque esse negócio de tratamento de esgoto que a Sanepar idealizou, não serve. Porque eles pegam uma área muito grande, em uma estação muito pequena, e ninguém controla isso, e eles jogam do jeito que eles querem. Então as pessoas que estão, que sao membros, elas não tem consciência disso. Por exemplo, eu, como eu participei bastante, eu aprovo o que eu quiser lá no Comitê. Porque as pessoas me ouvem, porque elas não tem consciência. Eu tenho consciência disso, mas eu não faço isso, que eu acho anti democrático, então as pessoas, você vai encontrar uma ou outra pessoa de ONG que abre a boca, o resto não abre a boca. Por exemplo, os prefeitos são completamente alienados do Comitê, e porque? Porque não tem dinheiro, não interessa. A questão da gestão em si não interessa para eles. Eles não entendem que uma gestão boa dos recursos hídricos vai diminuir número de casos de hospitais, e de doenças, sabe? De farmácia, vai diminuir tudo no município dele isso aí, se a gente conseguir colocar todos os ribeirão urbanos em classe 2, acaba metade das doenças que tem no

município, principalmente nas pessoas de baixa renda que vivem na periferia. Isso eles não tem, então não estão nem aí, o que eles querem é grana para política. Infelizmente é isso que acontece. Eles estão fora, eu tenho certeza que se começar a cobrança, eles vão vir dentro, então pega São Paulo. Eu comecei a entender São Paulo quando comecei a participar do Paranapanema. A gestão é completamente diferente. Por exemplo, agora abriu um concurso, abriu um concurso para que uma entidade de defesa civil, pudesse se candidatar para ser a gestora da bacia das águas do Paranapanema. Um modelo completamente diferente do nosso. Entendeu? Completamente diferente. Então esse tipo de representatividade é, falta muito ainda para a pessoa entender o que é a gestão de bacia.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? É, eu já falei para você.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? É que antes não existia né, você tinha a SURHEMA, que cuidava disso, eles eram superintendente dos recursos hídricos e meio ambiente, cuidava disso, quer dizer, era uma política, na realidade era assim, o governo mudou, criou o instituto das águas, criou todo o sistema de gestão, com o intuito dele controlar como ele controla o conselho estadual de recursos hídricos, que eles tem ampla maioria lá dentro, só que a coisa foi mudando, mudando porque? Porque eu juntei com um grupo de pessoas lá dentro e a nossa mudança saiu. E isso acontece no Tibagi, se você comparar o Tibagi com outros Comitês ou não, mas se for ver os outros Comitês, você vai ver que a realidade do Tibagi é completamente diferente. Nós colocamos, nós mudamos coisas lá dentro, então existe assim, agora nesse nova composição, eu coloquei um monte de gente de universidade, da UFTPR, aqui da UEL, coloquei técnicos que realmente entendem do assunto. E porque? Porque é o que realmente está faltando ali dentro. Porque as pessoas, infelizmente, da sociedade leiga, elas não tem noção do que está acontecendo ali. As das empresas estão lá defendendo, cada um ta... na realidade assim, cada um defende o interesse do seu grupo, né, isso é o que acontece lá dentro.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Oh, eu... foi isso que já comentei com você, nós mudamos toda a representatividade, nós colocamos uma pessoa, nós negociamos a entrada do presidente que foi a Andreia, que tem um perfil mais ou menos parecido com o meu, independente, apesar de estar na Secretaria do Meio Ambiente, ela tem uma postura, pelo menos teve durante todo esse tempo, independente, e espero que ela continue assim, né? E em defesa de uma gestão de bacia realmente que vá contra os interesses da Sanepar, porque se a gente, se for uma gestão que vá a favor dos interesses da Sanepar é capaz até de voltar a classe 4 aqui no rio Tibagi. Certo? Não volta porque isso aí da um cataclisma aqui, então assim, a composição, acho que ficou mais fácil para a gente, a Sociedade Civil hoje tem mais força. Nós tiramos a COPEL de vagas que elas tinham que não tinham nada a ver, ela como, ta como consumidor? Não, como Usuário. Mas ela tava como Sociedade Civil também, né? Então eu acho que está mais fácil e mais representativo agora.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Não, acho que te dei uma explanação geral do que acontece. Agora, nós só vamos fortalecer mesmo o Comitê do Tibagi e toda a gestão de água do paranã, a hora que nós tirarmos a agência de águas de dentro do instituto das águas. Porque o seu Eneias, o seu Everton, o lá da CEMA, o Italiano, o... colocaram esses caras, aí vou te falar, os caras estão defendendo o interesse do governo, eles são pagos para isso. Infelizmente, né? E assim, a gente não traz a Sociedade Civil só vai quem tem dinheiro. Eu mesmo, toda reunião que eu vou, eu pago do meu bolso. Eu pago combustível do meu bolso, o almoço do meu bolso, porque? Porque eu entendo que isso é importante, e não tenho o apoio de ninguém. E como eu, varias pessoas. E aí que eu acho uma sacanagem, enquanto todo o pessoal do governo é pago pelo governo, né? Então isso faz com que muita gente não participe. E mesmo ONGs, por exemplo, você ve a ONG Mae aqui de Londrina, eles tem um membro mas eu nunca vi o representante lá dentro, porque os caras só querem o que da holofote. Porque fazer meio ambiente, fazer política de meio ambiente, é você estar nesses focos, e você trabalhar e mudar leis e aplicar leis lá dentro que vão melhorar a gestão. Porque você bater panela e ficar ganhando dinheiro do Ministério Público através de TAC, isso é muito fácil, é, mas a interferência mesmo, onde tem que ser interferido que é na política, eles não vão, porque não da grana e não da mídia, infelizmente é assim que funciona.

SOCIEDADE CIVIL - TÉCNICO PROFISSIONAL 2- SC TP2
1-Qual seu nome? João Kovalechyn
2-Qual sua idade? 63
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Engenheiro Civil. Ensino superior.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Não. Já tenho, acho que essa já é a, não consigo me lembrar agora, mas já tem umas cinco gestões que eu estou no Comitê. Sempre representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos. Faz tempo que eu estou ali já. E também represento a Associação como suplente hoje no Comitê de Bacia do Paranapanema. Até o ano passado eu era titular e venceu o mandato, agora estou como suplente também no Comitê
6-Você é titular ou suplente? Titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? No Comitê não, só no Paranapanema eu participei, mas não é o caso.
8-Para você o que é gestão compartilhada? É o que o próprio nome já diz né, é uma forma de você gerenciar ou gerir algo de forma não centralizada.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Como entidade civil
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Na verdade é o seguinte, a Associação, ela já, quero dizer assim, voltando a questão histórica, ela participa desde o começo. Até antes de se tornar Comitê de Bacia. Ela já participava do COPATI ainda, lá no início, quando foi formado o COPATI, o Consórcio, do Tibagi, a associação já participou. Dai a ideia era que o COPAT se transformasse em Comitê, isso era um escopo da história. Depois foi criado o Comitê de Bacia e a associação se credenciou para participar e foi aceita durante as assembleias que eles fazem, porque o Comitê funciona dessa forma. A pessoa se habilita a participar e é feita uma eleição dentro do segmento, né. Então a associação ta participando do Comitê e agora eu estou representando a associação dessa forma, mas cada, antigamente era 2 anos, agora passou para 4 anos, e daí tem essa eleição, as entidades se habilitam e aí é feito uma eleição dentro do segmento e a gente está continuando.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Foi mediante uma consulta de quem tinha interesse em ser representante, e eu me candidatei. Foi assim, em questão de

reunião de diretoria, não teve eleição para representar a associação.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Eu trago as informações para a entidade, para a associação, sabe. E se precisar de algum apoio a gente pede para os colegas da diretoria. Eu acho suficiente, porque no meu entendimento é isso, para participar do Comitê você não precisa ser especialista, mas tem que ter boa vontade, se não acho difícil arrumar só especialistas, ficaria também um Comitê meio, muito em uma linha só de ver a situação, e o meio ambiente é uma coisa que você tem que ter tudo que é tipo de participação e não apenas especialista.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Não, isso não. Na verdade existe divergência entre a minha opinião e os demais do Comitê. Isso tem, mas faz parte do colegiado, não é de pessoas que tem o mesmo pensamento. Democraticamente, perdeu no voto. Nós tivemos isso. O enquadramento foi um caso típico. Eu levei para a associação, a associação entendeu que deveria ser mantido o enquadramento, nós levamos esta tese aqui na audiência pública, levamos a tese na reunião do Comitê e perdemos. Mas a gente manteve a nossa proposta de manter o enquadramento do Tibagi
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Na verdade o que a gente faz é, a comunidade nossa e a entidade de classe. É ali que transmite, não para a comunidade geral. A gente não tem esse alcance, sabe? Por isso que a gente representa só essa entidade civil desse público, da associação de classe.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Na verdade é o seguinte, a bacia do Rio Tibagi, no meu modo de ver, ele ainda não deslanchou. Está engatinhando e há muito tempo pelo desinteresse político, de repente, interesse de algumas estatais também e não evolui. Então gestão praticamente não teve, do Comitê, fora essa questão de você trabalhar um plano de bacia, mas isso não caracteriza gestão de bacia ainda. Contratarem uma empresa para fazer o plano, meio mau saiu, mas ainda não teve gestão, esse plano não foi a campo ainda, então...
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Pois é, mas é o que eu digo, modelo de gestão de bacia não teve ainda. Nós estamos tentando fazer com que o plano funcione para daí ter gestão. O Comitê se reúne, vou dizer assim, de uma maneira, o pessoal que está lá envolvido, heroica. Porque não tem. Eu entendo que a gente ainda não chegou a funcionar o Comitê mesmo de maneira plena não.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? A forma sempre foi audiência pública, não teve outra forma de manifestação. Umas ongs que são também, trabalham na base de um grupo só, porque também não há um grupo, são três ou quatro que funcionam. Então para dizer que comunidade, eu não sei. A própria universidade parou com o que eles tinham lá, uma atuação boa na questão ambiental, e parou. Ali que sim envolvia um pouco mais, não muito, mas um pouco mais. Mas comunidade mesmo não participa muito não. Talvez por não ser provocada, talvez por pouco interesse.
18- Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Tem que ser boa, eu acho que a gente está na fase agora de realmente começar a fazer a gestão Comitê, sabe? A gente está com tudo pronto, a gestão passada ficou com medo de iniciar a cobrança pelo uso da água, não sei por qual motivo, não iniciou, e essa gestão tem que iniciar e começar a fazer ações na bacia. A esperança é muito grande que realmente a gente inicie a gestão da bacia.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Só, o que a gente pode dizer, eu acho que comparando o que está hoje no Paranapanema e a gestão do Paranapanema de hoje, uma gestão profissional, hoje nós somos amador. O Comitê do Tibagi é amador, não tem profissionalismo, primeiro que nós temos hoje um funcionário da Águas Paraná, do alto Tibagi, antes eram dois um do alto e um do baixo Tibagi e hoje só tem um, só em Londrina que tem um escritorzinho, mas sem estrutura, sem nada para ajudar. E se o estado não intervir eu acho que não funciona, não ajudar de verdade, não intervir, mas ajudar. Basta ver a AMA (É isso mesmo?) a AMA tem interesse no Paranapanema, tanto é que já está com o plano pronto, sabe? Entende? Então entendo que teve um primeiro mandato só, então quatro anos na verdade, o plano, então pro nosso que tem 20, eu acho que tem que ser mais profissionalizado para poder funcionar. Uns dizem que tendo dinheiro funciona. Tomara, vamos ver, se agora sendo feito a cobrança do uso da água vai resolver, não sei se só a cobrança vai resolver, sabe? Porque precisa tanta coisa ser feita, que só esse valor não vai resolver. Acho que isso, profissionalizar os Comitês, e aí o plenário nosso, que somos nós, é para tipo, fiscalizar, não tem como você, hoje, por exemplo, tanto é que ficou comprovado que na própria execução do plano de bacia, nós não temos especialista para fazer, tanto que foi contratado uma empresa, e ta certo, tem que ser por aí mesmo, dessa forma. Uma coisa, por exemplo, o gerenciamento do Comitê é a cargo do governo, então o Comitê funciona tipo uma cenóide (?), tem época que ta bem, tem época que não interessa e aí fica cozinhando o galo, então lá na época anterior, antes do Requião, a gente estava praticamente com o Comitê instituído. Aí chegou o Requião, e é interessante até esse princípio dele, de que água é do povo, não é de alguém, e aí nessa época já estava composto o Comitê, e a água ia ser gerida por alguns, então interessante mesmo, só que aí ele não fez nada na gestão dele, o Comitê ficou embernando, e depois (...) que pegou, englobou todos os Comitês, criou um departamento que eles iam ser agência de bacia, né, cada qual com sua conta, e isso também ficou assim, não evoluiu. Questão política tem influenciado bastante o nosso Comitê aqui. Mas agora acho, penso eu que, já que está nesta instância de tudo pronto para entrar em execução, devem, isso vai depender muito dessa gestão agora, deveria ter começado na outra que também já estava pronto, mas desculpa foi essa, de começar a cobrança da água para todo o dinheiro ir para um caixa comum, que o governador propôs não era interessante. O princípio não ia ser atendido, que era pegar o dinheiro e reinvestir na bacia. Agora tomara que seja

SOCIEDADE CIVIL - TÉCNICO PROFISSIONAL 3 - SC TP3
1-Qual seu nome? José Paulo Pitinini Pinese
2-Qual sua idade? 61, acho. Se não perdi a conta.
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Professor universitário e geólogo né. Em geologia. Eu tenho doutorado em geociências.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? A UEL. (deveria dizer AGEPAR)
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Sim, é minha primeira vez. Fazem dois meses só. Se atuou em outros, quando e representando quem? Não, é a primeira vez que atuo em Comitês

6-Você é titular? Sou titular.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Veja, sou titular do Comitê do Paranapanema, e sou suplente no Tibagi, do professor André Celligori.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada quando o grupo, a comunidade, as instituições públicas, e até o setor privado, passam a atender já um diagnóstico feito e passa a fazer e promover o monitoramento que atenda essa comunidade e esses setores.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Eu não me enquandro nessa comissão aí. Porque o titular, volto a dizer, no caso do Tibagi, é o professor André Celligoi, e eu estou como suplente dele. E titular também há dois meses no Paranapanema
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? No Comitê do rio Tibagi, fui convidado para uma reunião, e também dito que as universidades estavam se afastando deste Comitê, e que era importante elas também se manterem próximas deste Comitê. Então fui a esta reunião, mas como já havia me comprometido com o Comitê do Paranapanema, em representar a universidade e colocar meu nome, eu disse que tentaria na universidade a tentar motivar outras pessoas a participar. No caso o professor André se sentiu motivado e se candidatou como suplente em uma plenária aonde a colocação da instituição foi feita primeiramente e depois assim, votada a pessoa né, dentro das chamadas comissões ou dos GTs, dos grupos de trabalho
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Dentro da minha instituição houve uma solicitação de que nós não apresentávamos nomes, e nós então, informamos ao setor administrativo, até por ter sido feito parte da área administrativa, e ter ouvido esses reclames, e solicitamos então que houvessem providências, por parte da reitoria no caso, em assumir um processo de indicação de pessoas interessadas, e a partir daí então, a reitoria que partiu para esse processo de indicação. O que eu posso indicar para você, é que se não se corresse atrás, nenhum candidato apareceria para participar do processo.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Eu penso que essa forma é uma forma de trazer aos interessados a informação do que está ocorrendo. Por exemplo, eu não tenho experiência em Comitês mas tenho visto o Galdino, que tem muito mais experiência, enviar nessas comunidades, essas informações, nas listas de docentes, nas listas de funcionários, nas listas da comunidade UEL, né. Mas de outra parte eu sinto que essa comunidade, seja ela envolvida diretamente ou não com o assunto águas, e recursos hídricos, pouco tem se interessado em saber e em manifestar a sua participação
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Quando há um retorno, e isso estou há apenas dois meses, ainda não ocorreu, sobre alguma proposta mais ampla, mais forte ou de maior impacto, eu penso que esperaria a volta por um determinado tempo, porque não poderia esperar a vida toda, sobre uma determinada demanda. Em não havendo, dentro daquilo que eu fui criado na instituição, e na área de recursos hídricos, eu representaria, com esse meu ponto de vista, porque com certeza, e eu sinto isso nas universidades, esse feedback para o representante pouco tem sido dado como assisti varias vezes, e até me culpo por isso, do professor Galdino ter solicitado uma resposta ou um pensamento de um determinado setor, e nós não devolvermos a ele material e fornecer ideias que ele pudesse representar em nome de um grupo maior. Então essa participação pequena, e pouco interessada da própria comunidade nos órgãos do Comitê, tem feito com que não haja, digamos assim, uma amplitude maior, do espectro de discussão. No entanto eu preciso lembrar que com apenas dois meses, eu fiquei satisfeito no Paranapanema, em também poder levantar algo que nós já vínhamos desenvolvendo aqui, que foi a relação dos recursos hídricos com a saúde coletiva, envolvendo por exemplo, odontologia, medicina, então esse chamamento hoje nós estamos fazendo, mas ele é incipiente, e poucos estão retornando as demandas que estamos fazendo.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Essa comunidade, quando eu represento, que é a universidade no caso, eu também não tive ainda essa chance, mas em havendo uma demanda neste sentido, eu colocaria como o professor Galdino tem feito, na rede, na comunidade UEL, nos grupos, modernamente agora temos o Whatsapp, mas nunca, montamos recentemente um grupo de trabalho do Paranapanema, né. E ainda está incipiente as demandas que estão sendo discutidas ali. Em recebendo esta informação mais rapidamente, eu posso também demandar a comunidade através, por exemplo, através da lista docente, da lista funcionário, coisa que o professor, processo que o professor Galdino vinha fazendo mas reclama de não ter tido feedback dessa comunidade no que tange a uma determinada discussão.. Por exemplo sobre modificação das classes das bacias do Tibagi, a classificação né.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Eu não posso dizer isso porque não conheço o modelo de gestão anterior. Eu estou assistindo e começando a vivenciar o modelo atual. Então eu não teria como traçar um comparativo com modelos anteriores. Eu tenho assistido de longe né, inclusive com a participação no passado de um professor amigo nosso aqui do departamento, que era o professor Valmir de França, o que os embates que ali ocorreram e como se desenvolveram, e também senti que individualmente deveria ter dado mais respostas a ele, para fomenta-lo no sentido de suporta-lo às discussões que achávamos pertinente no tocando a bacia. Então sob o aspecto da bacia anterior, eu desconheço. Recentemente tive o acesso, descobri como funciona a gestão atual, e já tive alguns embates já de principio por discordar deste distanciamento com as instituições universitárias por exemplo
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? É, eu não tenho conhecimento, sou realmente um novato nisso, e também o próprio professor André, que é o titular, também, mais recentemente, que nós nos dispusemos a participar.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? É, como eu já te disse, a questão anterior eu não tenho nem como sequer traçar um comparativo, ou montar um quadro para mostrar aquilo que eu verifico como diferencial. Eu não teria essa condição por não ter vivenciado diretamente essa questão. Quando a participação da comunidade, eu penso que a própria comissão ou Comitê, per si, com certeza melhorou aquilo que nunca existiu lá trás, então anteriormente você não tinham em mesmo os Comitês, então o avanço veio com a criação dos Comitês. No entanto minha visão, embora não tenha essa vivencia ao longo desses últimos 15 anos de existência, do que me parece, do Tibagi, ela não tem evoluído talvez tanto quanto muitos esperavam, lembrando que quando você indica o que é uma comunidade, é preciso dizer que são os diferentes setores da sociedade, e não só a população que reside naquele local. Então o nosso ver as instituições de ensino superior fazem parte da comunidade, né? A comunidade que é a população, se serve dessas instituições, e se entende que devem ser representadas por ela. Vou citar um exemplo. O IAPAR é uma instituição, e no meu ver ela é, faz parte da comunidade, ela é fruto da nossa comunidade, além de ser uma instituição. A questão da participação da comunidade, ela pode ser aberta em assembleias quando você fala comunidade no sentido de uma população, que reside no recorte da bacia. Ela pode ser solicitada e aberta em reuniões como ocorre na legislação, nas rimas e assim por diante. E entendo que ela deva participar.

Mas também nesse sentido, em uma modelo e a rima, tenho ouvido muitas reclamações de pessoas mal intencionadas na discussão do processo com interesses financeiros, de ambas as partes envolvidas. Tenho ouvido muito, principalmente recentemente esse o caso do Tibagi.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? A minha expectativa é algo que eu tenho reclamado nos Comitês e tive a oportunidade de em uma reunião já me manifestar, e também no Comitê do Paranapanema, embora as instituições, algumas não se sentiram felizes com a minha colocação, mas e o fato de que eu estou de fora percebendo que alguns planos e metas foram estipuladas mas que não houve um financiamento para que essas metas fossem implementadas. Além da não implementação, houve também em alguns momentos uma dispersão, possivelmente, e eu não tenho no Tibagi de quanto é, mas tenho hoje ideia no Paranapanema, de recursos não envolvendo instituições mais isentas do ponto de vista de implementação, ou de gestão, ou de atingir as metas e as lacunas apontadas nos planos integrados de recursos hídricos. Eu penso que de fora até o momento houve um avanço no sentido da criação do Comitê, mas esse Comitê ele não conseguiu ter uma dinâmica onde ao levantar metas e planos integrados, não conseguiu até agora realiza-los a contento. Não houve uma evolução nesse sentido, é o que eu penso de duas reuniões apenas que participei e fiz a minha colocação no sentido de que talvez o afastamento das universidades se deva a falta de apoio no desenvolvimento das metas estipuladas nos últimos 15 anos.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Não, é difícil né, existem algumas coisas né, que embora com dois, três meses, de transito dentro desses Comitês, que a gente se recente, mas por outro lado alguns avanços não tão significativos também têm reparado que ocorreu, com a reclassificação dos rios no Paraná, não é? Não é o ideal, mas também deu um pequeno passo no sentido de nós termos qualidade e quantidade de água num, dentro das primeiras metas, vamos dizer assim, claro que isso não contentou a gregos e troianos, mas foi um avanço. Penso que os Comitês poderiam ser mais dinâmicos, a minha pequena observação faz reparar que eles são muito emperrados, eles se tornaram muito burocráticos, e eles não conseguem caminhar dentro de propostas que eles mesmos estipularam como metas, e isso recaem também pela falta de financiamento, de recursos financeiros, a serem investidos. E é nesse aspecto que de longe, não vivenciando muito de perto, eu sinto que as universidades foram de afastando dos Comitês, né. Hoje elas estão sendo cobradas de novo, mas tem se afastado, mesmo instituições como o IAPAR. Ou seja, não se vê a concretização de metas mínimas ocorridas, embora se repare um pequeno aumento, uma pequena melhoria em algum outro segmento, mas que para engraxar ou desengraxar essa dinâmica, é necessário sim, no caso do Paraná em específico, que o Instituto das águas, dentro daquela cobrança da taxa de água injete recursos, para que as metas comecem a ser buscadas e atingidas que é algo que aparentemente parece truncado, ou seja, como um caminho sem rodas né, ficou parado na estrada, tem todo aquele pessoal lá dentro do caminho, mas ele não consegue caminhar porque faltam rodas que são os recursos financeiros que devem ser injetados e que substancialmente também esse Comitê tem essa dificuldade, garanta uma participação maior das universidades, que por incrível que pareça, embora tenham motivações políticas, são as mais neutras, e os Institutos como o IAPAR são os mais neutros dentro da discussão dessas metas, dessas atividades ou planos futuros. Bom, primeiramente quem me conhece sabe que eu sou um otimista por natureza né, alguns até me criticam talvez pelo excesso de otimismo, mas eu tenho reparado que os Comitês estão ainda engessados, vamos dizer assim, pelas diferentes correntes de interesse que estavam envolvidos ali desde a comunidade local, a comunidade ambiental, até a comunidade empresarial, todos, toda essa dinâmica, ela deve ser mantida no sentido de que nós atuemos e façamos o melhor. Mas alguns pontos nós vamos ter que batalhar incansavelmente e substancialmente, embora isso possa, já até ouvi isso em uma reunião, ser um pouco bairrista da minha parte, mas eu penso que as instituições de pesquisa universitárias ou instituições como o IAPAR ou diferentes instituições de pesquisa de cunho estadual, elas possam contribuir mais, mas é preciso que se aceite essas colocações dessas instituições e que também as financie, porque os recursos são pequenos, e as vezes nós não conseguimos fazer um plano envolvendo a bacia como um todo, em função dos poucos recursos, em alguns casos nem existem, ou seja, hoje nós estamos largamos nos pequenos editais do CNPQ, da fundação araucária, para desenvolver pequenas pesquisas em lugares mais restritos, ao invés de termos um pouco mais abrangentes na abordagem. E espero sinceramente que nós consigamos retomar esse posicionamento, retomar um financiamento que nunca houve de fato nesse segmento, nesses Comitês, e que nós consigamos aplicar aquilo que é melhor para a comunidade, entendendo, lógico, comunidade, não só como a população ribeirinha, a população vivente no recorte da bacia, mas todos os outros segmentos que ali estão colocados, postados, desde educacionais até empresariais.

SOCIEDADE CIVIL - TÉCNICO PROFISSIONAL 4 - SC TP4
1-Qual seu nome? Wilson Sachetin Marçal
2-Qual sua idade? Eu tenho 58 anos
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Sou engenheiro eletricitista, tenho formação em engenharia de segurança do trabalho e também estudo informação em auditoria e controladoria. Sou engenheiro eletricitista e grau superior.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? SENGE , Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná.
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Não, eu também tenho atuado também como suplente do Comitê da bacia do Paranapanema, representando o sindicato, só que lá eu sou suplente.
6-Você é titular? Isso.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Normalmente não, a gente tem trabalhado, na realidade eu sou de gerente de manutenção eletromecânica da Sanepar, eu trabalho com saneamento há 32 anos já. Então a gente tem bastante conhecimento com relação a questão do recurso hídrico, mas representa a entidade. Isso tem que ficar muito claro. O SENGE é uma entidade que há mais ou menos há uns 20 anos tem uma postura bastante clara em relação a fazer política de cidadania. Isso que nós estamos trabalhando, essa vertente, se você vai ver nós discutindo a questão da tarifa do transporte coletivo aqui de Curitiba, no interior, as comissões, estamos sempre em varias comissões nas prefeituras, então nós temos as regionais sempre bastante atuante na questão da cidadania. Então a bacia pra nós é mais uma vertente da questão da cidadania
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada é onde todo mundo tem suas obrigações e todo mundo ganha. Eu acho que essa é a gestão compartilhada..
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Trabalho na Sociedade Civil organizada, porque na verdade eu tenho atuado mais como Sociedade Civil organizada do que dentro de qualquer segmento específico.

10 Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Essa foi um pouco complicada, porque na realidade nós tínhamos uma pessoa bastante experiente, que era o seu Nelson Salim, um profissional com 70 anos, já tinha uns quase 60 anos de formado, e aí ele deixou, ele participou no começo, e ele deixou depois de duas gestões, ele tinha uma formação de agronomia, então ele via muito a questão da gestão da bacia na visão da agronomia e a conservação dela. E posteriormente, na hora que ele saiu, eu fui indicado para atuar nisso
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Nenhuma. A minha instituição não tem nada a ver com a minha pratica de cidadania do sindicato. Eu quando sento lá, sou representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, não sou representante da Sanepar. A Sanepar sabe que eu to lá, mas a gente tem uma postura muito clara de defesa das políticas do sindicato, não da empresa
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Eu acho que o Comitê, nós temos alguns erros bastante graves. A gente não sabe onde ta para saber onde quer ir, então eu vejo bastante guetos discutindo alguma coisa sem ter a visão holística da bacia como um todo e seus impactos, então como também vejo algumas questões comerciais, algumas coisas no sentido de buscar ter conhecimento para buscar fazer projetos ambientais. Não é esse caminho. A gente precisa ter uma visão total da bacia, saber o que, as repercussões que tem ao longo dela, para poder fazer um projeto com a visão global dela. Então eu vejo muita discussão localizada de algumas coisas que na realidade a gente não tem o controle por exemplo, drenagem urbana nas cidades na bacia do Tibagi, nós não temos controle sobre isso, nós não temos uma política sobre isso, sabe? Então por exemplo, a usina agora, nós não temos estudo técnico para saber qual o impacto que aconteceu até agora. Então são coisas que a gente não sabe o comportamento do rio na ultima enchente a um ano atrás. Então sao coisas que a gente não tem dados, e eu vejo que a gente fica muito em gueto discutindo algumas coisas onde a gente tem que ter um aerofotometro da bacia, ver toda a extensão dela, questão da parte de agricultura em torno dela, ver onde é que tem a questão de assoreamento, ver onde é que tem porto de areia, a gente precisa trabalhar ela com uma visão holística. Então eu acho que a gente entra muito em discussão dentro da bacia numa visão acadêmica, e as vezes em outra situação cada um defendendo uma situação e a gente não tem a visão do todo. Eu acho que não, não saber onde ta para saber onde a gente pode chegar. Se nós não soubermos onde a gente ta hoje, nós não sabemos onde que a gente pode chegar
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? A minha entidade ela me deixa bastante tranquilo, porque na realidade a gente, nós temos gente da bacia do Iguaçu, gente na bacia do Tibagi, gente na bacia do Paranapanema, e a vertente é única, é muito voltada para a questão de cidadania. Isso que te falei agora é exatamente a visão da minha entidade. A gente quer discutir as questões, mas dentro do parâmetro técnico, não naquela visão, não eu acho que o rio tem que ser classe 2, classe 3, classe 4... o que que tem, o que que a gente tem que olhar em volta, que projeto a gente pode melhorar naquela bacia, como é que nós podemos gestionar aquela bacia melhor, então não a visão assim, minha entidade me deixa muito a vontade para discutir essas questões, até porque eu sou, já tenho 16, 17 anos de atuação já, então a entidade sabe que a gente tem uma visão bastante clara em relação a isso, e ela tem uma visão bem uniforme de todos na bacia na mesma visão. A nossa visão é a pratica de cidadania, retornar para a sociedade aquilo que a sociedade trouxe. Nós não somos um sindicato que defende só o profissional da engenharia, nós temos uma visão muito mais ampla
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Eu acho que primeiro, eu volto sempre a dizer, não adianta você levar uma discussão para a sociedade se você não sabe o que você tem para discutir, nós não temos hoje o tamanho para discutir, todo o rio para saber o que a gente tem que discutir. Como é que eu vou discutir lá em Telêmaco Borba drenagem de agua lá, de chuva, se eu não sei qual o impacto lá. Eu sei que tem, mas não sei, como é que eu vou fazer o projeto pra lá. Eu não sei que empresas que tão na beira do rio, então se eu não souber isso, eu não posso começar a discutir com a sociedade, para ter uma visão ampla, pra trabalhar isso no projeto inteiro. Se você pegar o projeto agua boa da Itaipu, você vai ver que foi exatamente essa visão que eles tomaram conta do lago, o projeto agua boa de Itaipu é essa visão que eu to te falando, eles levantaram as necessidades, e aí foram envolver a comunidade. Mas se eu não envolver a comunidade não tem solução. O rio não é meu, não é seu, é de todo mundo, mas a sociedade precisa comprar o rio, precisa saber que o rio é dela, mas ela tem que ter essa necessidade, tem que levar isso e colocar de uma maneira bastante clara. Não posso chegar lá e dizer que vou fazer educação ambiental e acabou, não é assim que funciona, a gente vem com uma visão muito mais ampla quase. Por exemplo, como que ta nossas margens hoje. Você sabe? Como é que ta? Nós temos algum controle exato de como que ta as margens hoje? Não temos. Nós não sabemos, então são coisas que a gente tem que saber o que to plantado na beira do rio, qual a margem nossa, o que a gente tem que fazer. Mas tem que envolver órgão por promotoria? Tem que envolver, mas assim, todo mundo ajudando, sabe? Se a gente fizer uma política de (... não entendi) profissional, outra empresa dando, e sabe, a prefeitura trabalhando também na drenagem dela melhor, então a gente tem que trabalhar esse processo. Se não for assim nós vamos ficar no Comitê discutindo algumas regras pra levar pra sociedade e depois ficar na questão de brigando brigando brigando, que não é o caminho, não é a solução, e outra, é um manancial para nós extremamente importante. Acho que é o maior manancial que nós temos hoje na região norte, hoje ele nasce aqui., então você imagina a importância desse rio pra gente aqui dentro do Paraná, a geração futura.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Eu acho que é um amadurecimento da gente, nós estamos aprendendo a trabalhar, na realidade a gente ta aprendendo a amadurecer com o processo, tudo é uma questão, eu não gosto de decisão descentralizada porque eu acho que a gente olha a bacia segmentada, se a gente olhar a bacia segmentada cada um resolve o seu problema, e acha que ta vendo seu problema e não precisa resolver o seu problema. E não é isso, a bacia corre ao longo do tempo, ela corre ao longo do território, então tem que ser uma decisão conjunta, e acho que a gente ta amadurecendo isso. Então a gente tem muita divergência e divisões ainda la dentro, as vezes de não entender o outro, e trabalhar a parte segmentada e olhar só para aquilo quando a gente devia olhar o todo. Então isso que eu acho, mas ela nunca deve ser descentralizada, ela deve ser uniforme, mas tem que ser com a política total da bacia, a visão holística dela, se não nós não vamos avançar.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Uma coisa que ta sendo discutida agora, que fica pra la classe 4, classe 3, e começa aquela discussão, a gente começa a discutir, discutir, discutir, mas a gente começa assim, sem ter argumento na mão, sabe? Não é questão da classe do Rio, mas o que tem no rio hoje que a gente pode botar em uma condição melhor. Se ele é classe 3, então ta, é objetivo buscar classe 4? É, então o que a gente pode fazer para chegar na classe 4. Não adianta falar que você vai parar tua indústria, não, você tem que.. nós não sabemos onde que a gente ta. A gente, eu sempre volto a falar sempre a mesma coisa, a gente não sabe onde a gente ta, então você chega num lugar, começa a culpar fulano, beltrano, ciclano, e não é isso. O rio, ele percorre todo o caminho, então não é isso. Essa é a visão que eu tenho, agora, sempre centralizado, eu acho que a gente tem que ter uma visão centralizada. A gente tem que levar mais duas coisas. A boa prática da iniciativa privada, junto com a acadêmica, junto com o estudo acadêmico científico da academia. A academia pode ajudar e muito nisso. Onde? Ela vai fazer a analisa da agua, ela vai criar um histórico disso, ela vai ver o comportamento do rio, ela começa a ter um parâmetro técnico de como é que está, e isso ajuda bastante. Agora, cada um fazendo um pouquinho pra chegar na solução. É o que eu acho.
17- Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos

e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Não, não porque a comunidade não tem a ideia do tamanho da grandeza da bacia e ela também tá aprendendo a amadurecer nesse processo. Eu por exemplo coordeno o SENGE Jovem de Londrina, que são os engenheiros novos né, você conversa com eles e eles estão aprendendo agora a ver essa questão, então a gente tem que amadurecer na sociedade com isso. A sociedade não tinha essa visão, a gente vem de uma ideia onde nós temos fatura, eu acho que as coisas, a água começou a aparecer problemática para nós agora em São Paulo, mas a gente que conhece a questão, sabe que Sorocaba já restringe água para Piracicaba há 10 anos, 12 anos atrás, em Piracicaba. Então chegava meio dia, ela parava o bombeamento que tinha que sobrar água para Sorocaba. Nós sabíamos disso já. Então é, a sociedade passou a sentir a questão da importância da água agora, e eu acho que a participação da sociedade muito incipiente ainda. Ela não tem ideia da importância do rio para ela ainda, ela não tem essa ideia. Só que isso vai em um projeto maior, vai na escola, vai na formação acadêmica, vai principalmente na questão da academia de universidades importantes, mas a gente tem que começar a pensar nas gerações lá embaixo, a importância do rio, o que que é. Eu acho que nós estamos muito fechados, na realidade nós somos, como que eu te falo, nós trabalhamos muito fechado, nós como entidade como realidade, nós estamos muito fechado na situação que a gente precisa ter um orçamento próprio para fazer as coisas, independente de governo, sabe, de empresa, tem que ser um orçamento, uma (... não entendi) orçamentária para a gente poder trabalhar esse processo. Mas ter a dotação, ter a gestão efetiva disso, que aí a gente começa a levantar dados e ter uma política, estabelecer uma política de gestão da bacia, se não não adianta.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Isso aí que to te falando. Eu to colocando, o que tem que ser discutido é isso. Eu acho que a gente não pode fazer a mesma coisa e ter o mesmo resultado. Eu acho que a gente tem que pensar o novo, e o novo é isso. A primeira coisa, eu acho, quando eu sentei lá, eu disse assim, vocês tem o aereo fotometro da bacia? Não, não tem, não sabemos o que tá pendurado nelas, aí você vai julgar o que? Começa do básico. Então acho que a gente tem que começar a repensar esse linha. Primeiro a independência dela, com uma dotação orçamentaria digna para ela poder fazer as políticas. Eu acho que isso é fundamental. Se a gente não tiver uma dotação orçamentária onde o gestor da bacia possa trabalhar o Comitê, e fazer as políticas e implementar as políticas a médio e longo prazo dentro do planejamento, a gente não avança, e aí você tem que envolver a sociedade. Quem cuida da bacia é a sociedade, não é eu, você, a sociedade é que cuida da bacia. Envolver ela desde o início.
19- Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Não, a minha expectativa é essa. A gente dividindo a parceria com o clube de engenharia de Londrina, o CEAL, tem participado mais também, então ele vai em algumas das reuniões, ele é meu suplente, e basicamente a visão é essa, a visão é tratar ela como, um tesouro que a gente tem na mão, hoje a gente tem que ver que a água há uns 10 anos é um bem que vai valer uma fortuna, e a gente precisa saber conservar ela, e é o maior rio que nós temos na região. E nós não podemos estar sujeito a ele sofrer o impacto para viver outro Tietê, ou outra coisa que não possa ter mais controle, por isso que eu fico batendo nessa linha, a gente precisa ter uma visão total do rio, uma visão holística das políticas para não estabelecer ao longo dele, mas as políticas publicas a gente tem que fazer, tem que ser política publica, pode ser PPP, pode? Pode ser parceria publica privada? Pode, mas sempre com o projeto da academia com uma visão pública. E ele não é um rio para ser cuidado pelo setor privado, é um rio para ser cuidado pelo governo, pessoas que compõe as estruturas de governo. Não, só te agradecer, eu acho que é um bom levantamento, eu não sei quais são os meus pares, se chegaram a conclusão do que eles pensam, mas a minha visão é basicamente essa, eu acho que a gente não pode continuar fazendo o que a gente tá fazendo e vendo que não tem resultado. A gente tem que mudar a forma de fazer, eu acho que a gente percebe na bacia, a gente vê muita polemica, mas não ve soluções que começam a externar de fato e efetivamente o trabalho. Agora, eu entendo que é um amadurecimento até do corpo da bacia, das pessoas que estão lá e são novas, mas todo mundo tem uma parcela de responsabilidade, e todo mundo tem que fazer a sua importância, e todo mundo tem que dar um pouquinho de si para trabalhar.

SOCIEDADE CIVIL - TÉCNICO PROFISSIONAL 5- SCTP5
1-Qual seu nome? Jucélio Aparecido da Silva
2-Qual sua idade? 48
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Eu sou professor do PSS, não sou formado. Eu tenho magistério indígena, eu sou acadêmico, to no segundo ano de pedagogia.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Conselho Indígena Estadual do Paraná
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Olha, eu na verdade sou novo conselheiro, vai agora pro quarto ano que eu estou. Acredito que já tenham passado outros conselheiros por lá . Se atuou em outros, quando e representando quem? Não
6-Você é titular? Titular, presidente.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Não.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada... é uma gestão onde que todos estão juntos, trabalham em conjunto, é mais ou menos isso? Eu penso dessa forma, que seria uma gestão onde estaria todos juntos né, discutindo os mesmos assuntos e com umas ideias diferente. Acredito que seria mais ou menos assim.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Não, eu não sei porque não tenho participado. Faz tempo que não tenho participado.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Eu lembro que era um presidente do conselho, era ele quem era o representante, aí mandaram uma carta pra gente atualizando né, o conselho, e aí me colocaram, eu e mais um outro rapaz como titular dentro do Comitê.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Eu fui escolhido porque eu fui, eu tive a maioria dos votos dentro do conselho indígena, aí fui pra presidente do conselho e geralmente lá é os conselheiros, o presidente e tal, que vão para esses cargos aí.
12- Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Então, eu participei de uma reunião aqui em Londrina, não pude participar de mais reuniões porque tem vez que a agenda deles não condiz com a nossa agenda, entendeu? Porque eles marca uma agenda, coloca uma data, e até as vezes sem procurar saber como que tá os outros que fazem parte do Comitê, estão, se estão livre nas datas, e nunca deu certo, porque você tá vendo, eu tenho bastante compromisso dentro do conselho e dentro da comunidade também, porque eu sou professor, acadêmico, sou liderança, trabalho também com associação de moradores, né, então é muita coisa.

13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Eu acho que se eu tivesse mais presente eu opinaria por muitas coisas ali dentro, porque eu acho que é uma coisa de se penar muito porque queira ou não queira é uma coisa que tao se estudando, fazendo um estudo, porque a gente sabe que não vai ficar só nisso, eu acredito que depois disso vai vir aí as grandes usinas, ou pequenas usinas, como a gente pode pensar, e a gente sabe que isso também vai ter um envolvimento muito grande dentro das nossas comunidades indígenas. Então eu acho que deveria ser mais estudado, mais pensada e ter mais envolvimento com o nosso povo, porque isso queira ou não queira está na constituição, o artigo 210 mesmo fala ali que tudo que for fazer tem que ter, tem que ver com as pessoas interessadas, tem que ter o compromisso ali junto com eles. Não é simplesmente fazendo uma gestão, Comitê, simplesmente colocando as pessoas ali dentro, e as pessoas não participam, porque eu não participo, não porque eu não queira, eu queria estar presente em todos, mas um que a gente não tem, a gente não tem fundos para isso, o conselho não tem fundos para isso, a gente trabalha voluntario, as vezes tem que estar colocando dinheiro do bolso e tal para fazer essas correrias.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Eu acho que já atinge. Atinge porque esse Comitê ta formado já faz tempo, eu acompanho muitas vezes pela intenret, nos e-mails, e eu acho que já ta sendo prejudicado, desde o momento que não tem participação de todos os membros já ta sendo prejudicado, as comunidades né?
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas?Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Ah, eu não tenho o que falar muito sobre isso porque eu não tenho acompanhado muito esse jeito, essa gestão, então não tenho muito o que falar...
16-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas?Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Ah, eu não tenho o que falar muito sobre isso porque eu não tenho acompanhado muito esse jeito, essa gestão, então não tenho muito o que falar...
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Eu acho assim que essa informação do Comitê deveria estar mais presente dentro das comunidade. Por exemplo, eu acho que eles deveriam marcar um dia pra ir la conversar com as lideranças, a gente chamar a comunidade, para a comunidade também começar a entender o que é isso, porque se você for falar dentro da comunidade, eles nem sabem o que é bacia, Comitê, o que que é, entendeu? Eu acho que deveria, ao invés de estar muito focado só la, o Comitê em só um lugar, eu acho que deveria fazer essas pesquisa, ta junto né, com a comunidade.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Eu acho assim que, tem que rever muitas coisas, porque eu acho que o que passou deixou a desejar, sobre essa expectativa mesmo aí, que começou uma nova gestão agora em 2017, eu acredito que eles vão olhar mais fundo né, sobre esses assunto
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Nao, eu acho que, o que eu to falando ta ficando até meio repetitivo, mas eu gostaria sim de estar mais presente, e vou fazer esse esforço porque esse ano ta acabando meu mandato já no conselho indígena, ai vou ficar mais livre e creio que vou poder tar participando, se eu ficar dentro do Comitê também, se não, se de repente eu saio de presidente e já entra outro, automaticamente já coloca o nome do outro, aí não tem como a gente participar, tem como cobrar mas participar nao tem. Então, o que eu continuo falando é isso, porque a situação nossa nas comunidade é aquilo que eu tava falando, não são todos que querem pegar um compromisso, então a gente por ser uma liderança, eu tenho mais de 20 anos de liderança, então as pessoas acreditam em você e ai você vai jogando cargo, jogando cargo, você ta ali sendo sufocado mas nao tem outra pessoa, tem que ser você, então acredito que o problema é esse também, muito cargo e essa parte também de que não tem ajuda, ajuda de custo para tar saindo. Eu queria estar em todas as reuniões, eu queria estar não só no Comitê, eu queria estar participando em muitas reuniões em Brasília, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, fazer parte desse grupo de liderança forte, mas infelizmente eu não tenho condições, não tenho essa disponibilidade

USUÁRIO INDÚSTRIA- UI
1-Qual seu nome? Henrique Luvison Gomes da Silva
2-Qual sua idade? 35
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Engenheiro Ambiental formado pela Federal do Paraná. Tenho meu nível de graduação hoje é mestrado, tenho especialização e tenho pós-graduação.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Eu represento, é.. eu não lembro o nome da classe bem certinho, mas são os representantes das indústrias.
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Nesse Comitê eu atuo desde 2008. Eu sempre representei a Klabin lá . Eu comecei como suplente do Júlio Nogueira, que é gerente de meio ambiente da Klabin, e em 2008 eu fui suplente, 2009 suplente, e a partir de 2010 eu já fui titular. Se não estou enganado nas datas
6-Você é titular ou suplente? Sou titular.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Já participei, hoje em dia não participo mais. Era uma câmara técnica sobre a qualidade de água. Qualidade de água do rio.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Uma gestão compartilhada? Para mim é uma gestão feita a mais de duas mãos. É uma gestão feita, é, eu olhando para o Comitê, é uma gestão feita, ela é dirigida pelo presidente lá do Comitê, mas com a participação de todos os membros. Eu acho que na minha cabeça seria isso.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? O tripartite é governamental... eu não me lembro, do tripartite. Eu tô na definição da parte da indústria, mas eu não lembro exatamente das três separações que tinham lá. Não lembro.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Não o processo de dentro da Klabin, o processo lá? Aqui dentro da Klabin eu falei que gostaria de ser e daí foi tudo ok. Lá, na ultima eleição que teve para selecionar os membros, a gente reuniu por grupos, eu 'tava' no grupo que reunia parte do grupo industrial, e a gente, em consenso, definiu quais seriam os representantes. Então eu comentei

que gostaria muito de continuar tendo a Klabin como representante do Comitê, pela grandiosidade que a gente tem dentro do estado do Paraná e dentro do rio Tibagi, agora nós temos as duas maiores fabricas da Klabin estão no Tibagi, com esse argumento e todo mundo lá já concordava que a Klabin tinha que estar, então foi assim que foi feito, e os outros representantes do setor industrial também foi na mesma linha de raciocínio.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? É... foi por... como que foi meu processo? Foi por livre e espontânea vontade na verdade, porque a gente tinha já, a participação no Comitê, já era uma coisa enraizada na Klabin desde que eu entrei aqui em 2006, e como eu entrei com engenheiro ambiental, e eu fui o primeiro engenheiro ambiental da Klabin, eu olhei o Comitê e falei opa,, levantei a mão e falei que eu queria participar daquilo ali, e assim foi.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Então, hoje quando eu vou a reunião do Comitê, ou quando eu recebo alguma informação, eu pego essa informação, faço a digestão dela primeiro, e levo pra gerencia corporativa de meio ambiente da Klabin, levo pra gerencia mostrando o que que são as necessidades, se tiver alguma necessidade nossa, e também quais são os impactos do que ta sendo analisado pelo Comitê. Então eu trago a informação, divulgo ela internamente, e quando a gente precisa dar uma resposta, é feito o mesmo caminho. Eu monto essa reposta ou uma apresentação, o que quer que seja, passo para a gerencia da Klabin, a gente tem o aval, e daí é enviado para o Comitê.
13- É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Ah, assim, não sei se entendi a pergunta. (repetiu a pergunta) ah, a gente, todas as divergências que a gente, na verdade só me lembro de uma divergência, que foi, que é recente, quando eles estavam fazendo a reclassificação do rio Tibagi, em alguns pontos, e eles estavam alterando a classe do Rio, as partes que eu não concordava em alterar, é, todas elas foram escutadas, não estava afetando diretamente a gente, mas a gente não estava pensando só na Klabin, a gente estava pensando na bacia do rio Tibagi e todas elas foram aceitas assim, lá é um bom ambiente onde você pode falar assim, olha eu não concordo com isso por causa disso, disso e daquilo, e eles pensam quando você fala alguma coisa ela é bem recebida. (pergunta novamente) ah, não vou ter divergência com o que a Klabin pensa, é muito difícil, até hoje eu não tive. Por exemplo, eu pensar alguma coisa e a Klabin pensar outra normalmente não, normalmente a gente pensa, é bem alinhado o nosso jeito de pensar.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Não, a gente não faz isso com a comunidade. Não faço quem faz isso com a comunidade é o pessoal da prefeitura de Telêmaco que também ta representado dentro do Comitê. Eles fazem esse vinculo com a comunidade, a gente na fabrica com a comunidade externa, não faz. Algumas decisões, algumas informações que a gente consegue trazer pro público interno a gente até traz, mas fora isso não tem, levar esse tipo de informação para a comunidade não leva.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Antes... mas daí eu não sei como era antes porque desde que eu estou aqui na Klabin já existia o Comitê, eu não sei. Provavelmente, e eu também acredito que com o Comitê deve ter melhorado, deve ter melhorado, afinal essa é a função do Comitê. Até a gestão do Galdino, que é presidente desta chapa que acabou de encerrar, e foi reeleito uma nova que eu não lembro agora o nome de quem que 'ta', e não posso falar dela porque é nova, mas até a gestão do Galdino eu acho que ele vem melhorando. Tudo que acompanhei até a gestão dele tiveram várias evoluções o Comitê. Eu não entendo o Comitê como uma descentralização de informações. Eu entendo ele diferente, né, ele ta ali, eu entendo ele como se ele estivesse centralizando. Eu não sei se meu entendimento ta errado, mas eu entendo ele como uma centralização, ou seja, você tem vários setores, vários tipos de representante, todo mundo olhando para uma bacia hidrográfica né, e acho que ali ele centraliza a informação, não descentraliza, não entendi...
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? o que eu mais me lembro e que ta vinculado ao assunto lei ou algum tipo de resolução, vinculado ao Comitê do Tibagi é quando a gente fala sobre uso da agua, quando a gente fala sobre a cobrança pelo uso da agua. Eu tinha uma grande expectativa de que o Comitê iria conseguir até o ano passado, implantar a cobrança pelo uso da agua, mas isso não foi feito. Chegaram até a definir mais ou menos o modelo e parou. Então não sei se respondi sua pergunta... eu acho que isso é o que mais vejo em relação a lei, normas, o que eu me lembro mesmo que fica muito claro para mim assim, estão tentando implantar a cobrança pelo uso da agua e a devolução do efluente, isso é o que fica na minha cabeça quando você faz essa pergunta. Só que eles não conseguiram ainda e já faz muito tempo que eles estão tentando, muito tempo..
17- Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Sendo bem sincero, a comunidade não participa. Eles não participam, quem participa mais no Comitê é, são as ONGs, tem uma ONG que participa mais, pessoal de algum do setor público, alguma coisa e o setor industrial, o resto dos membros não fala nada, ficam quietos, a reunião é super calma, não tem varias discussões calorosas assim, discussões boas que eu 'to' falando, e a comunidade nunca vi participação, nem quando eles estavam fazendo essa reclassificação do Tibagi que é um negócio super importante, 'tavam' definindo quais partes do rio Tibagi iam passar de classe 1 para classe 3, para classe 4, não vi envolvimento nenhum. Nas participações que foram feitas, representantes da comunidade eram escassos.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Que eles consigam implantar a cobrança pelo uso da agua e a cobrança pelo uso, devolução do efluente, eu tenho essa expectativa.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Sim. Aí é uma opinião bem pessoal minha e que eu sei que a Klabin compartilha dessa informação. O Comitê é muito moroso, eu acho que é o termo certo, tem uma velocidade muito lenta, demora muito, eles ficam diversas reuniões tratando do mesmo assunto, parece que fica patinando no mesmo assunto, e eu acho que é por isso que muita gente perde o interesse. Eles fazem uma reunião, aí de repente alguém fala, mas ah reunião anterior nós discutimos isso, mas não esta de acordo, aí volta toda a discussão no mesmo assunto, e as vezes não munda, fica ali naquele mesmo tema, ai eles marcam outra reunião e vamos ver se todo mundo ficou de acordo, e se perde mais uma reunião para tratar coisas que poderiam ser, que já estavam tratadas, então tem pessoas que não ajudam la o Comitê a ter velocidade, ter força. Eu acho que uma parte são dos participantes, os participantes não ajudam a fazer com que o processo seja rápido né, então uma parte é dos participantes, que ficam pegando picuinhas ou detalhezinhas que não ficaram escritos na ata e pedem para voltar naquela ata só para escrever um.. isso foi feito varias vezes na gestão antes de 2017 quando estava fazendo essa classificação do Tibagi. A empresa que apresentou o diagnóstico, porque foi feito um diagnostico do Tibagi né, eu acho que ela apresentou o diagnostico quatro ou cinco vezes, sendo que tinha um escopo, então eles fizeram o trabalho conforme o escopo. Ai eles apresentavam, e alguém questionava coisas que não estava no escopo, barrava todo o processo, fazia de novo, mas não mudava, a apresentação era a mesma, então era só pra apresentar de novo para cobrir determinada vontade dos representantes mas que não afetava o resultado do trabalho, então por isso o trabalho é lento, e isso acontece com ata, fecha uma reunião e fecha ata, ai no outro evento eles começam não discutir uma coisa nova, mas olhando aquela ata e ficam ali mastigando aquela ata que foi feita da reunião passada.

USUÁRIO AQUICULTORES -UAq
1-Qual seu nome? Ricardo Johansen
2-Qual sua idade? 63
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Engenheiro agrônomo, produtor rural e atualmente atua na área de gestão de empresas com atividades poluidoras.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais.
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Eu estou no segundo mandato, no Comitê do Tibagi, representando a Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais. Não atuei em outros Comitês.
6-Você é titular ou suplente? Titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? Sim, participo. É a segunda, uma câmara técnica que, tem a câmara institucional e legal, e depois tem a outra que parece que de acompanhamento do plano. Agora não sei te dizer, mas é que pelo tempo que eu estou lá eles me colocaram nessa.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada é uma ação onde os componentes da sociedade dividem a responsabilidade de planejar e executar as ações me defesa, no caso do Comitê da Bacia, em defesa da água do Rio Tibagi, em qualidade e quantidade para as futuras gerações.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Sociedade Civil organizada.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Eu fui convidado pelos dirigentes da Associação dos Aquicultores para fazer parte e coordenar o departamento técnico da Associação. E quando a Associação foi convidada a participar representando os produtores de peixe da região do auto Tibagi, eu automaticamente fui o indicado e assumi o cargo. O presidente da Associação foi meu suplente no primeiro mandato, e é meu suplente no segundo mandato
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Por eu ser engenheiro agrônomo, quando fui convidado a entrar na Associação, eu não era produtor de peixe, mas estava como gerente da Bacia do Alto Tibagi do Instituto das águas. E ocupando este cargo, eles entenderam que, primeiro que eu fui convidado para o Instituto das Águas pela minha experiência no meio rural, e conhecimento dos problemas do meio rural, depois da Associação pela minha experiência na área rural e com foco na qualidade e quantidade da água tendo em vista minhas defesas intransigentes sobre a qualidade da água do rio Tibagi, e como aqui estamos dentro da Bacia, nada mais natural. A Associação me convidou para ser diretor técnico, até para fazer a discussão técnica, no aspecto ambiental legal para a instalação da piscicultura na região, e também estar dentro do processo para fazer a discussão com as partes, órgãos ambientais e o produtor que deseja, preservando sempre a água.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Nós fazemos reuniões sempre que o Comitê emite uma circular, portaria, que pode interferir na qualidade da água, ou pode interferir nos procedimentos internos da associação. Eu pego o documento aprovado pelo Comitê, e passo para o presidente que convoca uma reunião, e eu faço uma explanação do que é a novidade. Porque ali é o aspecto legal e institucional. O aspecto de água e de meio ambiente, porque no tocante o procedimento interno da propriedade, da parte de manejo, a gente discute, mas os produtores estão bem cientes disso e tocam sozinhos. Não, acho que é suficiente porque a demanda deles é mais neste aspecto institucional e legal, de mim, da minha função como representante deles dentro do Comitê. Então por ser institucional e legal eles são sempre receosos de serem penalizados pelos órgãos ambientais por uma coisa ou por outra, que fizeram tanque dentro da área da APP, pegando água em uma situação ainda não legalmente estabelecida. O produtor tem receio do Estado. Não do Governo, tem receio do estado porque quando ele cai nas mãos do estado ele é desossado, então muitas vezes ele não faz por motivo de receio, e isso impede o desenvolvimento. O baixo nível cultural da nossa população também é outro impeditivo, porque estão aliadas as coisas. Ele tem baixo poder de conhecimento, impede com que ele tenha coragem de se expor, então ele procura uma entidade onde ele pode tentar diluir o problema dele, por um grupo maior, e em cima disso procurar uma solução. Quando eu falo da problemática de ponto de captação de água, que é um problema muito grande, a lei impede que você faça barramento em Arroio. Está na lei, porém ela permite você faça um barramento de 1,4 m para fazer acúmulo de água, só que o fiscal do órgão ambiental parte do princípio que barramento não pode, ponto.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Pulou essa pergunta.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por quê? Não, não faria diferente porque nesse aspecto eu tenho um exemplo muito grande, que foi justamente a disputa pelo reenquadramento da classe do Rio Tibagi. Eu fui um dos coordenadores, porque quando eu tomei ciência de que os órgãos, os coordenadores do Comitê, junto com Sanepar e junto com o Instituto das Águas queria mexer no enquadramento da classe do Rio Tibagi, tirando do que estava e colocando para classe 4, eu me insurgí e não admiti porque eu estava representando a Associação dos Aquicultores. Na legislação sanitária, para quem lida com a piscicultura, a piscicultura e agricultura só podem ser exercidas e praticadas em ambientes aquáticos onde o enquadramento da classe fornecedora da água seja Classe 2. Quando você fala da Sanepar e Instituto das águas, você está falando? Sanepar corpo técnico, dirigente, coordenador, presidente, todos.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Antes quando? Antes do modelo de bacia por bacia hidrográfica. Não tinha antes e não tinha gestão. Porque isso começou depois da 2ª Guerra na França em 1960, 1970, os primeiros técnicos do Paraná foram à França e na Alemanha, pesquisar, ver o que era, e trouxeram para cá, e foi implementado os Comitês das Bacias Hidrográficas do Paraná. Porém, logo depois que eles voltaram, vieram os governos socialistas do Requião, e tudo mais, que não deram a mínima para o que eles foram pesquisar lá, e daí foi criado o Comitê e ficou sem nada. No governo Richa, onde passaram, porque na época que eles foram buscar essas informações, em 1960, 70, existia a SUDERSA, depois veio, eles mudam o governo, o estado mudava o nome para SUREMA, depois o estado mudou para IAP, e depois mudou, quando abriu, deixou o IAP com fiscalização e o Instituto das Águas com outorga, e licenciamento do manejo da água, é que passou-se a considerar os Comitês de bacia como um instrumento forte para as aplicações visando a qualidade quantidade de água para o futuro. Mas nós não tínhamos, pegamos o exemplo francês e trouxemos pra cá, mas não tínhamos experiência. Nos que eu digo os gestores, então tinha que ter o presidente que ia ser escolhido entre os membros escolhidos como representante do Comitê, a secretaria executiva seria sempre o representante do Instituto das Águas, e daí os representantes do estado, da Sociedade Civil organizada, do estado federal, estadual e municipal, da Sociedade Civil organizada e das entidades, academia, e organizações representativas. Houve, no primeiro momento, há 8 anos atrás acredito, 2002 ou mais, nós estamos em 2017, acredito que 2008 ou 2010, que a sociedade junto com todos os representantes começaram a entender o que era. Há 6 anos atrás, em 2011, quando eu fui

convidado para participar da primeira vez como representante, é que nós tínhamos que nos definir lá dentro. Nós éramos todos indivíduos estranhos, cada um com a sua própria natureza, então, foram convidados do estado representantes do Instituto das águas, do IAP, dos índios, MST, esses eram convidados do estado. Das organizações sociais, Associação dos Engenheiros, CREA, Associação dos Engenheiros Agrônomos, e da Sociedade Civil organizada, as Associações de produtores, de sindicatos, então... Como a gente não compartilhava o mesmo assunto foram anos difíceis, pois cada um defendia com muita intransigência outro setor, e nós não estávamos ali para defender o setor, nós estamos ali para defender o Rio, a água e a bacia. Então nós passamos 4, 6 anos se entendendo. Agora com esse mandato, do presidente anterior, do Galdino, a própria eleição dele foi um rompimento das amarras, pois ele representava a Universidade e não o setor mandatário, Copel, Sanepar, IPA, Instituto das Águas, ele tinha personalidade, uma equipe que dava apoio e suporte, e aí ele pendeu para o lado da Sociedade Civil e das entidades, foi eleito e ganhou. Então nesse momento, com a presença do Galdino no Comitê, houve avanços significativos e inclusive a própria defesa intransigente do enquadramento do Rio Tibagi. Permitiu que eu fizesse articulação aqui no alto Tibagi, com apoio das entidades organizadas. Eu levei, e nós com muito trabalho e defesa sistemática, conseguimos manter a qualidade do Rio Tibagi na classe 2.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? A Lei que criou o Comitê é que regulava todo o processo. Praticamente a mesma legislação, não houve alteração. O que mudou foi o aperfeiçoamento das pessoas que estão ali dentro, mas com tudo isso, a leite que criou o Comitê já é tripartite, já tem as entidades, os representantes das entidades, então eu não saberia te dizer lei pois não sou advogado, sou mais da área técnica. O que a gente vem buscando como área técnica é defender junto com os outros pares a qualidade e quantidade da água, e o próprio representante dos organismos do Estado estão entendendo isso daí, e a gente tem avançado nas discussões, tanto é que esse ano ainda não teve nenhuma reunião. Nós estamos avançando o 2º semestre de 2017, e nós não tivemos nenhuma reunião. Isso talvez seja por organização. Eu sinto falta disso, pois mesmo sem reuniões a gente tem problemas. Por isso que eu fiz essa mobilização agora, mobilizei a presidente, eu quero, mesmo não tendo reunião, tenho alguns projetos e ações que vão entrar em pauta na próxima reunião, justamente fechando onde eu vejo que existem buracos no processo, porque o Comitê não faz fiscalização, ele se preocupa em normatizar. Como na nossa região chove bem, nós não temos problema de crise hídrica, mas nós temos um grande problema que é a ausência de saneamento, que é mal coletado, conduzido, tratado e lançado do jeito que é nos Rios. Então eu estou fazendo o monitoramento no Rio Formiga em Palmeira, e ali nós temos problemas. E na próxima reunião eu vou defender que nós temos que iniciar o tratamento e ações intensas em cima das estações da Sanepar, que estão a montante do Rio. Que eles se preocupam muito em atender, eles o Governo, e seus representantes, em atender o que impacta mais o visual da população. Tem que atender a população de Ponta Grossa, Telêmaco, e Londrina. Porém, essas outras pequenas cidades contribuem com o esgoto da mesma maneira, tratamento mal qualificado, e contamina a água de cima pra baixo. Então vamos ter um esforço monstruoso em Londrina, para tratar água que poderia ser tratada aqui em Palmeira, Witmarsun, Ponta Grossa, Imbituva, Irati, e assim vai. Quer dizer, vai descendo, porque quanto maior a qualidade da água aqui no alto, melhora a qualidade de água embaixo, e isso é um dos motivos. O segundo motivo é que com a instalação do projeto que está caminhando da usina santa branca, os técnicos contratados pelo investidor, detectaram grandes quantidades de coliformes fecais onde vai ser instalada a barragem. Hoje, com água corrente já foi detectada essa quantidade de coliformes na água, imagine a hora que virar barragem, onde a água vai ser acumulada dentro do reservatório
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Não existia antes e não existe hoje. A sociedade, e comunidade, os participantes, são poucas pessoas que tem essa visão no tocante à água. A população ainda é negligente no tocante a água, haja vista a quantidade de saco, fogão a gás, sofá, lançado nos arroios. Acho que é uma questão de ensino, tem que ensinar. A gente fala muito da secretaria educação, mas a Secretaria de Educação não educa nada, tem que ensinar a pessoa a não jogar nada dentro da água. Por cultura milenar os índios não urinam e não defecam dentro da água e os brancos o fazem
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Eu tenho grandes expectativas nessa nova gestão, tendo em vista que é esse grupo que tomou posse agora tem conhecimento, tem bagagem, tem sensibilidade para o assunto. Eu acredito que vai ser muito mais produtivo e certificador de ações.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? O que o que eu sentia, que eu não sei como que vai ser daqui para frente, é a interferência do estado, na interferência do governo, nos funcionários do estado que estão dentro do Comitê. Muitas vezes as ações de governo são pernósticas em cima dos funcionários do estado que estão dentro do Comitê. Isso cria grandes problemas. O restante a gente vai burilando, você vai discutindo, porque eu tenho uma cultura, tenho um conhecimento, sou engenheiro agrônomo, trabalho na área de gestão ambiental há muitos anos. Tem pessoas, professores, que tem muito conhecimento e o conhecimento deles sempre agrega no meu conhecimento, e o que eu conheço sempre agrega no deles, então a gente vai se tornando mais homogêneo em termos de conhecimento e fica mais fácil de discutir porque você vai discutir realmente o ponto que atende para melhorar e perpetuar a qualidade de água do Rio Tibagi. Aí tem esses funcionários, esses conselheiros representando o governo. Esses vão lá para defender o interesse do governo, aquele pedido. Isso cria um tumulto, porque normalmente são pessoas preparadas também, mas ele tem o foco de passar por cima o rolo. E por outro lado tem aquelas entidades ambientalistas, extremadas, ideologizadas, que só fazem tumulto, gritaria, mas não resolvem muita coisa. Então, aquele grupo central, técnico, consciente, é que conduz o Comitê. Dentro dessa linha, que eu não posso fugir, é o problema da inação, porque o nosso sistema é muito pautado, nós não podemos fazer fiscalização, não podemos agir. Esse é uma coisa que amarra os conselheiros do Comitê. Então esse trabalho que eu comecei a fazer agora em função do exagero que está sendo praticado no alto do Witmarsun, ou a inação da Sanepar em buscar melhorar a qualidade das estações de tratamento de esgoto, é outro problema que vamos ter que discutir lá dentro. E aí há a interferência do governo atual que alega que não há verba para repassar a Sanepar. Esses são alguns dos problemas que o Comitê vai ter que melhorar para chegar mais contundente no governo para exigir a melhoria.

USUÁRIO DRENAGEM - UDR-
1-Qual seu nome? Jose Roberto Hoffmann
2-Qual sua idade? 64 anos
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Eu sou engenheiro civil, então o grau de escolaridade superior, pós-graduação em engenharia civil.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Entidade das empresas projetistas de sistema de drenagem
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Sim. Se atuou em outros, quando e representando quem? De bacias não
6-Você é titular? Sim.

7-Você participa de alguma câmara técnica? É, as câmaras técnicas ainda estão para ser definidas integralmente, mas eu tenho interesse em participar.
8-Para você o que é gestão compartilhada? É, você ter um processo de gestão onde você houve setores interessados, seja do interesse da preservação, seja do interesse do uso, seja do interesse comercial etc, então você tem que ouvir todos os lados para que o sistema fique equilibrado.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? No segmento do representante da sociedade, no segmento da parcela das empresas que trabalham com projetos de drenagem. Normalmente o vínculo esta na questão da outorga, porque o sistema de drenagem tem sempre como destino final um curso d'água, e este curso d'água dentro da bacia o principal é o Rio Tibagi, então essa preocupação da outorga dos cuidados que tem que ter com o projeto, para que você ter o cuidado necessário para devolver essa água para o curso d'água é muito importante
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Como não tinha, não houve uma divulgação mais ampla, as pessoas foram consultadas se tinha interesse, e aí em função desse interesse alguém se reuniu, avaliou e me convidou para que eu fosse, assumisse esse cargo, essa posição...
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? A instituição que poderia representar a empresa na qual eu trabalho e o setor no qual eu trabalho seria o sindicato de empresas de projeto, não existe um sindicato e uma associação para empresas de projeto, o que existe é o sindicato da indústria da construção civil que na questão dos loteamentos, do parcelamento de solo e tal, estariam vinculados a isso. Lá dentro do sindicato da construção civil eu ocupei diversos cargos, inclusive a presidência, e quando eu fui convidado, eu levei essa, esse convite que então as pessoas acharam que eu deveria fazer parte
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Nas reuniões do SINDUSCOM. Aí eu acho que é tudo uma questão de grau de importância da decisão, ver a quem afeta as decisões que estão sendo tomadas, então eu acho que essas pessoas que vão se sentir afetadas e que de repente pode ser até mesmo a comunidade né, então a minha intenção é levar a quem tem interesse em saber o que tá acontecendo e a quem as decisões vão afetar, tanto pro bem quanto pro mal. Certo?
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Como, vamos dizer assim, como um bom representante da entidade, eu devo seguir a opinião da entidade
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Bom, veja novamente a gente tem que recorrer ao setor organizado da sociedade. Eu tenho, vamos dizer assim, uma facilidade muito grande de circular, no caso do SINDUSCOM, de todos os SINDUSCOM do Estado do Paraná. Sindicato da Indústria da Construção Civil. Algo que está vinculado por exemplo as empresas loteadoras, que trabalham com parcelamento do solo, que geram demanda de drenagem, que geram demanda de (inaudível) eu tenho facilidade de, por exemplo, de circular, me informar, participar de reuniões nas associações comerciais. Já fui vice-presidente da federação das indústrias do estado do Paraná, então eu em função da minha vida, pregressa, eu tenho facilidade de circular nos segmentos organizados. Eu já fui presente da COAB de Londrina durante 4 anos, por exemplo, tenho facilidade de circular em associações de bairro, mas aí já não é o caso, porque o objetivo principal é a questão dos ocupantes da bacia como todo, e nem todos os cursos de água aqui da cidade vão direto para o Tibagi, e aqui na casa das cidades especificamente nós temos um problema sério e captamos a água do Tibagi para ver (...) então eu posso ter essa possibilidade de envolvimento. É lógico que você tem um folego, vai chegar em um ponto que eu não vou conseguir, vou ter que decidir ouvir mais, então vou tentar ouvir os setores mais representativos.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Eu não conheço o modelo de gestão anterior, e como estou no começo do mandato, eu não sei se este modelo que vai ser implantado, eu julgo que tem um modelo implantado, e é o que eu espero que eu possa ser um representante da sociedade lá para que as pessoas tomem as decisões mais acertadas né, sendo que se mais acertado é aquele de não prejudicar determinados setores, por exemplo, para quem capta água do Tibagi para tomar, tem uma certa tranquilidade com relação ao tipo de fluente que esta recebendo, qual é os parâmetros que estão sendo determinados para você fazer lançamentos, etc.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Anteriormente ou hoje? Bom, existe toda uma regulação através da agência nacional das águas, resoluções do CONAMA, e eu tenho contato com algumas dessas resoluções. É lógico que a partir de cada assunto vamos buscar dentro do google a legislação pertinente a cada assunto e estudar a legislação. Nem sempre a legislação, eu pelo menos já encontrei algumas questões que não são muito adequadas, mas lei é lei, e a gente não discute, cumpre.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Volto a falar, eu não sei como era antes, espero que agora você possa as pessoas envolvidas, quer dizer, com o processo, possam ter direto e indiretamente as suas opiniões ouvidas.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Bom, pelas pessoas que eu vi que fazem parte são pessoas representativas e interessadas, eu tive a oportunidade de conversar com algumas, já conhecia outras, conheço o presidente da gestão anterior, é uma pessoa que, professor da universidade de Londrina, meu colega lá quando eu estava na ativa, e são pessoas que tributo como seriam, e a seriedade a gente sabe hoje que é um fator determinante para que as coisas saiam bem feitas.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Bom, volto a insistir, até pelo vínculo que eu como cidadão londrinense, Londrina como uma usuária direta da água de boa qualidade que o Tibagi oferece para a população de Londrina, especificamente eu vou ter uma preocupação especial com o nosso (...) aqui, não quer dizer que vou ter preocupação com o resto, mas vou ter uma preocupação especial com as nossas questões locais aqui, e vou trabalhar pra isso. E eu sou muito dedicado para isso. Tem até pessoas que não gostam de mim porque sabem que eu sou muito determinado, então essa é uma preocupação que se alguém tem dúvida em relação ao meu comportamento dentro do Comitê, pode ficar tranquilo que eu vou fazer aquilo que a minha consciência manda, independente de qualquer tipo de pressão que possa existir, e eu sei que as pessoas vão existir, tenho consciência disso. Não, eu só esqueci de falar que eu sou mestre em engenharia civil também na minha formação acadêmica, fui professor da universidade de Londrina 35 anos, estou aposentado hoje, sempre tive um vínculo, além da universidade com a iniciativa privada, eu acho que o profissional acadêmico tem algumas limitações, o seu mundo acaba sendo limitado, então eu sempre tive um vínculo além da academia. Eu vim para Londrina com o objetivo de dar aula na universidade, mas logo vi a necessidade de expandir o meu relacionamento para fora da universidade. Até aquele projeto que eu te falei, o casal fácil que eu trabalhava direto com a comunidade, com o último cargo que eu assumi, com os últimos anos da gestão do prefeito Alexandre Kireffi, ele sabendo das minhas (...) me convidou para assumir a quarta, nós trabalhamos com projetos que geram demandas de outorga a cursos d'água que direta ou indiretamente pode ir pra bacia do rio Tibagi, então trabalhei muito com isso. Com os radicalismos que diziam que não podia fazer nada, e com aqueles que queriam fazer tudo, porque eu

acho que o equilíbrio ta sempre pelos meios... eu acho que você entendeu o raciocínio, porque normalmente você tem aquele que quer fazer tudo, e aquele que não deixa fazer nada, né? E lógico, nem esse aqui vai conseguir sucesso nem esse vai conseguir sucesso. O progresso ele é inevitável, tem que o progresso com cuidado né, agora nós vamos deixar de fazer casa para o bicho ser humano porque não pode ter afluente que vai jogar agua no rio, não tem sentido, o que tem que fazer, faz a casa com todos os cuidados necessários, faz a coleta, por exemplo, dos efluentes, trata esses efluentes, e a tecnologia permite hoje um tratamento quase que perfeito, e depois vai jogar no rio, então essa é a minha posição

USUÁRIO ABASTECIMENTO URBANO - UAU-
1-Qual seu nome? Fabio Leal Oliveira
2-Qual sua idade? 36
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Gerente da SANEPAR. Terceiro Grau completo em Ciências Econômicas. Bacharel em Economia.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? SANEPAR
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Neste Comitê sim. Sim, atuei no Comitê Bacia do Paraná 3, representando a SANEPAR também. Lá fui presidente do Comitê de Bacia por 2 anos
6-Você é titular ou suplente? Atualmente sou titular do Tibagi.
7-Você participa de alguma câmara técnica? No momento não.
8-Para você o que é gestão compartilhada?É a gestão que é feita não por uma decisão unilateral, mas sim ouvindo a necessidade e as decisões de todos os órgãos e da população, que são afetas dessa unidade, né, da Bacia do Tibagi, por exemplo.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Usuário.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Eu como empregado que ocupa um cargo de chefia da região, a empresa me designou para que representasse ela, por ser o maior Usuário, um dos maiores Usuários da bacia, a Sanepar tem a cadeira para isso, para indicar o titular. Então por eu estar ocupando um cargo de chefia da região, é que eu estou como membro titular do Comitê.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Por estar ocupando este cargo, é o cargo de chefia da região, que a empresa me designou como representante dela junto ao Comitê.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? É, eu faço, eu reporto as decisões do Comitê para a nossa, para a s Sanepar, para a diretoria da Sanepar, também para nossa, para nossa unidade de gestão ambiental, para nossa cidade de hidrogeologia, e unidade de serviço de recursos hídricos, que tem especialistas na área para me subsidiar com informações, se as decisões são as mais adequadas para harmonização da bacia como um todo. Dos interesses da Sanepar e dos interesses da comunidade como um todo. Então nós temos uma equipe técnica que nos subsidiam com informações para que a gente possa tomar a decisão, votar nos assuntos que forem levados para a decisão do, em sessão plenária, para que eu possa representar bem as decisões que a Sanepar, como uma empresa pública, ela precisa para que mantenha a operação, e mantenha a condição de que a população possa se desenvolver, ou cidade se desenvolva, sem criar impactos com a utilização do recurso hídrico.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Pela minha entidade, e ela minha formação acadêmica, e conhecimento sobre a área, eu entendo que o bem público, ele precisa prevalecer sobre qualquer interesse. Então eu sempre vou priorizar, e vou dar atenção especial, nesse sentido, buscando conciliar o interesse da minha instituição com o interesse público. Então é sempre isso. E por a Sanepar ser uma empresa que é pública, então acaba que o interesse dela sempre vai convergir para o interesse público. Então cuidar do manancial de abastecimento, é um interesse da Sanepar, mas é um interesse público também, porque a água é da população. É eles que consomem, então uma água de qualidade para eles é bom para nós e é bom para eles também. Então, a minha, o meu posicionamento, é sempre valorizar e dar prioridade ao bem público.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Nesse momento, assim, eu estou há 90 dias, e não tive ainda essa oportunidade de compartilhar as informações, porque nós tivemos só a reunião de eleição da mesa diretora. Eu tenho a oportunidade de conversar com duas unidades que estão sobre a minha, sob meu comando, que é aqui em Ponta Grossa e Telêmaco Borba, então tenho acesso aos gerentes e aos coordenadores dessa área, e aos nossos empregos, que são mais de 300, quase 400 empregados que a gente pode disseminar as informações sobre isso. Isso internamente. Aí com os prefeitos e vereadores que nós temos um contato sempre com eles, eu também posso conversar com eles e tirar dúvidas e orientá-los sobre o que nós decidimos no Comitê, o que é bom o que não é para o desenvolvimento da nossa região.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Eu não consigo emitir um parecer absoluto aqui, eu estou começando agora no Comitê. Eu vejo que a participação é muito boa do Comitê, de experiências de outros Comitês. Eu vejo que infelizmente o Paraná se perdeu na sua política de recurso hídrico, e a gente ficou muitos anos sem ter um andamento adequado. Eu tive a visita de um Comitê de bacia de Minas Gerais, que os Usuários têm um trabalho muito mais, os Usuários não, os membros do Comitê, exercem na sua efetividade o dever do Comitê de bacia, de analisar e verificar. Hoje o Comitê de bacia, ele não está funcionando, não digo por responsabilidade do Comitê, mas pela política estadual do recurso hídrico, que não tem, é não teve essa sequência, né. Começou lá em 2002, parou, voltou, parou de novo, e voltou, isso acaba realmente dificultando o bom andamento do Comitê de bacia como deveria. Dirimir as discussões, ou diminuir as discussões, pacificar para que o uso do recurso hídrico seja da melhor forma. Graças a Deus o Paraná é bem servido de água, senão nós teríamos muita dificuldade por falta da política implementada da maneira correta. Então eu acredito que o Comitê tem que avançar muito ainda nesse sentido da discussão dos temas do uso da água e do cuidado quanto ao uso da água, eu acredito que a gente precisa avançar. Vindo de outro Comitê que eu estava, eu vejo que o Comitê do Tibagi é, ele está, é, com uma participação muito boa, uma discussão bastante intensa dentro dele sobre os temas, com visões bastante críticas de todas as áreas, eu entendo que ele está fazendo um bom caminho, né, nós

precisamos avançar mais, porque nós ainda não definimos é, os encaminhamentos sobre a tarifa, a cobrança do uso da água, como que nós vamos fazer isso, então a gente ainda está se enrolando nesse sentido, que não é bom. Porque era bom que isso se desenvolvesse, e pudéssemos efetivar o plano da Bacia e começar as ações que hoje nós só conhecemos de ouvir falar. Então a gente precisa entrar agora na prática do Comitê, para que ele trabalhe realmente a sua, na sua plenitude da sua função de discutir, olha, o uso aqui está correto, não está, não ficar apenas olhando o viés político da coisa, mas entrar efetivamente no que precisa ser feito sobre as bacias e a nossa bacia do Tibagi especificamente.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Eu vejo que, não lembro o número da legislação, mas existe uma específica para isso, dando ao Comitê de bacia essa designação, para que ela discuta e pacifique o uso da água, né. Hoje tá na mão das prefeituras, né. Hoje não têm essa discussão. As prefeituras não tem dado valor que o Comitê merece e precisaria emitir um parecer sobre a instalação de uma nova indústria, sobre o desenvolvimento da cidade, em que área, quais áreas seriam adequadas, hoje vai ter uma missão muito grande e por isso que eu digo que nós precisamos efetivar o plano de bacia, para que a gente saia do Comitê e comece a trabalhar a região para que a prefeitura entenda que o Comitê não é só mais um agente fiscalizador das suas ações, mas um agente que vai orientar para que o recurso hídrico seja bem gerido na nossa localidade, e hoje não é assim, cada município só vê o seu município e quer o seu desenvolvimento sem saber o que está acontecendo no outro, e o Comitê vai ser muito importante para resolver essa questão e disseminar esta informação. Nisso que nós temos uma missão bastante árdua no Comitê que para que ele saia da pura discussão que é importante, é necessária, mas ele precisa sair da discussão só da tarifa, ou só do plano, e ir para a efetivação, que hoje as prefeituras descredita dos Comitês por isso, porque na realidade não saiu do papel em nenhum, não sei em que lugar ele saiu do papel, acho que o mais avançado do nosso estado é o Alto Iguaçu, que eu não conheço as atividades deles, mas sei que eles já tem a tarifação, e tal, é para estar um pouquinho mais avançado, mas a grande maioria dos demais eu tenho certeza que não tem nenhuma ação prática de melhoria e de projeto de ação, que melhore recurso hídrico, para que a prefeitura entenda como um parceiro.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? O que eu vejo hoje é que a participação popular é muito, muito, muito fraca. A população em si, se ela não tem ideia do que é o Comitê de bacia, e não da o valor que o Comitê tem para a sua sobrevivência. A falta de informação que eu entendo não só como uma questão pontual, mas uma questão cultural mesmo, o brasileiro em si, eu vejo que ele não gosta, não quer aprender muita coisa, então aquilo que não estiver afetando diretamente ele, ele não se envolve. Então a população em si, ela, “ah, o Comitê de bacia está discutindo o rio Tibagi, mas está lá, da minha casa ele está longe, então eu não tenho muito a participação”. Hoje a participação é efetiva das empresas, dos Usuários, dos órgãos governamentais e de pesquisas que querem fazer este trabalho, mas da população efetivamente nós temos bastante dificuldade da participação deles. Eu não vejo nem aqui que, no Tibagi que tem uma representação boa, essa participação ser tão significativa assim, ela é limitada. Eu vejo aqui, como vi no outro Comitê que participei também, muito fraca a participação popular.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? A expectativa é que nós começamos a praticar, a sair do teórico e irmos para a prática de implementação do plano da bacia, e as suas ações, o desencadeamento das ações, para que a população comece a ver a importância que é o cuidado que se precisa ter, porque nós estamos muito atrasados nessa condição. Então a minha expectativa é que a gente consiga efetivar o plano de bacia, né. Na sua totalidade? Eu não acredito. Que a gente, na implementação, vai verificar que algumas coisas não são aquilo que foram levantadas, outras são, então nós vamos ter que fazer algumas adequações com certeza durante o plano, mas se a gente não começar, não vai, não teremos nenhum resultado positivo para a população.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Eu acredito que foram informações importantes, mais uma vez reitero a importância de pormos em prática o plano de bacia. A partir de colocar em prática eu acredito que a gente vai dirimir muito as dúvidas que ficaram durante a elaboração até mesmo do plano, vai conseguir discutir muitas informações que estão só na teoria e na prática a gente não tem uma comprovação. Então nós precisamos partir para a efetivação o mais breve possível para que a gente possa realmente ver este plano em prática, e é isso que eu entendo que seja a expectativa da população. A partir do momento em que ela ver as ações, identificar os estudos que estão sendo feitos, ela vai identificar os estudos que estão sendo feitos, ela vai tomar ciência do que está acontecendo e do que precisa ser feito no futuro.

USUÁRIO HIDROELETRICIDADE - UH
1-Qual seu nome? Paulo Henrique Rathunde
2-Qual sua idade? 52
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Sou formado em Engenharia Civil, atualmente trabalho na função de superintendente técnico do Consórcio Cruzeiro do Sul, escolaridade? Tenho mestrado organizações de desenvolvimento. Além de MBA e outros cursos de especialização.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Companhia Paranaense de Energia (COPEL).
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Eu apoiei no Alto Tibagi, por um tempo, época que eu não estava vinculado ao Consórcio Cruzeiro do Sul, eu estava na Copel mesmo, atuei no Alto Tibagi, no Alto Iguaçu, e nesse do Tibagi já é o terceiro mandato que eu estou participando
6-Você é titular ou suplente? Sou... atualmente sou titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? Não
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada... é, bom, o que eu entendo por isso é uma gestão que não está centralizada em alguma instituição, algum órgão, ela é distribuída em varias instâncias, vários segmentos, e não tenho referencia literária disso, é só o que eu acho que é né.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? De Usuários.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Bom, foi... é que como eu tenho vínculo com o consórcio Cruzeiro de sul, que cuida da Usina de Mauá, que fica na Bacia do Tibagi, essa indicação foi que natural aqui do.. pela Copel. Pela minha representação institucional aqui. É... quando se fala em eleição, você fala no mandato passado, quando eu fui vice presidente. Na verdade, isso foi mais um convite, do vice presidente da gestão em questão, ele se afastou do Comitê e ficou vago, aí o Galdino fez uma sugestão, como ele é do setor, do terceiro setor, e ele me conhecia, meu trabalho e tal, e eu sou do setor

Usuário, ele achou que seria bom ter uma representação na presidência, equilibrada. Ah, e aí eu fui aceito né, pelo Comitê.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? É, como eu já falei né, ela foi meio que natural pelas minhas representação no consórcio cruzeiro do sul, na Bacia do Tibagi. Como não tem, só tem mais um funcionário aqui da COPEL que atua nessa área, mas ele é cartógrafo, e eu estou em outras atividades, né, eu acabei sendo a pessoa indicada. E pelo trabalho que eu faço lá foi meio que natural.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Bom, nós temos algumas pessoas dentro da COPEL que atuam nessa área de Comitês, que cuidam da parte principalmente de hidrologia de qualidade da água, são de meio ambiente, hidrologia, né, e eu aqui no caso do consórcio cruzeiro do sul. A gente tem um grupo que participa do alto Tibagi, do alto Iguaçu, e de outros Comitês também, né. E de vez em quando a gente conversa e troca ideias. Isso está acontecendo lá do Tibagi ta assim, ta, tal fase, mas é uma, é um processo meio que informal aqui dentro e que depende muito das pessoas que estão participando de cada Comitê desse. Não tem, digamos assim, dentro da empresa, uma diretriz, uma regra, uma norma, que orienta essa participação nos Comitês. Talvez isso fosse importante, fosse necessário, mas hoje não existe.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Bom, de alguma forma estou lá representando a empresa que me indicou, então antes de levar qualquer posicionamento para o Comitê, a gente troca ideias internas. Seja por esse grupo informal que eu te falei, ou seja, pela sanção hierárquica da empresa. Então em alguns casos quando tem algum assunto a ser debatido eu converso primeiro internamente com as pessoas que poderiam me auxiliar nisso para ter um posicionamento geral da empresa para depois levar o posicionamento para lá. Então é mais ou menos assim que funciona, mas isso depende muito de mim. Como te falei, não existe um procedimento para isso.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Na verdade eu não tenho atuado muito nessa divulgação com a comunidade. Isso deve acontecer por outros segmentos, eu acredito que sim, mas eu particularmente não tenho atuado nisso. A menos dentro do próprio Comitê onde a comunidade participa né.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Eu acredito que seja um bom modelo de gestão. Que permite a participação dos vários segmentos que lá estão representados. Eu tenho algumas dúvidas, não sei se está nas perguntas subsequentes, mas eu tenho muitas dúvidas a respeito da implantação dos planos de gestão. Que aí depende de, vai depender de recurso financeiro, recurso, de dinheiro, que vem das instituições que não necessariamente estão alinhadas com as propostas que são construídas no Comitê diretor. Eu vejo que existe um desalinhamento e certa dificuldade de alinhar o Comitê e as ações que acontecem dentro do Comitê com as diretrizes do estado. O Comitê, por ser uma participação democrática e no nível de pessoas que são técnicas nas instituições, é difícil você ver uma representação de um secretário de estado, por exemplo, que tenha a condição de estar dentro da sua instituição direcionando alguma coisa. (interrompe o assunto) Então eu acredito que existe muito uma dificuldade de obter apoio dessas instituições mais tarde quando for colocar o plano em prática, em execução.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Você fala do modelo de gestão do Comitê do Tibagi como ele é hoje? Bom, é... bem, o modelo ta vinculado ao plano nacional de recursos hídricos, vem daí de uma normatização nacional, e onde as instâncias estaduais elas vão se conformando com a entidade gestora, não sei se é por aí a tua pergunta, então eu vejo que está vinculado a um política nacional, é.. e a partir desta política nacional que cria as diretrizes os Comitês vão se formando e criando os planos e propostas de execução.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Bom, antes a gestão era centralizada, então havia muito pouco participação da comunidade. O Comitê, ele possibilita a participação de uma pratica, obviamente, porque as reuniões elas são abertas, participação de quem quiser, mas eu não vejo que exista muita divulgação. Pouca gente que eu conheço sabe que existe um Comitê de bacia, e que pode participar dessas reuniões e quando vão ser essas reuniões. Não há hoje um grande processo de divulgação deste trabalho nas comunidades, eu não vejo isso acontecendo, então embora ele possibilite a participação democrática, mas essas informações não chegam nas comunidades, acredito que não.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Olha, a expectativa é da, do desafio, que é implantar o plano de gestão que está quase praticamente concluído. Então e aí o plano de viabilização que eu comentei antes, de como chegar nas instituições que tem a responsabilidade de fazer, de atuar em cada área, em cada segmento, fazer o alinhamento com as estratégias de cada instituições dessas, fazer o alinhamento com as esferas do estado, nas políticas do estado, de recursos, eu acho que tem um grande trabalho politico e pela pouca participação dos gestores das instituições dentro do Comitê, eu vejo grandes dificuldades aí, não que os desafios sejam impossíveis mas são grandes.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Que que eu poderia dizer?... eu acredito que o trabalho que é feito ali é um trabalho sério, um trabalho que permite, é, é... é multiparticipativo, ele permite várias visões diferentes do compartilhamento dessas visões, e a incorporação destas diferentes visões no trabalho. Isso é muito positivo. E a dificuldade como eu já falei, é, eu acredito que esteja na implantação disso. Um bom resultado feito, mas que precisa de muito recurso financeiro para se efetivar e aí eu vejo bastante dificuldade. Nada que eu já não tenha falado antes.

PODER PÚBLICO FEDERAL - PPF
1-Qual seu nome? Marcos Cezar da Silva Cavalheiro
2-Qual sua idade? 49
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Servidor Público Federal, contador, superior completo.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Fundação Nacional do Índio, FUNAI.
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? É, nós estamos na segunda, dando continuidade no caso, do segundo ano. Se atuou em outros, quando e representando quem? Em outros mais das questões indígenas.
6-Você é titular? Sim.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Não, não sei.

8-Para você o que é gestão compartilhada? A participação de vários órgãos e entidades numa, dentro de um programa, projeto ou algo assim.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Não sei te dizer.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? No caso da FUNAI, sempre quem era o responsável pela unidade, o chefe da CTL, da coordenação local, que era a pessoa indicada para ser representante.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Isso, sempre a pessoa que é responsável pela CTL fica responsável e é o indicado no caso.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Então, essa é a questão, a gente não está participando efetivamente por vários motivos, a questão as vezes é tempo, as demandas as vezes bate os agendamentos conflitantes com outros agendamentos nossos, e os que são fora de Londrina é praticamente impossível de participar por uma questão de logística, a gente não tem carro disponível, combustível, disponível para poder participar. As questões da gente poder participar um pouco mais, porque como a FUNAI tem as questões indígenas que estão a volta do Tibagi, a gente tem essa preocupação com a questão da água como um todo, tem desde a questão da usina de Mauá, a Klabin, que envolve diretamente a comunidade indígena. A questão da usina mesmo impacta diretamente ali a questão do volume de água que tem oscilação, então há uma preocupação muito grande com relação ao rio em si. E na questão mais de meio ambiente e pessoal mesmo, sem ser servidor público, o indivíduo que também esta preocupado com a questão da água.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Não, não teve nada enquanto em relação a isso. Acho que também pela questão de não estar participando efetivamente não chega nesse ponto, não houve esse ponto.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Ah, eu acredito que havendo a participação um pouco mais efetiva, a questão da informação, principalmente no nosso caso, voltados as comunidades indígenas. Mas nada impede fazer também na nossa sociedade, no meio em que a gente circula, círculo social onde for, a gente divulgar o que é debatido ali. Porque são assuntos interessantes, e a gente precisa ter mais informação, participar mais efetivamente, o que eu acho que pega mais é a nossa ausência, de ter condição de participar um pouco mais.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Não sei dizer porque faz pouco tempo que eu estou, então não sei dizer.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Não sei dizer também.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por quê? Você fala em relação às comunidades indígenas? E, a questão, para eles, o rio é essencial, então eles têm muita preocupação com tudo que acontece com o rio, ali é onde eles pescam, fazem festas, questões culturais, que até estão deixando de fazer por conta dessas vasão da água que está que sobe de forma assustadora em alguns momentos, então eles trazem para nós a informação, nós levamos para o Ministério Público, debate com o consórcio, que é o cruzeiro do sul, que está monitorando essa parte do rio, e tem procurado estar sempre acompanhando essas informações deles. E dentro do que a gente recebe de informações também a gente passa e vai procurando mecanismo de melhoria para eles. Agora tem essa questão da Klabin que não envolve lançamentos aqui de cima mais na região de Ortigueira, aqui a gente também trabalha com as unidades de lá, e lá a incidência é maior, inclusive de resíduos na água, cheiro e coisas assim que perturbam a comunidade. Inclusive tem um projeto de compensação ambiental já atuando dentro das áreas indígenas por conta dos empreendimentos.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Espero que seja boa, a gente não participou nenhuma vez ainda. Esse ano eu não participei. Eu tive uma cirurgia no ombro no ano passado e voltei esse ano, voltei em fevereiro, depois teve uma questão de avaliação que a gente faz com o pessoal de Brasília nas terras indígenas, então foi muito assim, datas que bateu com as viagens que eu não tive como participar da bacia do Tibagi.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Não... é a questão que a gente vai ter que se aprofundar um pouco mais, se aproximar, ter condição de participar um pouco mais efetivo, porque as vezes que eu fui na reunião a gente se sente um pouco deslocado, a gente não tem aquelas informações, é... das áreas que eles tem, aquelas questões de estar sempre participando das reuniões e dentro dos debates, aquelas coisas mais técnicas até que a gente vê nas reuniões , pessoas que estão muito mais intimamente ligado a essa questão do rio, seja dos outros órgãos ambientais, seja inclusive de gente que tem mais propriedade, mais domínio dos assuntos, por ser uma questão que trabalha especificamente com a questão indígena, a gente vê outros, por outro lado essa questão do rio, essa questão dos impactos causados na comunidade indígena. Seja dos empreendimentos, seja de outros motivos, uso de agrotóxicos, pesca predatória, entre outras coisas que podem acontecer no rio, então a gente tem um olhar mais voltado a questão das comunidades indígenas, que para nós são as três, São Jerônimo, Itamarana e Ortigueira que estão intimamente ligadas com o rio, elas fazem divisão com o rio. Se for contar aquelas que não estão diretamente ligadas ao rio, mas estão em volta da bacia, da minha CTL seriam as 4, duas em Ortigueira, e mais 4 que tem da CTL de São Jerônimo, e inclusive estão contempladas no projeto básico ambiental da usina Mauá, então elas estão na bacia do Tibagi e impactadas diretamente, porque não é que está na beira do rio quer dizer, é a bacia como um todo. Eu sei que é um número alto, e nas nossas terras indígenas que são 8, no norte do Paraná, para baixo eu acredito que não tenha, antes de Ortigueira no caso, é, eu acho que seria somente essas. Não, acho que seria isso mesmo, que nossa atividade é voltada para a comunidade indígena, as comunidades indígenas, e dentro disso a gente vai buscar o que for possível de informação para passar para eles e absorver também as informações que vem deles para participar do Comitê, porque a ideia que a gente teve, já há a algum tempo atrás, de buscar um pouco mais a participação dos índios juntos porque eles têm domínio, tem conhecimento muito grande dessa questão, a gente quer ver se consegue envolver isso ainda. Mas no momento ainda está caminhando ainda, e esse ano particularmente está bem complicada a questão orçamentaria. Acho que não é só a FUNARTE, mas todos os órgãos com uma situação bem crítica.

PODER PÚBLICO ESTADUAL 1 - PPE1
1-Qual seu nome? Antônio Carlos Barreto
2-Qual sua idade? 60 anos
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Eu sou Engenheiro Agrônomo e hoje eu respondo pela chefia do núcleo regional da secretaria de agricultura. Escolaridade terceiro grau.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Eu represento a Secretaria de Estado da Agricultura do Abastecimento .
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Não, estou na segunda gestão. Se atuou em outros, quando e representando quem? Não.
6-Você é titular? Eu sou titular.
7-Você participa de alguma câmara técnica? Não.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Gestão compartilhada é o governo trabalhar junto com as empresas dando um melhor direcionamento para ambos. Tem muitas coisas hoje que o governo não pode, não tem recursos para fazer, e em uma gestão compartilhada com outras entidades a gente consegue realizar alguma dessas atividades.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Eu sou da gestão de governo.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? A secretaria da agricultura tem um assento, e fui indicado pelo secretário de agricultura
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Dentro da secretaria da agricultura, o secretário procurou indicar um de Londrina e um de Ponta Grossa com titulares e suplentes, porque nós temos questões de deslocamento, então as reuniões que são no alto do Tibagi, quem participa é de Ponta Grossa, e quando as reuniões são pra cá, quem participa sou eu.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? É.. nós trocamos via email informações do que é discutido e do que é de interesse, porque também a gente não tem o poder de decisão da secretaria, quem tem o poder é o secretário, então qualquer decisão que caiba, a gente tem que levar ao conhecimento dele para se posicionar.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Não, não tem. Eu sou um funcionário de carreira da secretaria de agricultura, e as posições tomadas ali dentro são as posições da secretaria de agricultura. Nós viemos aí trabalhando com conservação de solo, com pró-solo, com micro bacia, com o plante-se o futuro, então coisas que estão interligadas aos interesses do consórcio.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? A secretaria da agricultura em si não transmite as decisões do consórcio para a população, na verdade nós usamos isso junto aos nossos clientes, junto aos nossos assistidos né, do pessoal que a gente tem um interacionamento com eles
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Olha, eu acho que o que acontece, a nível de Comitê, é que falta muito a participação da Sociedade Civil. Os órgãos governamentais até participam, por imposição ou por alguma outra questão, os órgãos estaduais participam, os municipais, o pessoal da iniciativa privada, fora que está muito alheio a isso aí. Eles só se atentam para a coisa quando toca especificamente a empresa deles. Então eu acho que deveria haver uma maior participação, e isso não só no Comitê do Tibagi, em qualquer coisa que tem por aí hoje, não sei se tá muito corrido o pessoal, a pessoa não se atende muito a essas coisas. Se é uma coisa que mexe pontualmente com ele, ele vai, se não ele não participa, fica bem alheio. Na verdade toda decisão é colocada em votação, então é por isso que eu coloco, se tiver um peso governamental, essas decisões podem ser direcionadas, então por isso que eu acho importante a participação de outros órgãos, se for só estatal, o governo te direciona para onde ele quer.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Não entendi... não tenho conhecimento.
17- Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? É... a Sociedade Civil participa muito pouco, aquilo que eu acabei de colocar, só participa quando tem uma coisa pontual quanto a ele. Do restante não participam.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Aqui na região nós fizemos uma única reunião, eu participei de apenas uma reunião, e ela foi, bem assim, muito boa até... bem conduzida e tudo mais, só que a participação é fraca, os que participam são sempre os mesmos, então isso é problemático, o pessoal não agrega não vem de fora, ou é secretaria da agricultura, instituto, IAP não participa, Instituto das águas participa, então eu acho que tinha que ter mais abrangência, as empresas, cooperativas da nossa área, não participam, empresas altamente poluidoras não participam, então é difícil.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Eu acho que, na verdade o Comitê tem que ter mais um trabalho de conscientização das pessoas para participar. Ter maior integração, colocar a importância das questões que são discutidas ali dentro, que afetam toda a população e fica ali 10, 12 que decidem como se conduzir isso daí. Então a participação, só que nossa cultura é muito diferente da cultura do sudoeste, porque a gente percebe que o sudoeste tem uma participação muito maior da comunidade, aqui no Paraná é bem fraca a participação, o pessoal não se envolve. Em cima disso que eu coloco, nós precisaríamos ter uma maior conscientização não só em relação ao Comitê, quanto a população deve participar, tem alguns segmentos que são mais organizados, outros que são mais organizados, e os mais organizados que... o Comitê, aqui para nós, nós decidimos da água que nós bebemos aqui em Londrina, de onde é captada essa água, e a população não percebe isso, o custo para se tratar essa água quando temos uma empresa poluidora acima, o quanto que não é maior esse custo para tratar essa água, a qualidade que está sendo passada para o pessoal, quanto de químico que está sendo jogado nessa água para purificar essa água, tomar água do Tibagi, você pega uma diferença de qualidade de água de Ipirorã, que é água captada não do Tibagi e sim do aquífero de Sertanópolis, a qualidade da água, a quantidade que eles gastam é muito menor para tratar do que a do Tibagi, e eles estavam querendo ainda diminuir a questão da qualidade da água, então, a população não fica sabendo disso, não chega na população, e se chega a população tem discernimento para saber o que é isso? O que que custa isso? Não custa nada, entoa é isso, ainda falta muito para a gente conhecimento, cultura, saber o que está nos prejudicando.

- PODER PÚBLICO ESTADUAL 2 - PPE2
1-Qual seu nome? Angela Maria Ricci
2-Qual sua idade? 53
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Profissão é funcionária pública estadual, o grau é terceiro grau né, graduação e pós-graduação. Direito.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Poder Público, Águas Paraná
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Então, eu atuei como secretaria executiva né no Comitê Tibagi e no Comitê norte pioneiro desde 2013, 14, e agora como titular do Tibagi. No momento to lá no Tibagi pelo Águas.
6-Você é titular ou suplente? Titular Você está acumulando função de secretaria executiva e como representante do Estado como Aguasparana? Resposta: Não, a secretaria do ÁguasParaná ela funciona, é assim... a secretaria do Comitê ela funciona através do águas Paraná, o nosso gerente é o secretário executivo. Eu sou o apoio dele, então a gente que trabalha com toda a parte de logística. Da logística das reuniões, dos comunicados, das deliberações, então a gente trabalha tudo junto.
7-Você participa de alguma câmara técnica?Não, não participo de câmara técnica.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Uma gestão compartilhada é uma gestão participativa né. Você trabalha com as decisões de cada órgão, em cada situação, para que você chegue no denominador comum. Essa para mim é uma gestão compartilhada.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi?Poder executivo, né. Poder Público.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? Na questão do Poder Público, eles encaminham a representação né. Então como a legislação determina que sejam dentro da Regional, por exemplo, dentro do Rio, dentro da bacia, tem que ser a representação do órgão né, então como eu trabalho aqui em Londrina eles me colocaram como titular em razão dessa determinação legal, que você tem que fazer parte dos municípios que fazem parte da bacia.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Então, a própria instituição encaminhou. Ela verifica qual é a melhor pessoa para indicar, que nesse caso tinha o Everton Enéas, e como eu estou atuando há algum tempo já na secretaria executiva, participo dos Comitês, então eles verificaram que existia essa possibilidade, então eles através de uma reunião, no consenso, ele me indicaram como representante do órgão.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Na questão do Poder Público, eu acredito que ele tem condições de se comunicar. Todas as informações que você tem com relação ao Comitê, o águas, como ele é o gestor, ele certa forma tem esse conhecimento de tudo que acontece, então com relação ao Poder Público, essa divulgação não acredito que não há dificuldade. Com relação ao Poder Público...
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Na realidade eu tô representando uma entidade. Nesse ponto acho que a gente tem que verificar as melhores situações e indicações, principalmente técnicas, do órgão. Então a gente tem um conhecimento sobre isso para ser encaminhado. Ali não é a Ângela particular que está defendendo qualquer situação, e sim a Angela funcionária representante de uma categoria, que é o segmento do Águas, para representa-los. Então essa é a minha posição no Comitê. Essa é a minha realidade lá.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Não, eu acredito que ele não atinge o número que deveria. A divulgação do Comitê ainda bem restrita. Primeiro eu acho que deveria ser mais ampla, uma comunicação maior. Não sei qual o caminho que a gente deveria ter com relação a isso, mas eu acho que ele fica devendo. A parte do Comitê. Como secretaria executiva, que eu te falei né, a gente tenta buscar da melhor forma, que as pessoas se integrem a essa situação do Comitê. Então às vezes tem audiência pública, ou as vezes tem reunião, e a gente faz a divulgação. Mas a gente não vê uma um retorno, um retorno que deveria ter com relação ao Comitê, está meio adormecido. As pessoas não despertaram para real a real função do Comitê. Super importante.
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Antes não havia esse modelo de gestão, que o Comitê, ele com essa parte de integrar cada segmento, eu acho que facilita, embora seja ainda bem restrito, ele abre mais campo, entendeu? Ele de uma abertura maior para participação. Na outra forma não havia nem como ser representado, por que não havia representatividade, a legislação não dava essa permissão. Então a partir da legislação dos planos, e do que vem estudando, se vem se ampliando o conhecimento de participação, tá melhorando bastante do que era. Eu acredito que é melhor. Eu trabalho com o Comitê da melhor forma do que se aplicava antigamente, que eu não sei de que forma antigamente isso era aplicado pra fazer esse trabalho com o instituto das águas, ou qualidade e quantidade da água, como esse trabalho era feito com relação à sociedade, acho que nem existia. Acho que com o Comitê acho que é melhor, tá sendo melhor difundido, vamos dizer assim, melhor orientado.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Dessa forma de Comitê? Do que era feito antes? De que eu participei antes? De outro momento em outras situações? Fora da bacia? Porque quando eu vim pro Águas, a gente trabalhou com a secretaria executiva, eu comecei a trabalhar com os Comitês, eu nunca tinha tido um modelo desse. Então foi a primeira experiência com relação a Comitê e participação, e gestão participativa, onde tem todo mundo que esteja integrado ao sistema. Então eu neste momento tenho a dizer que para mim foi muito importante, que eu achei que a função do Comitê ele é fantástico. Eu acho que quando as pessoas, os segmentos entenderem a representatividade que ele tem com relação a cada órgão, cada indústria, ele não tá ali só representando aquele tua instituição, está representando toda instituição daquele segmento. Então, e abrir esse campo para as outras também... enfim, se ele entender essa parte, eu acredito que a função geral do Comitê seria perfeita, seria uma experiência maravilhosa. Mas ainda tem que amadurecer para chegar lá.
17- Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Eu acho que é importante a sociedade, porque ela tá no dia-a-dia da situação, do que acontece dentro dos rios, da sua cidade, ou em espaços de toda a bacia, então eu acredito que a função dela, embora nem todas as ONGs, ou as representação da Sociedade Civil, não tem conhecimento técnico, mas esse tem o conhecimento do dia-a-dia, então essa função dentro do Comitê é muito importante. Porque a

gente une ali o conhecimento do regional, do que acontece em cada cidade, em cada situação, do técnico que estão aonde tem algumas instruções técnicas, alguns representantes que tem esse conhecimento técnico, para que a gente junte isso para melhor solucionar os problemas da comissão, do Comitê, ou do problema existente no local. Então acredito que a participação da Sociedade Civil é de extrema importância. Acho que é uma forma de complementação, é importante, tem os choques né, que nem sempre o que a sociedade deseja é o que a indústria ou os Usuários ali querem né, então as vezes existe o choque de opinião, mas faz parte.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Minha expectativa é muito grande, porque assim, a gente tem que finalizar esse plano, e a partir da finalização do Plano a gente vai começar com a cobrança, e através da cobrança a gente vai ter implementação das medidas, de todos os programas de minimização de impactos, né, então eu tenho uma expectativa bem grande, e acredito que essa equipe que tá agora, pelo menos o que eu percebo, não só como Comitê, mais como secretaria executiva, é que existe um interesse. Posso estar equivocada, mas essa nova gestão tem interesse, tem uma vontade. Esse esclarecimento para ela, e que isso aconteça, com o tempo, e isso de uma forma que a gente consiga fechar o plano e mais a cobrança, isso seria perfeito.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Então a gente tá numa briga muito constante com relação a toda a situação. Primeiro foi o enquadramento, que a gente teve bastante dificuldade de enquadramento do curso d'água, e agora que a gente conseguiu acertar para que a gente está finalizando, acredito que agora essa situação mude né, que ficou a gestão passada ficou muito ainda desejar, a gente não conseguir trabalhar, mas que daqui para frente acredito que a gente consiga e acho que a gestão, esta gestão melhore um pouco. Porque eu acho que com essa finalização do plano fica mais fácil para trabalhar, porque você já tem metas e objetivos e programas já definidos para que você comece a trabalhar isso. Enquanto não finaliza o plano a gente não tem como ter articulações ou trabalhar cada questão de cada regional, de cada cidade, então eu acredito que essa cultura daqui para frente modifique, acredito né, tem que sonhar né

PODER PÚBLICO MUNICIPAL 1- PPM1
1-Qual seu nome? Andreia Aparecida de Oliveira
2-Qual sua idade? 45
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Geógrafa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, bacharel licenciada em Geografia, com especialização em gestão e educação ambiental, e ciências ambientais, e nível pós-graduação.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ponta Grossa.
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Neste Comitê não é a primeira vez, pois eu já era membro anteriormente, já estou na segunda gestão. De outros Comitês não participei.
6-Você é titular ou suplente? Titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? Do próprio Comitê, tem a Câmara Técnica que a gente participa. Ainda não foram feitas reuniões, mas já participei como ouvinte.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Para mim, gestão compartilhada é quando todos têm vez e voz, não só no falar, mas na prática também, e tem que ter atuação. A gestão compartilhada não é só o planejamento, mas ação também.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Poder Público.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? A indicação foi feita pelo secretário, na época, indicação para participação no Comitê. Não tinham concorrentes aqui, na secretaria, e foi por indicação mesmo do secretário. E lá, como eleição, foi um convite que foi feito para mim, para concorrer ao cargo da presidência. Não teve outra chapa concorrente, então foi por aclamação.
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Indicação.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Eu compartilho repassando para os meus superiores as decisões do Comitê. Não acho que é suficiente, acho que por estar representando o Poder Público, nós deveríamos criar uma forma de passar para a comunidade as decisões, porque somos Poder Público. No meu ponto de vista, a comunidade tinha que estar mais a par do que está acontecendo no Comitê.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Não tive divergência até então. Não sei no futuro, mas meu posicionamento diante da minha entidade é profissional, e sempre tive apoio dos meus superiores na representação. Dentro do Comitê tive divergências sim, com referência a decisões da entidade que eu represento, quando do momento do enquadramento, esse é um dos exemplos, quando nós fizemos audiências públicas, conversamos com várias entidades aqui para passar pela representação nossa, quanto a classificação da Bacia do Rio Tibagi, que no conjunto nós decidimos pela classe 2 para toda a bacia. Fomos voto vencido dentro do Comitê, porém a gente teve a vitória de não deixar que permanecesse a permanência da classe 4. Dentro do Comitê houve divergências, mas dentro da entidade houve total apoio.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Pulou essa pergunta
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Eu não conheci o modelo de gestão anterior, então não posso avaliar, mas acho que pode ser muito melhorado. As discussões são boas dentro do Comitê, porém eu acho que está faltando muita prática. Ainda se percebe que há alguns domínios dentro do Comitê e influências políticas, o que, do meu ponto de vista, não é nem um pouco favorável.
16-Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Mesma coisa do anterior, como eu não conheço, não posso falar.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e

com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Antes eu não posso dizer. Atualmente eu acho que falta bastante divulgação das atividades, salvo nos problemas maiores como foi a questão da legislação para o enquadramento, que teve uma participação maior da comunidade, mas ainda acho que foi pouca, faltou mais representatividade e do meu ponto de vista ainda pode melhorar e muito, mas sozinha a entidade não consegue fazer nada. Então com referência a gestão anterior eu não sei como funcionava, mas confesso que anteriormente eu ouvia falar muito pouco do Comitê. Comecei a me inteirar mais quando comecei a fazer parte do Comitê mesmo, e hoje eu percebo que falta ação. Discussão tem muito, mas falta ação.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Minha expectativa é grande, mesmo porque estou como presidente. A gente está tentando fazer alguns levantamentos de situações problemas, está com algumas sugestões para estar levando, estabelecer mais parcerias, focar na questão educativa, que para mim é um ponto chave, com referência a todas as questões ambientais, pois se o povo não tem educação e não está sensível para mudanças que estão aí, nada vai acontecer. E essas são algumas das propostas que a gente vai discutir, não só a questão legal, mas uma questão mais de prática mesmo, porque agora a gente vai partir para a efetivação do plano, e como nós vamos fazer isso? Esse é o ponto chave agora.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Acho que não, está bacana. Deu para perceber que a gente está indo para um bom caminho e o Comitê tem tudo para ser efetivo se tiver boa vontade e não tiver envolvimento político.

PODER PÚBLICO PODER PÚBLICO MUNICIPAL 2 - PPM2
1-Qual seu nome? Jean Cesar Andrusco
2-Qual sua idade? 36
3-Qual sua profissão, sua formação e grau de escolaridade? Hoje estou Secretário do Meio Ambiente, sou formado em Técnico de Meio Ambiente, Geografia, e atualmente estou estudando Engenharia Ambiental.
4-Qual entidade que representa dentro do Comitê da Bacia do rio Tibagi? O Município de Carambeí
5-É a primeira vez que atua neste Comitê? Se atuou em outros, quando e representando quem? Como membro é a primeira vez, mas eu já acompanhava algumas coisas do Tibagi quando trabalhava em outra empresa. Aqui na prefeitura sim (é o primeiro Comitê), mas quando estava na empresa anterior eu já acompanhava o conselho do meio ambiente da cidade de Castro e de Carambeí.
6-Você é titular ou suplente? Titular
7-Você participa de alguma câmara técnica? Até o momento não tenho esse conhecimento.
8-Para você o que é gestão compartilhada? Olha a gestão compartilhada para mim é aonde todos os envolvidos têm a oportunidade de estar tomando decisões juntos e trabalhando juntos. Eu acho que o compartilhamento, ele vem muito mais do que uma simples Câmara técnica, acho que tem que ser várias pessoas envolvidas, de vários elementos, de várias formações. É isso que eu entendo como compartilhada.
9-Em que segmento você se enquadra na gestão tripartite no Comitê da Bacia do Rio Tibagi? Município.
10-Como foi o processo para sua indicação e eleição para representação no Comitê de Bacia do Rio Tibagi? A gente teve uma reunião, agora no começo desse ano em Londrina, e foi definido que alguns municípios presentes tinham direito a vaga. Então a gente se escreveu para o interesse que Carambeí tem dentro da Bacia do Tibagi em função do nosso Rio São João, Alagado, e o próprio Pitangui, e a gente conseguiu ficar como titular. Mas foi mais em função assim, na hora o pessoal tentou separar também, separar a questão dos Municípios dessa região, e os municípios mais para a região de Londrina. Então por isso que a gente acabou entrando. Não tinha tantos municípios no dia da reunião, então acabou sobrando essa vaga para a gente
11-Como foi ao processo de escolha para sua indicação como representantes dentro de sua instituição? Normalmente, como é a Secretaria de Meio Ambiente do Município, as questões ambientais são direcionadas para a secretaria. Como hoje eu estou como secretário, coube a mim representar e ser nomeado como representante do Município de Carambeí no Comitê.
12-Como você compartilha as decisões e as consultas do Comitê com seus representados? Você acha que esta forma é suficiente? Faria de outra forma? Como? Olha, na verdade, eu representando Carambeí, respondo para os meus colegas do Conselho de Meio Ambiente aqui de Carambeí. Então quando a gente participa de alguma reunião, eu sempre trago para a reunião mensal, com o pessoal do Conselho ambiente, e a gente tenta tomar todas as decisões, ou os requerimentos, alguma coisa que a gente vai levar para o pessoal lá, junto com eles. Então é mais tentar passar realmente o que tá acontecendo lá para o pessoal daqui, pois são eles que vão ser os multiplicadores, que são de todas as áreas, industrial, empresarial, sociedade, então é nesse sentido.
13-É comum haver divergência entre a sua posição e a entidade que você representa? Como você se posiciona no Comitê diante de divergências em relação à sua entidade? Eu particularmente acho que as decisões tem que ser tomadas tecnicamente. Então independente se hoje eu estou em um cargo político, mas por trás existe um técnico e contra fatos não há argumentos. Então se for para tomar uma decisão técnica, com certeza o técnico vai ficar acima de qualquer outra decisão. É nisso que eu me embaso não apenas aqui no Comitê, mas em toda a área de atuação. Sempre prevalece a parte técnica para um bem coletivo.
14-Como você compartilha/transmite as decisões ou demandas do Comitê com a comunidade? Esta forma permite atingir um grande número de pessoas? Você faria diferente? Por que? Como eu comentei, eu tento passar tudo para o nosso conselho de meio ambiente. Carambeí é uma região muito agrícola, com agroindústria, e dentro do Conselho de meio Ambiente, a gente tem alguns representantes das agroindústrias da região, então normalmente quando se fala em Água e Comitês do Rio Tibagi, essas propriedades rurais estão inseridas em alguma micro bacia. A gente tem tentado trabalhar ajustamento nesse público, porque hoje embora a gente saiba que a poluição, contaminação do Rio Tibagi é difusa, pode ser de várias fontes, eu falando do município de Carambeí vejo que o município hoje tem mais de 80% de coleta e tratamento de esgoto doméstico. Então a gente tem que começar, talvez, as outras fontes que representam o maior número, que seria realmente a parte da agroindústria. Então tudo que a gente tem tentado fazer é tentar abordar esse público. É esse público que está mais distante, às vezes até mesmo das informações
15-Em sua opinião, o modelo de gestão de bacia praticado no Comitê em que atua tem permitido que as decisões sejam descentralizadas? Antes era melhor o modelo de gestão? Por que? Olha eu particularmente não participei de outras reuniões anteriores Participei de apenas de três reuniões agora dessa mudança, mas eu percebo muito que o pessoal, eles falam muito em Tibagi. Quando eles falam no Rio Tibagi, representa o Rio Tibagi por si só, não

estão falando do município, do Rio São Paulo aqui do município, do Alagado. Eu, nessas reuniões que participei senti isso, e senti muita ênfase na região de Londrina. É fato que o rio Tibagi abastece muito aquela região, e eu percebi muito isso, que é dado muita ênfase naquela região de Londrina, e as vezes é deixado um pouco de lado essa região nossa aqui onde seriam as cabeceiras do rio Tibagi, onde o rio nasce, inicia. Então eu acho que eles devam, talvez, deixar ser mais compartilhada nesse sentido, do pequeno município, dos agricultores, não só visualizar todas as grandes indústrias que estão instaladas ao longo do rio, mas todo o contexto. E isso eu senti nas reuniões que eu participei. Agora, como era anterior eu não posso falar porque não acompanhei, só acompanhava o que era passado pra gente através da secretaria.
16Quais fatos/situações/leis envolvem ou envolviam o modelo de gestão praticado? Olha, uma coisa que me chamou muita atenção é com relação à cobrança do uso da água. Na ultima reunião que eu participei o pessoal do Comitê de bacia comentou que estaria tudo pronto já, lei, minuta, para começar essa cobrança na bacia do rio Tibagi, porém teve um problema com o governador do Estado, e parece que ele fez um decreto que se tivesse essa cobrança, esse dinheiro ia ser direcionado para outra área, e não propriamente para ser aplicado na bacia do rio Tibagi. E eles estavam aguardando uma mudança de governo, dessa política, para que colocassem em prática. Então acho que mais uma vez tem que falar que prevalecem interesses individuais do que o coletivo. É foi isso que me chamou mais a atenção. Já ter todo um sistema pronto, e ele não entrar em função devido a essa situação que eles estão acertando com o pessoal do estado.
17-Qual sua opinião sobre a participação da comunidade dentro do Comitê nos assuntos de interesses locais que envolvem os temas da gestão da água? A forma que esta participação se dá tem relação com os órgãos envolvidos e com os Usuários? Antes era diferente? Por que? Assim, quando falei antes, talvez eu não fale sobre propriamente sobre o Rio Tibagi, mas o antes as informações chegavam muito pouco a população. Hoje, com o crescimento da mídia, WhatsApp, Facebook, é online, automático, a chegada das informações, e com isso a população tem vindo participar mais. Embora, quando você diz população, ela não tem cara, normalmente é um ou dois que levanta uma bandeira e o povo vai atrás daquele. Ainda existe muitas pessoas que não querem se opor a um determinado regime, legislação, então principalmente nas questões ambientais. Normalmente você vê esses debates e esses temas sendo puxados por quem está à frente de universidades, que são estudantes. Normalmente, aquela dona de casa, a pessoa que está em casa, você vê que ela vai no que a mídia falar para ela, mas eu não sinto que ela por livre e espontânea vontade tenha aquela vontade de sair de casa e erguer uma bandeira para fazer com que o Comitê do rio Tibagi de certo, então normalmente eu vejo que são algumas pessoas centrais que fazem esse movimento, e vinculadas a faculdades, universidades, a população em geral mesmo ela fica um pouco neutra, porque ela acha que certas ações não vão influenciar no dia a dia dela. Está pensando no hoje, mas a longo prazo vai acabar impactando ali.
18-Qual sua expectativa sobre essa gestão do Comitê que se iniciou em 2017? Então, é como eu comentei, Angelita, a minha expectativa é que eles deem mais oportunidade para os municípios trabalharem, e a oportunidade que eu digo, é principalmente em questões ligadas financeiramente, porque hoje todos os municípios, isso é uma economia nacional, a gente está passando por recessão, então quando você vai fazer alguma ação vinculada a proteção e conservação de água, ele demanda de investimento, e os municípios não tem isso hoje. Então a expectativa maior minha é que seria que realmente existisse essa cobrança do uso de água e que o valor pudesse retornar para os municípios para que a gente pudesse utilizar isso de forma adequada. Realizar ações de conscientização, replantio, então é essa expectativa de não só a gente ficar naquela utopia do rio Tibagi como intocável, que tem milhões de litros de água passando por segundo, mas sim dos proprietários rurais, dos municípios pequenos, dos pequenos produtores rurais, pois são eles que a gente tem que incentivar e não só dar ênfase em municípios grandes consumidores, mas começar a ter essa liberdade do município poder trabalhar pautado por toda uma legislação que vai estar pautada aí pelo Comitê, e principalmente pela questão financeira.
19-Gostaria de complementar com mais alguma coisa que não foi abordado nessa entrevista? Eu acho que dentro do Comitê de bacia, a gente precisaria descentralizar o próprio Comitê. Como eu falei novamente, o Tibagi é muito grande, passa por vários municípios, mas talvez você começar dentro de um estudo, não posso te afirmar, talvez isso até exista, e começar a descentralizar. Pegar essa região nossa aqui dos Campos Gerais, fazer um Comitê, um sub Comitê dentro desse Comitê para que a gente Eu acredito que poderia ser pensado dentro do Comitê, talvez até exista, a criação de alguns sub grupos, até mesmo de estudo, para que a gente possa descentralizar, quando a gente fala de rio Tibagi, aquele rio grande e intocável, para que a gente possa trazer essas discussões para mais próximo da onde realmente acontece esses problemas. Os municípios menores que talvez não tenham uma estrutura como Ponta Grossa ou Londrina, então estou falando mesmo de Carambeí, um município pequeno, que de repente a gente unindo forças aí pra discutir isso com os municípios da região a gente possa ser mais efetivo nessas ações. Talvez seria esse fato que daria para a gente abordar também.

ANEXO – Documentos preparatórios para instalação do Comitê.



de agosto de 2001.

Consórcio do Rio Tibagi

R. Souza Naves, 282 sl 702
Centro Cep 86010-160
Tel/Fax: 55 043 330-2811
Londrina - Paraná - Brasil
Internet: www.copati.org.br

Ilmo. Sr.
REINALDO RIBEIRETE

PROPOSTA PARA COMPOSIÇÃO PROVISÓRIA DA MESA DIRETORA DO COMITÊ
DE BACIA PARA O RIO TIBAGI

Propõe-se a Composição Provisória da Mesa Diretora na forma que segue:
Prezado Senhor,

1. Prefeituras Municipais:

Tendo em vista o entendimento por parte das instituições aqui subscritas da importância da instituição do Comitê e da Agência de Bacia para o rio Tibagi, para que a Política e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme o preconizado pela Lei Estadual 12.726/99 e seus respectivos Decretos, tenham a visão efetivamente na bacia do rio Tibagi, vimos solicitar dessa

Governo Estadual:
a. Instituto Ambiental do Paraná - IAP
b. Companhia Paranaense de Energia - COPEL
c. Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
d. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA

Atenciosamente,

3. Usuários

a. Cervejarias Kaiser do Brasil Ltda.
b. Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Ari Sudan - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - Cruz
Diretor da Tamarana Metais
Diretor Industrial

Propõe-se ainda, que a Presidência interina seja exercida pela Prefeitura Municipal de Ibiporã e a Secretaria Geral pela Prefeitura Municipal de Ortigueira.

José do Carmo Garcia
Prefeito do Município de Cambe

Luiz Fernando de Almeida Kalinowski
Presidente do Sindicato Rural de Londrina

Paulo Renato Macan Bordignon
Gerente da Eliane Revestimentos Cerâmicos
Unidade de Londrina

Para Sempre Nosso Tibagi



Consórcio do Rio Tibagi

R. Souza Naves, 282 sl 702
Centro Cep 86010-160
Tel/Fax: 55 043 330-2811
Londrina - Paraná - Brasil
Internet: www.copati.org.br

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH

RESOLUÇÃO Nº 01/2002 - CERH

Londrina, 02 de agosto de 2001

Of. 020/01

Excelentíssimo Sr. **O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH**, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, e pelo disposto no Decreto nº 2.314/00 de 18 de julho de 2000, e após deliberação em Plenário, nesta data,

Senhor Presidente, **RESOLVE:**

Em conformidade com os interesses dos usuários de recursos hídricos, bem como de toda a sociedade civil da bacia do rio Tibagi, representada pelas associações da Bacia do Rio Tibagi, considerando a aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, conforme Resolução nº 05/2001 e CERH, de 04 de dezembro de 2001, os seguintes membros: 15/00 de 18 de julho de 2000, necessários para a sua constituição, presentes, encaminhamos, com o objetivo de propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR a aprovação da instituição do referido Comitê, a seguinte documentação em anexo:

REINALDO GOMES RIBEIRETE
Prefeitura Municipal de Ibiporã

- Justificativa da necessidade e oportunidade de criação do Comitê da Bacia do Rio Tibagi
- Caracterização socioeconômica da área de atuação com identificação dos setores usuários e de sua importância relativa na região
- Proposta para composição provisória da Mesa Diretora do Comitê.

Demais membros:

Colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, renovamos protestos.

MARIA INEZ PEDROSA MACHADO DIAS
Prefeitura Municipal de Castro

Atenciosamente: **ROBERTO GONÇALVES**
Instituto Ambiental do Paraná - IAP

JORGE ANDRIGUETTO JÚNIOR
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
Reinaldo Ribeirete

PEDRO COSTA GUEDES VIANNA
Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA

MURILO SCHMUTZLER
Cervejarias Kaiser do Brasil Ltda.
Vice-Presidente Alto Tibagi

Edson Micheletti
Presidente Baixo Tibagi

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

Recebemos em 02/08/01
Yara Christina
Coordenadora Geral da CCRH

Para Sempre Nosso Tibagi



LUÍZ FERNANDO ARRUDA GONÇALVES
Companhia Paranaense de Energia – COPEL

NELSON HIDEMI OKANO
Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de janeiro de 2002

JOSÉ ANTÔNIO ANDREGUETTO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS



MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

ATA Nº 01

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

As vinte e oito dias (28) do mês de janeiro de 2002, às 14:00 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Londrina-PR, deu-se início a reunião de instalação da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

A reunião foi aberta pelo Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, prefeito de Ibitiporã, que deu as boas vindas a todos e solicitou aos presentes que se apresentassem pessoalmente. Após efetuada a referida apresentação, passou-se aos trabalhos da reunião.

A seguir a Sra Marianna S. Roorda (Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos), após breve relato, realizou a leitura da Resolução Nº 001/2002 CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que designa a Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, que assim ficou constituída:

PRESIDENCIA- REINALDO GOMES RIBEIRETE.

SECRETARIA GERAL- ALDO DE OLIVEIRA MATTOS.

DEMAIS MEMBROS- MARIA INEZ PEDROSA MACHADO DIAS.

ROBERTO GONÇALVES.

JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR.

PEDRO COSTA GUEDES VIANNA.

MURILO SCHMUTZLER.

LUIZ FERNANDO ARRUDA GONÇALVES.

NELSON HIDEEMI OKANO.

Após esta leitura, em nome do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Sra Marianna declarou empossada a Mesa Provisória, e passou a palavra ao seu Presidente, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete. Já na qualidade de Presidente da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, o Sr Reinaldo Gomes Ribeirete solicitou à Sra Yára Eisenbach que como Coordenadora do CCPG – Centro de Coordenação de Programas do Governo e do Grupo Técnico que elaborou a Legislação Estadual de Recursos Hídricos, fizesse uma explanação sobre os trabalhos desenvolvidos até o presente.

A Sra Yára Eisenbach relatou com riqueza de detalhes todo o processo de formulação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e acrescentou mais três importantes informações:

- A doação de estudos do grupo SOGREAH para a Bacia do Rio Tibagi.
- A contratação, via governo do estado/ Banco Mundial de uma consultoria para auxiliar a Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
- O andamento dos trabalhos da Mesa Diretora Provisória do Comitê do Alto Iguaçu/Alto Ribeira.

O Sr. Pedro Vianna (SUDERHSA) apresentou um gráfico contendo informações complementares à exposição da Sra Yára Eisenbach, com o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos e a posição dos Comitês neste contexto.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

Por solicitação do Sr. Reinaldo a Sra Yára exemplificou os modelos de Sistemas Estaduais em formação no Brasil e destacou as peculiaridades do modelo paranaense. Os modelos descritos foram quatro, a saber:

- O do Estado do Ceará, com ênfase numa companhia estatal que gerencia e vende a água bruta.
- O do Estado de São Paulo com ênfase na participação do Poder Público e da Sociedade Civil.
- O dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com ênfase na participação da Sociedade.
- O do Estado do Paraná com ênfase na participação dos Usuários.

Iniciaram-se os debates e o Sr. Francisco Wood, proprietário às margens do Tibagi, solicitou informações sobre a participação dos setores nos Comitês ao que a Sra Yára respondeu que a única mácula que existe na Legislação Paranaense foi introduzida pela Assembléia Legislativa ao isentar o Setor Agropecuário do pagamento pelo uso da água no que se refere à captação, o que poderá ocasionar problemas na participação deste Setor no Sistema.

O Sr Jorge Andriguetto Júnior, representante da SEPL, propõe que se proceda nesta mesma reunião à escolha do número de membros e da composição do peso de cada Setor no Comitê definitivo. Esta proposta foi discutida por diversos participantes entre eles: Pedro Vianna, Luiz Fernando Arruda, Nelson Okano, Marianna e Renato Tavares (Prefeito de Sertaneja).

O Sr Jorge Andriguetto Júnior sugeriu também, que na próxima reunião fosse iniciado a elaboração do Regimento Interno do Comitê, bem como fosse definido o peso de cada componente do Comitê definitivo. Após diversas opiniões ficou definido pelo consenso que o número de membros do Comitê pode ser de 40 (o máximo permitido pela Legislação), devido à complexidade e tamanho da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Ficou estabelecido que na próxima reunião depois de levantados os dados pela SUDERHSA, pelo COPATI, e por demais organismos se procederá a escolha do peso dos Setores para a composição do Comitê.

O Reinaldo Gomes Ribeirete colocou a estrutura do COPATI a serviço do Comitê Provisório, inclusive lembrou a todos o esforço que o COPATI tem feito para se adaptar à Legislação Estadual de Recursos Hídricos. Finalmente, procedeu-se a marcação da próxima reunião para 14 de fevereiro, a ser realizada em Curitiba, na sede da SUDERHSA, às 14:00 horas. Após agradecer a presença de todos, o Sr Presidente deu por encerrada a reunião.

Segue abaixo relacionado a nominata dos participantes da reunião de Instalação da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

Londrina-PR, 28 de janeiro de 2002.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

ATA Nº 02

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA.

Aos Quatorze Dias do mês de fevereiro de 2002, às 14:00 Horas, no prédio da SUDERHSA em Curitiba-PR, deu-se início à 2ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê de Bacia do Rio Tibagi.

A reunião foi aberta pelo Presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro. O Presidente da Mesa solicitou ao Secretário Geral, Sr Aldo de Oliveira Mattos, que fizesse a leitura da Ata Nº 01 e efetuasse a distribuição da mesma aos demais componentes da mesa. Após realizar a leitura da Ata Nº 01, o Sr Aldo efetuou a distribuição dos seguintes documentos aos demais membros da Mesa Diretora provisória:

- Ata Nº 01
- Relação de Outorgas/Usuários por Ordem de Consumo.
- Relação de Outorgas/Usuários por Razão Social/Tipo de Captação.
- Informações Referentes à Instituições do Poder Público e Sociedade Civil.

O Presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo sugeriu inicialmente, que não fosse efetivamente completado os 40 (Quarenta) membros do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi, deixando uma reserva de assentos para serem ocupados posteriormente.

O Sr Jorge Andriguetto Júnior, alegou que na sua opinião, o Comitê definitivo deveria ser constituído logo de início contendo na sua totalidade os 40 membros participantes.

O Sr Luiz Fernando Arruda, também sugeriu a composição do Comitê na sua totalidade, ou seja, logo de início com 40(Quarenta) componentes, pois segundo o mesmo, os Segmentos não seriam na prática alterados.

O Sr Presidente da Mesa, Reinaldo Gomes Ribeiro, ponderou que no futuro a Bacia do Tibagi, poderá ser explorada pela navegação e este segmento não estaria representado no Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge, a título de esclarecimento, efetuou a seguinte exemplificação: O segmento de Hidro-eletricidade, no momento esta sendo representado somente pela Copel, sendo que no futuro poderão ser construídas outras 07(sete) Hidroelétricas na Bacia do Rio Tibagi, desta forma com certeza irão surgir outros componentes do segmento que irão ocupar assento no Comitê definitivo, portanto ele acha que é válido formalizar o Comitê logo de início com o número total de componentes.

O Sr Pedro (SUDERHSA), sugeriu que o Comitê fosse inicialmente constituído por 35 membros e que fosse deixado 5 (cinco) vagas para outros segmentos que por ventura surgissem posteriormente.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

Após longo debate, chegou-se por consenso à conclusão que realmente o COMITÊ DEFINITIVO deveria ser efetivamente composto (desde o início) com o número máximo de participantes permitido pela Legislação, ou seja, 40 membros efetivos.

Após a definição acima citada, a Sra Marianna (SUDERHSA), elaborou um quadro contendo a composição (esqueleto) dos membros do Comitê definitivo. O referido quadro possui a seguinte configuração (40 membros):

SETOR	SEGMENTO	Nº DE COMPONENTES	RESPONSÁVEL/ SIMULAÇÃO.
I-PODER PÚBLICO (Máximo 16 componentes)	FUNAI (UNIÃO) IAP SEAB SESA SUDERHSA PREFEITURAS	—	—
SUB-TOTAL I			
II USUÁRIOS (Máximo 16 componentes)	Abastecimento Drenagem/Resíduos Hidro-eletricidade Industria Agropecuária Navegação Lazer/Turismo	—	—
SUB-TOTAL II			
III-SOCIEDADE CIVIL (Mínimo 08 componentes)	ONGS Entidades Técnicas de ensino e pesquisa Entidades Técnicas Profissionais Comunidades Indígenas	—	—
SUB-TOTAL III			
TOTAL GERAL(I+II+III)			

Por ocasião da elaboração da estrutura esquematizada do Comitê definitivo, surgiram 03 (três) distintas simulações para a constituição da composição do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi. A simulação nº 01 foi sugerida pelo Presidente da Mesa, Sr Reinaldo e possuía a seguinte composição:

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITE DA BACIA DO RIO TIBAGI.

SETOR	SEGMENTO	Nº DE COMPONENTES	RESPONSÁVEL/SIMULAÇÃO
I-PODER PÚBLICO (Máximo 16 componentes)	FUNAI (UNIÃO)	01	REINALDO G. RIBEIRETE
	IAP	01	
	SEAB	01	
	SESA	01	
	SUDERHSA	08	
SUB-TOTAL-I		12	
II-USUÁRIOS (Máximo 16 componentes)	Abastecimento	05	
	Drenagem/Resíduos	01	
	Hidro-eletricidade	01	
	Industria	04	
	Agropecuária	03	
	Navegação	01	
	Lazer/Turismo	01	
SUB-TOTAL II		15	
III-SOCIEDADE CIVIL (Mínimo 08 componentes)	ONGS	04	
	Entidades Técnicas de ensino e pesquisa	05	
	Entidades Técnicas Profissionais	03	
	Comunidades Indígenas	01	
		13	
SUB-TOTAL-III			
TOTAL GERAL(I+II+III)		40	REINALDO G. RIBEIRETE

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITE DA BACIA DO RIO TIBAGI.

A simulação nº 02, foi proposta pelo Sr Jorge Andriguetto Júnior e apresentava a composição abaixo identificada:

SETOR	SEGMENTO	Nº DE COMPONENTES	RESPONSÁVEL/SIMULAÇÃO
I-PODER PÚBLICO (Máximo 16 componentes)	FUNAI (UNIÃO)	01	JORGE ANDRIGUETTO JÚNIOR
	IAP	01	
	SEAB	01	
	SESA	01	
	SUDERHSA	10	
SUB-TOTAL I		14	
II-USUÁRIOS (Máximo 16 componentes)	Abastecimento	04	
	Drenagem/Resíduos	02	
	Hidro-eletricidade	01	
	Industria	04	
	Agropecuária	04	
	Navegação	01	
	Lazer/Turismo	01	
SUB-TOTAL II		16	
III-SOCIEDADE CIVIL (Mínimo 08 componentes)	ONGS	03	
	Entidades Técnicas de ensino e pesquisa	03	
	Entidades Técnicas Profissionais	03	
	Comunidades Indígenas	01	
		10	
SUB-TOTAL III			
TOTAL GERAL(I+II+III)		40	JORGE ANDRIGUETTO JÚNIOR

A terceira simulação, foi apresentada pelo Sr Luiz Fernando Arruda Gonçalves (COPEL) e apresentava a seguinte configuração:

SETOR	SEGMENTO	Nº DE COMPONENTES	RESPONSÁVEL/SIMULAÇÃO
I-PODER PÚBLICO (Máximo 16 componentes)	FUNAI (UNIÃO)	01	LUIZ FERNANDO ARRUDA GONÇALVES
	IAP	01	
	SEAB	01	
	SESA	01	
	SUDERHSA	10	
SUB-TOTAL I		14	

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

II-USUÁRIOS (Máximo 16 componentes)	Abastecimento	04	
	Drenagem/Resíduos	02	
	Hidro-eletricidade	03	
	Indústria	04	
	Agropecuária	02	
	Navegação	01	
	Lazer/Turismo	01	
SUB-TOTAL II		16	
III-SOCIEDADE CIVIL (Mínimo 08 componentes)	ONGS	02	
	Entidades Técnicas de ensino e pesquisa	03	
	Entidades Técnicas Profissionais	03	
	Comun. Indígenas	02	
SUB-TOTAL III		10	
TOT. GERAL (I+II+III)			

Logo após a apresentação da sua simulação, o Sr Luiz Fernando Arruda, justificou a sua proposta de 03(três) componentes para representar o segmento de Hidroeletricidade, alegando que o recurso a ser repassado pelo segmento será revertido para a agência de Bacia (U.E.).

O Sr Pedro Costa Guedes Vianna e o Sr Jorge Andriguetto Júnior, contestaram a afirmação, justificaram e esclareceram aos demais componentes da Mesa que o referido recurso será repassado para a ANA e não será repassado na sua totalidade para a Agência de Bacia (U.E.).

Durante o debate, os Senhores Pedro e Reinaldo, sugeriram que primeiro fosse resolvido o problema da composição e distribuição dos pesos de cada setor no Comitê definitivo.

O Sr Jorge (S.E.P.I.), também sustentou a proposta por ele simulada, justificou que a sua proposta levou em consideração o número de Outorgas e o nº de participação de associados ao Consórcio COPATI, sendo que estes municípios serão enquadrados também como usuários. Baseado nesta premissa, ele acha que o Setor de Usuários terá significativa representatividade dentro do Comitê definitivo da Bacia do rio Tibagi.

O Sr Pedro (SUDERHSA), alertou que o sistema globalmente já beneficia o Setor de Usuários. Sugeriu que fosse buscado um equilíbrio de peso entre os setores que irão constituir o Comitê definitivo. O Sr Pedro sugeriu que fosse aumentado o nº de representantes do Segmento Drenagem/Resíduos, justificando que tal proposta seria coerente, uma vez que a Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi é muito grande e complexa.

Após acalorada discussão e intenso debate, a Mesa diretora Provisória realizou a votação dos presentes, visando escolher a simulação definitiva. Foi realizada a votação aberta, e a maioria preferiu a seguinte simulação alternativa:

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

- 14 componentes representando a Setor do Poder Público.
- 16 componentes representando o Setor de usuários.
- 10 componentes representando o Setor da Sociedade Civil.

Com a aprovação da composição acima citada, o quadro esquematizado do comitê definitivo da Bacia Hidrográfica da do Rio Tibagi, ficou assim representado:

SETOR	SEGMENTO	Nº DE COMPONENTES	SIMULAÇÃO DEFINITIVA.
I-PODER PÚBLICO (Máximo 16 componentes)	FUNAI (UNIÃO)	01	
	IAP	01	
	SEAB	01	
	SESA	01	
	SUDERHSA	01	
	PREFEITURAS	09	
SUB-TOTAL-I		14	
II-USUÁRIOS (Máximo 16 componentes)	Abastecimento	05	
	Drenagem/Resíduos	02	
	Hidro-eletricidade	02	
	Indústria	04	
	Agropecuária	02	
	Navegação	01	
	Lazer/Turismo	01	
SUB-TOTAL-II		16	
III-SOCIEDADE CIVIL (Mínimo 08 componentes)	ONGS	02	
	Entidades Técnicas de ensino e pesquisa	04	
	Entidades Técnicas Profissionais	03	
	Comu. Indígenas	01	
SUB-TOTAL III		10	
Total Geral I+II+III		40	

* O debate foi novamente reiniciado e pelo consenso ficou definido o peso representativo de cada Segmento dentro de cada Setor.

Ficou também definido, que o COPATI fosse o elo de ligação entre a Mesa Diretora e os nove municípios(Alto e Baixo Tibagi), que irão compor o Segmento pertencente ao Setor- Poder Público. Caberá ao COPATI contactar com as associações de municípios existentes no Alto e Baixo Tibagi, agilizando a definição dos mesmos no que diz respeito à indicação dos 09 (nove) representantes para compor a do Setor -Poder Público.

Foi também definido que os critérios que serão adotados para a seleção dos municípios serão os seguintes:

- Possuir a sede do município dentro da Bacia do Rio Tibagi.
- Levar em consideração a população/ PIB existente na Bacia do Rio Tibagi.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITE DA BACIA DO RIO TIBAGI.

- c) Levantar em consideração o tamanho da área territorial de abrangência do município dentro da Bacia.

No caso do Segmento lazer e turismo, ficou definido que serão notificados os municípios e entidades outorgadas para o fim específico. Entre eles será eleito o representante do Segmento no Setor de Usuários.

Para o Segmento de abastecimento, será notificado a SANEPAR e os demais prestadores de serviços na área de abastecimento, para que seja definido os componentes do segmento no setor de usuários.

A Mesa Diretora Provisória da Bacia do Rio Tibagi, definiu que será realizado 08 (oito) reuniões setorializadas e descentralizadas com a participação dos seguintes Segmentos:

- Abastecimento
- Drenagem/Resíduos
- Indústria
- Agropecuária
- Lazer e Turismo
- Entidades de ensino e pesquisa
- Entidades Técnicas Profissionais
- ONGS.

Durante os debates, o Sr Pedro Vianna sugeriu que fosse efetuado um seminário no Alto e Baixo Tibagi, congregando os Segmentos Entidades de ensino e pesquisa, Entidades técnicas profissionais e ONGS, para que neste seminário ficasse definido cada representante de cada Segmento para compor o setor Sociedade Civil.

O Sr Jorge e o Sr Reinaldo, discordaram da idéia e sugeriram que seja feito reuniões de forma individualizada com representantes de cada Segmento.

Durante a realização dos trabalhos da Mesa Diretora Provisória, o Sr Jorge segundo o seu ponto de vista, enumerou os critérios a serem adotados para selecionar os representantes do Segmento Abastecimento dentro do setor de Usuários:

- Vação Autorgada
- Nº de Outorgados
- Consenso entre os usuários
- Importância de contribuição.

Após longo debate, onde o Sr Nelson Hidemi Okano(SANEPAR) e o Sr Reinaldo José dos Santos (SANEPAR), justificaram de forma bastante detalhada a presença, a importância e a representatividade da SANEPAR para o Segmento de Abastecimento. A Mesa Diretora sugeriu que o Segmento Abastecimento fique assim representado: 03 (três) vagas para a SANEPAR e 02 (duas) vagas para os demais prestadores de serviços e autônomos.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITE DA BACIA DO RIO TIBAGI.

O Presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, ficou incumbido de encaminhar uma correspondência à SANEPAR e aos demais autônomos, convidando-os para participarem de uma reunião para definição dos representantes do Segmento Abastecimento dentro do setor de Usuários.

Finalmente os Senhores Nelson e Reinaldo (SANEPAR), decidiram acatar a sugestão dos demais componentes da Mesa Diretora, ou seja, 03 (três) vagas para a SANEPAR e 02 (duas) vagas para os prestadores de serviços autônomos.

A Mesa Diretora Provisória da Bacia do Rio Tibagi definiu que será realizado uma reunião com a participação dos representantes do Segmento da Indústria para que sejam eleitos os membros do segmento que irão compor o Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo. Ficou também definido que o Segmento Agropecuária também participasse de uma reunião, que será realizada no Baixo Tibagi, para apresentar os membros que irão representar o segmento junto ao Setor de Usuários.

O Sr Pedro, o Sr Jorge e a Sra Marianna sugeriram e os demais membros da Mesa Diretora acataram que as ONGS fossem devidamente convocadas por Edital de chamamento, através de citações nos jornais de maior circulação na Bacia do Rio Tibagi (Folha de Londrina, Diário dos Campos e Gazeta do Povo).

O Presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, sugeriu que o calendário de reuniões ficasse assim distribuído:

SETOR	SEGMENTO	MUNICÍPIO	LOCAL	HORARIO	DATA
I-USUÁRIOS	ABASTECIMENTO, DRENAGEM/RESÍDUOS, AGROPECUÁRIA, LAZER e TURISMO, INDÚSTRIA.	IBIPORÁ	SAMAE	09:00	27/02/2002
		IBIPORÁ	SAMAE	14:00	27/02/2002
		LONDRINA	SANEPAR	14:00	19/03/2002
		P. GROSSA	KAISER	09:00	06/03/2002
II-SOCIEDADE CIVIL	ONGS, ENT. DE ENSINO E PESQUISA, ENT. TÉCNICAS/PROFISSIONAIS.	P.GROSSA	KAISER	14:00	06/03/2002
		LONDRINA	SANEPAR	09:00	19/03/2002
		LONDRINA	SANEPAR	09:00	28/02/2002
		LONDRINA	SANEPAR	14:00	28/02/2002

A Mesa Diretora definiu que todas as reuniões com os Segmentos, terão início às 09:00 horas e término às 12:00 horas (período matutino).

No período vespertino, as reuniões iniciar-se-ão às 14:00 horas e serão concluídas até as 17:00 horas.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

Ficou definido pela Mesa Diretora Provisória, através de consenso, que as duas vagas do Segmento Hidroeletricidade, serão ocupadas pela COPEL-GERAÇÃO.

O Sr Jorge aventou a possibilidade de levantar na FIEP, quem do Segmento esta filiado à instituição e a própria FIEP, através de reunião apresentaria para a Mesa Diretora os representantes do Segmento Industria, que irão compor o Setor de Usuários.

O Sr Roberto Gonçalves (IAP), sugeriu que a primeira reunião setorizada fosse efetuada com o Segmento ONGS, devido o grau de dificuldade de convocar o Segmento para a participação.

A Sra Marianna e o Sr Pedro, ficaram responsáveis pelo contato com a FIEP, visando agilizar a participação da mesma junto ao Segmento da Industria na reunião para indicar os componentes do Segmento no Setor de Usuários do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

Não tendo mais nada a ser tratado, o presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, declarou encerrada a reunião.

Curitiba-PR, 14 de fevereiro de 2002.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 03

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2002, às 09:00 Horas, no prédio da SAMAE em Ibiaporã-PR, deu-se início à 3ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

A reunião foi aberta pelo presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete. O Sr presidente agradeceu o Sr Jurandir Barduco, Diretor da SAMAE-Ibiaporã, por ter cedido o espaço físico para que ali fosse realizada a reunião.

O Sr Reinaldo, sugeriu que fosse feito uma auto- apresentação, após a realização da mesma, a Mesa Diretora foi informada através do ofício nº 10/02- prefeitura municipal de Castro-PR, que a Sra Maria Inez Pedrosa Machado Dias, solicitava dispensa das reuniões previstas para 27 e 28/02/2002. Tal solicitação foi justificada por motivo de tratamento de saúde.

A seguir, a Mesa Diretora Provisória comunicou a todos os presentes, que foram expedidos 08 (oito) ofícios, visando notificar todas as empresas/entidades prestadoras de serviços autônomo no Segmento de Abastecimento. Os ofícios foram enviados, com o objetivo de convida-las para se fazerem presentes a esta reunião.

Dando sequência aos trabalhos, o Sr presidente da Mesa Diretora Provisória, esclareceu que a reunião com os representantes do Segmento/Abastecimento, teria como principal objetivo, definir quem na realidade iria ocupar as 02 (duas) vagas do Segmento/Abastecimento no setor de Usuários dentro do Comitê definitivo.

Após este esclarecimento, o Sr Reinaldo convidou o Sr Jorge Andriguetto Júnior para que efetuasse uma explanação detalhada sobre a implantação do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos.

O Sr Jorge comentou de forma bastante abrangente sobre a lei das águas (lei nº 9433), que surgiu em 1997, falou sobre o valor econômico e estratégico dos Recursos Hídricos e frisou com muita propriedade a 4ª aposta, ou seja, o modelo paranaense de Gestão de Recursos Hídricos.

O Sr Jorge afirmou que o modelo paranaense é centrado no USUÁRIO, sendo que, o Poder Público coloca-se apenas como animador do processo. Afirmou também que a Unidade Executiva Descentralizadora (U.E.D), irá executar a Gestão dos Recursos Hídricos dentro da Bacia do Rio Tibagi.

Explicou que será formalizado o Comitê de Bacia, que será o órgão deliberativo sobre toda a política de Recursos Hídricos dentro da Bacia.

O Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, solicitou ao Sr Jorge, que o mesmo aproveitasse a oportunidade e colocasse aos presentes, a importância da participação efetiva de todos os Segmentos dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge demonstrou com bastante propriedade, todos os pontos, espelhando a grande importância do Comitê definitivo, do Comitê de Usuários e da Agencia de Bacia.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

Após a apresentação do Sr Jorge, o Sr Reinaldo solicitou ao Sr Pedro Vianna, que fizesse uma apresentação complementar, de forma bem aprofundada, sobre todo o sistema estadual de Recursos Hídricos. O Sr Pedro Vianna, falou especificamente sobre a política estadual de Recursos Hídricos, definiu o que é o Usuário (todos os que estão sujeitos à outorgas) e exemplificou cada Segmento dentro do setor de Usuários. A seguir detalhou o desenho do sistema de estadual de Gestão de Recursos Hídricos. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos, SUDERHSA, Comitê de Bacia e Agência de Bacia).

O Sr Pedro Vianna, comentou com bastante propriedade sobre a composição do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi e sobre todo o funcionamento da Agência de Bacia. Explicou as atribuições do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do Comitê de Bacia e da Agência de Bacia.

Frisou o papel relevante da Agência de Bacia que basicamente será o de elaborar e implementar o plano de Bacia, arrecadar em nome do governo e sugerir o valor a ser pago pelos Usuários.

O Sr Pedro Vianna também informou todos os passos sobre o fluxograma de ações para se obter a organização de uma U.E.D (estatuto e contrato de Gestão).

O presidente da Mesa Diretora Provisória, alertou a todos os presentes, que esta reunião é bastante importante, sendo que, daqui devesa sair definido o nome dos dois membros do Segmento/Abastecimento, que irão representar o Segmento no Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo. Participaram da reunião do Segmento/Abastecimento, as seguintes empresas autônomas de prestação de serviço de Abastecimento:

- a) SAMAE- Ibiporã
- b) SAMAE- Nova Santa Bárbara
- c) SAMAE- Santa Cecília do Pavão
- d) SAAE- Jataizinho.

O Sr Jorge explicou que a Mesa Diretora Provisória, reservou 02(duas) vagas para os prestadores de serviços Autônomos de Abastecimento ocuparem no Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo.

Após intenso debate, os representantes das entidades prestadoras de serviços autônomos, decidiram através de consenso, que o Sr Jurandir Barduco (SAMAE- Ibiporã) e o Sr Gerson Nogueira Júnior (SAMAE- Nova Santa Bárbara), irão ocupar as duas vagas do Segmento/Abastecimento no Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

Não tendo mais nada a ser tratado, o presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ibiporã-PR, 27 de fevereiro de 2002.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 04

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2002, às 14:00 Horas, no prédio da SAMAE em Ibiporã-PR, deu-se início à 4ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê de Bacia do Rio Tibagi.

O presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, executou a abertura da reunião de trabalho com os participantes do Segmento/Drenagem e Resíduos. Agradeceu a presença de todos e informou que a reunião deveria ser conduzida de forma democrática, informal e aberta à participação de todos. Na oportunidade o Sr Reinaldo solicitou que fosse feito a auto- apresentação do grupo.

Após a realização da auto- apresentação, o Sr presidente convocou o Sr Jorge Andriguetto Júnior para dar prosseguimento aos trabalhos e solicitou que o mesmo efetuasse uma ampla explanação sobre o sistema estadual de Gestão dos Recursos Hídricos.

O Sr Jorge frisou inicialmente, que o objetivo da reunião era definir os nomes dos dois representantes do Segmento/Drenagem e Resíduos que irão representar o Segmento no Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge comunicou aos presentes, que o Sr Wagner havia encaminhado à todos os interessados um ofício solicitando a presença de todos nesta importante reunião, para que desta forma, com a presença de todos, fosse atingido o objetivo proposto.

O Sr Jorge citou e comentou de forma detalhada sobre as 04 (quatro) apostas de modelo de Gestão dos Recursos Hídricos existentes hoje no país. Explicou com riqueza de detalhes o modelo paranaense de Gestão de Recursos Hídricos. Comentou de forma bastante abrangente sobre a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e sobre a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (gerido pela SUDERHSA). Frisou que nesta oportunidade, fossem indicados pelos representantes do Segmento/Drenagem e Resíduos, 02 (dois) nomes para ocuparem as 02 (duas) vagas de representação do Segmento no Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

A Mesa Diretora sugeriu que um nome fosse oriundo da iniciativa privada e que o 2º nome fosse representante do Setor Público (prefeituras).

Após a apresentação do Sr Jorge, o Sr Reinaldo solicitou ao Sr Pedro Vianna, que fizesse uma apresentação complementar, de forma bem aprofundada, sobre todo sistema estadual de Recursos Hídricos. O Sr Pedro Vianna, falou especificamente sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, definiu o que é o Usuário (todos os que estão sujeitos à outorgas) e exemplificou cada Segmento dentro do Setor de Usuários.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

A seguir detalhou o desenho do sistema estadual de Gestão de Recursos Hídricos. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos, SUDERHSA, Comitê de Bacia e Agência de Bacia).

O Sr Pedro Vianna comentou com bastante propriedade sobre a composição do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi e sobre todo o funcionamento da Agência de Bacia. Explicou as atribuições do Conselho Estadual Recursos Hídricos, do Comitê de Bacia e da Agência de Bacia.

Frisou o papel relevante da Agência de Bacia que basicamente será o de elaborar e implementar o plano de Bacia, arrecadar em nome do governo e sugerir o valor a ser pago pelos Usuários.

O Sr Pedro Vianna também informou todos os passos sobre o fluxograma de ações para se obter a organização de uma U.E.D (estatuto e contrato de gestão).

O Sr Pedro Vianna, frisou que na Bacia do Rio Tibagi, o COPATI pela sua história e representatividade que exerce dentro da Bacia, esta se remodelando para assumir o comando da Agência de Bacia (U.E.D) na Bacia do Rio Tibagi.

Após as apresentações efetuadas pelo Sr Jorge e pelo Sr Pedro, a Mesa Diretora Provisória solicitou aos presentes para que debatessem a questão, visando dessa forma atingir o objetivo proposto, ou seja, eleger os 02 (dois) representantes do Segmento no Setor de Usuários.

O Sr Oziel (Rodonorte), questionou como que a U.E.D irá se sustentar economicamente. O Sr Jorge respondeu que até 7,5% do valor arrecadado dentro da Bacia, poderá ser utilizado para custeio do sistema.

Após longo debate, o Sr José Antonio (prefeito de Cornélio Procopio), solicitou que fosse demonstrado de forma detalhada o quadro esquematizado do Comitê definitivo.

A seguir o Sr Pedro Vianna desenhou o quadro representativo do Comitê definitivo para que todos pudessem ter as informações necessárias.

Após acirrado debate, chegou-se através de votação (Setor Público) e consenso (iniciativa privada), que o Segmento/Drenagem e Resíduos fosse assim representado:

- a) Setor Público- Luiz Hiroshi Shimizu (prefeitura municipal de Jataizinho)
- b) Iniciativa Privada- Giovanni N. de Andrade(Transportec- Castro).

Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr presidente declarou encerrada a reunião.

Ibiporã-PR, 27 de fevereiro de 2002.

Londrina, 27 de fevereiro de 2002.

Ilmo. Sr.

REINALDO GOMES RIBEIRETE

Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 003/2002, de 20 de fevereiro de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de um representante dos usuários de recursos hídricos do setor de drenagem e resíduos sólidos urbanos, relacionados às Prefeituras, vimos através desta indicar o senhor **LUIZ HIROSHI SHIMIZU**, funcionário da Prefeitura Municipal de Jataizinho, como representante do setor usuário de recursos hídricos de drenagem e resíduos sólidos urbanos junto ao Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

Atenciosamente,

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
José Antônio O. F. de Sá	Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio	[Assinatura]
Luiz Roberto Silveira	[Assinatura]	[Assinatura]
Antonio Marcos de Oliveira	Prefeitura de Tibagi	[Assinatura]
Pedro José Vieira	PM Jataizinho	[Assinatura]
Nelson Fujita	Prof. Mun. Ass. de	[Assinatura]
Isabel Cristina	Prof. mun. Jataizinho	[Assinatura]

Londrina, 27 de fevereiro de 2002.

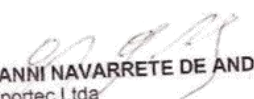
Ilmo. Sr.
REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê de Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 003/2002, de 20 de fevereiro de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de um representante dos usuários de recursos hídricos do setor de drenagem e resíduos sólidos urbanos, relacionados à iniciativa privada, vimos através desta indicar o senhor **GIOVANNI NAVARRETE DE ANDRADE**, engenheiro da empresa Transportec Coleta e Remoção de Resíduos Ltda, como representante do setor usuário de drenagem e resíduos sólidos urbanos junto ao Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

Atenciosamente,


OZIEL MARTINS
Rodonorte


GIOVANNI NAVARRETE DE ANDRADE
Transportec Ltda


MARCELO DE PAOLA
Transportec Ltda

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 05

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2002, às 09:00 Horas, no prédio da SANEPAR em Londrina-PR, deu-se início à 5ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge Andriguetto Júnior efetuou a abertura da reunião da Mesa Diretora com os participantes do Segmento/Entidades de Ensino e Pesquisa. Justificou a ausência do presidente da Mesa, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro. Logo em seguida solicitou que todos os presentes realizassem a auto- apresentação.

Após a realização da auto- apresentação, o Sr Jorge frisou que a reunião deveria ser conduzida e pautada pela informalidade e pela total abertura de participação à todos. Dando sequência aos trabalhos, o Sr Jorge efetuou de maneira bem detalhada uma explanação sobre a lei de Recursos Hídricos. Explicou também sobre a nova visão da legislação da água. Frisou com bastante ênfase sobre o modelo paranaense de gestão dos Recursos Hídricos e a política estadual de Recursos Hídricos.

O Sr Jorge definiu e comentou de forma bastante abrangente sobre a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sobre a formalização do Comitê de Bacia e sobre a implantação da Agência de Bacia. Comunicou e esclareceu a todos os presentes sobre a constituição do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Comentou que o referido Fundo irá aglutinar todo o recurso oriundo da área de Recursos Hídricos. Explicou que todo recurso gerado dentro da Bacia deverá ser aportado dentro da própria Bacia.

Frisou com bastante propriedade, que a Agência de Bacia é formada por uma associação de Usuários, sendo que na Bacia do Rio Tibagi, o COPATI é considerado um embrião de associação de Usuários, composto por pessoas físicas e/ou jurídicas outorgadas para o consumo e exploração da água.

O Sr Jorge explicou com riqueza de detalhes a composição do Comitê definitivo da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi.

Comunicou a todos os presentes que esta reunião têm como objetivo principal a seleção dos 04 (quatro) membros, que irão ocupar as vagas existentes no Segmento/Entidades de Ensino e Pesquisa, pertencente ao Setor Sociedade Civil dentro do Comitê definitivo.

Explicou também, os demais modelos (apostas) do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos existentes no país.

Afirmou de forma categórica, que só serão criadas as Agências de Bacia que efetivamente forem economicamente viáveis (auto-sustentáveis).

Após a apresentação realizada pelo Sr Jorge, foi solicitado ao Sr Pedro Vianna, que efetuasse uma apresentação complementar e bastante aprofundada da política estadual de Recursos Hídricos.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

O Sr Pedro, detalhou a lei estadual de Recursos Hídricos, definiu o que é Setor de Usuários e seus componentes. Falou também sobre os instrumentos propostos para a execução da política estadual de Recursos Hídricos.

Detalhou também, todas as informações sobre o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e demonstrou o desenho do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

O Sr Pedro Vianna explicou com riqueza de detalhes, todas as atribuições do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do Comitê de Bacia e da Agência de Bacia. Elaborou um quadro demonstrativo do esqueleto do Comitê definitivo proposto para a Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Pedro, ponderou que as instituições pertencentes ao Segmento/Entidades de Ensino e Pesquisa, que se habilitarem para ocupar as 04(quatro) vagas do Segmento pertencente ao Setor/Sociedade Civil, realmente estivessem compromissadas com as atividades inerentes ao campo dos Recursos Hídricos, que desenvolvessem projetos e trabalhos dentro do contexto ambiental de Recursos Hídricos.

Após a apresentação realizada pelo Sr Pedro Vianna, a Mesa Diretora solicitou aos presentes, que iniciassem um debate sobre a questão e no final apresentassem os 04 (quatro) representantes do Segmento/Entidades de Ensino e Pesquisa no Setor/Sociedade Civil, dentro do Comitê definitivo. Na oportunidade conforme lista de presença, surgiram 06 (seis) representantes do Segmento:

- a) U.E.L- Londrina
- b) U.E.P.G- Ponta Grossa
- c) CESCAGE- Ponta Grossa
- d) FAFICOP- Cornélio Procópio
- e) CEFET-PR- Cornélio Procópio
- f) UNOPAR-Londrina.

O professor Valmir de França (U.E.L), questionou sobre a baixa representatividade da Sociedade Civil dentro do Comitê definitivo proposto.

O Sr Jorge e o Sr Pedro argumentaram que na atualidade, a prática tem demonstrado que a Sociedade ainda não está devidamente preparada e conscientizada para a participação ativa dentro do atual contexto.

Foi explicado também, que no futuro existe a grande possibilidade da Sociedade Civil ter a mesma representação que os demais Setores, pois a lei não estabelece teto máximo de participantes da Sociedade Civil, sendo que, para o Setor/Poder Público e Setor de Usuários, a legislação estabelece um teto máximo, ou seja, 16 (dezesesseis) membros e para o Setor/Sociedade Civil, a legislação estabelece um teto mínimo, ou seja, 08 (oito) membros e não apresenta máximo de limitação.

A Srª Angelita (CESCAGE), solicitou maiores informações sobre a distribuição das vagas dentro do Comitê e questionou a condição de se estabelecer um equilíbrio entre os representantes do Alto e Baixo Tibagi.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

O Sr Jorge explicou que o princípio do equilíbrio de distribuição de forças dentro do Comitê é o propósito de todos os membros da Mesa Diretora Provisória. Informou também que existe uma série de critérios a serem analisados para que determinada instituição seja efetivamente representativa dentro do Segmento.

Após longo e intenso debate, os presentes decidiram formar uma rede de apoio técnico e científico ao Segmento de Ensino e Pesquisa no Setor/Sociedade Civil. Por consenso, foram indicados as seguintes instituições com seus respectivos membros:

- a) U.E.L- Valmir de França
- b) U.E.P.G- Fernando Pilatti
- c) CESCAGE- Angelita C. Kravutshke
- d) CEFET- Cornélio Procópio- Marcelina T. F. Maschio

Todas as instituições presentes, formalizaram um ofício confirmando os nomes dos representantes acima citados.

Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr Jorge Andriquetto Júnior declarou encerrada a reunião.

Londrina-PR, 28 de fevereiro de 2002.

Londrina, 28 de fevereiro de 2002.

Ilmo. Sr.
REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 005/2002, de 20 de fevereiro de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de 04 (quatro) representantes das instituições de Ensino e Pesquisa, do setor da Sociedade Civil, no Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi, vimos através desta indicar as seguintes pessoas como representantes das instituições de Ensino e Pesquisa: **ANGELITA CZEZACKI KRAVUTSCHKE**, do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais; **FERNANDO PILATTI**, da Universidade Estadual de Ponta Grossa; **MARCELINA TERUKO FUJII MASCHIO**, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná e **VALMIR DE FRANÇA**, da Universidade Estadual de Londrina.

Atenciosamente,

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
ANGELITA CZEZACKI KRAVUTSCHKE	CESCA GE	
FERNANDO PILATTI	UEPG	
VALMIR DE FRANÇA	UEL	
PAULO H. M. BRAMANTE	UNOPAR	
Marcelina T. F. Maschio	REFET. PR / Com. Proc.	
Irene B. G. Pedruzzi	FAFICOP / Com. Proccp	

JOÃO RODRIGUES DE MELO FAFICOP / Com. Proccp

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 06

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2002, às 14:00 Horas, no prédio da SANEPAR em Londrina-PR, deu-se início à 6ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro efetuou a abertura da reunião de trabalho com os participantes do Segmento/Entidades Técnicas Profissionais. Sugeriu aos presentes, que fosse feito uma auto-apresentação.

Após a realização da auto- apresentação, o Sr presidente convocou o Sr Jorge Andriguetto Júnior para que o mesmo efetuasse uma explanação detalhada sobre a política de Gestão de Recursos Hídricos.

O Sr Jorge citou os objetivos da reunião, afirmou que o principal objetivo era definir os nomes dos 03 (três) membros que irão representar o Segmento/Entidades Técnicas Profissionais, pertencentes ao Setor/Sociedade Civil dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge explicou de forma detalhada as quatro apostas do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos existentes no Brasil. Comentou sobre todas as atribuições do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos no Paraná.

Fez de forma bastante abrangente, uma explanação sobre a constituição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do Comitê de Bacia e da Agência de Bacia.

O Sr Jorge, afirmou que na Bacia do Rio Tibagi, o COPATI é um embrião de associação de usuários, que poderá tornar-se num futuro bem próximo em uma U.E.D. Afirmou também, que nas Bacias onde não houver sustentabilidade para a criação de uma Agência de Bacia, a responsabilidade para desempenhar esta tarefa, ficará à cargo da SUDERHSA.

Demonstrou de forma esquematizada o quadro representativo do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

(Conselho Estadual de Recursos Hídricos, SUDERHSA, Fundo Estadual de Recursos Hídricos, Comitê de Bacia e Agência de Bacia).

Após a apresentação do Sr Jorge, foi solicitado ao Sr Pedro Vianna, que efetuasse uma explanação complementar sobre o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, bem como, sobre a legislação de Recursos Hídricos.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

O Sr Pedro demonstrou com bastante propriedade, todos os Segmentos que constituem o Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo. Apresentou um histórico sobre a lei federal que regulamenta a política de Gestão de Recursos Hídricos. Falou sobre todos os instrumentos delegados pela lei federal (obrigatoriedade de outorga). Demonstrou o desenho do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e explicou todas as atribuições do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, do Comitê de Bacia e da Agência de Bacia.

O Sr Pedro demonstrou através de transparência a composição do quadro esquemático (esqueleto), do Comitê definitivo da bacia do Rio Tibagi. Frisou também, as atribuições legais e o papel a ser desempenhado pela Agência de Bacia (U.E.D), dentro do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Apresentou o fluxograma de ações a serem desenvolvidas para se atingir o estágio necessário para assinar o contrato de Gestão e para a exploração da Agência de Bacia (U.E.D).

O Sr Pedro afirmou também, que os recursos da cobrança da exploração dos Recursos Hídricos, 92,5% deverão ser aplicados dentro da Bacia e 7,5% serão aportados para custear a Agência de Bacia e demais integrantes do Sistema.

Explicou de forma bem clara, que os recursos arrecadados irão para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, sendo que, estes recursos serão identificados por Bacia de contribuição, visando desta forma permitir o retorno dos mesmos para a Bacia de origem. (no mínimo retornará 80% do total contribuído).

O Sr Luiz Fernando de Almeida, representante do Sindicato Patronal Rural de Londrina, questionou se a U.E.D irá prestar contas do dinheiro arrecadado. O Sr Jo-ge respondeu que a U.E.D esta sujeita à prestação de contas ao tribunal de contas do estado e à Assembléia Geral de Usuários.

A Mesa Diretora Provisória, reservou 03 (três) vagas para serem ocupadas pelos representantes do Segmento/Entidades Técnicas Profissionais no Setor da Sociedade Civil, dentro do Comitê definitivo. Por ocasião da realização da reunião, fizeram-se presentes 04 (quatro) representantes do Segmento/Entidades Técnicas Profissionais:

- 1- CREA- Londrina
- 2- ABES- PR
- 3- Sindicato Rural Patronal de Londrina.
- 4- Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa.

Após longo e intenso debate, os presentes chegaram à seguinte composição:

- Representante da ABS- PR- Fernando Fernandes.
- Representante da A.E.A.P.G- Célio Augusto Stadler.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

A 3ª vaga ficou pendente, polarizada entre o CREA e o Sindicato Patronal Rural de Londrina.

A Mesa Diretora sugeriu que a 3ª vaga do Segmento, deverá ser preenchida pelo representante do CREA ou pelo representante do Sindicato Patronal Rural de Londrina. Esta definição ficou postergada para ser entregue oficialmente ao presidente da Mesa até o dia 08/03/2002. Os integrantes (CREA e Sindicato), solicitaram este prazo para consultar as suas respectivas diretorias.

Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr presidente declarou encerrada a reunião.

Londrina-PR, 28 de fevereiro de 2002.

Londrina, 28 de fevereiro de 2002.

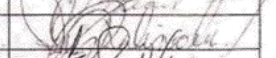
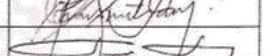
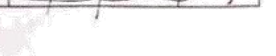
Ilmo. Sr.
REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 006/2002, de 20 de fevereiro de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de 03 (três) representantes das Instituições Técnicas e Profissionais, do setor da Sociedade Civil, no Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi, vimos através desta indicar as seguintes pessoas como representantes das instituições Técnicas e Profissionais: **FERNANDO FERNANDES**, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Paraná e **CÉLIO AUGUSTO STADLER**, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa.

A terceira vaga será preenchida por representante do CREA/PR ou do Sindicato Rural de Londrina, a qual será definida, entre estas instituições, até o dia 08.03.2002, em função da necessidade de consulta às outras instâncias dessas entidades. Tal indicação será informada através de correspondência ao Presidente da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

Atenciosamente,

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
GILSON FERNANDO RIBEIRO	ABES/PR	
Fernando R. Fernandes	ABES	
Luiz Francisco Kalinowski	Sindic Rural LMA	
CÉLIO AUGUSTO STADLER	AAEPB	
Fernando Fernandes	ABAS	

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 07

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA.

Aos Quinze Dias do mês de março de 2002, às 09:00 horas, no prédio da SANEPAR em Londrina-PR, deu-se início à 7ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge Andriguetto Júnior, efetuou a abertura da reunião da Mesa Diretora com os participantes do Segmento/Agropecuário.

Justificou a ausência do Presidente da Mesa, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete. Logo em seguida solicitou que todos realizassem a auto- apresentação. Após a realização da auto- apresentação, a Mesa Diretora foi informada através do ofício nº17/2002- Prefeitura Municipal de Castro-PR, que a Sra. Maria Inez Pedrosa Machado Dias, justificava o não comparecimento nesta reunião por motivo de incompatibilidade de agenda. A Mesa Diretora também foi informada através de correspondência, que o Sr Murilo Schmutzler, justificava o não comparecimento nesta reunião por motivo de incompatibilidade de agenda.

O Sr Jorge frisou inicialmente, que a reunião era democrática, participativa e aberta à todos. Explicou o objetivo da reunião e evidenciou de forma clara, que no final da reunião os representantes do Segmento/Agropecuário deveriam apresentar os dois (02) nomes para ocuparem as duas vagas reservadas ao Segmento/Agropecuário, no Setor de Usuários, dentro do Comitê definitivo.

Após esta explicação preliminar, o Sr Jorge solicitou ao Sr Pedro Vianna para que o mesmo efetuasse de forma bem detalhada uma apresentação sobre o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

O Sr Pedro Vianna definiu o que é o Setor de Usuários e seus componentes. Fez um histórico sobre a Legislação Federal de Recursos Hídricos e seus instrumentos (Plano de Recursos Hídricos, Enquadramento dos Corpos, Outorga, cobrança e o Sistema de informação sobre Recursos Hídricos).

Desenhou a composição do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitê de Bacia e Agencia de Bacia).

O Sr Pedro explicou com riqueza de detalhes, todas as atribuições do Comitê de Bacia, da Agencia de Bacia e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Demonstrou de forma clara toda a composição do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Agencia de Bacia (U.E.D), bem como todas as suas atribuições. Demonstrou o fluxograma de ações para se obter uma U.E.D em pleno funcionamento.

Explicou através de transparência, toda a composição do Comitê de Bacia do Rio Tibagi.

Após explanação do Sr Pedro, o Sr Jorge deu sequencia ao andamento dos trabalhos e falou sobre o regime de chuvas do estado do Paraná (precipitação pluviométrica), comentou sobre enchentes, inundações, erosão e qualidade da água.

Segundo o seu ponto de vista, devemos estruturar um Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, visando perenizar a qualidade da água a ser deixada para as gerações futuras.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

Explicou de forma detalhada as quatro (04) correntes de Gestão de Recursos Hídricos existentes atualmente no país.

Esclareceu que o modelo paranaense de Gestão de Recursos Hídricos é centrado na decisão dos Usuários. Frisou com bastante propriedade, a grande importância do Segmento/Agropecuário dentro do Setor de Usuários no Comitê de Bacia.

O Sr Jorge informou a todos os presentes, que o Comitê definitivo terá a grande responsabilidade de propor todos os critérios de Outorgas para a Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Desenhou de forma esquematizada todos os passos da composição do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos. (Conselho Estadual de Recursos Hídricos, SUDERHSA, Comitê de Bacia e Agência de Bacia).

Explicou também, que o Comitê de Bacia não tem orçamento e não possui personalidade jurídica. Comentou de forma detalhada sobre o fundo Estadual de Recursos Hídricos e seu funcionamento.

O Sr Almir Montecelli (OCEPAR), questionou sobre a origem dos Recursos da Agência de Bacia. O Sr Jorge explicou que a U.E.D. terá acesso à financiamentos, inclusive com organismos internacionais.

Explicou que os recursos captados na Bacia, deverão ser aportados dentro da própria Bacia. Frisou também, que até 7,5% do montante arrecadado poderá ser gasto com o custeio do Sistema.

O Sr Luiz Anselmo Tourinho (FAEP), argumentou que o Segmento/Agropecuário não paga a captação da água, porém irá pagar pela Outorga e também deverá pagar pelo lançamento da água, portanto, o Segmento/Agropecuário deverá ter o mesmo tratamento dos outros Segmentos.

O Sr Jorge frisou que o COPATI, hoje possui os dois (02) requisitos básicos para tornar-se agência de água (50% da vazão outorgada e 5% dos outorgados dentro da Bacia). O Sr Claudio Volpi (CEASA/ APRANOR), solicitou maior esclarecimento sobre o valor a ser destinado para a U.E.D.

O Sr Jorge explicou que até 7,5% do valor arrecadado, poderá ser repassado para custear a U.E.D.

O Sr Pedro frisou que a cobrança do uso da água pelo Segmento/Agropecuário, através do lançamento, na prática é muito difícil.

O Sr Jorge explicou que os quarenta (40) membros do Comitê devem ser pessoas pró-ativas e que apresentem propostas para defender e melhorar cada Setor representado através de VOZ e VOTO, dentro do comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Roberto Gonçalves (IAP), frisou que a criação da U.E.D. vai proporcionar uma revisão de conceitos e de ações sobre o uso da água dentro de cada Setor. Citou como exemplo o caso dos cortumes, que no passado gastavam 1.200 litros de água para se obter o produto final. Atualmente são gastos apenas 250 litros de água para se obter o mesmo produto. O Sr Nelson Okano (SANEPAR), frisou que a empresa tem investido pesado na modernização do sistema de tratamento de água, visando reutilizar a água e amenizar os problemas de poluição ambiental.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

Após longo e intenso debate, os representantes do Segmento/Agropecuário chegaram por consenso, à seguinte composição:

- 1- OCEPAR- Almir Montecelli
- 2- FAEP- Carlos Kaminagakura.

Todos os representantes do Segmento, assinaram ofício apresentando os dois (02) nomes acima identificados para ocuparem as duas vagas do Segmento/Agropecuário, no Setor de Usuários dentro do Comitê definitivo.

A Mesa Diretora Provisória definiu, que o prazo para cadastramento das ONGs junto à SUDERHSA, ficou postergado até o dia 12 de abril de 2002. Ficou também definido, que até o dia 22 de abril de 2002, será a data limite para que as ONGs participem da reunião Setorial com a Mesa Diretora Provisória.

A Mesa Diretora também definiu, que no dia 03 de abril de 2002, na Sede da KAISER em Ponta Grossa-PR, será realizada às 09:00 horas a reunião com o Segmento/Indústria e às 14:00 horas a reunião com o Segmento/Turismo e Lazer.

No caso da reunião com as ONGs, foi sugerido que seja contemplada uma ONG do Alto e uma ONG do Baixo Tibagi, para ocuparem as duas vagas destinadas ao Segmento.

A Mesa Diretora pré- estabeleceu que até o dia 04 de maio de 2002, esteja realizada a composição definitiva do Comitê da Bacia Hidrográfica Do Rio Tibagi.

Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr Jorge agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Londrina- PR, 15 de março de 2002.

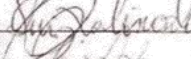
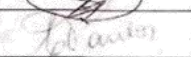
Londrina, 15 de março de 2002.

Ilmo. Sr.
REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 014/2002, de 05 de março de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de 02 (dois) representantes do setor agropecuário, usuários de recursos hídricos, no Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi, vimos através desta indicar as seguintes pessoas como representantes do setor agropecuário: pela OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, o sr. **ALMIR MONTECELLI**, e pela FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná, o sr. **CARLOS KAMINAGAKURA**.

Atenciosamente,

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
ALMIR MONTECELLI	OCEPAR	
Luiz Augusto Tassinari	FAEP	
Luiz Fernando A. Kalinowski	FAEP/SIND R. L.	
Luiz Augusto Tassinari	SIND RURAL LON	
Carlos Kaminagakura	FAEP/SIND R. C. LON	
Chamone Pinheiro	APR/UNAR/SEASA	
Amadori Junior	Fatura	

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 08

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos Dezesete Dias do mês de Abril de 2002, às 09:00 Horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Ibiaporã-PR, deu-se início à 8ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, Presidente da Mesa Diretora, efetuou a abertura da reunião de trabalho falando sobre a urgência da convocação da Mesa Diretora. Justificou a ausência do Sr Murilo Schmutzler e do Sr Luiz Fernando Arruda Gonçalves, por motivo de conflito de agenda nesta data. Esclareceu que a SANEPAR, esta pleiteando o credenciamento junto à Agência Nacional de Águas (ANA), visando sua habilitação ao PRODES. Conhecido como compra de esgoto tratado.

O Sr Presidente falou também sobre a necessidade de se definir o valor da taxa de cobrança pelo uso da água, bem como, pré- estabelecer a data do início da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi.

Logo em seguida, o Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, passou a palavra para o Sr Jorge Andriguetto Júnior dar continuidade aos trabalhos. O Sr Jorge falou de maneira clara e detalhada sobre o PRODES (Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas), oferecido pela ANA aos setores interessados. Esclareceu que a ANA só compra o esgoto depois de tratado e medido.

O Sr Jorge comunicou a todos os membros da Mesa presentes, que para a Bacia do Alto Iguaçu já foram assinados 03 (três) projetos da SANEPAR com a ANA, visando a compra de esgoto tratado. Explicou que na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, a SANEPAR pretende construir 03 (três) ETEs em Ponta Grossa, 02 (duas) ETEs em Telêmaco Borba e 01 (uma) ETE em Castro. Informou também, que o início das operações das ETEs programadas esta previsto para o final de 2003/início de 2004.

Após debate realizado pelos membros da Mesa Diretora, chegou-se através de consenso que o prazo previsto para o início da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, será no máximo o 2º semestre de 2003. Ficou também esclarecido, que este prazo poderá ser antecipado, caso haja tempo hábil para a implantação do cronograma de cobrança pelo uso da água.

O Sr Jorge distribuiu para análise dos membros da Mesa Diretora os seguintes documentos:

- 1- Deliberação Nº 01/2002;
- 2- Plano de Implementação da Cobrança pelo direito de uso de Recursos Hídricos;
- 3- Declaração de Habilitação no PRODES.

Durante a reunião, o Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, questionou se somente a SANEPAR, uma vez credenciada, irá habilitar-se ao programa de compra do esgoto tratado pela ANA. O Sr Jorge esclareceu ao Sr Presidente e aos demais membros da

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

Mesa Diretora, que qualquer Autarquia do Setor de Abastecimento poderá se habilitar ao programa, desde que cumpridos os requisitos dispostos em resolução da ANA.

O Sr Jorge afirmou que o programa (PRODES), prevê para cada, 1 (um) Real investido pela SANEPAR nas ETes, a ANA devolverá 1 (um) Real à fundo perdido para a SANEPAR, mas, o recurso só será repassado após a instalação e funcionamento das ETes.

A seguir, estamos constando na íntegra todo o conteúdo da Deliberação Nº 01/2002, datada de 17 de abril de 2002.

DELIBERAÇÃO Nº01/2002

Em reunião datada de 17/Abril/2002, os componentes da Mesa Diretora, CONSIDERANDO:

- que a cobrança pelo direito de uso de Recursos Hídricos, no âmbito de corpos hídricos de domínio do Estado do Paraná, encontra-se plenamente regulamentada pelo decreto nº 5631, de 26 de fevereiro de 2002;
- que é estadual a dominialidade do Rio Tibagi;
- que os estudos que subsidiaram a mencionada regulamentação contemplaram informações pertinentes à Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi, inclusive quanto a valores de referência, que devem subsidiar as deliberações deste Comitê sobre a matéria;
- que estão em curso estudos que permitirão consolidar as informações relativas ao cadastro de usos e usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Tibagi; e,
- o avançado estágio de constituição da Agência de Águas da Bacia Hidrográfica, a ser estabelecida na modalidade de Unidade Executiva Descentralizada (UED), tendo como base o Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi- COPATI;
- **analisaram, aprovaram e deliberaram** pela implantação da cobrança pelo direito de uso de Recursos Hídricos, no âmbito da Bacia do Tibagi, a ser iniciada no **segundo semestre de 2003**, cumpridas as exigências administrativas necessárias, especialmente relativas à celebração de Contrato de Gestão com o Estado do Paraná, e observadas as etapas e o cronograma do correspondente Plano de Implementação, anexo à presente deliberação, em conformidade com as disposições do Decreto n.º 5631/02.

Londrina, 17 de abril de 2002

REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

Segue abaixo relacionado a nominata dos membros da Mesa Diretora Provisória presentes:

- **REINALDO GOMES RIBEIRETE.**
- **ALDO DE OLIVEIRA MATTOS.**
- **JORGE ANDRIGUETTO JÚNIOR.**
- **PEDRO COSTA GUEDES VIANNA.**
- **MARIA INÊZ PEDROSA MACHADO DIAS.**
- **ROBERTO GONCALVES.**
- **NELSON HIDEEMI OKANO.**

Nesta oportunidade a Mesa Diretora Provisória definiu, que a reunião setorial com o Segmento- ONGs, será realizada no dia 26 de abril de 2002 às 09 horas no prédio da Prefeitura Municipal de Ibiporã-PR.

Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr Reinaldo Gomes Ribeirete agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

IBIPORÃ-PR, 17 DE ABRIL DE 2002.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 09

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2002, às 09:00 horas, no prédio da Cervejaria KAISER do Brasil S/A, em Ponta Grossa-PR, deu-se início à 9ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O Presidente da Mesa Diretora, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, efetuou a abertura da reunião de trabalho com os representantes do Segmento da Indústria. Inicialmente agradeceu a direção da KAISER por ter cedido o espaço físico apropriado, para que ali fosse realizada a reunião.

Sugeriu aos presentes, que fosse feita uma auto- apresentação. Após a realização da auto- apresentação, o Sr Presidente convocou o Sr Jorge Andriguetto Júnior, para que o mesmo efetuasse uma explanação detalhada sobre a política de Gestão de Recursos Hídricos. O Sr Jorge informou que a sua apresentação daria maior ênfase para o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do estado do Paraná.

Comentou que a reunião deveria ser pautada pela informalidade, onde todos poderiam solicitar o esclarecimento das dúvidas surgidas por ocasião da sua apresentação.

O Sr Jorge citou os objetivos da reunião, afirmou que o principal objetivo era definir os nomes dos 04 (quatro) membros que irão representar o Segmento/Indústria, pertencente ao Setor de Usuários, dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi. Comentou sobre os 04 (quatro) modelos de Gestão de Recursos Hídricos existentes no país, informando também que mais recentemente surgiu um quinto modelo, ou seja, o modelo sugerido pela ANA. O Sr Jorge comentou de forma clara e detalhada sobre o modelo paranaense de Gestão de Recursos Hídricos, falou sobre a lei das águas e seus princípios, detalhou a política Estadual de Recursos Hídricos e explicou a diferença entre usuários e consumidores de água. Comentou com bastante propriedade sobre toda a organização do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e sobre a SUDERHSA como poder Outorgante.

Explicou sobre a importância, a responsabilidade e as atribuições do Comitê de Bacia e da U.E.D. Informou a todos os presentes sobre a atuação do COPATI, cuja entidade, solicitou ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a formação do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi (*decreto nº 2315*). O Sr Jorge demonstrou a todos, a necessidade de perenizar o direito de uso das águas dos Rios da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Comentou de forma bastante abrangente sobre o funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Informou que os recursos oriundos da Bacia do Rio Tibagi, serão obrigatoriamente aplicados dentro da própria Bacia.

De forma resumida, o Sr Jorge exemplificou que a agência de águas propõe projetos para serem implementados dentro da Bacia, o Comitê de Bacia, delibera sobre os projetos propostos e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, financia os projetos propostos e aprovados. Informou também, que estes financiamentos podem ser na forma de empréstimo ou a título de fundo perdido.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

O Sr Júlio Cesar Batista Nogueira (KLABIN), solicitou informações sobre a definição de parâmetros mínimos de lançamentos. O Sr Jorge esclareceu que a SUDERHSA já está elaborando um manual que trata de como se operacionalizar a questão do lançamento de efluentes. Logo em seguida, o Diretor da SUDERHSA, Dr. Ivo Heisler Júnior, passou a complementar a apresentação, falando sobre os 03 (três) Sistemas de Gestão de Recursos Hídricos existentes a nível mundial, citou e definiu os seguintes Sistemas:

- 1- *Gestão por Comando e Controle – ação exercida apenas pelo Poder Público;*
- 2- *Gestão Compartilhada – ação exercida pela Sociedade Civil, pelos Usuários e pelo Poder Público (modelo paranaense);*
- 3- *Gestão pela certificação da série ISO – gestão essencialmente privada.*

O Sr Ivo, explicou de forma detalhada toda a composição esquematizada do modelo paranaense de Gestão de Recursos Hídricos. Efetuou por analogia as seguintes comparações:

- *O Conselho Estadual de Recursos Hídricos age como um Tribunal Superior de apelação.*
- *O Comitê definitivo de Bacia atua como órgão Consultivo/Deliberativo, ou seja, funciona como um verdadeiro parlamento das águas.*
- *A U.E.D. é uma entidade de caráter privado, que atua na execução das ações dentro da Bacia.*

O Sr Ivo detalhou também, os instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos:

1. *Plano de Bacia – proposto pela U.E.D.*
2. *Outorga – Responsabilidade do estado, através da SUDERHSA.*
3. *Cobrança do direito pelo uso da água.*
4. *Enquadramento dos corpos D'água.*
5. *Sistema de informações (FEEDBACK).*

Logo após a intervenção do Dr. Ivo, o Sr Jorge retomou a condução dos trabalhos, falando de forma reforçada sobre as atribuições do Comitê definitivo.

O Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, sugeriu que fosse apresentado a composição do Comitê definitivo da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. O Sr Jorge passou então a apresentar e detalhar a composição esquematizada do Comitê de Bacia do Rio Tibagi. Frisou que a Indústria tem reservado 04 (quatro) vagas no Setor de Usuários, dentro do Comitê definitivo.

O Sr Júlio Cesar Batista Nogueira (KLABIN), solicitou a informação de quando irá começar a cobrança pelo uso da água. O Sr Jorge, respondeu que no caso do Rio Tibagi, a Mesa Diretora propôs que seja iniciado a cobrança a partir do 2º semestre de 2003. O Sr Irineu de Paula (COROL), perguntou sobre os representantes da Agricultura no Comitê. O Sr Jorge, informou que o Segmento Agropecuária já estava devidamente representado pelos Srs. Almir Montecelli (OCEPAR) e Carlos Kaminagarura (FAEP).

O Sr José Branco Delgado (CACIQUE CAFÉ SOLUVEL), sugeriu que a representação fosse dividida, sendo duas vagas para o Alto Tibagi e duas para o Baixo Tibagi.

O Sr Reinaldo G. Ribeiro, interferiu e reforçou a sugestão, explicando sobre a necessidade de se distribuir as responsabilidades dentro do Segmento Industrial.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

Frisou também, que os membros ali eleitos estarão representando a Indústria e não as suas empresas particularmente.

Após a realização de todas as explicações necessárias, foi solicitado aos membros da Mesa Diretora que se retirassem do recinto, deixando assim, que os participantes do Segmento/Indústria debatessem o assunto proposto e elessem os 04 (quatro) membros que irão representar o Segmento no Setor de Usuários, dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

Após longo e acalorado debate, os participantes apresentaram através de consenso, os seguintes nomes:

JÚLIO CESAR BATISTA NOGUEIRA (KLABIN) – Alto Tibagi

MURILO SCHMUTZLER (KAISER) – Alto Tibagi

CARLOS ALBERTO GEIRINHAS (MILENIA) – Baixo Tibagi

IRINEU DE PAULA (COROL) – Baixo Tibagi

Não tendo mais nada a ser tratado, o Presidente da Mesa Diretora agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ponta Grossa, 22 de abril de 2002.

Ponta Grossa, 22 de abril de 2002.

Ilmo. Sr.

REINALDO GOMES RIBEIRETE

Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 019/2002, de 28 de março de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, com presença registrada de acordo com a lista anexa, para a indicação de 04 (quatro) representantes do setor industrial, usuários de recursos hídricos, no Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi, vimos através desta indicar as seguintes pessoas como representantes do setor industrial: pela Cervejarias Kaiser Brasil S/A, o sr. **MURILO SCHMUTZLER**, pela Klabin Paraná Papéis S/A, o sr. **JULIO CÉSAR BATISTA NOGUEIRA**, pela Corol – Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda., o sr. **IRINEU DE PAULA** e pela Milénia Agrociências S/A, o sr. **CARLOS GEIRINHOS**.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

ATA Nº 10

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2002, às 14:00 horas, no prédio da Cervejaria KAISER do Brasil S/A, em Ponta Grossa-PR, deu-se início à 10ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O Presidente da Mesa Diretora, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, efetuou a abertura da reunião de trabalho com os representantes do Segmento/Turismo e Lazer. Inicialmente sugeriu a todos os presentes, que fosse feito uma auto- apresentação. Após a realização da auto- apresentação, o Sr Presidente informou que a reunião era aberta à participação de todos, democrática e informal. Passou a palavra para o Sr Jorge Andriguetto Júnior, para que o mesmo desse prosseguimento aos trabalhos.

O Sr Jorge comunicou a todos, que o objetivo principal da reunião era eleger 01 (um) representante do Segmento/Turismo e Lazer, pertencente ao Setor de Usuários, dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi. Inicialmente, o Sr Jorge comentou sobre a Lei das Águas, que surgiu em 1997, informou que o modelo brasileiro de Gestão de Recursos Hídricos é baseado no modelo francês de Gestão de Recursos Hídricos. Frisou com bastante propriedade, que o Modelo Paranaense é centrado no usuário. Definiu o que é usuário e o que é consumidor de água.

Logo em seguida, o Sr Jorge explicou de forma clara e detalhada todo o funcionamento do Modelo Paranaense de Gestão de Recursos Hídricos.

O Sr Jorge, comentou de forma bastante aprofundada sobre toda a organização do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e sobre a SUDERHSA como Poder Outorgante. Explicou sobre a importância, a responsabilidade e as atribuições do Comitê de Bacia e da U.E.D. Informou a todos os presentes sobre a atuação do COPATI, cuja entidade, solicitou ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a formação do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi (*decreto nº 2315*). afirmou, que o COPATI poderá ser a 1ª ou a 2ª Agência de Águas do estado do Paraná. Apresentou de forma detalhada, toda a composição do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi e as suas atribuições. Falou com profundidade, sobre a organização e funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

O Sr Lúcio Viana (P.M. de Apucarana), solicitou maior esclarecimento sobre o peso dos representantes de cada Segmento.

O Sr Jorge, esclareceu os critérios e o princípio da universalização, através dos quais foi contemplada cada vaga dentro de cada Segmento pertencente ao Setor de Usuários, no Comitê da bacia do Rio Tibagi. Logo após a realização da sua apresentação, o Sr Jorge solicitou ao Sr Ivo Heisler Júnior, que desse continuidade à condução dos trabalhos com os representantes do Segmento Turismo e Lazer.

O Sr Ivo, detalhou o funcionamento do Sistema Paranaense de Gestão de Recursos Hídricos, falou sobre as 03 (três) maneiras existentes de se fazer Gestão de Recursos Hídricos:

1. *Gestão por Comando e Controle (atividade apenas do Poder Público);*
2. *Gestão Compartilhada (Sistema de Gestão de Recursos Hídricos – modelo paranaense);*
3. *Certificação da Série ISO (Gestão essencialmente privada).*

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI

O Sr Ivo, demonstrou de forma esquematizada toda a hierarquia do Modelo Paranaense de Gestão de Recursos Hídricos. Efetuou por analogia as seguintes comparações:

- *O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, age como um Tribunal Superior de apelação.*
- *O Comitê definitivo de Bacia, atua como órgão Consultivo/Deliberativo, ou seja, funciona como um verdadeiro parlamento das águas.*
- *A U.E.D. é composta por 100% de usuários, é uma entidade de caráter privado, que atua na execução de ações dentro da Bacia.*

O Sr Ivo detalhou também, todos os instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos:

- 1- *Plano de Bacia Hidrográfica;*
- 2- *Outorga do uso da água (definir critérios de Outorga);*
- 3- *Cobrança pelo direito de uso da água;*
- 4- *Enquadramento dos corpos D'água;*
- 5- *Sistema de informações (saber tudo sobre a quantidade e qualidade da água dentro da Bacia).*

Após estes esclarecimentos, foi solicitado aos representantes do Segmento Turismo e Lazer, que debatessem entre si, visando desta forma, quem entre os presentes seria o eleito para ocupar a vaga reservada ao Segmento.

Após acirrada discussão, os representantes decidiram através de consenso, que o representante do Segmento/Turismo e Lazer, no Setor de Usuários, dentro do Comitê definitivo era o Sr Mauro Lúcio Costa Viana, da prefeitura municipal de Apucarana-PR.

Não tendo mais nada a ser tratado, o Presidente da Mesa Diretora agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ponta Grossa-PR, 22 de abril de 2002.

Ponta Grossa, 22 de abril de 2002.

Ilmo. Sr.
REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 003-M/2002, de 03 de abril de 2002, e em razão de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de 01 (um) representante do setor de lazer e turismo, usuário de recursos hídricos, no Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi, vimos através desta indicar a seguinte pessoa como representante do setor de lazer e turismo: o sr. **MAURO LÚCIO COSTA VIANA**, da Prefeitura Municipal de Apucarana.

Atenciosamente,

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
MAURO LÚCIO COSTA VIANA	PREF. MUN. APUCARANA	[Assinatura]
MAURILIO MARINHO	PREF. MUN. JATIZINHO	[Assinatura]

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

ATA Nº 11

REUNIÃO DA MESA DIRETORA PROVISÓRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2002, às 09:00 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Ibiporã-PR, deu-se início à 11ª reunião de trabalho da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

O Presidente da Mesa Diretora, Sr Reinaldo Gomes Ribeirete, efetuou a abertura da reunião de trabalho com o Segmento/ONGs, agradecendo a presença de todos os participantes. Na oportunidade justificou a ausência do Sr Murilo Schmutzler e da Sr.ª Maria Inês Pedrosa Machado Dias, por motivo de conflito de agenda.

Explicou a todos os presentes, que a postura da Mesa Diretora era pautar a reunião pela informalidade e pela participação ativa de todos.

O Sr Reinaldo, solicitou que fosse realizado uma auto- apresentação de todos. Após a realização da auto- apresentação, passou a palavra para o Sr Jorge Andriguetto Júnior, para que o mesmo desse continuidade aos trabalhos.

O Sr Jorge falou inicialmente, sobre o objetivo específico da reunião, sendo que, o referido objetivo era a indicação dos dois (02) representantes do Segmento/ONGs no Setor da Sociedade Civil Organizada, dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi. Logo em seguida, o Sr Jorge falou sobre a Lei das águas e frisou que o Modelo Paranaense de Gestão de Recursos Hídricos é centrado essencialmente no usuário. Comentou de forma clara e detalhada sobre todos os modelos de Gestão de Recursos Hídricos existentes no Brasil. Citou e demonstrou toda a composição, organização e funcionamento do Modelo Paranaense de Gestão de Recursos Hídricos. (*Conselho Estadual de Recursos Hídricos, SUDERHSA, Comitê de Bacia e Agência de Bacia*). Comentou também, sobre o funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e suas atribuições. Explicou que os recursos oriundos da Bacia do Rio Tibagi, deverão ser aportados dentro da própria Bacia. Informou que até 7,5% do total arrecadado poderá ser gasto no custeio do sistema.

Os representantes das ONGs presentes, Sr João Batista e o Sr Rudiger Boye, questionaram se a Bacia, do Rio Paranapanema poderia ser beneficiada com os recursos da Bacia do Rio Tibagi.

O Sr Jorge, explicou a todos os presentes, que somente em caso de excepcionalidade, caso o Comitê definitivo entenda que seja interessante transportar parte dos recursos para serem alocados em outras Bacias. Comentou de forma detalhada sobre todas as atribuições do Comitê definitivo e da Agência de Bacia (U.E.D.).

O Sr Rudiger Boye, solicitou maior esclarecimento sobre a Outorga, o Sr Jorge explicou, que a Outorga é uma espécie de licença para que a água seja explorada pelos usuários. Aproveitou a oportunidade e explicou também, a diferença entre usuários e consumidores. Explicou que uma prefeitura, que faz a coleta e disposição final de resíduos sólidos (lixo), necessita de Outorga para executar tal operação. Informou a todos os presentes, que o COPATI chamou a si a responsabilidade de fazer a Gestão de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Tibagi; solicitando ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a instalação do Comitê da bacia do Rio Tibagi. afirmou que o prazo para a Mesa Diretora Provisória concluir a formalização do Comitê é até o dia 04/06/2002.

MESA DIRETORA PROVISÓRIA DO COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI.

O Sr Jorge, comentou sobre os critérios seguidos para a composição das vagas existentes em cada segmento, dentro de cada Setor no Comitê definitivo. Detalhou toda a composição do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi e explicou também, que para o Setor da Sociedade Civil Organizada, foram reservadas 02 (duas) vagas para serem ocupadas pelo Segmento ONGs.

O Sr João Batista, perguntou se o Comitê definitivo têm personalidade Jurídica, o Sr Jorge informou que o Comitê não possui personalidade Jurídica, e sim é um órgão colegiado, sem remuneração.

Posteriormente à apresentação do Sr Jorge, o Sr Pedro Vianna passou a conduzir os trabalhos, falando sobre o Histórico da Legislação Federal de Recursos Hídricos.

Citou e explicou de forma detalhada, todos os instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos existentes. Falou sobre a Outorga e a cobrança pelo direito do uso da água. Definiu o que é usuário, ou seja, todo aquele que esta sujeito à Outorga. Apresentou de forma esquematizada toda a composição do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

O Sr Pedro Vianna, detalhou todas as atribuições e todo o funcionamento de uma U.E.D., explicando que a U.E.D. é 100% composta por usuários. Explicou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos é composto por 29 (vinte e nove) membros, sendo que, 14 (quatorze) membros representam o Poder Público, 14 (quatorze) membros representam a Sociedade Civil Organizada, e o voto de minerva é do Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que no caso do Paraná, é o Secretário Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Sr Pedro, demonstrou através de transparência, toda a composição esquemática do Comitê definitivo da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi. Frisou que o Setor/Sociedade Civil é o único Setor que não possui teto limite de participantes, podendo no futuro, existir um Comitê definitivo com maior representatividade da Sociedade Civil Organizada.

Após longo debate entre os representantes, ficou definido que o Sr João Batista Moreira Souza (Patrulha das águas - Londrina) e o Sr Rudiger Boye (Grupo Ecológico Vida Verde - Cornélio Procopio), seriam os (02) dois representantes indicados para ocuparem as vagas reservadas ao Segmento/ONGs, no Setor da Sociedade Civil, dentro do Comitê definitivo da Bacia do Rio Tibagi.

Não tendo mais nada a ser tratado, o Presidente da Mesa Diretora Provisória, Sr Reinaldo Gomes Ribeiro, declarou encerrada a reunião.

Ibiporã- PR, 26 de abril de 2002.

Ibiporã, 25 de abril de 2002.

Ilmo. Sr.
REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória
Comitê da Bacia do Rio Tibagi

Prezado Senhor:

Atendendo o seu ofício de nº 022/2002, de 23 de abril de 2002, e em razão do atendimento aos Editais de Chamamento efetuados pelo Comitê Provisório, e de nossa participação na reunião ocorrida nesta data, para a indicação de 02 (dois) representantes de Organizações Não Governamentais (ONG), do setor da sociedade civil, no Comitê Definitivo da Bacia do Rio Tibagi, e, devidamente cadastrados na SUDERHSA, vimos através desta indicar as seguintes pessoas para comporem o Comitê Definitivo, como representantes das Organizações Não Governamentais (ONG): o sr. **RUDIGER BOYE**, do Grupo Ecológico Vida Verde, e o sr. **JOÃO BATISTA MOREIRA SOUZA**, da Associação Londrinense e Canoagem Ecológica - Patrulha das Águas.

Atenciosamente,

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
João Batista Moreira Souza	Patrulha das Águas	Blorg
Rudiger Boye	Grupo Ecológico Vida Verde Cornélio Procopio	[Assinatura]
Lorge Boye		Lorge Boye

**COMITÊ PROVISÓRIO DA BACIA DO RIO TIBAGI
MESA DIRETORA PROVISÓRIA**

Ofício n.º

Ibiporã-PR, maio de 2002

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a essa Presidência, a proposta para a constituição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, bem como os membros indicados pelos setores respectivos para seu conhecimento.

Por oportuno, sugerimos que tal proposição seja incluída na pauta da próxima reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para apresentação aos Conselheiros e aprovação do C.E.R.H.

Certos de haveremos cumprido com a importante missão que nos foi delegada, e colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, apresentamos nossas considerações.

Atenciosamente,

REINALDO GOMES RIBEIRETE
Presidente da Mesa Diretora Provisória.

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR
CURITIBA-PR

**COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI
MESA DIRETORA PROVISÓRIA**

Ortigueira-PR, 06 de Maio de 2002

Ao

Ilm.º Sr. Reinaldo Gomes Ribeiro.

MD. Presidente da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
IBIPORÃ-PR

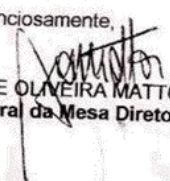
Senhor Presidente,

Nesta oportunidade estamos encaminhando para vossa apreciação e guarda, os seguintes documentos relativos à instituição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi:

1. Cópia da solicitação dos associados ao COPATI, sugerindo que a entidade desenvolvesse ações junto ao C.E.R.H, visando a instalação do Comitê da Bacia do Rio Tibagi o mais breve possível.
2. Cópia do ofício n.º 020/01, onde o COPATI solicita ao C.E.R.H, a instituição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
3. Cópia da proposta para a composição da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
4. Cópia do documento elaborado pelo COPATI- "Justificativa da necessidade e oportunidade de criação do Comitê de Bacia do Rio Tibagi".
5. Cópia do documento elaborado pelo COPATI- "Descrição e caracterização sócio- econômica da área de atuação do Comitê da Bacia do Rio Tibagi".
6. Cópia da Resolução n.º 01/2002 do C.E.R.H, designando a composição da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
7. Cópia dos endereços de todos os membros da Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
8. Atas referentes as 11 (onze) reuniões de trabalho, realizadas pela Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
9. Listas de presença, contendo informações e endereços de todos os participantes das reuniões, promovidas pela Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
10. Documentos indicando os representantes de cada Segmento, nos setores, dentro do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
11. Cópia da declaração de habilitação no PRODES.
12. Cópia da deliberação n.º 01/2002 - Mesa Diretora Provisória do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.
13. Cópia do ofício encaminhando a Constituição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi ao C.E.R.H.
14. Cópia da composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

Sendo só o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


ALDO DE OLIVEIRA MATTOS
Secretário Geral da Mesa Diretora Provisória.



DECRETO Nº 5790 - 13/06/2002

INSTITUI O COMITÊ DA BACIA DO RIO TIBAGI E DESIGNA SEUS INTEGRANTES.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, tendo em vista o art. 35 parágrafo único da Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e o art. 4º do Decreto nº 2.315, de 17 de julho de 2000,

Resolve instituir o Comitê da Bacia do Rio Tibagi, através da designação de representantes, com mandato de dois anos, com a seguinte composição:

Poder Público:

14 representantes:

- 1 - União;
- 4 - Estado; e
- 9 - Municípios;

Setores Usuários de Recursos Hídricos:

16 representantes:

- 5 - Abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos;
- 2 - Hidroeletricidade;
- 4 - Captação industrial e diluição de efluentes industriais;
- 2 - Agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura;
- 2 - Drenagem e resíduos sólidos urbanos; e
- 1 - Lazer, recreação e outros usos não consuntivos;

Sociedade Civil Organizada:

10 representantes:

- 2 - Organizações não governamentais;
- 4 - Entidades de ensino e pesquisa; e
- 3 - Entidades técnico profissionais.
- 1 - Conselho Indígena.

Representantes do Poder Público

Composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi		Representantes	
Item	Assinatura	Instituição	Representante
1		1 FUNAI - Regional de Londrina	Mauro Capellari
2		2 IAP - Regional de Londrina	Roberto Gonçalves
3		3 Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - NR Londrina	Antonio Carlos Barreto
4		4 Secretaria da Saúde - 1ª Regional de Saúde de Londrina	Jurandir Antonio Manoel
5		5 SUDERHSA	Pedro Costa Guedes Vianira
6		6 Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	Luiz Augusto Dietrich
7		7 Prefeitura Municipal de Telmário Borba	Antonio Marcos Oliveira
8		8 Prefeitura Municipal de Castro	Maria Inez Pedrosa Machado Dias
9		9 Prefeitura Municipal de Tibagi	Afrani Alves
10		10 Prefeitura Municipal de Ortigueira	Alto de Oliveira Matos
11		11 Prefeitura Municipal de Ibitiporã	Reinaldo Ribeiro
12		12 Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio	Mauro Batista Graciano
13		13 Prefeitura Municipal de Jataizinho	José Quiterio
14		14 Prefeitura Municipal de Londrina	João Mendonça da Silva
1		15 SANEPAR	Antonio Carlos Gerardi
2		16 SANEPAR	Nelson Hideni Okano
3		17 SANEPAR	Wilson Schastepen
4		18 SAMAE Ibitiporã	Jurandir dos Santos Barduco
5		19 SAMAE Nova Santa Bárbara	Gerson Nogueira Junior
6		20 Drenagem e Resíduos Prefeitura Municipal de Jataizinho	Luiz Hiroshi Shimizu
7		21 Drenagem e Resíduos Transportec	Giovanni N. de Andrade
8		22 COPEL	Denise C. Buseti Sabbag
9		23 COPEL	Luiz Fernando de Almeida Gonçalves
10		24 Cervejarias Kaiser Brasil S/A	Murilo Schmitzler
11		25 Klabin Paraná Papéis	Júlio César Batista Nogueira
12		26 COROL - Coop. Agropecuária Rolândia Ltda	Itineu de Paula
13		27 Milena Agrociências S/A	Carlos Geirinho
14		28 Organização das Cooperativas do Estado do Paraná	Almir Montecelli
15		29 Federação da Agricultura do Estado do Paraná	Carlos Kamnagakura
16		30 Prefeitura Municipal de Apucarana	Mauro Lúcio Costa Viana
1		31 ONG - Grupo Ecológico Vida Verde	Rudiger Boye
2		32 ONG - Patrulha das Águas - Ass. Lond. Ganagem Ecol.	João Batista Moreira Souza
3		33 Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais	Angela Czeacki Kravitschke
4		34 Universidade Estadual de Ponta Grossa	Fernando Piat
5		35 Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná	Marcelina Tanaka Fujii Maschio
6		36 Universidade Estadual de Londrina	Valmir de França
7		37 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária	Fernando Fernandes
8		38 Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa	Celio Augusto Stadler
9		39 Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Lina	Luiz Fernando Kalinowski
10		40 Conselho Indígena do Estado do Paraná	Antonio Ribeiro